



AGENDA
21LOCAL
Município de Ourique



AGENDA 21 LOCAL DE OURIQUE

DIAGNÓSTICO PARA A SUSTENTABILIDADE



Concelho de
Ourique
Câmara Municipal

ega
Environmental Governance Advisors

ENTIDADE EXECUTORA



Em colaboração com:



EQUIPA TÉCNICA

EGA:

José Guerreiro

Cristina Rebelo

Cátia Sá

Ana Viras

Patrícia Tamborino

Raquel Ribeiro

Sara Rebelo

AJS&A:

António José Sá

Ricardo Raimundo

Carlos Tavares de Lima

Fevereiro de 2011

Entidade Promotora:



Co-Financiamento:





ÍNDICE

LISTA DE ACRÓNIMOS.....	IX
1. INTRODUÇÃO.....	15
2. AGENDA 21 LOCAL DE OURIQUE	20
2.1. Enquadramento da Agenda 21 Local com as Estratégias de Referência aos níveis: nacional, regional e local.....	20
2.1.1. Lista de Instrumentos Estratégicos	20
2.1.2. Análise dos Instrumentos Estratégicos	22
2.2. Objectivo	43
2.3. Fases de Implementação da Agenda 21 Local de Ourique	43
2.3.1. Metodologia Geral.....	43
2.3.2. Metodologia Específica	47
3. METODOLOGIA.....	54
4. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE OURIQUE	61
4.1. Enquadramento territorial	61
4.2. História do concelho	62
4.3. Governança Municipal.....	64
4.4. Caracterização Biofísica.....	71
4.4.1. Declive	71
4.4.2. Clima	71
4.4.3. Recursos Hídricos e Qualidade da Água	81
4.4.4. Paisagem e Valores naturais	90
4.4.5. Qualidade Ambiental	97
4.4.6. Usos do Solo	117
4.5. Caracterização Socioeconómica.....	126
4.5.1. Análise Demográfica	126
4.5.2. Análise das formas de povoamento existentes e sua evolução.....	130
4.5.3. Educação e ensino	131
4.5.4. Infra-estruturas e equipamentos colectivos.....	133
4.5.5. Património e Identidade Cultural	140
4.5.6. Qualidade de Vida.....	144
4.5.7. Estrutura Económica e Tecido Produtivo	145



5. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	155
5.1. Introdução	155
5.2. Indicadores Ambientais.....	157
5.3. Indicadores Económicos	164
5.4. Indicadores Sociais	168
6. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO	175
6.1. Entrevistas a Actores-Chave.....	175
6.1.1. Análise de resultados das entrevistas aos actores-chave.....	176
6.2. Entrevistas aos Presidentes de Junta de Freguesias.....	178
6.2.1. Análise de resultados das entrevistas aos Presidentes de Junta de Freguesia.....	178
6.3. Questionário à população de Ourique	179
6.3.1. Enquadramento da população inquirida	180
6.3.2. Análise de resultados dos questionários aplicados à população.....	182
6.4. Resultados da aplicação do questionário da brochura à população estudantil	199
7. ANÁLISE FOFA DO MUNICÍPIO DE OURIQUE	209
7.1. Enquadramento territorial das actividades económicas analisadas e consequências para o grau de atractividade da área em estudo 	210
7.2. Factores críticos de atractividade ou de afastamento relativos à localização e implantação de actividades económicas	214
7.3. Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Ambiental 	216
7.4. Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Económico 	219
7.5. Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Social.....	225
8. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO	231
8.1. Factores de Transformação Concelhios.....	231
8.2. Análise Prospectiva	234
8.3. Possíveis Áreas Estratégicas	240
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	247
BIBLIOGRAFIA	253



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema metodológico geral.....	44
Figura 2 - Localização do concelho de Ourique (FONTE: Carta Educativa do Município de Ourique – 2006).....	61
Figura 3 - Valores médios anuais da temperatura (°C) no Baixo Alentejo (DGA, 2001 in PROFBA, 2005).	73
Figura 4 - Temperatura mensal no Município de Ourique. Média das mínimas, médias e máximas entre 1958-1988 (PMDFCI, 2008).	74
Figura 5 - Precipitação mensal no Município de Ourique. Média das médias entre 1958-1988 e 1995-2006 (PMDFCI, 2008).	75
Figura 6 - Humidade relativa mensal no Município de Ourique. Média das médias no período entre 1958-1988 (PMDFCI, 2008).	77
Figura 7 - Valores médios anuais da insolação (h) no Baixo Alentejo (DGA, 2001 in PROFBA, 2005).	80
Figura 8 - Excerto de Mapa do concelho com principais recursos hídricos (FONTE: Câmara Municipal e Atlas do Ambiente).	82
Figura 9 - Excerto de carta de REN, evidência de zonas ameaçadas pelas cheias (FONTE: Câmara Municipal).....	84
Figura 10 - Evolução das classificações para a estação de Castro Cola. (FONTE: SNIRH).	86
Figura 11 - Evolução das classificações para a estação de Monte da Rocha. (FONTE: SNIRH)	87
Figura 12 - Evolução das classificações para a estação de Santa Clara. (FONTE: SNIRH)	87
Figura 13 - Representação dos incumprimentos registados em matéria de qualidade da água de consumo humano (2003-2009) (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).....	89
Figura 14 - Carta com as áreas da Reserva Ecológica Nacional no concelho de Ourique. Fonte: ficheiro vectorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do	



Alentejo (CCDR Alentejo) à Escala - 1/25 000 e abrangendo a totalidade do concelho, fornecido pela Câmara Municipal de Ourique.92

Figura 15 - Biótopos CORINE no concelho de Ourique. Fonte: Atlas do Ambiente Digital da APA – Agência Portuguesa do Ambiente – fornecido pela Câmara Municipal de Ourique como parte do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Ourique.93

Figura 16 - SICs no concelho de Ourique. Fonte - informação vectorial em Sistema de Informação Geográfica elaborada pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e fornecida pela Câmara Municipal de Ourique.95

Figura 17 - ZPEs no concelho de Ourique. Fonte - informação vectorial em Sistema de Informação Geográfica elaborada pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e fornecida pela Câmara Municipal de Ourique.96

Figura 18 - Curvas de isoconcentrações de dióxido de azoto, dióxido de enxofre e ozono no ar ambiente em Portugal Continental (Fonte: Campanhas de Avaliação das Concentrações de NO₂, SO₂ e O₃ no ar ambiente em Portugal, UNL – DGA, Dezembro de 2001.)100

Figura 19 - Zonas de Abastecimento por entidade gestora (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).....103

Figura 20 - Localização das captações em serviço, captações de funcionamento de recursos, ETA e reservatórios existentes no concelho de Ourique. (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).104

Figura 21 - Consumos de água por uso, em m³, no concelho de Ourique. (FONTE: Câmara Municipal).....107

Figura 22 - Consumos de água para beneficência, em m³, no concelho de Ourique. (FONTE: Câmara Municipal).....108

Figura 23 - Consumos de água para uso industrial, em m³, no concelho de Ourique. (FONTE: Câmara Municipal).108

Figura 24 - Localização de Pontos de Rejeição, Fossas e ETAR's no concelho de Ourique. (FONTE: CMO).110

Figura 25 - Percentagem de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais em Ourique (FONTE: INE, 2010).111



Figura 26 - Infra-estruturas da Resialentejo (Fonte: http://www.resialentejo.pt/novo/?link=apresentacao_abrangencia).....	114
Figura 27 - Total de embalagens recolhidas selectivamente no concelho de Ourique (Fonte: http://cm-ourique.pt/cms/view/id/114/).	117
Figura 28 - Carta de ocupação do solo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Ourique.....	121
Figura 29 - Distribuição anual da área ardida e n.º de ocorrências de 1996-2006 (Fonte DGRF).....	123
Figura 30 - Distribuição anual da área ardida e n.º de ocorrências em 2006 e média no quinquénio 2000-2005, por Freguesia (Fonte DGRF).	124
Figura 31 - Distribuição da área ardida e número de ocorrências em 2006 e médias no quinquénio 2000-2005 por espaços florestais em cada 100 hectares, por Freguesia (Fonte DGRF).....	125
Figura 32 - Distribuição da População por Freguesias em 2001 (Fonte:INE).	127
Figura 33 - Evolução da População Residente no concelho (Fonte: INE).....	128
Figura 34 - Variação Populacional por Estratos Etários em 2001-2008 (Fonte: INE). ...	129
Figura 35 - Evolução da Construção para Habitação (Fonte: INE).	131
Figura 36 - Rede viária do concelho de Ourique (Fonte: CMO).....	136
Figura 37 - Desempregados por Faixa Etária (Fonte: INE).	144
Figura 38 - Empresas por Nº de Trabalhadores (Fonte: INE).	146
Figura 39 - Empresas por Sector de Actividade (Fonte: INE).	146
Figura 40 - Distribuição da População Activa por Sector de Actividade (Fonte: INE). ...	151
Figura 41 - Idade da população inquirida.	180
Figura 42 - Percentagem de população por local de residência.	181
Figura 43 - Nível de escolaridade dos inquiridos.	181
Figura 44 - Situação profissional da população inquirida.	182



Figura 45 - Opinião dos inquiridos quanto à classificação das actividades culturais e alternativas de lazer/tempos livres existentes no concelho.....	183
Figura 46 - Opinião relativa à suficiência de estruturas desportivas e culturais.	184
Figura 47 - Classificação do sistema de educação.	185
Figura 48 - Aspectos positivos e negativos relacionados com o acesso à saúde e apoio à 3.ª Idade.....	186
Figura 49 - Aspectos positivos e negativos ao nível dos transportes e infra-estruturas rodoviárias	187
Figura 50 - Identificação dos dois aspectos ambientais mais positivos e os dois mais negativos.	190
Figura 51 - Classificação do turismo no concelho.....	191
Figura 52 - Áreas potenciais para desenvolver o turismo.	192
Figura 53 - Classificação de um conjunto de intervenções em termos de importância para o desenvolvimento económico do concelho.	194
Figura 54 - Principais actividades económicas identificadas pelos inquiridos.	195
Figura 55 - Principais causas do desemprego identificadas pelos inquiridos.	196
Figura 56 - Importância das intervenções no concelho.	197
Figura 57 - Classificação da qualidade de vida por parte dos inquiridos.	199
Figura 58 - Qual o principal problema existente em termos ambientais.	200
Figura 59 - O que gostariam de ver melhorado no futuro em termos ambientais.	200
Figura 60 - Qual o principal problema existente em termos económicos.	201
Figura 61 - O que gostariam de ver melhorado no futuro em termos económicos.	201
Figura 62 - Qual o principal problema existente ao nível social e cultural.	202
Figura 63 - O que gostariam de ver melhorado no futuro ao nível social e cultural.	203
Figura 64 - Fluxograma sobre as Condições de Competitividade.	238



ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Equipa técnica.	54
Quadro 2 - Médias mensais da frequência e velocidade do vento no Município de Ourique para 2002-2006 (PMDFCI, 2008).....	78
Quadro 3 - Classificação da Qualidade da Água Subterrânea, de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto.	85
Quadro 4 - Nome e localização das estações de qualidade de água superficial (FONTE: SNIRH).	86
Quadro 5 - Quadro Emissões totais em 2003 excluindo fontes naturais (ton).	98
Quadro 6 - Quadro Emissões totais em 2003, 2005, 2007 e 2008 excluindo fontes naturais (ton/km ²).....	98
Quadro 7 - Origens de água e volume captado diário, para o concelho de Ourique, em 2009 (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).....	105
Quadro 8 - Consumos domésticos no concelho de Ourique (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).....	107
Quadro 9 - Taxa de população servida por sistemas de abastecimento de água.....	109
Quadro 10 - Qualidade do Efluente à entrada e à saída da ETAR (Fonte: CMO).....	112
Quadro 11 - Localizações dos ecopontos existentes nas diversas Freguesias do concelho de Ourique. (Fonte: CMO).	115
Quadro 12 - Ocupação do solo, por Freguesia, do Município de Ourique (Fonte: IGP). .	119
Quadro 13 - Distribuição das espécies florestais, por Freguesia, do Município de Ourique (Fonte: FixaSul).	120
Quadro 14 - Rede viária do concelho de Ourique.	137
Quadro 15 - Indicadores ambientais para o concelho de Ourique.	157
Quadro 16 - Indicadores económicos para o concelho de Ourique.....	164
Quadro 17 - Indicadores sociais para o concelho de Ourique.	168
Quadro 18 - Lista de actores-chave entrevistados.	176



Quadro 19 - Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Ambiental.	218
Quadro 20 - Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Económico.	223
Quadro 21 - Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Social.	226
Quadro 22 - Matriz de Pertinência dos Factores de Transformação.	233
Quadro 23 - Matriz de Pertinência dos Factores de Transformação para o Município de Ourique.	234



LISTA DE ACRÓNIMOS

A21L	Agenda 21 Local
AQV	Ambiente e Qualidade de Vida
CCE	Centro para a Conservação de Energia
CERCICOA	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Castro Verde
CIE	Capacidade de Influenciar o Exterior
CMO	Câmara Municipal de Ourique
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGEG	Direcção Geral de Energia e Geologia
DRAP Alentejo	Plano Estratégico 2007-2009 – Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
EDP	Energias de Portugal
EEC	Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE – Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo
EEDS	Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável
EN	Estrada Nacional
ENCNB	Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENE2020	Estratégia Nacional para a Energia 2020
ER	Estradas Regionais
ERAE	Entidades com responsabilidades ambientais específicas
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETPS	Estratégia Temática para a Protecção do Solo
FOFA	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



FSC	Fossa Séptica Compacta
IC	Itinerários Complementares
ICM	Cidadania
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade
IDE	Dinamismo Económico
IDM	Indicador de Desenvolvimento Municipal
IGP	Instituto Geográfico Português
INAG	Instituto Nacional da Água
INALENTEJO	Programa Operacional Regional do Alentejo
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerários Principais
IPD	Potencial Demográfico
ISCED	Classificação Internacional Tipo de Educação
NDT	Núcleo de Desenvolvimento Turístico
NERBE	Núcleo Empresarial da Região de Beja
NUT	Unidade Territorial
ONG	Organização Não-Governamental
PANCD	Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação
PCQA	Programa de Controlo de Qualidade da Água para Consumo Humano
PDI	Plano de Desenvolvimento Integrado
PDM	Plano Director Municipal
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Águas Residuais II
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo
PERSU II	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II



PIB	Produto Interno Bruto
PIBpm	PIB a preços de mercado
PIDBA	Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo
PILpm	Produto Interno Líquido a preços de mercado
PIRSUE	Plano de Intervenção para os Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PNA	Plano Nacional da Água
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNACE	Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego
PNAEE	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética
PNALE	Plano Nacional de Atribuição de Emissão
PNPOT	Programa Nacional de Ordenamento do Território
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
POAMR	Plano de Ordenamento da Albufeira de Monte da Rocha
POASC	Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara
POTA	Plano Operacional de Turismo do Alentejo
PRIA	Plano Regional de Inovação do Alentejo
PRN	Plano Rodoviário Nacional
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural Continente
PROFBA	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo
PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo
PSRN2000	Plano Sectorial da Rede Natura 2000
PTDBA	Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional



RCM	Resolução de Concelho de Ministros
REN	Rede Ecológica Nacional
RGR	Regulamento Geral do Ruído
RH	Resíduos Hospitalares
RI	Resíduos Industriais
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SAP	Serviço de Apoio às Populações
SIC	Sítios Especiais de Conservação
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
Tep	Toneladas equivalentes de petróleo
TER	Turismo de Espaço Rural
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNL	Universidade Nova de Lisboa
ZEC	Zonas Especiais de Conservação
ZPE	Zonas de Protecção Especial

INTRODUÇÃO

1





1. INTRODUÇÃO

A Agenda 21 é um documento internacional que foi adoptado na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), em 1992, no Rio de Janeiro, um marco histórico para a humanidade. Consubstancia-se como o plano de acção das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável no Século XXI. É um documento que estabelece linhas orientadoras para que os governos, juntamente com outras entidades, nomeadamente empresas, Organizações Não Governamentais (ONG) e todos os sectores da sociedade cooperem no alcance do desenvolvimento sustentável, ou seja, a integração do desenvolvimento económico e social com a protecção do ambiente. Constitui um poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma económico e social, que exige uma redefinição do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, e não apenas a quantidade de crescimento.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu pela primeira vez em 1987, com a publicação do documento *"Our Common Future"* (O Nosso Futuro Comum) pela *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial de Ambiente e Desenvolvimento)¹, chefiada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. O Relatório *Brundtland*, nome pelo qual ficou conhecido, define o desenvolvimento sustentável como *"o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as próprias necessidades"*. Implica a integração equilibrada dos sistemas económico, sociocultural e ambiental, e dos aspectos institucionais relacionados com o conceito muito actual de *"boa governação"*. O desenvolvimento sustentável pressupõe assim a procura de um modelo de desenvolvimento capaz de gerar riqueza e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade como um todo, incluindo o combate às desigualdades sociais e à pobreza, sem comprometer a qualidade do ambiente e sem provocar o esgotamento dos recursos naturais, de forma a assegurar que as gerações futuras tenham um ambiente pelo menos tão bom quanto o usufruído actualmente.

1 Criada em 1983 pela ONU (Organização das Nações Unidas).



A Agenda 21 apresenta-se assim como um processo capaz de ajudar a construir politicamente as bases de um plano de acção e de planeamento estratégico e participativo, a nível global, nacional e local, com vista ao desenvolvimento sustentável.

O Capítulo 28 da Agenda 21 apela às autoridades locais de cada país que desenvolvam um processo consultivo e consensual com as suas populações, sob a forma de uma versão local da Agenda 21 para as suas comunidades – Agenda 21 Local (A21L), assegurando assim a implementação local do desenvolvimento sustentável. Este apelo surge no seguimento do reconhecimento de que muitas das questões tratadas neste documento (Agenda 21) têm os seus problemas e soluções enraizadas nas actividades locais e que a participação e cooperação das autoridades municipais são determinantes na obtenção destes objectivos. Por outro lado, de acordo com o Capítulo 8 da Agenda 21, um dos pré-requisitos fundamentais para atingir o desenvolvimento sustentável é a existência de uma participação pública alargada nos processos de decisão. Inclui-se aqui a necessidade dos indivíduos, grupos e organizações participarem directamente nos diagnósticos de situação e terem informação para participar nas decisões que possam ter o potencial de afectar as comunidades onde moram ou desenvolvem actividade profissional.

Outras iniciativas internacionais de carácter local relacionadas com a Sustentabilidade incluem o conceito de “cidades e vilas sustentáveis”. Em Maio de 1994 teve lugar em *Aalborg*, Dinamarca, a 1.ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis, tendo sido aprovada a “Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade”. Conhecida pela Carta de *Aalborg*, esta foi imediatamente adoptada por 80 cidades europeias. A 2.ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis realizou-se em Lisboa, tendo sido aprovado o Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção. Este teve como objectivo a criação de redes de autoridades locais para a dinamização de processos de Agenda 21 Local. Realizaram-se mais três conferências deste tipo (APA, 2007). A 5.ª Conferência foi em 2007, em Sevilha, onde 1500 representantes dos Governos Locais Europeus (Portugal esteve representado por 10 Governos Locais) se comprometeram a implementar os Compromissos de *Aalborg* para o alcance da sustentabilidade local (Silva, S., 2007; APA, 2007).



No contexto nacional, em 2007 foi adoptada a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável e o respectivo Plano de Implementação (PIENDS), para o horizonte de 2015 e os respectivos indicadores de monitorização. Esta foi desenvolvida no contexto da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (EEDS) servindo como referência, em Portugal, na implementação de uma política de sustentabilidade. O grande desígnio que fundamenta a ENDS é o de "(...) fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social".

Pretende-se, com a implementação da ENDS, a "operacionalização" do desenvolvimento sustentável. Por seu turno, a Agenda 21 Local "(...) constitui uma excelente ferramenta que pode traduzir, na dimensão local, os desígnios expressos superiormente na ENDS" (APA, 2007).

A Agenda 21 Local é assim um processo contínuo e participado em que todos os parceiros sociais – Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Organizações Não Governamentais, associações, agentes económicos, instituições escolares e população em geral – trabalham em parceria para a definição e implementação de estratégias que visam o desenvolvimento sustentável do município, ou seja, um município economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente saudável. A Agenda 21 Local deve aglutinar os vários grupos sociais na promoção de uma série de actividades no nível local, que impliquem mudanças no actual padrão de desenvolvimento, integrando as dimensões socioeconómicas, político-institucionais, culturais e ambientais da sustentabilidade.

Neste seguimento de implementação de uma política de sustentabilidade, a Câmara Municipal de Ourique iniciou o desenvolvimento e implementação da Agenda 21 Local no seu município. A Câmara Municipal de Ourique tem o papel principal na liderança e coordenação de todo o processo. O projecto "Agenda 21 Local de Ourique" é então promovido pelo Município de Ourique e obteve um co-financiamento do FEDER através do QREN e do PO INALENTEJO 2007-2013 – Contratualização AMBAAL.

O presente documento constitui o Diagnóstico para a Sustentabilidade da Agenda 21 Local de Ourique, enquadrando-se na Actividade 2 – "Elaboração do



diagnóstico do concelho de Ourique segundo as dimensões da sustentabilidade”. O Diagnóstico para a Sustentabilidade foi executado pela EGA – *Environmental Governance Advisors, Lda.* – em colaboração com AJS&A Consultores em Planeamento, Marketing e Turismo, Lda.

O presente documento é constituído por nove capítulos. No Capítulo 2 incide especificamente sobre a Agenda 21 Local de Ourique, nomeadamente o seu enquadramento com os instrumentos estratégicos de nível nacional/comunitário, regional e local, os seus objectivos e as fases da sua implementação. No Capítulo 3 é apresentada a metodologia que foi utilizada durante a elaboração do Diagnóstico para a Sustentabilidade. A caracterização do concelho de Ourique é efectuada no Capítulo 4, nomeadamente o seu enquadramento territorial e a história do concelho, uma breve descrição da Governança municipal (ao nível institucional, ou seja, as principais entidades que participam na “vida activa” do município, nas áreas fundamentais) e uma caracterização biofísica e socioeconómica, focada nos aspectos considerados mais pertinentes. Posteriormente à apresentação da Agenda 21 Local de Ourique e de uma caracterização do concelho apresentam-se, no Capítulo 5, os indicadores que irão ser utilizados para medir o desempenho e a concretização de objectivos, nomeadamente na vertente ambiental, económica e social e a sua tendência. O Capítulo 6 apresenta o suporte de todo este processo, que é a participação da população, dos Ouriquenses. São assim apresentados os resultados das entrevistas aos actores-chave, dos Presidentes de Junta de Freguesias e dos questionários à população e do questionário disponibilizado à população, integrado na brochura “Agenda 21 Local de Ourique”. O Capítulo 7 dedica-se a uma análise/avaliação global de todos os dados recolhidos e informação analisada, efectuando-se a identificação dos principais pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças do concelho por pilar de sustentabilidade. No Capítulo 8 é apresentada uma análise prospectiva sobre o desenvolvimento de Ourique, onde se identificam possíveis áreas estratégicas. Por último, o Capítulo 9 apresenta sumariamente as principais conclusões e aspectos a considerar nas próximas etapas.

AGENDA 21 LOCAL DE OURIQUE

2





2. AGENDA 21 LOCAL DE OURIQUE

2.1. Enquadramento da Agenda 21 Local com as Estratégias de Referência aos níveis: nacional, regional e local

2.1.1. Lista de Instrumentos Estratégicos

A Agenda 21 Local é um processo desenvolvido em articulação com determinados instrumentos estratégicos, que englobam os níveis Comunitário/Nacional, Regional e Local/Municipal e que representam o enquadramento estratégico de referência a partir da qual a Agenda 21 Local se desenvolverá. Entre estes destacam-se:

Ao nível nacional/comunitário

- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005/2008;
- Plano Nacional de Reformas 2008/2010;
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2015;
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2007-2013 (PRODER);
- Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT);
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000);
- Estratégia Nacional para as Florestas;
- Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020);
- Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) 2008-2015;
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas - 2006 (PNAC 2006);
- Plano Nacional da Água (PNA);
- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA);



- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II);
- Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mira;
- Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Sado;
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Monte da Rocha (POAMR);
- Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara (POASC);
- Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II);
- Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD);
- Estratégia temática de protecção do solo (ETPS);

Ao nível regional

- Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 – INALENTEJO;
- Plano Regional de Inovação do Alentejo (PRIA);
- Plano Estratégico 2007-2009 – Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP Alentejo);
- Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008-2013 (PTDBA) – AMBAAL;
- Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (PIDBA);
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA);
- Estratégia Local de Desenvolvimento GAL Al Sud – ESDIME;
- Plano Operacional de Turismo do Alentejo (POTA);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (PROFBA);
- Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE – Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo (EEC);

Ao nível local/municipal

- Plano Director Municipal (PDM) do concelho de Ourique;
- Carta Educativa do Município de Ourique;



- Plano de Desenvolvimento Social (PSD) de Ourique;
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Ourique.

2.1.2. Análise dos Instrumentos Estratégicos

Ourique é um concelho com fragilidades nos indicadores territoriais, ambientais, económicos e sociais, alguns deles já com difícil alteração de tendências. A grande aposta passa pela valorização e pelo aproveitamento dos recursos endógenos, quer seja a valorização/aproveitamento de recursos humanos, materiais ou institucionais e, ambientais, assim como das potencialidades que os caracterizam, quer seja pelo estímulo de actividades que os valorizem e simultaneamente incrementem o seu uso sensato, ponderando de forma sistemática os impactos sociais, económicos, culturais e ambientais de todo o processo. Estes objectivos/orientações encontram-se integrados em instrumentos estratégicos e políticas definidas aos níveis europeu, nacional, regional e local anteriormente referidos.

Deste modo, a Agenda 21 Local (A21L), enquanto processo que procura um desenvolvimento e crescimento sustentável do concelho de Ourique, terá que se articular com aqueles instrumentos estratégicos, de maneira a ser mantida a coerência entre objectivos, orientações e metas a definir, verticalmente e horizontalmente.

Nível nacional/comunitário

Ao nível comunitário, os objectivos da A21L estão relacionados com os Objectivos de Convergência da Política de Coesão e com a Estratégia de Lisboa, uma vez que actuam sobre um território deprimido, no qual se pretende estimular o tecido empresarial, reforçar a capacidade empreendedora e inovadora, reforçar a atractividade através da melhoria das acessibilidades, assegurar serviços de qualidade, preservando o ambiente e contribuir para uma maior estimulação do mercado de trabalho no sentido de garantir o desenvolvimento do território.



Estas estratégias comunitárias reflectem-se a nível nacional no Quadro de **Referência Estratégico Nacional (QREN)**, que representa a aplicação da política comunitária económica e social em Portugal, no período 2007 a 2013. As prioridades definidas no QREN são de promoção da qualificação dos cidadãos e de um crescimento sustentado, a garantia da coesão social, a qualificação do território e o aumento da eficiência da governação. Deste modo, os objectivos da A21L alinham-se com estas prioridades, uma vez que se procura atingir, com a implementação da A21L, um melhor índice de desenvolvimento e um crescimento sustentável no concelho de Ourique, um aumento da qualidade de vida e bem-estar da população, procurando melhorar a qualificação das pessoas, alavancar a economia e garantir a coesão social, melhorar a qualidade do ambiente, assim como procurar envolver os cidadãos do concelho na identificação e solução dos problemas ao nível económico, social e ambiental. Estas prioridades estratégicas do QREN complementam-se com a Estratégia de Lisboa, nomeadamente com os objectivos estratégicos do **Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005/2008** e mais recentemente com o **Plano Nacional de Reformas (PNR) 2008/2010**, com vista a um modelo de desenvolvimento moderno. Os objectivos estratégicos do PNACE prendiam-se com a consolidação das contas públicas direccionadas para a solução de pontos críticos que limitavam o desenvolvimento e a capacidade de atrair recursos e capitais; promover o crescimento económico, fomentando o investimento público e privado e a modernização do tecido empresarial; aumentar a competitividade e o valor das empresas, instituições e pessoas e; reforçar a coesão social, territorial e ambiental como factores de competitividade e de desenvolvimento sustentável, promover o emprego, combater o desemprego e promover a qualificação dos cidadãos.

O desenvolvimento do PNACE permitiu a evidenciação de nove grandes drivers de mudança, objecto de monitorização mais desenvolvida.

O balanço feito em 2008 permitiu uma maior racionalização e actualização das medidas de reforma, alinhando a estruturação do PNR 2008/2010 com as grandes prioridades a nível europeu. O Plano Nacional de Reformas apresenta-se em torno dos seguintes grandes domínios de reforma: intensificar a Investigação, o Desenvolvimento e a Inovação; dinamizar o Ambiente para os Negócios, nomeadamente para as PME; investir nas Pessoas-Qualificações,



Mercado de Trabalho e Protecção Social; conciliar o Económico e o Ecológico – a Energia e as Alterações Climáticas; a Qualidade das Finanças Públicas e Modernização da Administração Pública; a Valorização do Território. É notório portanto, mais uma vez, a articulação entre estes domínios estratégicos do PNR e os da A21L de Ourique.

A **Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2015** foi publicada em 2007, juntamente com o respectivo Plano de Implementação (PIENDS), fruto de uma iniciativa global, iniciada com a Cimeira da Terra em 2002, onde foi adoptada a Agenda 21. A Agenda 21 apelava aos Estados a adoptarem as suas próprias estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável. Posteriormente à adopção da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável foi elaborada a ENDS. O grande desígnio que fundamenta a ENDS é o de "(...) *fazer de Portugal, no horizonte de 2015, um dos países mais competitivos da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental e de coesão e responsabilidade social*". Este documento de referência partilha com a A21L a mesma visão, estabelecendo objectivos e prioridades estratégicas em que a A21L se baseia. Desenvolve-se em torno de sete objectivos: 1. "*Preparar Portugal para a Sociedade do Conhecimento*" (melhorar a qualificação dos portugueses para um novo modelo de desenvolvimento e aumentar o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico); 2. "*Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética*" (crescimento maior e mais sustentável da economia e aumento do investimento); 3. "*Melhor Ambiente a Valorização do Património*" (aumentar a protecção do ambiente pela gestão sustentável dos recursos e pelo combate às alterações climáticas e a valorização do património construído); 4. "*Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social*" (aumento da qualidade de vida da população e coesão social); 5. "*Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território*" (aumentar o acesso às redes internacionais e o papel das cidades enquanto agentes mobilizadores do desenvolvimento do território); 6. "*Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação*" (cooperação internacional em torno da sustentabilidade global) e; 7. "*Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada*" (promover uma governação qualificada e melhorar os serviços prestados aos cidadãos). Para cada objectivo são estabelecidas prioridades



estratégicas (áreas onde se deve actuar), vectores estratégicos (caminhos prioritários a seguir em cada uma das prioridades estratégicas; concretizam-se por acções e medidas integradas no PIENDS) e metas.

Reflectindo-se as opções de desenvolvimento ao nível do território, é necessário analisar o **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**. Este é um instrumento “(...) *de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as opções com relevância para a organização do território nacional (...)*” e constitui-se como o quadro de referência para todos os outros planos inferiores, incluindo os de nível municipal. Assume a região do Alentejo como uma das regiões europeias que regista maior decréscimo e envelhecimento da população, destacando o Baixo e o Alto Alentejo, aliado a elevadas taxas de abandono escolar e baixos níveis de formação da população. Para a região do Alentejo, o PNPOT estabelece uma série opções estratégicas territoriais relacionadas com: i) a valorização e integração dos centros urbanos mais pequenos, nomeadamente as sedes de concelho que possuem funções fundamentais de integração e mobilização dos espaços rurais para o desenvolvimento do território; ii) assumir o papel estratégico da agricultura e apoiar a sua evolução, assim como dos centros que possuem alguma relevância industrial; iii) promover o desenvolvimento sustentável da actividade turística com novos produtos turísticos que aproveitem as especificidades dos “lugares” do Alentejo; iv) proteger e valorizar os recursos ambientais, paisagísticos e culturais do território e; v) desenvolver estratégias de resposta a situações de risco, nomeadamente de seca.

Na mesma linha de promoção do desenvolvimento das zonas mais rurais, o **Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2007-2013 (PRODER)** pretende aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal e promover a sustentabilidade dos espaços rurais, através da criação de condições básicas para a melhoria e desenvolvimento das actividades agrárias e das condições ambientais.

Relacionado com o desenvolvimento da região encontra-se o **Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)**, que se articula por sua vez com a A21L de Ourique, ao nível do crescimento sustentável do concelho e da melhoria da qualidade de vida da população. O PENT define a estratégia para o sector do



turismo ao nível nacional, por regiões. Para a região do Alentejo estabelece que o modelo de desenvolvimento do sector passa pelo contraste e interligação entre “(...) *um ambiente tranquilo e uma região de animação turística, com diversas actividades ao ar livre*”. Refere que o produto chave da região é o circuito turístico (*touring*) cultural e paisagístico, complementado pelo produto sol e mar. Existem ainda produtos turísticos resultantes de uma oferta maior que a região pode consagrar, nomeadamente o golfe, o turismo náutico, a saúde e bem-estar, os conjuntos turísticos (*resorts*) integrados, o turismo residencial e a gastronomia e vinhos. O desenvolvimento de produtos em zonas rurais deverá ser implementado tendo em conta a estratégia nacional para o desenvolvimento rural, nomeadamente quanto ao turismo em espaço rural, ou seja, aumentar a competitividade da economia local e estimular o tecido empresarial.

Por outro lado, articulado com os objectivos de melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações, de promoção do crescimento sustentável do concelho de Ourique e de protecção e potenciação das características ambientais e ecológicas encontra-se a **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)** e o **Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)**. A ENCNB surge como uma resposta ao artigo 6.º da Convenção sobre a Diversidade Biológica (adoptada na Cimeira do Rio, 1992) que prevê que cada Parte Contratante desenvolva planos e estratégias nacionais para a conservação da biodiversidade. Cumpre também a exigência legal fixada na Lei de Bases do Ambiente (Lei n.º 11/87, de 7 de Abril). Estabelece dez opções estratégicas fundamentais, das quais se destacam a conservação e valorização dos sítios Rede Natura 2000, o desenvolvimento de acções de valorização do património natural, paisagístico e geológico, a mobilização e sensibilização da população e a promoção da integração da política de conservação da natureza e da utilização sustentável dos recursos na política de ordenamento do território e nas várias políticas sectoriais. Destas políticas sectoriais destaca-se a política agrícola, uma vez que a paisagem rural que existe encontra-se fortemente humanizada, com novos ecossistemas que, gradualmente, foram substituindo os ecossistemas naturais. Importa assim a promoção e valorização da utilização sustentável dos recursos genéticos agrícolas (nomeadamente as raças autóctones e as variedades vegetais tradicionais), a promoção do desenvolvimento rural sustentável e a valorização dos agro-sistemas e das



paisagens rurais, assim como a adopção de medidas na actividade agrícola que previnam a degradação do solo e água, racionalizando as práticas de fertilização, rega e protecção fitossanitária.

Por outro lado, a Rede Natura 2000 é uma rede ecológica ao nível da União Europeia que resulta da aplicação de duas Directivas europeias: a Directiva Aves (79/49/CEE) e a Directiva Habitats (92/43/CEE). Tem como objectivo “*contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros em que o Tratado é aplicável*”.² É formada pelas Zonas de Protecção Especial (ZPE), criadas ao abrigo da Directiva Aves, constituídas para assegurar a conservação de determinadas espécies de aves e seus habitats, e pelas Zonas Especiais de Conservação (ZEC) – que são definidas pelos Sítios da Lista Nacional e os Sítios de Importância Comunitária, através de processo próprio -, criadas ao abrigo da Directiva Habitats, constituídas para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens, considerados ameaçados. O PSRN2000 constitui um instrumento de concretização da política da conservação da natureza, tendo como objectivo a salvaguarda e valorização das ZPE e Sítios da Lista Nacional de Sítios (e posteriores fases de classificação). Foram identificados, no município de Ourique dois Sítios: o Sítio de Monchique (PTCON0037) e o Sítio de Caldeirão (PTCON0057). Foram também identificadas quatro ZPE: ZPE de Monchique, ZPE do Caldeirão (que coincidem com grande parte da área dos Sítios anteriormente referidos) e as ZPE de Castro Verde e de Piçarras.

No seguimento da temática da conservação do património natural, é necessária a consideração do património florestal de Ourique que engloba, entre outros tipos, florestas de sobreiros e azinheiras que possuem um estatuto especial de protecção. Deste modo, é relevante a consideração da **Estratégia Nacional para as Florestas**, aprovada em 2006. Esta reconhece que as autarquias possuem cada vez mais um papel relevante no sector florestal, sendo que pode actuar, para além de outros meios, através de: Plano Director Municipal (que estabelece regras relativamente aos usos do solo), Plano Municipal de Defesa da

² Página Oficial do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB).



Floresta contra Incêndios, corpos de bombeiros, impostos e licenças municipais, gabinetes técnicos florestais, administração de baldios, gestão/posse de propriedades florestais municipais e conselhos cinegéticos municipais. A Estratégia assenta em seis linhas de acção estratégicas: *"Minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos"*; *"Especialização do território"*; *"Melhoria da produtividade através da gestão florestal sustentável"*; *"Redução de riscos de mercado e aumento do valor dos produtos"*; *"Melhoria geral da eficiência e competitividade do sector"* e; *"Racionalização e simplificação dos instrumentos de política"*.

Outros instrumentos sectoriais são também de considerar no desenvolvimento da A21L, nomeadamente estratégias e planos dos sectores da energia, água e resíduos, integrando também temáticas como as alterações climáticas e a desertificação, relevantes num contexto de sustentabilidade que se pretende alcançar.

No que diz respeito ao sector da energia, em 2005 foi aprovada a Estratégia Nacional para a Energia. Posteriormente, no corrente ano de 2010 foi aprovada a **Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)**, que adapta e actualiza a primeira. Promove e estabelece como objectivo geral o aumento da competitividade e a geração de emprego, a par da independência energética e financeira do país através da aposta forte nas energias renováveis e a promoção integrada da eficiência energética, incluindo a redução das emissões de CO₂. Este objectivo procura atingir metas definidas, nomeadamente: i) reduzir a independência energética do País face ao exterior para 74% em 2020; ii) atingir em 2020 60% da electricidade produzida e 31% do consumo de energia final com origem em fontes renováveis e uma redução de 20% do consumo de energia final; iii) consolidar um cluster energético no sector das energias renováveis e; iv) desenvolver um cluster industrial associado à promoção da eficiência energética. Estas matérias são relevantes, em particular para o concelho de Ourique, que tem um particular potencial para o desenvolvimento de energias renováveis, nomeadamente ao nível da energia solar, eólica e biomassa. O **Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) 2008-2015** foi aprovado em 2008. O PNAEE tem como base as medidas de eficiência energética já estabelecidas no Programa Nacional para as



Alterações Climáticas de 2006 e na Estratégia Nacional para a Energia de 2005, agregando-as e estabelecendo novas medidas, enquadradas em 12 programas específicos que abrangem todos os sectores. Abrange quatro áreas específicas: Transportes, Residencial e Serviços, Indústria e Estado e três áreas transversais: Comportamentos, Fiscalidade, Incentivos e Financiamentos, onde incidu a análise. É referido que a aplicação dos programas de eficiência energética definidos originará a racionalização do consumo de energia final reduzindo (em média para o período 2008-2015) a taxa de crescimento da factura energética em cerca de 1,1% ao ano até 2015 (face à média de consumo do período de referência da Directiva 2006/32/CE relativa à eficiência na utilização final de energia e aos serviços energéticos). Outro plano intrinsecamente ligado a estes assuntos e que já foi referido é o **Programa Nacional para as Alterações Climáticas - 2006 (PNAC 2006)**. O PNAC 2004 consubstanciou-se como o instrumento de política do Governo português para o cumprimento do Protocolo de Quioto (para a redução de emissões de gases com efeito de estufa - GEE), que exige que, no período de 2008 a 2012, o montante de emissões de GEE de origem antropogénica (humana) não ultrapasse em mais de 27% as emissões registadas em 1990. O PNAC 2006 é um documento que avalia o compromisso de Portugal face ao primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto, considerando a actualização da informação, nomeadamente de natureza macroeconómica e de políticas e medidas que tenham impacte nos níveis de emissões.

Relativamente à temática da água, foi adoptado em 2002 o **Plano Nacional da Água (PNA)** que define orientações ao nível nacional para uma gestão integrada dos recursos hídricos, definindo objectivos, medidas e acções. São objectivos gerais do PNA: i) a promoção da sustentabilidade ambiental, económica e financeira das utilizações dos recursos hídricos; ii) a gestão integrada do domínio hídrico, assegurando nomeadamente a integridade hídrica das regiões hidrográficas, nomeadamente ao nível da qualidade e quantidade de água; iii) a promoção da utilização racional e sustentável dos recursos hídricos; iv) a promoção da eficácia e optimização do quadro institucional e o cumprimento da legislação e; v) a promoção da participação e envolvimento da população no planeamento e gestão destes recursos. Em termos de sectores, verifica-se que a



agricultura é o maior utilizador de água (87%). O abastecimento urbano totaliza cerca de 8% e a indústria 5%. No que diz respeito aos custos efectivos de produção de água para os diversos tipos de utilização, o sector urbano corresponde a cerca de 46% do total, seguido da agricultura com 28% e da indústria com 26%. Como nem toda esta água é utilizada, devido em particular a perdas que ocorrem e ineficiência no uso, é necessário um aumento da eficiência do uso da água. Em 2005 foi aprovado o **Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)** que tem como principal objectivo a promoção do uso eficiente da água (em particular nos sectores urbano, agrícola e industrial), de modo a diminuir a escassez hídrica e melhorar as condições ambientais nos meios hídricos. Estabelece linhas orientadoras e medidas que contribuem para o aumento da eficiência do uso de água nos sectores atrás referidos, num período de 10 anos: meta de consumo urbano - eficiência actual de 60% para uma eficiência futura de 80%; meta de consumo agrícola - eficiência actual de 60% para uma eficiência futura de 65% e; meta de consumo industrial - eficiência actual de 70% para uma eficiência futura de 85%. De notar que estas metas poderão ter variações, uma vez que os contextos poderão ser diferentes. Por outro lado, é relevante também ter em conta o **Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013 (PEAASAR II)**, que tem como três grandes objectivos estratégicos: Universalidade, continuidade e qualidade do serviço; Sustentabilidade do sector e; Protecção dos valores de saúde pública e ambientais. São relevantes os objectivos operacionais e medidas estabelecidos, nomeadamente relativos ao 1.º objectivo estratégico. São eles: Objectivo Operacional 1 - *"Servir 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água"*³ e *"Servir 90% da população total do País com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema o nível de atendimento deve atingir pelo menos 70% da população"*⁴; e Objectivo

³ "Em aglomerados muito pequenos ou em habitats muito dispersos, pode ser técnica e economicamente preferível adoptar sistemas dispersos de menor escala. Assim, acima de níveis de atendimento de 80% deve obrigatoriamente ser ponderada a utilização de sistemas dessa natureza antes da opção pelo sistema a adoptar".

⁴ "As soluções a adoptar para o serviço de pequenos aglomerados, com elevado grau de isolamento ou habitats muito dispersos, devem também ser ponderadas em função de critérios de custo e eficiência, tendo em consideração os diferentes tipos de soluções e os diferentes modelos de gestão que lhes podem ser aplicáveis, devendo ser adoptadas soluções adequadas de baixo custo



Operacional 2 – Obter níveis adequados de qualidade de serviço, tendo em conta os indicadores:

Para o Abastecimento de água:

- “percentagem do número de alojamentos servidos por sistema público de abastecimento de água: Valor de referência $\geq 95\%$, com variação entre 80 e 100%;
- percentagem do número total de análises realizadas à água tratada cujos resultados estão conforme com a legislação: Valor de referência $\geq 99\%$;
- percentagem de água captada que é efectivamente utilizada e não perdida: Valor de referência $\geq 80\%$;
- percentagem de água captada que provém de captações com perímetro de protecção ou plano de ordenamento de albufeira de águas públicas definido: Valor de referência $\geq 95\%$ ”;

Para o Saneamento de águas residuais:

- “percentagem do número de alojamentos servidos por sistema público de saneamento de águas residuais: Valor de referência $\geq 90\%$, com variação entre 70 e 100%;
- percentagem da população equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descargas de acordo com a respectiva licença: Valor de referência $\geq 80\%$;
- percentagem de reutilização de águas residuais tratadas: Valor de referência $\geq 10\%$;
- percentagem de águas pluviais e de infiltração afluentes ao sistema de drenagem: Valor de referência $\leq 20\%$ ”.

Na gestão dos recursos hídricos, são também relevantes o **Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mira e o Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Sado**,

sempre que apropriado. Acima de níveis de atendimento de 70% esta ponderação deve ser feita obrigatoriamente, condicionando as soluções técnicas e de gestão a adoptar”.



uma vez que as correspondentes bacias hidrográficas abrangem o concelho de Ourique.

Ambos têm por objecto a definição das regras de gestão dos recursos hídricos, dos meios hídricos e do domínio hídrico na área hidrográfica do rio Mira e do rio Sado, respectivamente, com especial destaque para os seguintes objectivos:

recuperar e prevenir a degradação da qualidade das águas superficiais e subterrâneas;

assegurar a estrutura e o bom funcionamento dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos e dos ecossistemas terrestres associados;

prevenir e mitigar os efeitos das cheias, das secas e dos efeitos dos acidentes de poluição, reconhecendo a necessidade de salvaguardar a segurança e saúde das pessoas e bens.

Adicionalmente, o **Plano de Ordenamento da Albufeira de Monte da Rocha (POAMR)** e o **Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara (POASC)** são também aplicáveis, uma vez que a sua área de aplicação integra o município de Ourique. São ambos Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT).⁵ O POAMR estabelece regras para compatibilizar as actividades secundárias da Albufeira do Monte da Rocha com as finalidades primárias, que são o abastecimento de água para consumo público e a rega. Entre os objectivos específicos destacam-se: i) a definição de regras para a utilização do território que garantam a qualidade da água; ii) a definição de capacidades de carga para a utilização do plano de água e zona envolvente iii) a compatibilização dos diferentes usos com a protecção e valorização ambiental e; a definição de estratégias de modo a garantir o desenvolvimento sustentável da área abrangida pelo plano. Por outro lado, o POASC procura também definir regras de utilização do plano de água e da zona envolvente, de forma a salvaguardar os recursos

⁵ De acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto, pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), “[O]s planos especiais de ordenamento do território prevalecem sobre os planos intermunicipais de ordenamento do território, quando existam, e sobre os planos municipais de ordenamento do território”, incluindo o Plano Director Municipal (PDM).



naturais, nomeadamente os recursos hídricos e desenvolver formas de compatibilização entre os diferentes usos da área abrangida pelo plano.

Relativamente ao sector dos resíduos, é necessário considerar o **Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II)**.

Este é um instrumento director da gestão dos resíduos e inclui vários agentes a envolver ou envolvidos para a prossecução da estratégia definida, nomeadamente os Sistemas Intermunicipais e Multimunicipais e os Municípios (englobando também a população em geral). Estabelece prioridades, objectivos e medidas para aquele período de tempo e assenta em 5 eixos de actuação: i) Prevenção: programa nacional (prevenção dos resíduos ao nível da redução da quantidade de resíduos produzidos e da sua perigosidade); ii) Sensibilização/Mobilização/Educação dos cidadãos (consumidores e agentes económicos) para a reciclagem e para novos padrões de consumo; iii) Qualificação e optimização da gestão de resíduos (incluindo o reforço ao nível das infra-estruturas e equipamentos); iv) Sistema de informação como pilar de gestão dos resíduos sólidos urbanos – RSU e; v) Qualificação e optimização da intervenção das entidades públicas no âmbito da gestão dos RSU (simplificação dos procedimentos de licenciamento das instalações de gestão de RSU, reforço da fiscalização/inspecção e regulação).

Por fim, e uma vez que o concelho de Ourique se situa numa área passível de sofrer processos como a desertificação, seca e erosão dos solos, é necessário considerar também estratégias relacionadas com esta temática. O **Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)**, aprovado em 1999 tem como objectivo principal a promoção e coordenação de acções de combate à desertificação e minimização dos efeitos da seca em zonas semi-áridas e sub-húmidas, em particular naquelas em que *"(...) é mais notória e problemática a erosão e a degradação das propriedades do solo, a destruição da vegetação e a deterioração do ambiente e dos recursos naturais e da paisagem em geral."* Assenta em cinco eixos de intervenção para a luta contra a desertificação e a seca: Eixo 1 – *"Conservação do solo e da água"*; Eixo 2 – *"Manutenção da população activa nas zonas rurais"*; Eixo 3 – *"Recuperação das áreas mais ameaçadas pela desertificação"*; Eixo 4 – *"Investigação, experimentação e divulgação"* e; Eixo 5 – *"Integração da problemática da desertificação nas*



políticas de desenvolvimento". Salientam-se ainda as linhas de orientação específicas do Eixo 2:

- "garantir o correcto ordenamento e a gestão do território;
- melhorar as infra-estruturas de base e as acessibilidades;
- implementar formas de descentralização da Administração;
- promover a modernização e a reconversão da agricultura e incentivar a sua multifuncionalidade;
- encorajar a manutenção de modos de produção tradicionais que geram externalidades positivas em termos ambientais;
- apoiar a actividade florestal e incentivar e garantir a gestão sustentável da floresta;
- garantir o desenvolvimento e consolidação das cidades, vilas e demais centros populacionais de pequena e média dimensão;
- incentivar e apoiar a diversificação do tecido económico nas zonas rurais;
- apoiar a reabilitação imobiliária e a recuperação do património e dos espaços construídos."

A **Estratégia temática de protecção do solo**, adoptada em 2006 pela Comissão Europeia, promove também a utilização sustentável do solo, reconhecendo que a degradação do solo é um problema grave na Europa, provocado/acentuado por práticas agrícolas e silvícolas desadequadas e crescimento das zonas urbanas e industriais, entre outros. Este problema tem resultados nomeadamente ao nível da redução da fertilidade do solo e da capacidade de retenção da água, tendo impactes directos na qualidade da água, do ar, na biodiversidade e alterações climáticas, podendo prejudicar a saúde das populações e ameaçar a segurança dos alimentos para consumo humano e animal.

Nível regional

O **Programa Operacional Regional do Alentejo 2007 - 2013 - INALENTEJO** procura consagrar as grandes orientações estratégicas nacionais, apresentadas no QREN, mas também noutros documentos nacionais de referência, seja de



natureza estratégica ou operacional. A passagem dessas linhas orientadoras estratégicas para o Programa Operacional foi intermediada pela estratégia regional "Alentejo 2015". Este programa está organizado em diferentes eixos prioritários, sendo estes a competitividade, a inovação e conhecimento, o desenvolvimento urbano, a conectividade e articulação territorial, a qualificação ambiental e a valorização do espaço rural, e governação e capacitação institucional. Deste modo, a A21L de Ourique converge com o INALENTEJO, mais especificamente no eixo "*Qualificação ambiental e Valorização do espaço rural*", na medida em que, no quadro regional e concelhio, os espaços rurais aliados aos recursos naturais têm muita expressão, tal como o sector que destes mais se aproxima, o sector primário. Assim, é essencial torná-los uma mais-valia, revitalizando-os, não promovendo apenas o desenvolvimento agrícola mas utilizá-los para fomentar o desenvolvimento económico, social e ambiental do concelho de Ourique. Por outro lado, o INALENTEJO assume que o desenvolvimento surgirá por intermédio das seguintes intervenções: incentivo ao empreendedorismo e densificação do relacionamento empresarial organizado; promoção do desenvolvimento urbano sustentável, criando uma entidade competitiva; reforço da mobilidade e garantia dos serviços colectivos à população e; dinamização da atracção de investimento.

Para promover o desenvolvimento de uma região, a aposta na inovação e no conhecimento vão potenciá-lo através da criação de uma região mais atractiva ao investimento, mais empreendedora e mais competitiva. No que se refere a instrumentos de fomento à inovação, o **Plano Regional de Inovação do Alentejo (PRIA)** vem organizar todo o sector da inovação e desenvolvimento (I&D) e do conhecimento. O PRIA é um instrumento de modernização e de estímulo à competitividade através de uma política integrada, cumprindo assim um dos objectivos da A21L. Este conceito tem por núcleo os sectores - chave locais, complementado por um sistema de apoios eficaz que se desenvolve a partir das necessidades e oportunidades detectadas pelos actores locais (empresas, produtores agrícolas e fileira dos serviços de turismo). Ultrapassado o obstáculo da fraca actividade empresarial, é de suma importância expandir as actividades científico-tecnológicas através de um enriquecimento cultural e desenvolvimento local de novas capacidades e conhecimento em sectores



emergentes. A expressão deste plano ocorre através de três programas que diferem nos seus objectivos operacionais específicos, mas que convergem no fomento do sector da Ciência e Tecnologia: *I&D e Inovação Empresarial (Alt-Inova)*, *Ciência e Tecnologia no Alentejo (Alt-CiTec)* e *Sistema de Apoio Tecnológico e Mediação no Alentejo (Alt-MediTec)*. Promovendo a melhor formação e qualificação, os ouriquenses poderão participar e beneficiar deste desenvolvimento tecnológico e científico, pela criação de mais e melhores oportunidades, filosofia partilhada com a A21L.

O **Plano Estratégico 2007-2009** desenvolvido pela Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP Alentejo) é também um instrumento a considerar. Assume que na Região do Alentejo, no que diz respeito à comparação de indicadores Regionais, Nacionais e Europeus, revela um desfasamento importante, fruto de realidades muito diferentes. Deste modo, a taxa de crescimento é negativa, contrária à tendência do País e da Europa, o nível educacional é mais baixo do que a média do País, o sector primário (nomeadamente agricultura e floresta) caracteriza-se por apresentar um tecido empresarial agrícola envelhecido e com baixas qualificações, com elevada importância na economia. Por outro lado, tanto a Região como o País possuem uma biodiversidade ímpar de elevada importância, bastante acima da média comunitária, apresentando indicadores ambientais positivos.

O Baixo Alentejo apresenta características muito distintas, uma vez que persistem um conjunto diversificado de carências estruturais que se reflectem negativamente aquando da comparação com a restante região do Alentejo. É considerada, num quadro Nacional, a sub-região com menor rendimento. Face a esta tendência, o **Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008-2013 (PTDBA)**, da Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral (AMBAAL), procura dar resposta ao deficitário desenvolvimento da Região, o qual encontra-se condicionado pela fraca expressão industrial, a existência de um sector primário pouco inovador e modernizado, população envelhecida e com défices de qualificação e elevada taxa de desemprego, particularmente crescente nos mais jovens. Sendo necessárias intervenções de carácter socioeconómico e ambiental para estruturar condições atractivas,



fixação de investimentos produtivos, assegurar a coesão social e garantir a sustentabilidade ambiental.

Os objectivos da A21L de Ourique coadunam-se com este instrumento, uma vez que promove a qualificação e valorização do sistema ambiental e territorial, fortalecendo assim a identidade territorial.

À semelhança do PTDBA, o **Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (PIDBA)** vem fornecer um referencial estratégico capaz de marcar um ponto de viragem ao nível das políticas dirigidas ao território - *territorialização das políticas públicas*. O carácter deste plano é de longo prazo, principalmente devido à natureza dos entraves ao desenvolvimento que o Baixo Alentejo apresenta. Apesar da diminuta escala económica face à realidade Nacional, este aspecto não é considerado o maior obstáculo ao desenvolvimento, mas sim a extremamente baixa densidade demográfica e escassez de iniciativas dinâmicas. Neste sentido, é necessário promover o papel do sector público como catalisador de investimento e potenciador de geração de emprego, focando a atenção nas dinâmicas emergentes que têm criado expectativas nos actores locais e regionais: agricultura, turismo, energias renováveis e actividades culturais. Sendo um plano que integra fortemente as vertentes sociodemográfica, económica, de capital humano e organização territorial, os seus objectivos estratégicos coadunam-se com os objectivos da A21L de Ourique, no que se relaciona com a integração das políticas sociais e económicas e a sensibilização da população local para a satisfação das suas necessidades fomentando a melhoria da sua qualidade de vida. Para alcançar estes objectivos são necessárias estratégias que visem a reversão do processo de diminuição demográfica, o surgimento de novas empresas, a promoção do empreendedorismo, a mitigação dos diferentes problemas sociais e oferta de níveis elevados de qualidade de vida, actuando sobre o binómio população residente - investidores externos.

Em vários instrumentos, é citada a organização territorial como um dos principais meios para o desenvolvimento regional e local. A estratégia de desenvolvimento territorial é definida pelo **Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)**. Esta região encontra-se num processo de transição económica, social e, consequentemente, territorial, pela emergência das cidades



e dos principais centros urbanos, o despovoamento de aldeias e Freguesias mais marginais e as novas relações urbano-rural. Face a esta tendência, a promoção do crescimento económico e criação de emprego, a prevenção da perda demográfica e qualificação, a valorização do património natural, paisagístico e cultural, o desenvolvimento de um turismo sustentável e o combate à desertificação, fazem do ordenamento e desenvolvimento territorial um processo que encontra desafios prioritários a solucionar. Neste ponto se conjugam o PROT e a A21L, na procura de soluções em prol do desenvolvimento regional e local. As linhas estratégicas em que o PROTA assenta são: a integração territorial e abertura para o exterior tirando partido das suas características geográficas, o desenvolvimento sustentável dos espaços rurais e naturais promovendo a sua gestão integrada, a diversificação da base económica regional reforçando a competitividade e atractividade usufruindo do potencial turístico e a afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural pela concertação intermunicipal infra-estrutural e qualificação urbana.

Por outro lado, a **Estratégia Local de Desenvolvimento GAL Al Sud** da Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste (ESDIME) tem como objectivos promover a diversificação da economia para actividades não agrícolas, aumentar o emprego no território de intervenção e melhorar a qualidade de vida no Alentejo Sudoeste, objectivos a que a A21L de Ourique também aspira. Para a sua concretização, definem-se estratégias organizadas e pensadas segundo a realidade e as potencialidades emergentes do concelho, sendo que as intervenções abrangem alterações do meio empresarial, preservação das características naturais, como também novas oportunidades para os jovens. A eficácia destas intervenções irá depender da resposta que se obterá da evolução destes sectores, que expectavelmente será positiva e que abrangem as seguintes áreas: agro-pecuária, agro-indústria de qualidade, turismo, energias renováveis, serviços de apoio a empresas, serviços básicos à população rural e recuperação e valorização do património rural enquanto factor de identidade e de atractividade do concelho de Ourique.

No que respeita às intervenções e políticas ao nível do turismo na região do Alentejo, a A21L integra-se com o **Programa Operacional de Turismo do Alentejo (POTA)** no seu objectivo prioritário: desenvolvimento da região. Para



atingir esse desenvolvimento, o POTA identifica e promove negócios e iniciativas de interesse turístico, sempre objectivando a atracção, fixação e orientação do investimento e iniciativa turística para a região. Na identificação de necessidades de intervenção ou actuação, o POTA actua de modo muito semelhante à A21L, identificando áreas estratégicas, instrumentos e agentes participativos, de modo a responder às actuais dificuldades que um dado sector apresenta, neste caso, o sector do turismo no Alentejo. Numa vertente estratégica, O POTA actua ao nível do planeamento turístico, implementando estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo, promovendo o sector através da dinamização e gestão dos produtos regionais e estabelecimento de parcerias, o que vai reposicionar o “destino Alentejo” enquanto produto competitivo com identidade regional. O POTA consagra também a organização do sector, incentivando a certificação e qualificação dos serviços. O sector turístico é uma das forças que vai potenciar o desenvolvimento não só turístico, como económico e social da região e, neste ponto, o POTA apresenta um objectivo comum à A21L. Sendo esse desenvolvimento enquadrado com a identidade regional e concelhia, vai permitir uma evolução sustentável da região e do concelho de Ourique.

No que concerne à gestão das áreas florestais, a política consubstancia-se no **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (PROFBA)**. Este define as práticas de gestão a aplicar aos espaços florestais, manifestando um carácter operativo face às orientações fornecidas por outros níveis de planeamento e decisão política. Este instrumento vai de encontro aos princípios da A21L na sua vertente ambiental, na medida em que objectiva a manutenção das características ambientais e ecológicas promovendo a sua qualidade. Neste sentido, o PROFBA é uma ferramenta para atingir esses objectivos tendo por base: a optimização funcional e aproveitamento de potencialidades, a prevenção de potenciais constrangimentos e a eliminação de vulnerabilidades nos espaços florestais. No que se refere ao carácter económico e social, ambos os instrumentos se articulam quando aspiram à potenciação da contribuição dos recursos florestais na fixação de populações ao meio rural. Em termos funcionais de planeamento florestal, o PROFBA organiza o espaço florestal em sub-regiões homogéneas, que correspondem a unidades territoriais e cujo principal objectivo



é transpor os princípios orientadores gerais para os casos particulares. Especificamente no concelho de Ourique, foi definida a sub-região "Cintura de Ourique" que apresenta os seguintes objectivos específicos: i) implementar as funções de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores; ii) controlar e mitigar processos de desertificação; iii) recuperar áreas propícias ao risco de erosão; iv) aumentar a área arborizada e diversidade de espécies, de acordo com o seu potencial produtivo; v) promover produção de produtos endógenos não-lenhosos (mel, medronho, plantas aromáticas e medicinais, e cogumelos); vi) adequar os espaços à crescente procura de actividades de recreio e; vii) adequar a gestão dos espaços de acordo com as suas necessidades de conservação dos habitats, da fauna e da flora classificados.

Consistindo numa estratégia para as áreas de baixa densidade do sul de Portugal, a **Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE - Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo (EEC)** tem uma abrangência inter-regional (Baixo Alentejo e Serra Algarvia). Estas regiões apresentam um conjunto de especificidades e potencialidades que importa explorar e desenvolver, no sentido de promover o desenvolvimento sustentável e integrado da região e a melhoria das condições de vida da população. Considerando a presente tendência do mercado para produtos *gourmet*, de elevada qualidade e de carácter artesanal, o concelho de Ourique possui assim uma oportunidade para projectar os seus produtos endógenos como o mel, o medronho, o cogumelo e as plantas aromáticas e medicinais. Para que esta projecção/divulgação seja eficaz, foram apontadas pela EEC como medidas necessárias a melhor informação sobre novas técnicas de transformação e conservação e o incentivo ao empreendedorismo, sendo mantido o processo artesanal, conseguindo deste modo a maximização da exploração destes recursos, visando uma maior rentabilidade. Esta estratégia tem como meios um projecto principal (Centro de Excelência para a Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo - CERMED) que funciona como pólo de dinamização do meio rural e das actividades associadas e projectos complementares. A Câmara Municipal de Ourique é promotora de 3 projectos abrangidos por esta estratégia, sendo que outros 19 projectos promovidos por privados estão a ser desenvolvidos no concelho de Ourique. A A21L conta assim com uma estratégia



aliada à valorização do meio rural que concilia o seu desenvolvimento à preservação dos valores ambientais e ecológicos.

Nível municipal

A dimensão territorial e estratégica ao nível municipal ganha expressão no **Plano Director Municipal (PDM) de Ourique**, instrumento de gestão territorial que define o regime de ocupação, uso e transformação do solo do concelho de Ourique. Deste modo, este instrumento articula-se com a A21L, no sentido em que ambos promovem a melhor organização do território, potenciando o melhor usufruto das classificações que forem definidas, visando tanto o crescimento económico como a protecção dos valores ambientais e ecológicos. É de referir que o PDM do concelho encontra-se neste momento em processo de revisão.

A **Carta Educativa do Município de Ourique** constitui uma ferramenta de estruturação da acção, visando a melhoria contínua do sistema educativo concelhio, apontando uma abordagem de Território Educativo. Do ponto de vista territorial, este instrumento incide directamente na rede de infra-estruturas educacionais promovendo a coerente resposta das ofertas educativas à procura efectiva. A Carta Educativa é também o espelho do processo de ordenamento a nível municipal, favorecendo a descentralização administrativa e, consequentemente, a valorização do papel das comunidades e projectos educativos, convergindo deste modo com a A21L. Integra o conceito de agrupamentos escolares, que visam a melhor e mais eficiente gestão dos recursos humanos e materiais, indo de encontro à evolução expectável para o concelho de Ourique, na qual a população tendencialmente terá menos crianças em idade escolar, pelo que concludentemente ocorrerão menos matrículas nos estabelecimentos de ensino.

A melhoria da qualidade de vida dos Ouriquenses, objectivo prioritário da A21L, é também um dos indicadores que avaliam o desenvolvimento social de um concelho. O Município de Ourique desenvolveu um **Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Ourique** criando, deste modo, um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local, tendo em vista a redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social. Este Plano não se concretiza apenas através de



medidas correctivas, como também de medidas preventivas - acções de animação das comunidades e indução de processos de mudança. Os eixos estratégicos definidos por este Plano são: melhoria da qualidade de vida dos idosos, crianças e jovens; respostas às famílias; saúde e; promoção da qualificação aos níveis da empregabilidade. Estes eixos expressam-se através de acções específicas definidas num documento operacional (Plano de Acção) com projectos e intervenções previstas realizar em cada ano civil, de acordo com as estratégias definidas no PDS. As acções específicas, apesar de traduzirem os eixos estratégicos do PDS, desenvolvem-se em torno de prioridades e objectivos próprios: combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania e, corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação.

Por sua vez e indo de encontro às orientações do PROFBA, o **Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Ourique (PMDFCI)** constitui o instrumento onde são descritas as medidas necessárias que asseguram a defesa da floresta contra incêndios. Estas integram aspectos relacionados com a prevenção, que incluem a previsão e o planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas e a identificação dos riscos e ameaças que os incêndios podem representar para as populações e património do Município. As linhas estratégicas pelas quais se guia este instrumento têm três dimensões de incidência: territorial, humana e institucional. Na sua vertente territorial, o PMDFCI pretende aumentar a resiliência aos incêndios florestais e recuperar e reabilitar os ecossistemas tornando-os, deste modo, mais resilientes. Esta dimensão em particular coaduna-se inteiramente com a ideologia da A21L na medida em que se pretende garantir a manutenção das características ambientais e ecológicas do concelho, promovendo a sua qualidade. Em relação à dimensão humana, esta representa a sensibilização da população para a problemática dos incêndios, mas também uma fiscalização e gestão dos incêndios mais eficiente em termos de logística e recursos. A dimensão institucional é de suma importância, estando relacionada com a adaptação de uma estrutura orgânica mais eficaz para a gestão destes aspectos.

De uma maneira integrada, estas políticas, estratégias e objectivos, de âmbito europeu, nacional, regional e municipal promovem o aproveitamento dos



recursos, em particular de recursos locais do Baixo Alentejo e, mais especificamente ainda, do concelho de Ourique, estimulando, através de uma moldura institucional, as actividades que os valorizem no quadro de um desenvolvimento sustentável que equacione as diferentes valências e ambientais do concelho.

2.2. Objectivo

A Agenda 21 Local de Ourique tem como objectivo último a elaboração do “Plano de Acção para a Sustentabilidade do concelho de Ourique”, documento que define a estratégia de intervenção indicando, por um lado, linhas directrizes que deverão nortear futuras intervenções no território e, por outro lado, intervenções a executar a curto e médio prazo pelos diferentes *stakeholders* intervenientes no território. Através dessas intervenções será possível integrar os objectivos da política ambiental com as políticas sociais e económicas, através de uma democracia participada e com mais envolvimento dos cidadãos, contribuindo desta forma para a sustentabilidade do concelho de Ourique. Por outro lado, pretende-se também sensibilizar a população para a satisfação das suas necessidades e propor acções para a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar. Na vertente ambiental é objectivada adequada manutenção das características ambientais e ecológicas próprias do concelho, promovendo a sua qualidade.

2.3. Fases de Implementação da Agenda 21 Local de Ourique

2.3.1. Metodologia Geral

A elaboração do Plano de Acção para a Sustentabilidade do concelho de Ourique pressupõe a participação da população como forma de identificação dos principais problemas e prioridades do concelho. Para além da população em geral, são também intervenientes os representantes das entidades activas no concelho e, nomeadamente, a autarquia que teve a iniciativa deste projecto.

A metodologia da A21L tem em linha de conta o facto de todo o processo ser dinâmico, em que a interactividade entre os diferentes agentes da comunidade é o ponto-chave para o sucesso do projecto.



Na Figura 1 apresenta-se o esquema conceptual preparado para a abordagem da globalidade trabalho nas suas várias fases metodológicas.

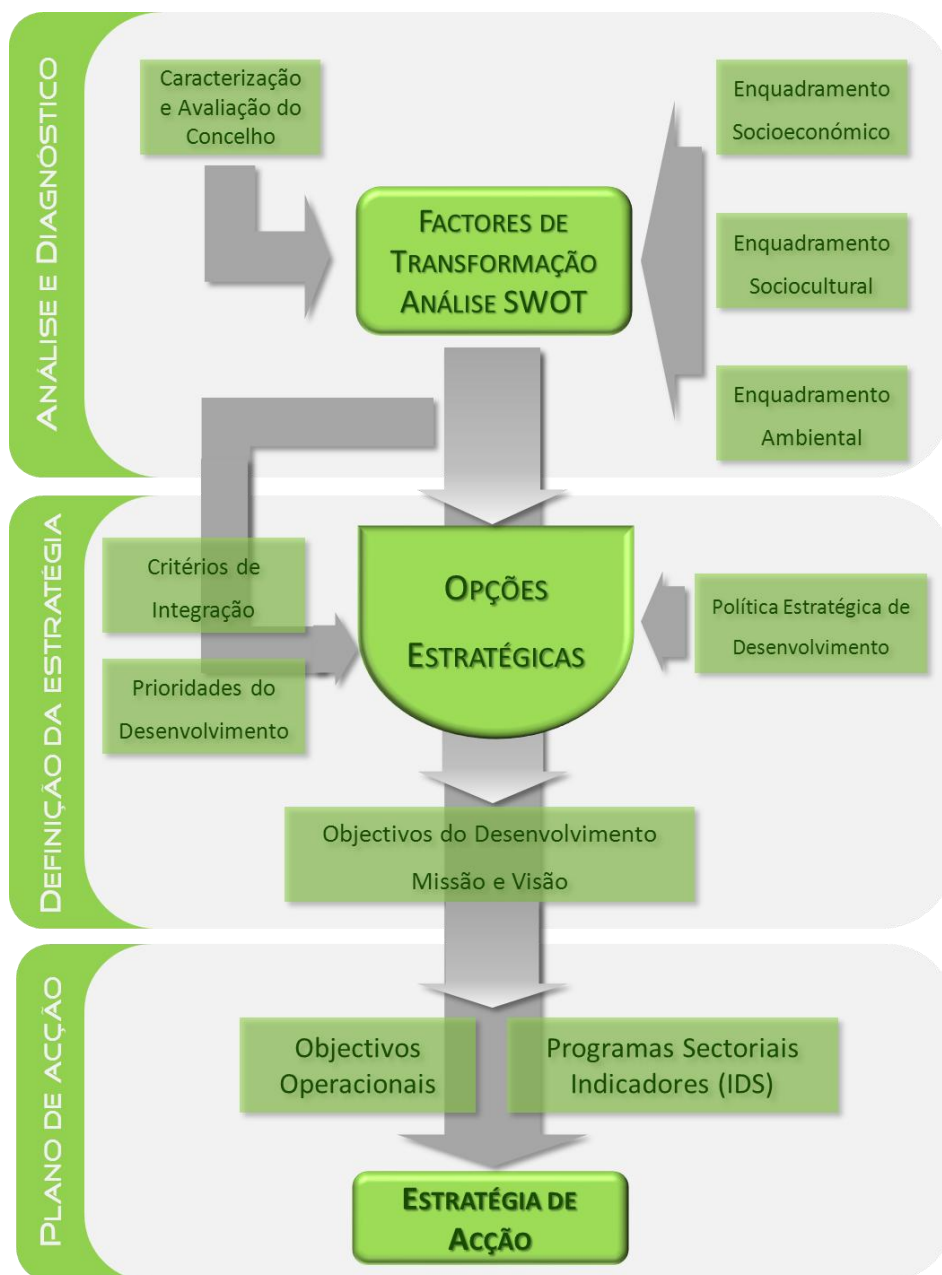


Figura 1 - Esquema metodológico geral.

O processo teve início com a realização de uma reunião entre a EGA e a Câmara Municipal de Ourique, com o objectivo de organizar as fases de trabalho e os recursos humanos, físicos e materiais a envolver.



Como a sensibilização da comunidade é a base para a implementação eficaz do processo, iniciou-se uma fase de sensibilização da comunidade que está a decorrer no momento. Especificamente, serão realizadas sessões de informação e sensibilização em todas as freguesias do Concelho de Ourique, dirigidas à população em geral e, serão dinamizadas actividades de educação ambiental junto da Comunidade Escolar.

Paralelamente, produziu-se uma brochura informativa, a qual foi distribuída via correio para todas as residências do Concelho. Essa brochura divide-se três componentes: informativa (o que é a Agenda 21 e como será implementada no concelho de Ourique), lúdica (jogos: sopa de letras, jogo das diferenças e jogo das correspondências) e participação (questionário para recortar e devolver ao Município e Juntas de Freguesia).

Pretende-se que a participação seja a mais abrangente possível e que haja, por parte da população em geral e na forma das “forças vivas”, um *feedback* demonstrativo do interesse em participar dinamicamente no processo.

Na fase de elaboração do diagnóstico procedeu-se à caracterização do concelho ao nível das várias dimensões da sustentabilidade e foram identificadas as principais ameaças e oportunidades.

A análise realizada foi desenvolvida tomando por base as opiniões das populações residentes e dos agentes económicos e sociais, bem como as informações existentes e disponibilizadas a nível da unidade territorial do concelho, sendo depois integradas a nível regional. Em qualquer dos casos, porém, o desenvolvimento desta análise foi realizado a três níveis diferentes:

1. Nível Regional – nível de análise a privilegiar, abrangendo o conjunto de concelhos que integram uma dada zona homogénea, sendo especialmente considerado o território correspondente à NUT's III onde o Município está integrado;
2. Nível Concelhio – abrangendo a análise do território municipal efectuada por Freguesias;
3. Nível Local – englobando a análise local específica, tomando por base o território da Freguesia e a sua integração no concelho.



De seguida, avaliou-se o grau de integração potencial dos Sistemas Sociocultural, Económico e Ambiental proporcionada pela elaboração e posterior execução da “Agenda 21 Local”, versando os tipos de intervenções a seguir descritos:

- sistematização da avaliação da situação de referência que permita a elaboração de um Diagnóstico Actual e Prospectivo das áreas estudadas;
- análise e avaliação de impactes da estratégia e das acções preconizadas ao nível municipal e local;
- sistematização da análise do seu grau de viabilidade, quer em termos económicos, quer em termos sociais, quer em termos ambientais, no contexto de ser possível considerar o projecto como um instrumento privilegiado para o Desenvolvimento do Município.

As intervenções realizadas descritas anteriormente, foram sendo desenvolvidas com base num acompanhamento sistematizado por parte do Município e do Fórum, designadamente no que se refere à fixação de objectivos de cada etapa de trabalho, embora sem prejuízo de nalguns casos haver sobreposição temporal de tarefas pertencentes a intervenções diferentes.

Tendo por base os pontos fracos e fortes, as oportunidades e as ameaças diagnosticadas, os diversos sectores da comunidade são envolvidos no traçar de linhas de desenvolvimento e estratégias de acção que permitam pensar, a longo prazo, num desenvolvimento sustentado do concelho de Ourique. Estas estratégias e linhas de acção formarão a espinha dorsal do Plano de Acção para a Sustentabilidade.

O Plano de Acção para a Sustentabilidade é o documento que define a estratégia de intervenção para a obtenção de um desenvolvimento sustentável no concelho de Ourique. Pretende-se que este documento indique, por um lado, as linhas directrizes que deverão nortear futuras intervenções no território e, por outro lado, aponte intervenções a executar a curto e médio prazo pelos diferentes *stakeholders* intervenientes no território para que a sustentabilidade seja alcançada.



2.3.2. Metodologia Específica

Actividade 0 – Reunião de preparação do arranque dos trabalhos

O processo iniciou-se com uma reunião de preparação do arranque dos trabalhos com a Câmara Municipal de Ourique e técnicos a envolver no desenvolvimento do processo, na qual foi realizada uma sessão de esclarecimento sobre os trabalhos a desenvolver. Esta reunião serviu de orientação/preparação da Actividade 1 – Acções de informação, esclarecimento e sensibilização, Actividade 2 – Elaboração do diagnóstico do concelho de Ourique segundo as dimensões de sustentabilidade e a Actividade 3 – Organização e dinamização de Fórum participativo “Ourique Sustentável”.

Nesta reunião, foram, ainda, identificados outros estudos, projectos e demais informação de base a obter, foram programados e agendados os diversos trabalhos, bem como inventariadas as entidades e os agentes locais com quem a equipa pretende reunir de modo a obter a visão das estratégias de desenvolvimento existentes.

Actividade 1 – Acções de informação, esclarecimento e sensibilização

A sensibilização da comunidade é a base para a implementação eficaz do processo, uma vez que o grau de envolvimento e participação da comunidade influencia o que poderá ser o Plano de Acção para a Sustentabilidade.

No âmbito desta actividade, que se encontra a decorrer actualmente, foram preparados os conteúdos informativos e pedagógicos a incluir na brochura para divulgação do projecto, assim como um questionário. O questionário é simples e curto para que as pessoas respondam e o remetam para o Município.

Por outro lado, estão a ser desenvolvidas acções de informação, esclarecimento e sensibilização de duas tipologias:

- 1ª Tipologia – Sessões de informação e esclarecimento nas Freguesias do Concelho de Ourique. Estas acções de informação têm como objectivo divulgar o projecto no seu todo, assim como quais os conceitos e



finalidades que lhe estão subjacentes. Estas sessões são dirigidas à população em geral e entidades locais.

No âmbito desta tipologia de actividades, no dia 21 de Julho de 2010, foi realizada a sessão pública de apresentação à comunidade de Ourique do projecto "Agenda 21 Local de Ourique". Foi realizada uma apresentação do projecto, os seus objectivos, a metodologia e as formas de participação que estão disponíveis para a população. Nesta sessão foi também criado o Fórum, no qual podem participar diversas entidades do concelho e se constitui como um espaço de discussão e de reflexão de todas as fases do processo da A21L, de modo a todo o processo ser acompanhado.

- 2ª Tipologia – Actividades de educação e sensibilização ambiental e cívica em escolas, com objectivo de sensibilizar crianças, jovens e população em geral, para assumirem um papel pró-activo na assumpção da sustentabilidade da região. Será produzido um plano de trabalho com diferentes actividades, para diferentes públicos-alvo e com incidência em temas estruturantes como: Política dos 4R's, Reciclagem, Preservação e Conservação da Biodiversidade, Cidadania, entre outros.

No âmbito da 2ª Tipologia, decorreram duas reuniões entre a Câmara Municipal de Ourique, a equipa executora da A21L e o Agrupamento Vertical de Escolas de Ourique, tendo sido estabelecido um protocolo de parceria, no sentido da formação e implementação de uma parceria para a divulgação do projecto e realização de actividades junto da população escolar. Neste seguimento, no dia 30 de Novembro de 2010 foram realizadas diferentes actividades na Escola 2, 3 S de Ourique.

Propõe-se, ainda, que sejam colocados à disposição da população alguns meios de participação activa, nomeadamente o acesso a um site na internet. Para o efeito foi desenvolvida uma página de internet que permite:

1. aceder a toda a informação sobre o projecto e as actividades executadas e a executar;
2. realizar leitura de documentos já finalizados;
3. participar activamente no processo através do envio de opiniões e sugestões.



Esta mesma informação está disponível através de um *link* no site da Câmara Municipal.

Actividade 2 – Elaboração do diagnóstico do concelho de Ourique segundo as dimensões de sustentabilidade

A elaboração do diagnóstico do concelho de Ourique segundo as dimensões de sustentabilidade, correspondente a este documento, e assentou numa metodologia de investigação-acção, com carácter estruturante para a elaboração do Plano de Acção para a Sustentabilidade do concelho de Ourique.

Tecnicamente, o diagnóstico é o instrumento mais adequado para o aprofundamento, explicitação, sistematização, objectivação e análise dos problemas/necessidades *in loco* numa lógica de obtenção de conhecimento sobre a realidade e posterior integração na acção.

O diagnóstico é um processo contínuo, o qual através de diferentes metodologias e técnicas e através da participação dos diferentes *stakeholders* permite ter uma noção adequada e realista da problemática em análise.

O trabalho executado no âmbito desta componente dividiu-se em 4 fases:

- 1.ª Fase - Recolha, análise e compilação de informação, com base numa análise bibliográfica e estatística exaustiva das várias dimensões da sustentabilidade (socioeconómica, ambiental, cultural, etc.);
- 2.ª Fase - Elaboração e aplicação de entrevistas a actores-chave,
- 3.ª Fase - Elaboração e aplicação de questionário à população;
- 4.ª Fase - Análise FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) do Território.

Actividade 3 – Organização e dinamização de Fórum participativo "Ourique Sustentável"

No âmbito desta actividade, até ao momento, realizaram-se duas reuniões do Fórum Participativo.

A primeira reunião teve como objectivo a apresentação do projecto "Agenda 21 Local de Ourique", a consolidação de uma parceria que acompanhará todo o projecto e o modo como todo este processo seria dinamizado.



A segunda reunião teve como objectivo a realização de uma análise conjunta do Diagnóstico para a Sustentabilidade e definição das áreas estratégicas a integrar no Plano de Acção para a Sustentabilidade.

Neste Fórum Participativo foram convidadas a participar todas as entidades locais e comunidade em geral. Este é dinamizado através de metodologias participativas e de trabalho em grupo.

Actividade 4 – Caracterização de cada uma das áreas estratégicas identificadas

O trabalho a executar no âmbito desta componente traduz-se na recolha, análise e compilação de informação, com base numa análise bibliográfica e estatística exhaustiva das várias áreas estratégicas identificadas, na elaboração de entrevistas a actores-chave e na dinamização de *workshops* participativos para a realização da análise FOFA (Forças, Fraquezas, oportunidades e Ameaças), sobre cada uma das áreas estratégicas identificadas.

Actividade 5 – Organização e dinamização de *workshops* participativos

Nesta actividade serão realizados *workshops* participativos, nos quais se reúnam os *stakeholders* com ligação ou intervenção em cada uma das áreas estratégicas para que, por um lado, sejam analisados os dados obtidos no âmbito da actividade anterior e, por outro lado, definir acções/intervenções a dinamizar a curto e médio prazo, no concelho de Ourique.

Actividade 6 – Concertação da estratégia e elaboração do Plano de Acção para a Sustentabilidade

O trabalho a executar no âmbito desta actividade traduz-se na análise e sistematização de toda a informação obtida no âmbito do trabalho das componentes anteriores e, posterior, elaboração do documento "Plano de Acção para a Sustentabilidade do concelho de Ourique".

O Plano de Acção para a Sustentabilidade é o documento que define a estratégia de intervenção para a obtenção de um desenvolvimento sustentável na Região. Pretende-se que este documento indique, por um lado, as linhas directrizes que deverão nortear futuras intervenções no território e, por outro lado, aponte



intervenções a executar a curto e médio prazo pelos diferentes *stakeholders* intervenientes no território para que a sustentabilidade seja alcançada.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:

METODOLOGIA

3





3. METODOLOGIA

Como já foi referido anteriormente, o presente documento constitui o Diagnóstico para a Sustentabilidade da Agenda 21 Local de Ourique, enquadrando-se na Actividade 2 – “Elaboração do diagnóstico do concelho de Ourique segundo as dimensões da sustentabilidade”. O diagnóstico foi realizado por uma equipa multidisciplinar (Quadro 1), tendo sido utilizada para o efeito a metodologia que se descreve no presente capítulo.

O Diagnóstico para a Sustentabilidade foi executado pela EGA – *Environmental Governance Advisors, Lda.* – em colaboração com AJS&A Consultores em Planeamento, Marketing e Turismo, Lda. A equipa foi coordenada pelo Prof. Doutor José Guerreiro, coadjuvado pela Dr.ª Cristina Rebelo, e integrou os seguintes elementos:

Quadro 1 - Equipa técnica.

Nome	Formação Profissional	Função/Especialidade
Prof. Doutor José Guerreiro	Biólogo	Coordenação/Governança Ambiental/Ecologia
Dr.ª Cristina Rebelo	Química Tecnológica	Co-coordenação/Qualidade Ambiental/Infra-estruturas
Dr. António José Sá	Economista	Socioeconomia/Estratégias de desenvolvimento
Dr. Ricardo Raimundo	Advogado/Mestre em Desenvolvimento Económico e Social	Socioeconomia/Estratégias de desenvolvimento
Dr.ª Ana Viras	Bióloga/Mestre em Ecologia e Gestão Ambiental	Governança Ambiental/SIG
Dr.ª Raquel Ribeiro	Bióloga	Caracterização biofísica
Dr.ª Cátia Sá	Bióloga/Mestre em Ciências e Tecnologias Ambiente	Recursos Hídricos/Qualidade da Água
Dr.ª Patrícia Tamborino	Bióloga	Governança Ambiental
Dr.ª Sara Rebelo	Socióloga	Acompanhamento das actividades de participação pública/tratamento dos questionários por SPSS
Dr. Carlos Tavares de Lima	Antropólogo Social/Mestre em Gestão de Empresas	Socioeconomia/Estratégias de desenvolvimento



A Agenda 21 Local de Ourique é uma ferramenta fundamental para o processo de desenvolvimento sustentável do Município, uma vez que possui uma **forte vertente de mobilização colectiva e de participação da comunidade local**, regendo-se por princípios fundamentais no sentido da preservação ambiental, valorização cultural, coesão social e desenvolvimento económico. Neste âmbito e uma vez que se pretende que o processo seja participado, desde o seu arranque, o processo de caracterização da situação existente no concelho de Ourique implicou um trabalho minucioso de recolha de dados, através da realização de entrevistas a actores-chave⁶, de entrevistas a Presidentes de Junta de Freguesia, de inquérito à população, bem como da pesquisa bibliográfica e estatística.

Entrevistas a actores-chave

A realização de entrevistas a actores-chave teve como objectivo ouvir opiniões e identificar problemas e prioridades, assim como proceder à formulação de uma visão de comunidade.

Foram realizadas as seguintes 18 entrevistas durante o mês de Agosto e meados de Setembro de 2010, estruturadas por um Guião (veja-se Anexo I):

- Silvino Valente (Restauração);
- António F. Rosa da Silva (António F. Rosa da Silva, Lda.);
- Mário Lino (Ourimira, Lda.);
- Elisabete Inácio (Padaria do Rio Torto);
- José Manuel Mestre (Agricultura - Prestação de serviços e comércio);
- Wolfgang Schonharting (Turismo/Energias Renováveis);
- José Cândido (Associação de Criadores do Porco Alentejano);
- Nuno Lourenço (Turismo);
- Charles Abrahms (Turismo);

⁶ Os actores-chave são representantes locais de entidades públicas e privadas, associações e líderes de opinião.



- Ramiro Sande (Construção Civil);
- José da Silva Capela (Ouriflorestal, Lda.);
- Carlos Alves (pecuária - Produção e Comércio ovinos e caprinos);
- Paula Monteiro (ESDIME);
- Luís Silva Guerreiro Jorge (Cortiça – Comércio);
- Joaquim Coelho (Reparação Automóvel);
- Nuno Carvalho (Medronho);
- Orlando Arsénio (Caça);
- José Francisco Vilhena de Matos (Montaraz).

Entrevistas aos Presidentes de Junta de Freguesia

O objectivo da realização destas entrevistas é análogo ao das entrevistas aos actores-chave. Até à data, dos seis Presidentes de Juntas de Freguesia foram entrevistados quatro. Para o efeito foi utilizado um Guião de entrevista (veja-se Anexo II).

Questionário à população Ouriquense

No âmbito da A21L de Ourique foi aplicado um questionário à população Ouriquense (veja-se Anexo III).

A aplicação do questionário teve como objectivo fazer uma análise da percepção da população sobre as principais potencialidades e problemas existentes actualmente no concelho e as suas expectativas relativamente ao futuro. Pretende assim, ser uma via para que se possa conhecer a visão do estado actual e perspectivas futuras do mesmo.

O questionário foi aplicado por quatro entrevistadoras da EGA entre 7 e 10 de Setembro de 2010, junto dos residentes de todas as freguesias do concelho de Ourique – Ourique, Garvão, Conceição, Panóias, Santana da Serra e Santa Luzia.

Face à dimensão do universo da população foi necessário recorrer ao processo de amostragem. A amostra foi definida através do processo de amostragem aleatória simples – neste tipo de amostra a premissa é de que cada componente da população estudada tem a mesma possibilidade de ser escolhido para compor



a amostra e a técnica que garante esta igual probabilidade é a selecção aleatória de indivíduos.

Na definição da amostra, em primeiro lugar, dividiu-se a população em categorias, de acordo com variáveis sócio-demográficas utilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística nos Recenseamentos da População, nomeadamente, a freguesia de residência e a idade. De seguida, foi feita uma ponderação, tomando em consideração o total da população por freguesia e por faixa etária. O cálculo da amostra identificou um total de 146 pessoas a serem inquiridas (cerca de 3% da população com mais de 18 anos).

Os questionários foram aplicados de forma directa, ou seja, a sua forma de apresentação caracteriza-se pela presença do inquiridor.

Após a recolha dos dados, os mesmos foram submetidos a um tratamento de análise, recorrendo ao programa informático SPSS – *Statistical Package for Social Sciences* e à análise de conteúdo.

Pesquisa bibliográfica e estatística

Procedeu-se à recolha de informação/bibliografia/estatística exhaustiva das várias dimensões da sustentabilidade (ambiental, económica e social), tendo sido grande parte disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourique.

Toda a informação/dados estatísticos existentes em bibliografia e a informação recolhida durante a realização das entrevistas a actores-chave, a Presidentes de Juntas de Freguesia e proveniente da realização do inquérito, foi analisada e compilada de modo a identificar os principais problemas e necessidades e pontos fortes/oportunidades.

Deste modo, o diagnóstico teve como principais objectivos:

- levantamento da informação relativa ao concelho, nas várias dimensões em análise, tanto bibliográfica como informação obtida através de entrevistas e questionários à população Ouriquense;
- sistematização e análise da informação recolhida, de modo a identificar os principais pontos fracos (problemas e necessidades) e ameaças, como



também os principais pontos fortes e oportunidades para o Desenvolvimento (Sustentável) do Município.

Em suma, pretendeu-se realizar uma análise da situação de referência (da realidade existente no concelho), dos factores de transformação concelhios (análise FOFA⁷) e uma análise prospectiva, de modo a poder posteriormente serem identificadas as áreas estratégicas onde será necessário intervir e implementar um plano de acção.

⁷ Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças.

CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE OURIQUE

4





4. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE OURIQUE

4.1. Enquadramento territorial

O concelho de Ourique está situado na região sudoeste, numa zona de transição entre a planície Alentejana e a Serra Algarvia, separado do litoral pelo concelho de Odemira, integrando administrativamente o distrito de Beja, a NUT III do Baixo Alentejo e a NUT II Alentejo. O concelho possui uma área de 663,4 km², correspondendo a 7,72% do território do Baixo Alentejo. O concelho de Ourique é ainda limitado a Norte pelo concelho de Aljustrel, a Noroeste pelo concelho de Santiago do Cacém, a Oeste pelo concelho de Odemira, a Nordeste pelo concelho de Castro Verde, a Este pelo concelho de Almodôvar e a Sul pelo concelho de Silves.



Figura 2 - Localização do concelho de Ourique (FONTE: Carta Educativa do Município de Ourique – 2006).

Esta transição geomorfológica é facilmente observada por quem percorra o concelho no eixo maior, o Norte – Sul, ao longo do IC1 que liga Lisboa ao Algarve.

Nas Freguesias mais a Norte (Panóias, Conceição, Santa Luzia e Garvão) predomina a planície, com pouco relevo, que se vai acentuando para Sul à



medida que o Algarve se aproxima. Santana da Serra é uma Freguesia tipicamente serrana e dista 23 km da Vila de Ourique.

A sede do concelho, localiza-se entre os dois grupos acima mencionados, situa-se a 60 km da sede de Distrito, a 190 km de Lisboa, junto do entroncamento do IC1 e do IP2 (Sines – Beja) e a cerca de 5 km do nó da Auto-estrada.

4.2. História do concelho

A fundação de Ourique é tradicionalmente datada de 711, ano da entrada dos muçulmanos na Península Ibérica. Contudo, vários factos apontam para uma existência mais recuada. Dever-se-á aos muçulmanos a edificação do seu *castelo* que com toda a probabilidade várias vezes terá alternado entre o Crescente e a Cruz, consoante a sorte das armas.

Uma das referências ao castelo de Ourique, que ainda hoje preenche memórias e originou lendas, é feita pelo cronista árabe Ahmed Banmohmed Arrazi, que no séc. X se refere ao *castelo* de Ourique como um dos mais fortes do termo de Beja. Este funcionaria como atalaia defensiva nos tempos da reconquista, tendo como guarda avançada o Castro da Cola (Pré-Diagnóstico Social de Ourique, 2008).

A Vila de Ourique constituiu-se como uma das componentes centrais na reconquista do território aos muçulmanos, tendo sido testemunha da polémica Batalha de Ourique em 1139, além de toda a sua área geográfica ter sido o caminho, primeiro, da Ordem de Santiago, Hospital e Calatrava até à definitiva conquista do Algarve.

À importância geográfica (estratégica) vem-se juntar a relevância administrativa. Vilas como Ourique e Garvão desempenharam há muito um papel militar e comercial, no que ao Sul se refere, estabelecendo ligação com o vale do Sado e com a Serra Algarvia.

Desta forma, logo em 8 de Janeiro de 1290, Ourique obtém carta de foral, concedida em Beja por D. Dinis, e torna-se cabeça de comarca, tendo a jurisdição de muitos concelhos limítrofes.

A situação geográfica de Ourique, numa zona de grande tradição pecuária que corresponde aos Campos de Ourique, resulta na concepção da carta de feira



anual com a duração de um mês (de 15 de Abril a 15 de Maio), concedida por D. Dinis em 14 de Junho de 1288. Esta carta de feira anual deve-se essencialmente, a Ourique ser um importante centro de criação de gado (Pré-Diagnóstico Social de Ourique, 2008).

Na primeira metade do século XIII, a área circundante de Ourique foi frequentemente zona de atrito entre oficiais régios e santiaguistas. Estes oficiais estavam apostados na actividade pecuária, enquanto que os primeiros estavam interessados em conservar os ameaçados pela pressão dos pastores e dos seus gados.

Os pastos de Ourique constituíram, até finais do século XIV como os mais vastos do reino.

As informações acerca da vivência medieval das povoações do sul são escassas. Contudo, sabe-se que Ourique pertenceu à Ordem de Santiago, andando a sua comenda na casa dos Condes de Unhão.

Ourique gozava de voto em Cortes com assento no banco 15º, o que demonstra a sua importância política, fazendo-se representar por procuradores eleitos pela câmara. Tinha casa da Misericórdia, que possui portas de cantaria lavrada e Hospital, remontando ambos ao século XVIII.

No termo de Ourique existiam as ermidas de S. Sebastião, S. Luís, Nossa Senhora do Castelo, São Bráz, São Lourenço e Nossa Senhora da Cola. Esta última ermida tem uma romaria das mais antigas e devotas no sul do país, que se realiza a 8 de Setembro.

D. Manuel I, aquando da criação dos forais novos, confirma em Santarém, a 20 de Setembro de 1510, os privilégios do foral dado por D. Dinis.

No primeiro “numeramento” da população portuguesa, em 1527, Ourique e o seu termo teriam um total de 582 habitantes, o que fazia desta vila uma das mais povoadas de Além-Tejo (Pré-Diagnóstico Social de Ourique, 2008).

Em 1573 o rei D. Sebastião, na sua jornada ao Alentejo e ao Algarve, visita Ourique.

Segundo os relatos do cronista João Cascão, tendo el-rei vindo de Almodôvar jantar a Ourique, foi recebido pelos homens bons da terra e por uma companhia



de ordenanças de cinco bandeiras (que tinha mil homens). Foi a melhor ordenança que acharam em todos os lugares que percorreram. D. Sebastião assistiu ainda a danças e ouviu missa, supõe-se que na antiga Matriz. Mais tarde, aqui se demorou duas horas a jantar.

Ourique, no séc. XX, tal como outros concelhos do País, viveu a sua economia agrária e sofreu as consequências do seu enfraquecimento quando a produção industrial ocupou a liderança no desenvolvimento económico.

No ano de 1900 a população do concelho era de 9.143 habitantes. A grande maioria trabalhava na agricultura e na criação de gado. O crescimento da população levou a um máximo em 1950 quando o concelho contava com 16.685 habitantes. A população tem vindo gradualmente a diminuir nos últimos 50 anos, devido á emigração e migração promovida pelo desemprego na zona rural (Pré-Diagnóstico Social de Ourique, 2008).

4.3. Governança Municipal

A Governança, enquanto conceito, é definida como a interacção entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder e responsabilidades são exercidos, como são tomadas as decisões, e qual a intervenção por parte da sociedade civil e outros *stakeholders* (grupos de interesse), nomeadamente as instituições governamentais, as instituições escolares e científicas, o sector privado e as organizações não-governamentais. Os princípios base da Governança são: abertura, coerência, eficácia, participação e responsabilidade. Neste sentido, a implementação de políticas e de decisões será um processo mais integrado e participado, uma vez que inclui diferentes *stakeholders*, com uma responsabilidade partilhada.

Neste sentido, serão analisadas nesta secção as relações entre algumas entidades que desenvolvem actividade no concelho e que contribuem para a Governança do município.

A Câmara Municipal de Ourique (CMO), enquanto entidade administrativa local, tem como principal missão a prestação do serviço público à sua população. Para o cumprimento dessa missão, a CMO assume uma política com base no desenvolvimento do concelho de uma forma sustentável, sendo a A21L o instrumento que vai potenciar e maximizar essa visão. Criando uma imagem



positiva do município, atraindo investimento de qualidade e otimizando a gestão dos seus recursos de forma eficiente, é possível promover esse desenvolvimento dando resposta às necessidades dos munícipes.

No que diz respeito à **estrutura orgânica** da CMO, esta divide-se a três níveis:

- Presidente;
- Gabinetes, Comissões e Conselhos;
- Unidades Orgânicas.

O Presidente encontra-se no topo da hierarquia organizacional, fazendo-se acompanhar por sete gabinetes, comissões e conselhos: Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente (GAP), Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico (GADE), Serviço Municipal de Veterinária, Gabinete de Informação e Comunicação de Ourique (GICO), Serviço Municipal de Protecção Civil, Comissões Municipais, Conselhos Consultivos.

A estrutura orgânica da Câmara Municipal é constituída por quatro unidades orgânicas:

- a unidade orgânica de Administração Geral e de Gestão Financeira, que integra os serviços de: Apoio aos órgãos Autárquicos, Expediente e Arquivo, Apoio Jurídico e Contra-Ordenações, Receitas Municipais, Planeamento e Gestão de Investimentos, Contabilidade, Eleições e Notariado, Serviços Gerais, Informática e Telecomunicações, Recursos Humanos, Formação, Saúde e Higiene no Trabalho, Aquisição de Bens e Serviços e Património, Tesouraria;
- a Unidade Orgânica de Acção Social, Educação, Bibliotecas, Cultura, Turismo e Desporto, que integra os seguintes serviços: Cultura, Desporto e Juventude, Animação, Promoção Turística, Gestão de Equipamentos, Acção Social, Educação e Acção Social Escolar e Bibliotecas e Arquivo Histórico;
- a Unidade Orgânica de Obras e Serviços Urbanos, que integra os serviços de: obras municipais; serviços urbanos; gestão de frotas auto; electricidade; oficinas; armazém; e carpintaria e serralharia civil;



- a Unidade Orgânica de Gestão Urbanística e Ambiente, que integra os serviços de: planeamento e ordenamento do território; ambiente; licenciamentos e obras particulares; fiscalização e vistorias; gabinete técnico florestal; e serviço de informação geográfica.

As intervenções no território Ouriquense não resultam apenas de incitativas únicas da CMO, mas sim da articulação entre a C.M.O e outras entidades. Para uma melhor análise desta articulação e do tipo de intervenções efectuadas, estas podem ser classificadas consoante o âmbito de acção. Deste modo, tem-se os sectores: Desenvolvimento Local, Solidariedade Social, Cultura e Desporto, Educação, Economia e Turismo, Segurança Pública, Ambiente, Saúde e Veterinária.

A principal “missão” da administração local (CMO e Juntas de Freguesia) é a promoção do **Desenvolvimento Local** de Ourique. Neste âmbito, a articulação das intervenções é efectuada entre o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico e todas as entidades que intervêm no território, com especial destaque para as associações de desenvolvimento local:

- ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste;
- NOSSA TERRA;
- Castro da Cola.

O âmbito destas intervenções recai no apoio ao desenvolvimento local sustentável de modo a respeitar os valores naturais e culturais do concelho.

No que se refere às **actividades económicas** a articulação das intervenções é mais uma vez estabelecida entre as diferentes entidades locais com o Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, o qual tem como competências: promover e ou apoiar acções para o desenvolvimento económico do Concelho; promover e ou apoiar acções para captação de novos investimentos e apoiar a instalação de novas Empresas; apoiar e colaborar com os agentes económicos na obtenção de financiamentos; apoiar e acompanhar a elaboração de estudos e projectos promovidos por agentes económicos, instituições e entidades públicas ou privadas com incidência no Concelho; propor programas de apoio à actividade económica.



As principais entidades que actuam na área económica no Concelho de Ourique são:

- IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- NERBE (Núcleo Empresarial da Região de Beja);
- Direcção Regional da Economia do Alentejo;
- Associação Comercial do Distrito de Beja;
- Esdime;
- ACPA – Associação de Criadores de Porco Alentejano.

As acções de **Solidariedade Social** em Ourique são realizadas por diversas instituições, sendo que o ponto de ligação à autarquia é a Unidade Orgânica de Acção Social, Educação, Bibliotecas, Cultura, Turismo e Desporto, cujos objectivos sumariamente se traduzem em diagnosticar as necessidades sociais da comunidade, traçando um Plano de Acção com intervenções específicas que vise responder a essas necessidades. As instituições acima referidas são:

- Instituto da Segurança Social - Centro Distrital de Segurança Social de Beja;
- Santa Casa da Misericórdia de Ourique: Com extensões em Santa Luzia e Aldeia de Palheiros;
- Futuro de Garvão;
- CERCICOA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social dos Concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar;
- Centro de Apoio à População Idosa de Panóias;
- Centro de Apoio à População Idosa de Santana da Serra;
- ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste;

sendo que as suas intervenções incidem maioritariamente na assistência social aos idosos, crianças e pessoas carenciadas e na promoção da empregabilidade.



As acções de carácter **Cultural e Desportivo** têm como representante na Administração Local a Unidade Orgânica de Acção Social, Educação, Bibliotecas, Cultura, Turismo e Desporto, cujas competências sumariamente se traduzem em: promover o desenvolvimento cultural da comunidade; propor e executar programas de prestação e salvaguarda do património cultural popular, tanto material como imaterial; proceder à articulação de actividades culturais do Município, fomentando a participação alargada de associações, colectividades e outras organizações; promover, preservar e divulgar os valores culturais e do património histórico e natural do Concelho; organizar um programa de actividades desportivas de interesse da população em geral; dinamizar os espaços desportivos do Concelho. Estas competências adquirem a forma de intervenções com o apoio das seguintes entidades e associações:

- Centro Cultural e Recreativo de Santana da Serra;
- Centro Recreativo e Cultural Favelense;
- Liga dos Amigos da Aldeia de Palheiros;
- Associação Cultural e Juvenil Palheirense;
- Associação NOSSA TERRA;
- Associação Juvenil e Cultural dos Grand'Aços;
- Associação de Cultura e Recreio "A Noiva";
- Centro Social, Cultural e de recreio da Casa do Povo de Garvão;
- Associação de Festas e Romarias de Garvão;
- Associação Cultural e Defesa do Património de Garvão;
- Sociedade Recreativa Desportiva e Cultural de Conceição;
- Associação Cultural e Recreativa da Aldeia de Alcarias;
- Ideias de Arromba;
- Ourique Desportos Clube;
- Clube Desportivo e Cultural de Panóias;
- Sociedade Columbófila Ouriquense;
- Associação de Caçadores de Panóias;



- Associação de Caçadores e Pescadores de Santana da Serra;
- Associação de Caçadores Vizinhos e Amigos;
- Associação de Caçadores e Pescadores do Monte da Ribeira;
- Associação de Caçadores de Santa Luzia;
- Clube Caça da Barragem de Santa Clara;
- Associação de Caçadores da Aldeia de Palheiros;
- Associação de Caçadores e Pescadores da Freguesia de Ourique;
- Associação de Caçadores e Pescadores da Aldeia Nova da Favela;
- Ouricaça – Associação Desportiva;
- Associação de Caçadores do Castro da Cola;
- Associação de Caçadores da Freguesia de Garvão;
- ORIK - Associação para a Defesa do Património de Ourique;
- Associação Equestre D. Afonso Henriques;
- Direcção Regional de Cultura do Alentejo⁸;

Tais intervenções visam a organização e realização de eventos culturais e desportivos, tal como a preservação e valorização do património municipal.

Em relação à **Educação** no concelho de Ourique, esta competência encontra-se também afecta à Unidade Orgânica de Acção Social, Educação, Bibliotecas, Cultura, Turismo e Desporto, cujo princípio integrante é o planeamento e execução de programas de educação e ensino da competência do Município, convergindo com a acção do Agrupamento Vertical de Escolas de Ourique, do Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família. A CERCICOA - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social dos Concelhos de Castro Verde, Ourique e Almodôvar, também tem como objectivo promover a educação de crianças e jovens, inicialmente, tendo posteriormente criado respostas para todas as faixas etárias com incidência em utentes com necessidades educativas especiais.

⁸ Associações e Entidades externas com intervenção no concelho de Ourique.



Ao nível da educação de adultos o IEPF de Ourique, a ESDIME e outras entidades formadoras exteriores ao concelho (Ex: Plano RH) desenvolvem um conjunto de acções de formação profissional inicial e contínua, que habilitam escolar e profissionalmente a população.

A Unidade Orgânica de Acção Social, Educação, Bibliotecas, Cultura, Turismo e Desporto executa, também, actividades com incidência no fomento da animação e promoção turística. Esta competência tem como parceiros:

- Entidade Regional de Turismo;
- Esdime;
- ACPA – Associação de Criadores de Porco Alentejano.

que, para além do turismo, promovem também a empregabilidade e a defesa dos interesses de todo os empresários e seus associados.

Em relação à **Segurança Pública**, a entidade da autarquia responsável é o Serviço Municipal de Protecção Civil que em conjunto com:

- GNR - Ourique;
- GNR - Garvão;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourique,

promovem a segurança da população de Ourique.

As intervenções de carácter **ambiental** são da competência da Unidade Orgânica de Gestão Urbanística e Ambiente que, em parceria com a LPN - Liga para a Protecção da Natureza de Castro Verde, actuam de modo a organizar e realizar actividades de educação, preservação e valorização dos recursos naturais concelhios. A conservação e manutenção dos sistemas hídricos e espaços florestais são também do âmbito de actuação desta Unidade Orgânica e das seguintes entidades:

- Autoridade Florestal Nacional - Beja;
- ARH do Alentejo - Delegação de Beja;
- ACPA – Associação de Criadores de Porco Alentejano.

Em relação à **Saúde**, as acções são promovidas pela Unidade Orgânica de Acção Social, Educação, Bibliotecas, Cultura, Turismo e Desporto, cujo principal



princípio (neste âmbito) é a colaboração com o Centro de Saúde de Ourique nas acções de diagnóstico da saúde da comunidade e nos planos de prevenção e profilaxia da saúde das populações. Neste âmbito, existe ainda o Grupo de Dadores de Sangue de Garvão que, para além da recolha de sangue, tem como função a sensibilização da população para a prática dádiva de sangue.

Na área da **veterinária**, as acções são articuladas entre o Serviço Municipal de Veterinária e a única associação existente, a Associação Canil e Gatil "Os Rafeiritos do Alentejo", que realiza campanhas de recolha de animais abandonados e maltratados promovendo a sua protecção, assim como a realização de campanhas de esterilização e adopção.

Adicionalmente e, com um papel transversal a todos os sectores de acção, encontram-se as seis Juntas de Freguesia do Município: Conceição, Garvão, Ourique, Panóias, Santa Luzia e Santana da Serra, que tentam responder às necessidades e apoiar as intervenções das diversas entidades, visando a promoção da melhoria da qualidade de vida, transpondo e operacionalizando para as Freguesias Ouriquenses a visão e missão adoptada pela Câmara Municipal de Ourique.

4.4. Caracterização Biofísica

4.4.1. Declive

O Município tem, na generalidade, declives pouco acentuados, apresentando maioritariamente valores entre os 0 e os 7,5%.

Através da confrontação dos declives com a ocupação do solo depreende-se que as áreas mais acidentadas correspondem, na sua maioria, às áreas de maior apetência florestal.

No que se refere à altitude, de uma forma geral, o concelho de Ourique não apresenta um relevo muito acidentado, variando aproximadamente entre os 59 e os 400 metros de altitude. O Norte do concelho é claramente menos acidentado do que o Sul.

4.4.2. Clima

O concelho de Ourique insere-se maioritariamente na Zona Ecológica Submediterrânica x Ibero-Mediterrânica (SM x IM) (ALBUQUERQUE, 1957 *in*



PMDFCI, 2008). Desta forma, o município apresenta, de uma maneira geral, um clima de influência mediterrânica, caracterizado por elevadas amplitudes térmicas, uma estação seca e quente marcada no Verão e Invernos frescos com baixa pluviosidade. Segundo a classificação de Köppen, este tipo de clima, característico aliás de todo o Baixo Alentejo, é do tipo *Csa*, isto é, clima temperado (mesotérmico) com o Inverno chuvoso e Verão seco (*Cs*), sendo o Verão, segundo Köppen, considerado quente pois a temperatura média do ar no mês mais quente é superior a 22°C (*a*). Por outro lado, o Inverno pode classificar-se como temperado dada a média dos mínimos do mês mais frio ser superior a 3°C. De acordo com a classificação de Thornthwaite, o clima, também nesta região, é Mesotérmico sub-húmido seco (*C1*), com índice hídrico entre 0 e -20 (PROFBA, 2005).

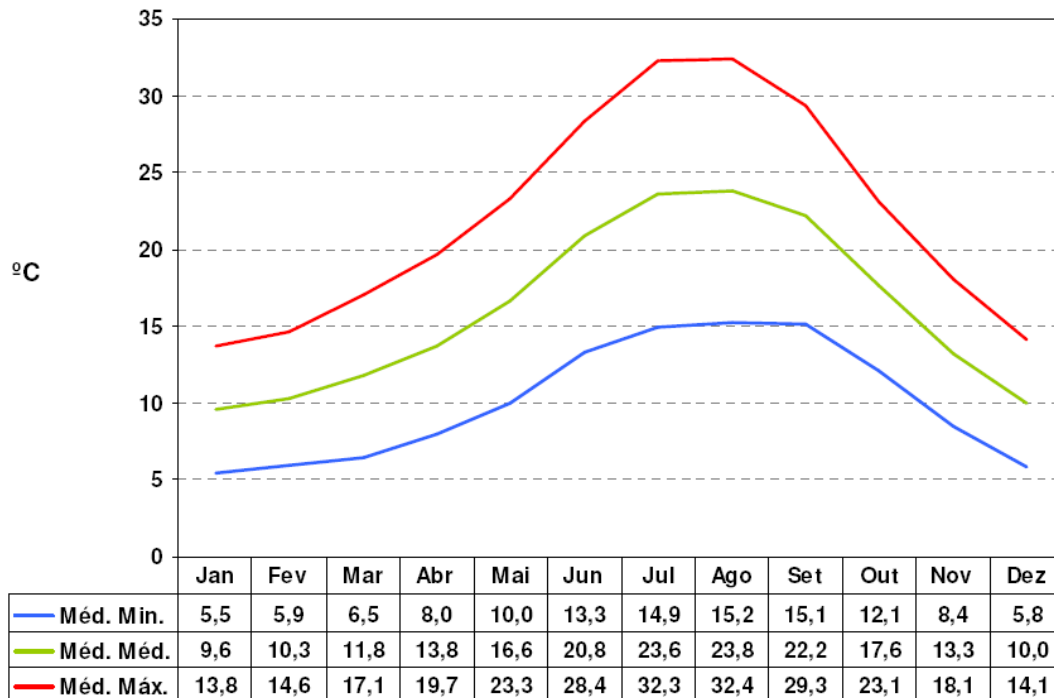
Segundo o Instituto do Ambiente e especificamente para o concelho de Ourique, a temperatura média anual varia entre os 15°C e os 16°C, podendo a humidade relativa do ar atingir os 85% nos meses de Inverno, concentrando-se a secura e o calor durante o Verão. Quanto à precipitação média anual, esta pode variar entre os 500 e os 700 mm, atingindo os 800 mm numa faixa mais a Sul junto ao limite do Município (PMDFCI, 2008). Estas e outras variáveis climatológicas serão detalhadas nos parágrafos seguintes.

Temperatura

Na região do Baixo Alentejo verifica-se uma variação crescente de temperaturas de Oeste para Este (ver Figura 3), com temperaturas médias anuais de 15°C - 16°C a Oeste, à excepção do extremo Oeste do concelho de Ferreira do Alentejo (16°C - 17,5°C) e temperaturas superiores a 17,5°C a Este. A temperatura média anual da região ronda os 16°C (PROFBA, 2005).

Nos meses de Julho a Agosto, há em média 20-30 dias/ano em que a temperatura é superior a 25°C, enquanto de Novembro a Março este valor é nulo ou insignificante. Verifica-se que o maior número de dias/ano em que a temperatura mínima do ar é inferior a 0°C ocorre nos meses de Dezembro e Janeiro (PROFBA, 2005).

Assim, pode-se repartir o ano por dois períodos de 6 meses: período mais quente de Maio a Outubro e período mais frio de Novembro a Abril (PROFBA, 2005).



Fonte dos dados: ISA

Figura 4 - Temperatura mensal no Município de Ourique. Média das mínimas, médias e máximas entre 1958-1988 (PMDFCI, 2008).

Precipitação

No Baixo Alentejo, a precipitação média anual varia entre os 400 mm e os 900 mm.

Os valores mais elevados da precipitação estão circunscritos a pequenas áreas de relevo mais acentuado na Serra do Mendro, Serra da Adiga e na Serra do Caldeirão, onde a altitude provoca um acentuado aumento da precipitação que pode atingir precipitações de 1000 mm anuais. A análise das precipitações mensais indica uma grande irregularidade na distribuição da precipitação ao longo do ano, sendo que a chuva concentra-se no período de Outubro a Março (PROFBA, 2005).

Ourique apresenta valores de precipitação superiores a alguns dos concelhos igualmente inseridos na região do Baixo Alentejo. Municípios como Aljustrel, Castro Verde ou Almodôvar, adjacentes a Ourique, apresentam maior probabilidade de ocorrência de períodos de seca (PIDBA, 2009).



Para o Município de Ourique, e com base nos dados pluviométricos recolhidos pela estação meteorológica de Beja, verifica-se o registo, no período de 1958 a 1988, de uma precipitação média mensal na ordem dos 48,7 mm, tendo-se registado os valores mínimos e máximos de precipitação para os meses de Julho e Dezembro, com 2,4 mm e 84,0 mm, respectivamente (PMDFCI, 2008).

Por sua vez, de acordo com os dados apurados pelas estações meteorológicas da Aldeia de Palheiros e Santana da Serra (INAG), verifica-se, no período entre 1995 e 2006, um ligeiro aumento dos valores médios de precipitação comparativamente ao período anterior, sendo este de 53,8 mm. Quanto aos valores mínimos e máximos, estes foram de 1,4 mm para Julho e de 139,1 mm para Dezembro, respectivamente. Quanto ao ano de 2006, apenas Janeiro, Fevereiro e Março apresentam registos de precipitação, sendo de 60,5 mm para Janeiro, 48,1 para Fevereiro e 83,3 para Março (Figura 5) (PMDFCI, 2008).



Fonte dos dados: ISA e INAG

Figura 5 - Precipitação mensal no Município de Ourique. Média das médias entre 1958-1988 e 1995-2006 (PMDFCI, 2008).

Humidade relativa

Ao longo do dia, a humidade relativa do ar varia na razão inversa da evolução da temperatura, atingindo-se os valores mínimos durante a tarde quando a temperatura do ar é mais elevada, sendo essa diminuição mais importante nos

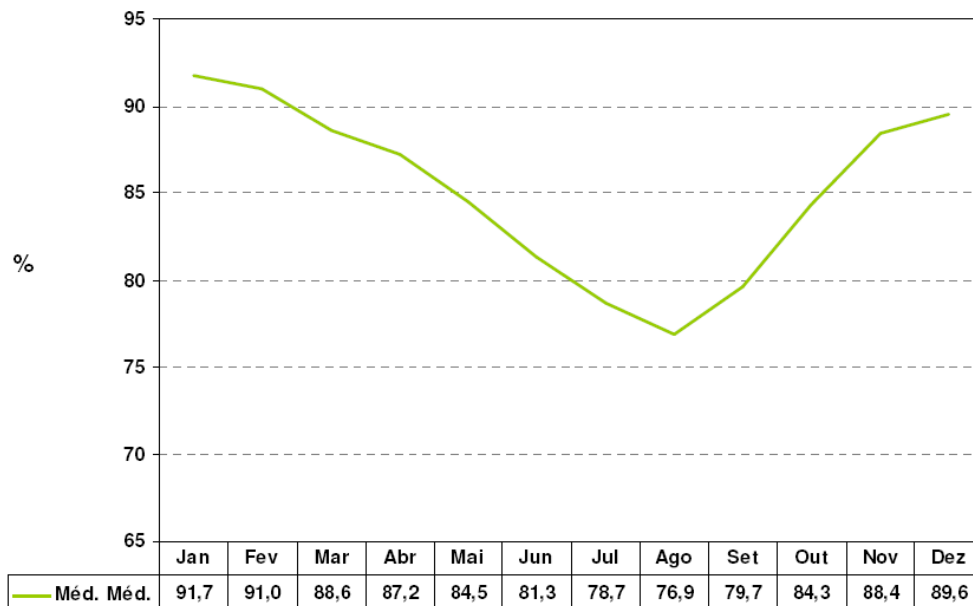


meses de Verão. Os valores da humidade relativa do ar às 9 horas são considerados como sendo uma boa aproximação da média dos valores das 24 horas (PROFBA, 2005; PMDFCI, 2008).

Desta forma, e para a região do Baixo Alentejo, verificam-se valores de humidade relativa, em termos médios anuais, entre 71% e 77%. Ao longo do ano a humidade relativa apresenta uma variação importante. Os valores mais baixos da humidade relativa do ar às 9 horas ocorrem nos meses de Junho/Julho e Agosto/Setembro, variando de forma geral entre os 50 e 65%. Por outro lado, os valores mais elevados verificam-se de Novembro a Fevereiro/Março, variando entre 80% e 90% (PROFBA, 2005).

Apresenta-se na Figura 6 a humidade relativa mensal do ar, medida às 9 horas, para o concelho de Ourique (PMDFCI, 2008). Esta apresenta um valor médio anual de 85,2%, atingindo o valor máximo para o mês de Janeiro com 91,7%, e o valor mínimo para os meses de Julho e Agosto, com 78,7% e 76,9% respectivamente (PMDFCI, 2008). Verifica-se assim que, segundo a bibliografia consultada, os valores de humidade relativa no concelho de Ourique são superiores à média da região do Baixo Alentejo, quer em termos médios anuais, mensais mínimos e mensais máximos⁹.

⁹ Atente-se que os dados retirados do PMDFCI são de 1958 a 1988 e os dados do PROFBA são de 1951/1961/1963 a 1980.



Fonte de Dados: ISA

Figura 6 - Humidade relativa mensal no Município de Ourique. Média das médias no período entre 1958-1988 (PMDFCI, 2008).

Vento

O vento é descrito essencialmente com base na sua velocidade e na sua direcção. Os ventos predominantes na Península Ibérica são do quadrante Noroeste, principalmente no Verão. Esta direcção do vento está associada à depressão térmica que se instala sobre a Península Ibérica durante o Verão e que compreende massas de ar seco de origem continental (PROFBA, 2005).

No quadro seguinte (Quadro 2) é possível verificar, para o concelho de Ourique, qual a velocidade média e frequência do vento, em cada um dos pontos cardeais e colaterais, para cada mês do ano, no período de 2002-2006. Através desta análise consegue-se saber qual a direcção preferencial do vento, em cada mês, e por outro lado, saber a direcção em que ele sopra mais forte e qual esse valor (PMDFCI, 2008).



Quadro 2 - Médias mensais da frequência e velocidade do vento no Município de Ourique para 2002-2006 (PMDFCI, 2008).

	N		NE		E		SE		S		SO		O		NO		C
	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f	v	f
Janeiro	21,4	3,5	13,5	2,9	8,5	1,8	10,2	2,0	17,4	2,1	11,4	3,1	7,9	2,7	9,7	3,4	32,0
Fevereiro	17,6	2,9	14,4	2,3	9,1	2,1	9,1	3,0	17,6	2,3	12,8	3,3	8,0	3,8	11,4	3,6	30,6
Março	16,6	4,0	14,7	4,2	6,8	2,9	9,0	3,3	21,2	3,1	15,0	4,2	7,6	3,7	9,2	3,3	22,0
Abril	15,0	4,0	11,3	5,0	6,1	3,3	5,5	3,4	12,3	3,4	15,6	4,0	18,1	4,9	16,1	5,4	18,5
Maió	20,8	5,4	10,2	3,3	3,5	2,7	3,8	3,3	9,5	3,7	13,4	4,2	16,3	4,2	22,4	5,6	13,9
Junho	14,5	4,6	9,0	3,9	4,0	1,9	3,5	3,3	10,2	4,3	19,7	4,2	18,1	5,6	21,1	5,7	13,1
Julho	22,8	5,7	9,0	3,7	3,8	3,0	2,4	5,1	6,8	3,9	13,5	4,8	16,3	4,8	25,4	6,0	9,7
Agosto	16,4	5,0	9,9	4,6	3,9	3,1	3,2	2,2	10,4	3,6	17,8	4,6	14,2	5,1	24,2	5,7	12,6
Setembro	12,0	3,4	8,5	3,8	6,0	4,2	5,4	2,4	16,9	3,5	18,4	4,8	14,9	5,4	17,9	4,6	18,8
Outubro	11,1	2,7	5,4	3,0	4,1	1,6	7,7	3,0	20,6	4,9	24,6	5,5	13,0	4,3	13,5	4,2	23,5
Novembro	12,8	5,1	16,2	3,9	5,4	2,8	11,5	2,6	20,7	2,9	15,0	2,9	8,6	2,5	9,8	3,4	27,5
Dezembro	18,7	4,3	14,9	3,1	6,5	2,2	10,5	2,3	18,3	2,6	12,0	3,4	8,2	3,7	10,9	4,2	28,0

f = frequência(%), v = velocidade de vento (km/h) e C = Situação em que não é movimento apreciável do ar, a velocidade não ultrapassa 1 km/h.

Valor superior de frequência
Valor superior de velocidade
Valor inferior de frequência para as velocidades inferiores a 1 km/h

Fonte dos dados: INAG

Assim, e de uma maneira geral, constata-se que, a nível da velocidade média do vento, este apresenta velocidades máximas entre os 3,8 e 5,7 km/h. As velocidades médias máximas ocorreram, preferencialmente, na direcção Noroeste durante os meses de Abril a Agosto. Quanto à frequência do vento, ou seja, qual a direcção em que o vento mais soprou em cada um dos meses, constata-se que a direcção Noroeste foi a preferencial de Maio a Agosto. Podemos concluir ainda que a direcção Noroeste é que apresenta as velocidades do vento maiores, durante os meses mais quentes do ano (PMDFCI, 2008), tal como referido para a generalidade da Península Ibérica. No entanto, no concelho de Ourique, embora a velocidade do vento aumente um pouco durante o período estival, nunca atinge velocidades muito elevadas. A conjugação da velocidade/frequência do vento verifica-se nos meses de Maio, Junho e Julho,



onde o vento chega a atingir uma frequência máxima de 25,4% e uma velocidade máxima de 6,0 km/h (PMDFCI, 2008)¹⁰.

Insolação

A insolação é o tempo durante o qual o sol está a descoberto e pode exprimir-se em horas. Depende da nebulosidade e da insolação astronómica (insolação máxima possível no mesmo intervalo de tempo, dada pela tabela das horas do sol acima do horizonte). Pela acção conjunta destes dois factores a insolação é maior no Verão do que no Inverno (PROFBA, 2005).

Na região do Baixo Alentejo, os valores médios anuais da insolação (Figura 7) variam entre 2700 e 3100 horas, verificando-se que o número de horas de sol se situa abaixo das 2900 horas a Sul do concelho de Ourique. A restante área do concelho apresenta 2900 a 3000 horas de insolação. Nos concelhos mais interiores do Baixo Alentejo, a insolação atinge as 3000-3100 horas. Nas estações meteorológicas de Beja e Mértola - Vale Formoso verifica-se que os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro têm menor número de horas de sol, em média inferior a 150 horas/mês, e os meses de Junho, Julho e Agosto são os que registam maior número de horas de sol, acima das 300 horas/mês (PROFBA, 2005).

¹⁰ Considera-se que as velocidades atingidas não são muito elevadas no concelho de Ourique tendo em conta velocidades registadas noutros locais relativamente próximos, como a estação de Beja e Mértola-Vale Formoso, onde se registam ventos fortes (>36 Km/h) em cerca de dez dias por ano, e ventos muito fortes (>55 Km/h) em um/dois dias por ano.





aumento generalizado de temperatura;

aumento da média da temperatura máxima no Verão - Junho, Julho, Agosto (pode ultrapassar os 9°C em certas regiões do interior centro);

aumento do número de dias em que a temperatura máxima excede os 35°C;

diminuição da precipitação anual da ordem de 100 mm;

decréscimo substancial de precipitação na ordem dos 30% nos meses de Primavera e dos 35-60% no Outono;

aumento da precipitação no Inverno na ordem dos 20-50%;

aumento e acumulação, principalmente nos meses de Inverno, de precipitação [dias de precipitação intensa (> 10 mm/dia)].

4.4.3. Recursos Hídricos e Qualidade da Água

Localização bacia hidrográfica

O concelho de Ourique encontra-se abrangido, quase na sua totalidade, pelas bacias hidrográficas de Sado e Mira. Uma área reduzida do concelho, a Este encontra-se sobre a bacia hidrográfica do Guadiana e a Sul a do Arade (Figura 8).

Recursos hídricos subterrâneos

O concelho de Ourique encontra-se na unidade hidrogeológica do Maciço Antigo, mais especificamente no Maciço Antigo Indiferenciado (<http://snirh.pt/index.php?idMain=1&idItem=1.4&uh=A>).

Os aquíferos existentes nesta unidade hidrogeológica são, de um modo genérico, locais (em termos de dimensões e importância produtiva) e desenvolvem-se nas camadas de alteração e fracturação mais superficiais destas formações, originando portanto aquíferos com comportamentos mistos de porosos e fracturados, onde os níveis mais superficiais têm um comportamento poroso dominante que passa progressivamente para um comportamento de aquífero fracturado à medida que se desce na camada de alteração, abandonando a faixa onde a rocha está completamente meteorizada, e se entra no domínio onde é a fracturação que define o volume de vazios.

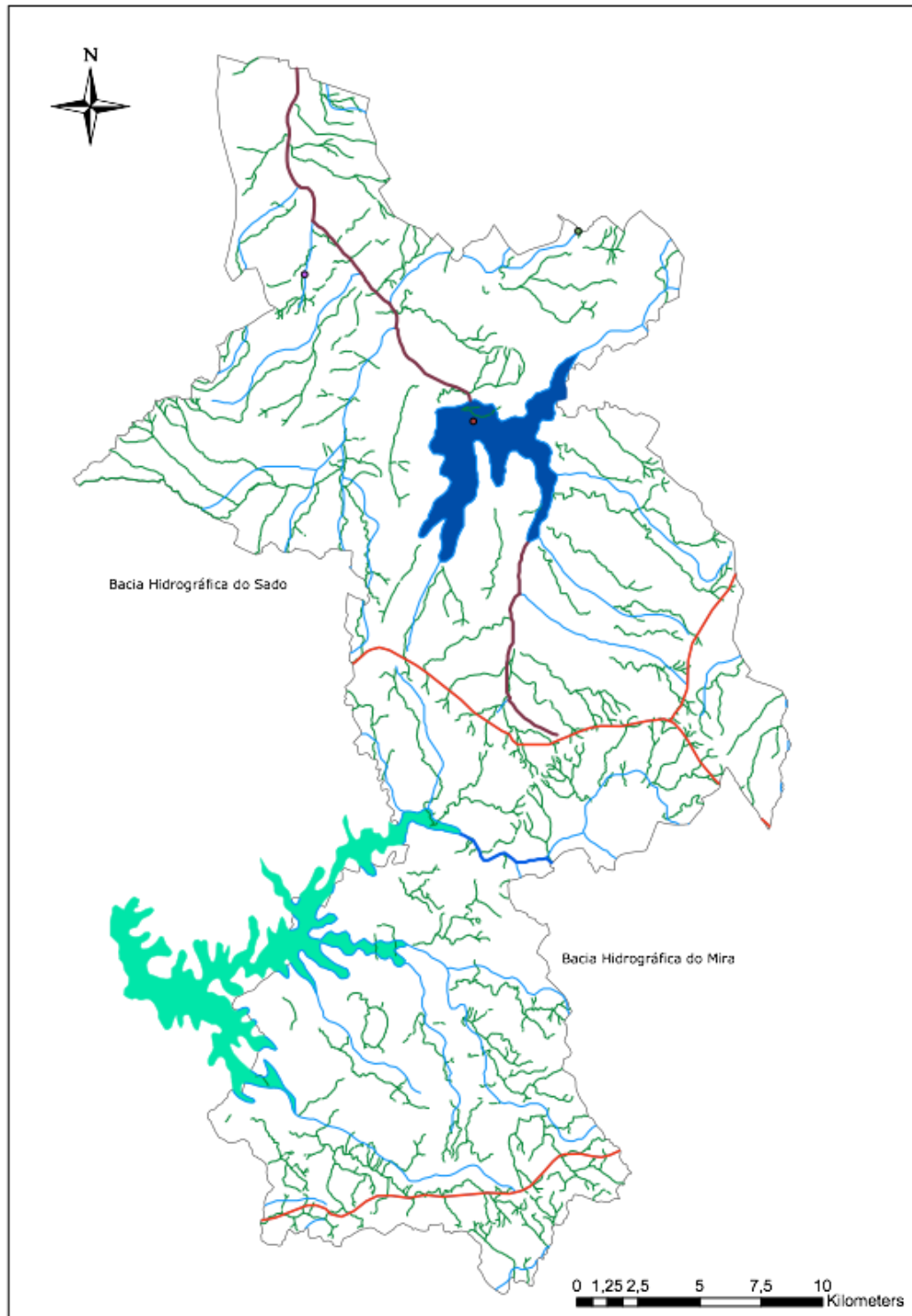


Figura 8 - Excerto de Mapa do concelho com principais recursos hídricos (FONTE: Câmara Municipal e Atlas do Ambiente).

De acordo com os dados do inventário realizado para as formações do Maciço Antigo incluídas na área da bacia hidrográfica do Sado, verifica-se que os valores



de produtividade registados variam em geral entre 0,5 e 3 l/s podendo, nas áreas extremamente favoráveis, chegar a valores máximos da ordem dos 5 l/s. As áreas de Ourique incluídas na área da Bacia Hidrográfica do rio Sado têm uma produtividade de 0,69 a 2,70 l/s.

A água subterrânea é, para o concelho de Ourique, fonte significativa de água para abastecimento.

Recursos hídricos superficiais

O concelho é atravessado, a Norte, pelo Rio Sado e a sul pelo rio Mira. Na bacia hidrográfica do Sado destacam-se a Ribeira de Ferraria, Ribeira de Garvão e ainda a Albufeira de Monte da Rocha. A bacia hidrográfica do Mira, de significativa relevância no concelho, apresenta a Ribeira de Perna Seca, Santana, Cabria, Carrios, Ribeiro Guilherme e a Albufeira de Santa Clara.

A barragem de Monte da Rocha tem como principais utilizações a Rega e Abastecimento, cuja área inundada, ao nível de pleno armazenamento, é de 11Km² (in <http://cnpgb.inag.pt/>). A entidade responsável pela sua gestão é a Associação de Regantes e Beneficiários de Campilhas e Alto Sado.

O Plano de Ordenamento de Albufeira de Monte da Rocha foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2003, de 29 de Setembro.

A barragem de Santa Clara pretende responder a múltiplos fins como: Rega, Abastecimento, Energia e ainda Defesa contra cheias. Esta, ao nível de pleno armazenamento, cobre uma área de 19,86 km² (in <http://cnpgb.inag.pt/>).

O Plano de Ordenamento de Albufeira de Santa Clara foi aprovado em Resolução de Conselho de Ministros n.º 54/2002, de 13 de Março.

Refira-se ainda a existência de uma vasta rede de cursos de água não permanente e de massas de água de menor importância que contribuem para uma boa cobertura em termos de hidrografia, ainda que eventualmente condicionados pela sazonalidade do seu caudal.

A extensa rede de cursos de água é factor potenciador do risco de cheia, encontrando-se este identificado pela cartografia de Rede Ecológica Nacional (Figura 9).

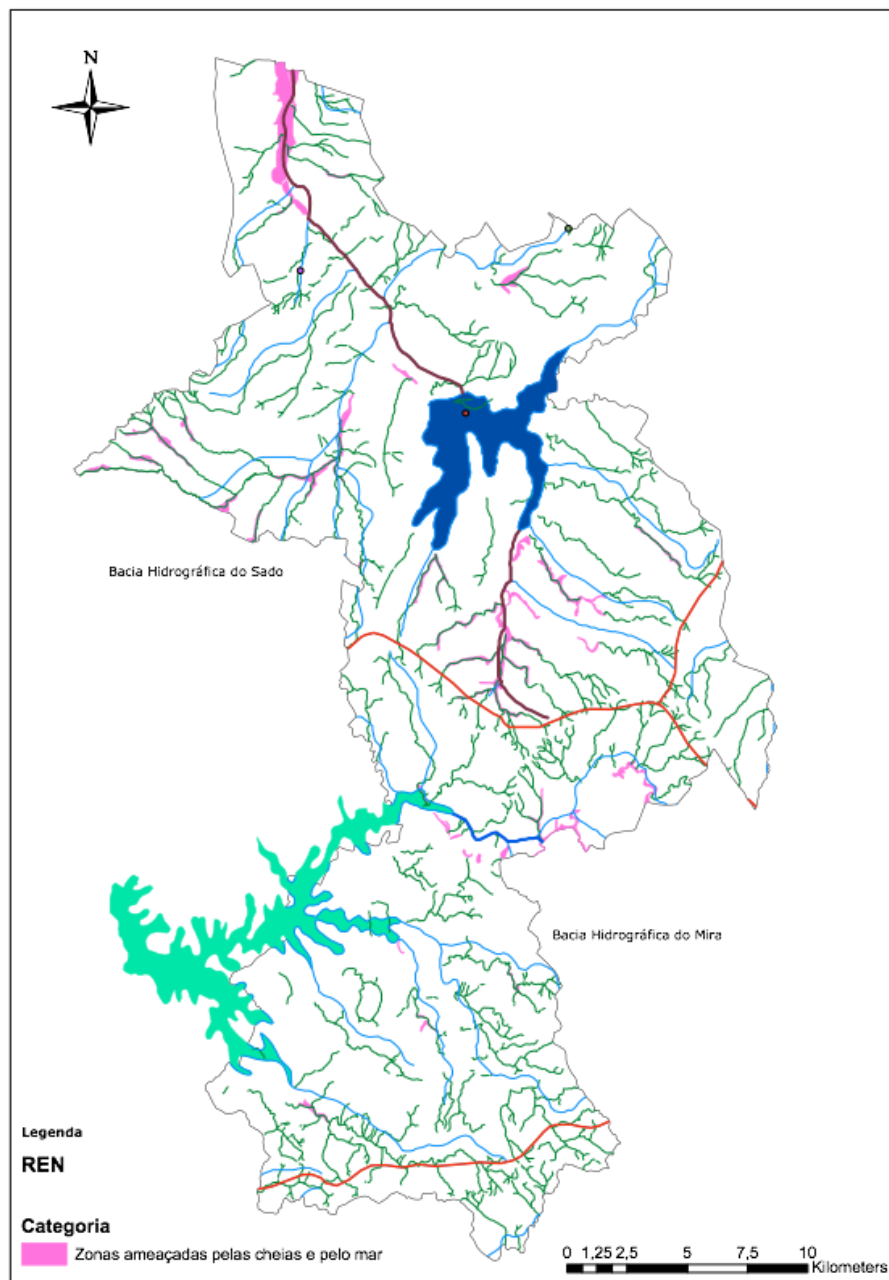


Figura 9 - Excerto de carta de REN, evidência de zonas ameaçadas pelas cheias (FONTE: Câmara Municipal).

À semelhança do verificado para o país, também o concelho de Ourique foi afectado pelas cheias de 1997, com impactes mais significativos nas freguesias de Garvão, localidade de Funcheira (Rodrigues *et al.*, 1998). De acordo com informações da Câmara Municipal, ocorreram, em 2007 episódios de cheia que



atingiram a mesma Freguesia, incidindo sobretudo na ribeira de Funcheira e Garvão.

Qualidade da água

Ao nível dos recursos hídricos subterrâneos e ao nível da rede de qualidade do SNIRH, para o concelho de Ourique, existe apenas informação para o ponto 555/48, situado sobre o Maciço Antigo Indiferenciado. Encontram-se disponíveis as classificações de qualidade da água subterrânea, para o ponto referido, entre 2000 e 2009 (ver Quadro 3).

Quadro 3 - Classificação da Qualidade da Água Subterrânea, de acordo com o Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto.

Ano	Classificação	Parâmetro Responsável por Classificação
2000	>A3	Cloretos
2001	>A3	Cloretos
2002	>A3	Condutividade
2003	A2	Coliformes fecais e Coliformes totais
2004	A3	Manganês
2005	A3	Manganês
2006	A1	-
2007	A3	Manganês
2008	A1	-
2009	A3	Manganês e Oxigénio Dissolvido

Através da análise de dados é possível constatar uma tendência de melhoria da qualidade da água. De acordo com o Decreto-lei n.º 236/98, as águas subterrâneas para produção de água para consumo humano deverão ter qualidade igual ou superior à categoria A1 de águas doces superficiais. Contudo, as águas de qualidade inferior a A1 poderão ser utilizadas, segundo o referido diploma legal, sempre que se verifique falta de alternativas técnica e economicamente viáveis, aplicando-se o esquema de tratamento idêntico ao exigido no Anexo II.

Atendendo ao princípio da precaução, e ao disposto no enquadramento legal para abastecimento, recomenda-se que seja aplicado: tratamento físico, químico de afinação e desinfecção.



No que se refere à qualidade de água superficial, por análise dos dados disponibilizados no SNIRH, identificam-se três estações (ver Quadro 4).

Quadro 4 - Nome e localização das estações de qualidade de água superficial (FONTE: SNIRH).

ID	Nome estação	Bacia	Coordenadas (M)	Coordenadas (P)
27H/03	Albufeira Monte Rocha	Sado	186264	84547
28H/01	Castro Cola	Mira	185824	67589
28G/03	Albufeira Santa Clara	Mira	173030	60728

O único ponto de amostragem não referente a Albufeiras é o de Castro Cola. Para a estação referida é possível constatar que a qualidade da água é fortemente influenciada pelo Oxigénio Dissolvido. Decorrente de uma baixa saturação de Oxigénio, em 2002, a água foi classificada como Má. Tendo, entre 2003 e 2008, qualidade da água a oscilar entre Boa e Razoável. (ver Figura 10).

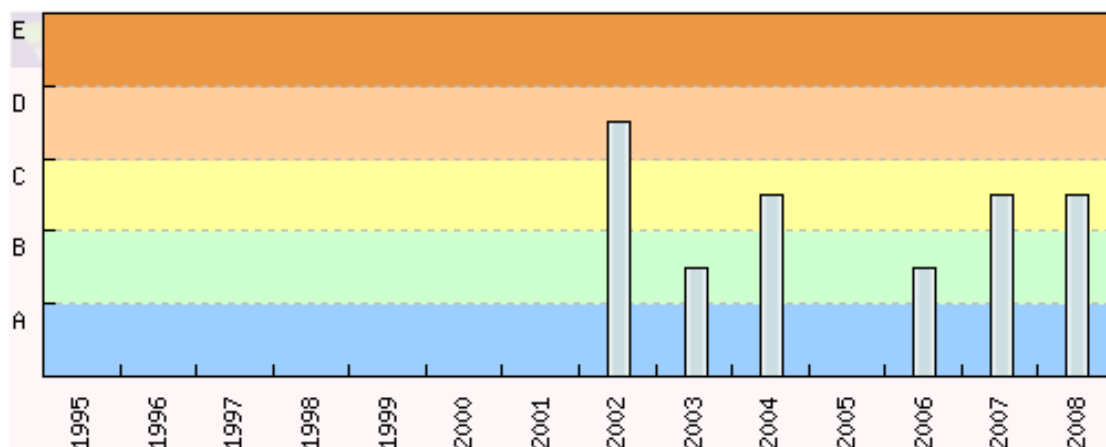


Figura 10 - Evolução das classificações para a estação de Castro Cola. (FONTE: SNIRH).

Localizam-se, no concelho, duas Albufeiras: Monte da Rocha, a Norte, em Panóias, e Santa Clara, a Sul.

O Plano de Ordenamento de Albufeira de Monte da Rocha foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2003, de 29 de Setembro. Neste diploma legal são referidos problemas ao nível da quantidade e qualidade da água. Apesar da entrada em vigor do Plano de Ordenamento, a qualidade da



água mantém-se reduzida, oscilando entre Razoável (2004 a 2006) e Má (2007 e 2008) (ver Figura 11). Em 2007, a classificação deve-se a valores de Azoto de *Kjedahl* acima de 2mg/l. Também em 2007 e em 2008, a qualidade da água foi inferior, devido a um pico de Fenóis.

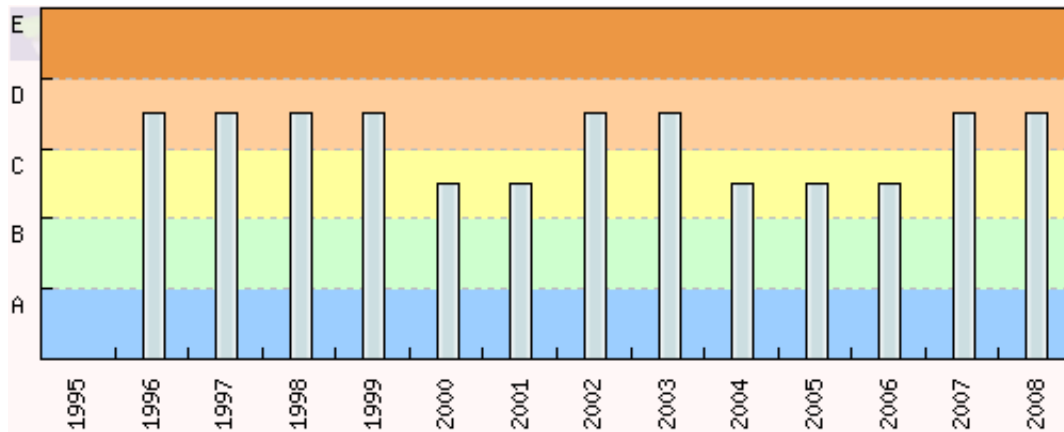


Figura 11 - Evolução das classificações para a estação de Monte da Rocha. (FONTE: SNIRH)

A qualidade da água da Albufeira de Santa Clara é, ao longo da série analisada, superior do que para a Albufeira de Monte da Rocha, apresentando Boa qualidade para os anos 2004 e 2007 (Figura 12).

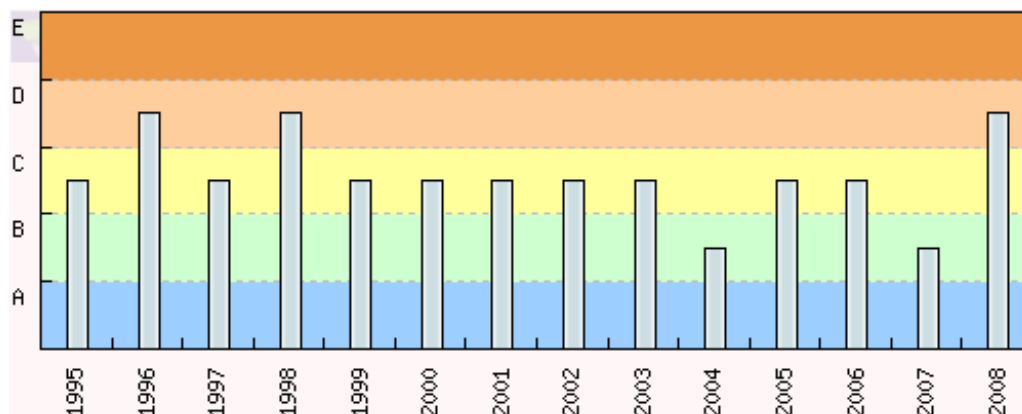


Figura 12 - Evolução das classificações para a estação de Santa Clara. (FONTE: SNIRH)

Ainda que a qualidade da água, na Albufeira de Santa Clara, seja superior à da albufeira de Monte da Rocha, a sua reduzida qualidade poderá causar problemas ao nível de abastecimento. Por este motivo, a utilização de água para abastecimento terá de ser sujeita, segundo o INAG, a tratamento rigoroso.



Ambas apresentam, de acordo com estudos de caracterização dos Planos de Ordenamento de Albufeira e Bacia Hidrográfica, riscos de eutrofização¹¹.

Os estudos de base dos Planos de Ordenamento de Albufeira demonstram que as suiniculturas e boviniculturas são fonte significativa de poluição. A grande maioria das explorações suinícolas, inventariadas à data da realização dos Planos mencionados, é de regime extensivo ("camping") de Porco Alentejano e de reduzida dimensão.

A produção de Porco Alentejano, no concelho de Ourique, assume particular relevância pelo que a possível contaminação, e consequente eutrofização, dos recursos hídricos adopta particular relevância.

A actividade urbana representa uma ameaça reduzida para a qualidade da água. Quanto à qualidade da água de consumo humano, de acordo com o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto, a verificação de conformidade deve ter como ponto de amostragem: i) o ponto de utilização, no caso de fontanários não ligados à rede de distribuição, ou ii) no ponto em que sai da torneira (no interior de uma instalação ou estabelecimento) no caso de água fornecida a partir de uma rede de distribuição.

Encontram-se definidos, no Programa de Controlo de Qualidade da Água para Consumo Humano (PCQA), controlos de rotina e de inspecção para o concelho de Ourique.

O controlo de rotina tem como objectivo, pelo Decreto-lei n.º 306/2007, fornecer, de forma regular, informação sobre a qualidade organoléptica e microbiológica da água destinada ao consumo humano. Este tipo de controlo visa aferir a conformidade da água com os valores paramétricos estabelecidos no referido diploma legal. Este controlo subdivide-se em controlo de rotina 1 que contempla os parâmetros: i) Bactérias coliformes, ii) *Escherichia coli* e iii) desinfectante residual e, controlo de rotina 2, que prevê a análise de: i) Alumínio, ii) Amónio, iii) Cheiro, iv) Cor, v) Nitritos, vi) número de colónias a

¹¹ É o enriquecimento do meio aquático com nutrientes, sobretudo compostos de azoto e/ou fósforo, que provoca o crescimento acelerado de algas e formas superiores de plantas aquáticas, perturbando o equilíbrio biológico e a qualidade das águas em causa.



22°C e vii) número de colónias a 37°C, viii) Oxidabilidade, ix) *Pseudomona aeruginosa*, x) sabor e xi) turvação.

Prevê ainda a realização de controlo de inspecção que tem como objectivo obter as informações necessárias para verificar o cumprimento dos valores paramétricos.

Para 2008 e 2009, apenas uma análise prevista pelo controlo de rotina 1, não fora realizada. O ponto de amostragem, da referida análise, situa-se em Chada Velha.

Na Figura 13 encontra-se a representação gráfica dos incumprimentos, em matéria de qualidade da água para abastecimento, no período de 2003 a 2009. Da análise da Figura 13 observa-se que, de um modo geral, o número de incumprimentos tem vindo a decrescer e que o maior número de incumprimentos ocorreu em 2003. Constata-se, igualmente, que desde 2007 não se registam incumprimentos nas Freguesias de Conceição e Santa Luzia.

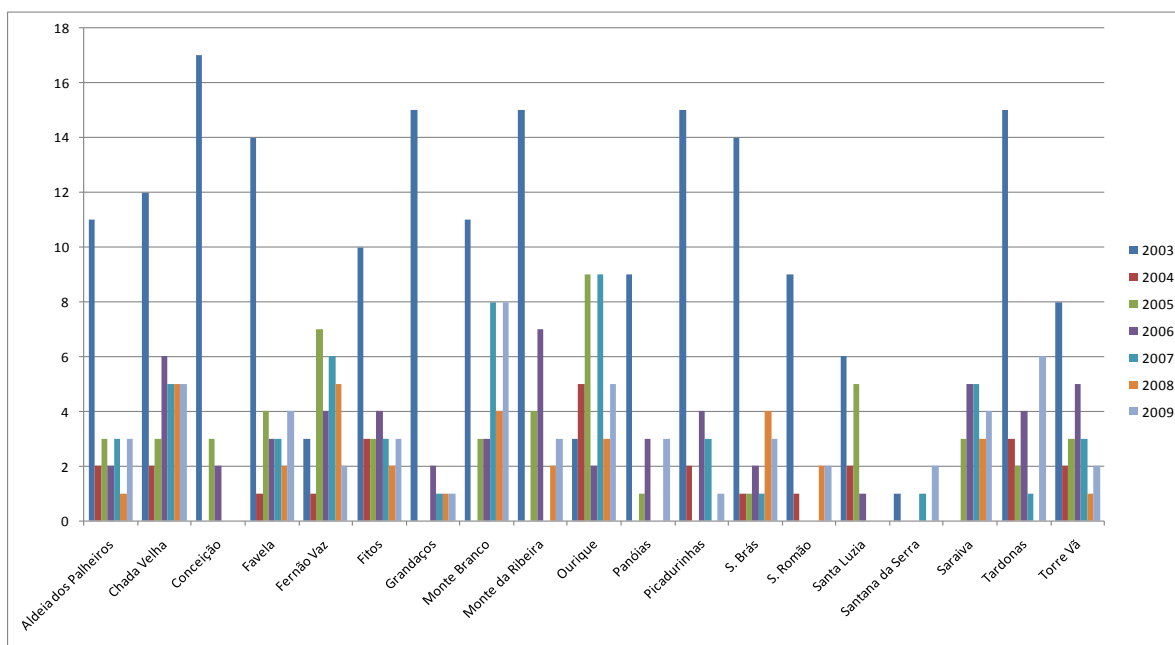


Figura 13 - Representação dos incumprimentos registados em matéria de qualidade da água de consumo humano (2003-2009) (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).



Por análise de dados recolhidos no âmbito do PCQA, é possível verificar que, para o ano 2008, os incumprimentos devem-se, essencialmente a níveis elevados de Manganês, Condutividade, Alumínio, Amónio e Bactérias Coliformes.

Em 2009, os incumprimentos verificados devem-se, fundamentalmente, a resultados elevados de: Bactérias Coliformes, Ferro, Manganês, *E. coli* e cor. Registou um caso pontual de não cumprimento de valores de *Clostridium perfringens*. Sendo que, os parâmetros que, com maior frequência, não cumprem os valores são: Bactérias Coliformes, *E. coli*, e Manganês. De forma menos significativa pode-se ainda referir a incumprimentos em níveis de: Turvação, Ferro e, de forma pontual, *Clostridium perfringens*.

Das análises realizadas em 2010, é possível constatar que se mantém a tendência para níveis elevados de Manganês.

Os elevados níveis de Manganês, identificados na água para abastecimento, poderão ser justificados pelas elevadas concentrações deste parâmetro na água subterrânea.

4.4.4. Paisagem e Valores naturais

O território do concelho de Ourique apresenta **dois tipos de paisagem** diferentes. A **Norte**, uma paisagem de planícies secas, com cultivo de cereais, num sistema agrícola caracterizado por rotações (de três e cinco anos), com pousios e pastagens semi-naturais. A **Sul**, uma paisagem de passagem para a Serra de Monchique, com maiores altitudes e pluviosidade, com um coberto vegetal de características mediterrânicas (<http://cm-ourique.pt/>).

O concelho de Ourique apresenta um mosaico paisagístico caracterizado pela descontinuidade de manchas florestais marcada pela presença de áreas agrícolas (PMDFCI).

Um elemento que marca visualmente a paisagem é a **Albufeira do Monte da Rocha**, uma das grandes albufeiras da bacia hidrográfica do Rio Sado, cuja barragem foi construída em 1972.



A Freguesia de Santana da Serra é ainda banhada pelas águas da **Albufeira de Santa Clara**, alimentada pelo Rio Mira e pela Barragem do Pomarinho.

Os **valores naturais** presentes no concelho encontram-se, em parte, representados em elementos da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (criada pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho, que estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade em Portugal) como a Reserva Ecológica Nacional (REN), predominante na metade Sul do concelho, e a Rede Natura 2000, através da existência de zonas protegidas de interesse comunitário (ou seja, ao nível da União Europeia) que ocupam, ainda assim, uma área marginal do concelho de Ourique. Acresce ainda a existência de Biótopos CORINE, que indicam igualmente áreas de importância ecológica.

A **REN**, criada para proteger os recursos naturais e áreas de elevado valor ecológico, ocupa, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), 28324,9 hectares no concelho de Ourique (INE, 2009), ou seja, 42,7% do concelho (Figura 14).

Os três **Biótopos CORINE**¹² que ocorrem no Município de Ourique são Colos/Ribeira de Gema, Castro Verde e Albufeira do Monte da Rocha (Figura 15). Estes biótopos são indicativos de ecossistemas vulneráveis e habitats e espécies sensíveis, tendo sido usados para elaborar a Rede Natura 2000. Por esta razão, muitas das áreas da Rede Natura 2000 e dos Biótopos CORINE são idênticas ou geograficamente próximas, o que no entanto não acontece no concelho de Ourique e daí ser importante referi-las.

¹² Os Biótopos CORINE são sítios de importância para a conservação da natureza na Comunidade Europeia. O projecto dos Biótopos Corine pretende criar informação acessível acerca dos ecossistemas, habitats e espécies vulneráveis, no fundo, sobre o estado do ambiente e dos recursos naturais na comunidade europeia. As Directivas Aves (1979) e Habitats (1992) tornaram-se numa aplicação prática de protecção da natureza da informação criada pelo projecto Biótopos Corine (<http://www.eea.europa.eu/>).

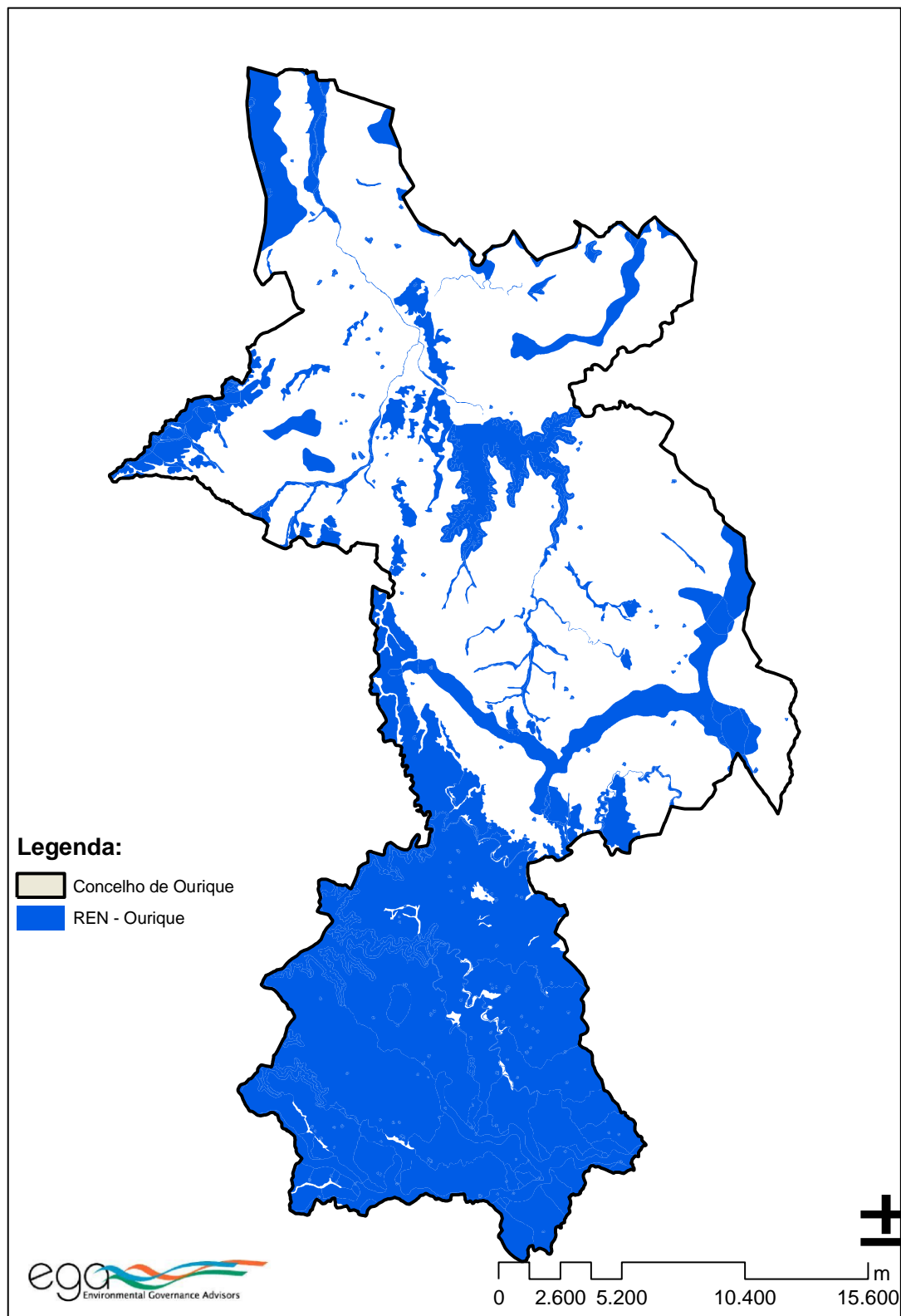


Figura 14 - Carta com as áreas da Reserva Ecológica Nacional no concelho de Ourique.
Fonte: ficheiro vectorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) à Escala - 1/25 000 e abrangendo a totalidade do concelho, fornecido pela Câmara Municipal de Ourique.

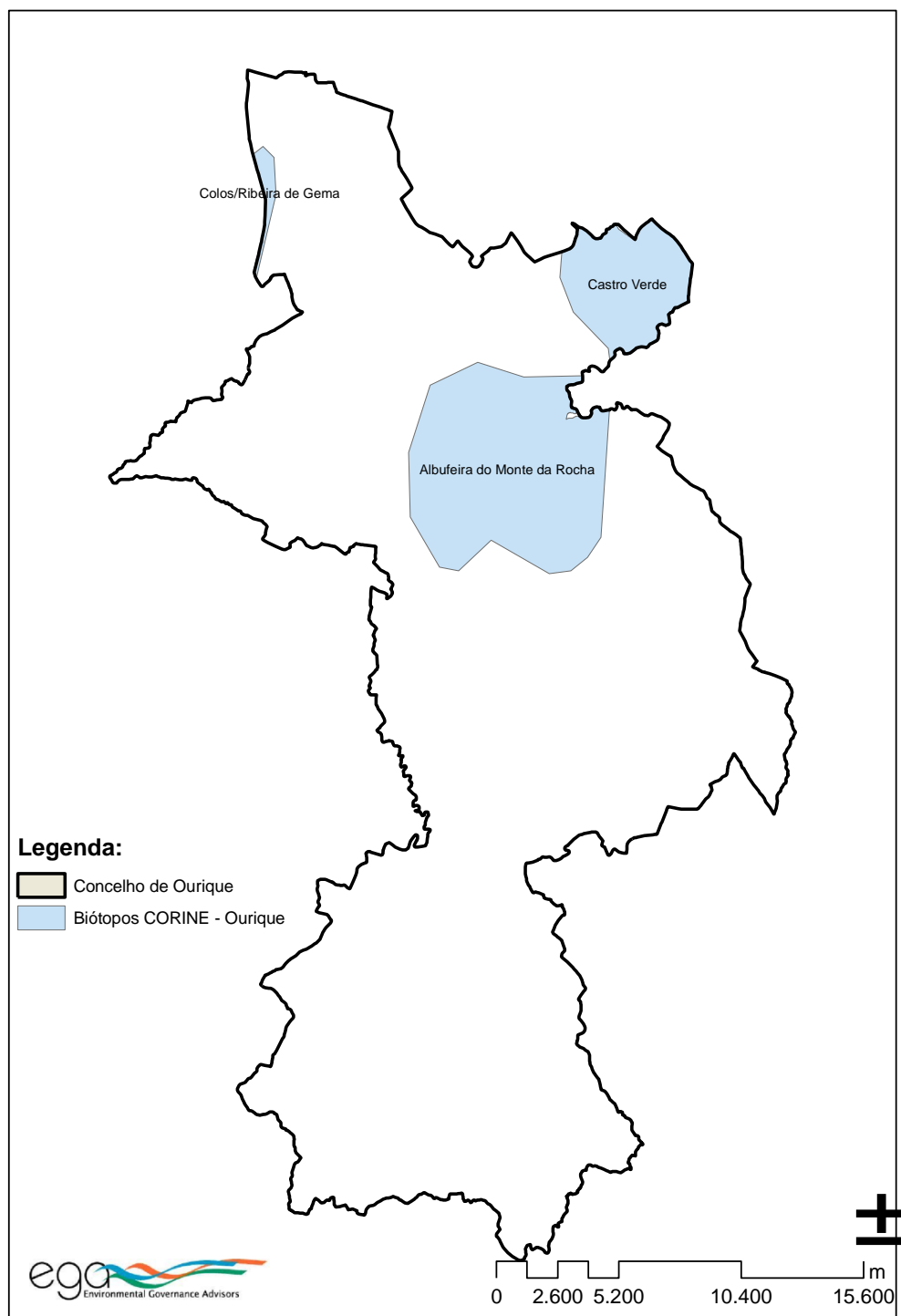


Figura 15 - Biótopos CORINE no concelho de Ourique. Fonte: Atlas do Ambiente Digital da APA – Agência Portuguesa do Ambiente – fornecido pela Câmara Municipal de Ourique como parte do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Ourique.



As Directivas Comunitárias Aves (Directiva n.º [79/409/CEE](#), do Conselho, de 2 de Abril) e Habitats (Directiva n.º [92/43/CEE](#), do Conselho, de 21 de Maio), transpostas para a ordem jurídica portuguesa pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril (alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro) criam a necessidade de estabelecer zonas protegidas de interesse comunitário. Estas zonas constituem a Rede Natura 2000, composta por Sítios de Importância Comunitária (SIC) - destinados a proteger certos habitats naturais e espécies da fauna (derivam, assim, da Directiva Habitats), ou Zonas de Protecção Especial (ZPE), para proteger especificamente determinadas espécies de aves (derivam, assim, da Directiva Aves). No concelho de Ourique registam-se Monchique (Sítio de Importância Comunitária – SIC – PTCON0037 e Zona de Protecção Especial – ZPE – PTCON0037), Castro Verde e Piçarras (ambas Zonas de Protecção Especial – ZPE – respectivamente PTZPE0046 e PTZPE0058). Estas áreas não ocupam apenas o concelho de Ourique mas também concelhos adjacentes (Figura 16 e Figura 17).

Monchique é essencialmente uma zona florestal mas a sua importância como Sítio de Importância Comunitária, na parte integrada no concelho de Ourique, deve-se à existência de linhas de água e respectivos ecossistemas que aí se desenvolvem, favoráveis à ocorrência de Boga do Sudoeste (*Chondrostoma almakai*, um peixe criticamente em perigo), Cágado (*Mauremys leprosa*) e Lontra (*Lutra lutra*) (cartografia RN2000 – site do ICNB).

Tanto **Castro Verde** como **Piçarras** são áreas estepárias, cujo principal uso do solo é a estepe cerealífera, baseada no cultivo extensivo de cereais num esquema tradicional de rotação de culturas, resultando num mosaico de searas, alqueives, restolhos e pousios. A paisagem é dominada por planícies com suaves ondulações, que cobrem extensas áreas de baixa altitude (entre os 100 e os 300 m). Os vales de cursos de água e os afloramentos rochosos marcam pontualmente a paisagem. Existem também montados de azinho e sobro, matos e olivais (<http://www.lifeesteparias.lpn.pt/>).

Ambas as ZPE constituem locais importantes para o Sisão (*Tetrax tetrax*) e a Abetarda (*Otis tarda*) (<http://www.lifeesteparias.lpn.pt/>).

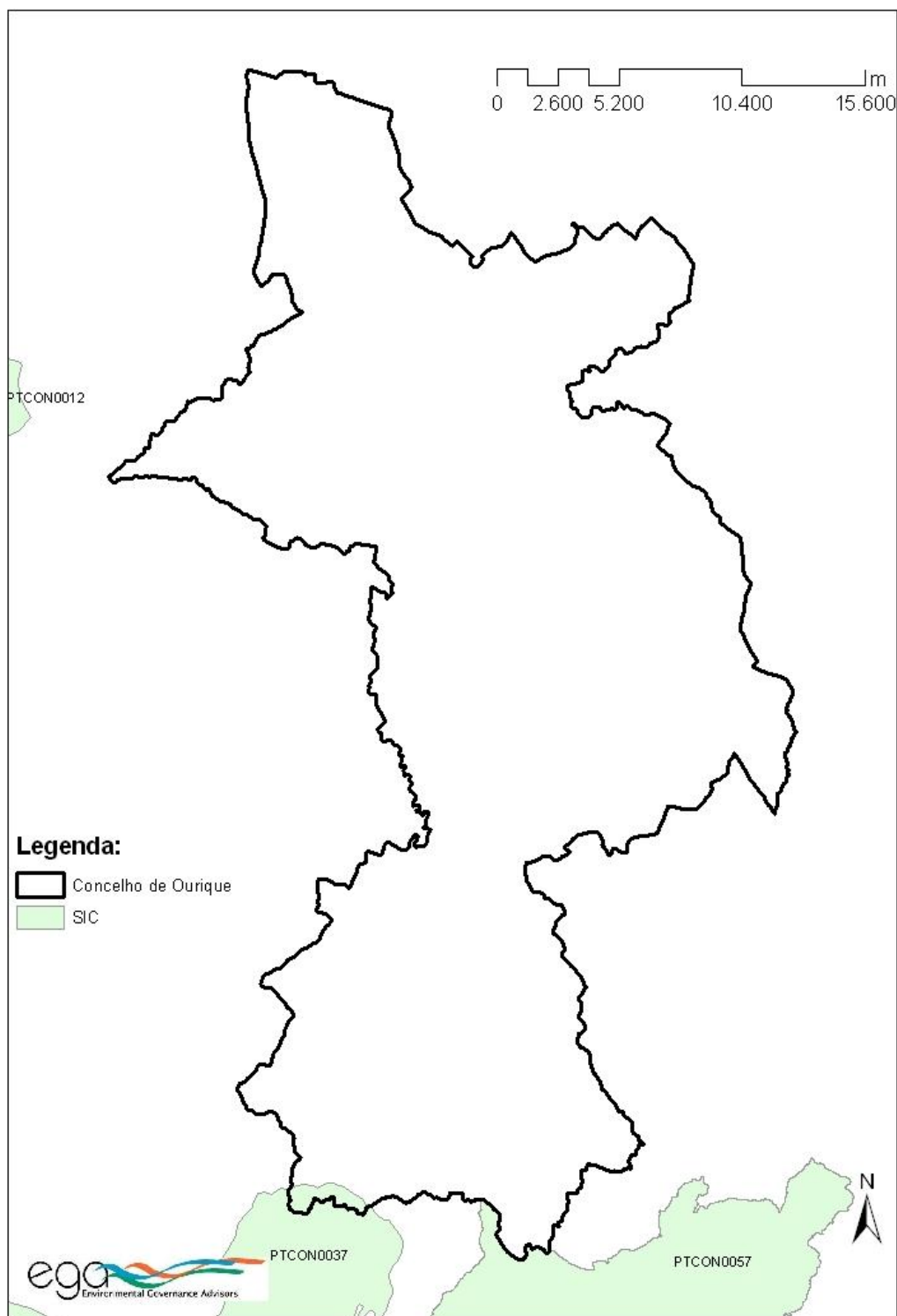


Figura 16 - SICs no concelho de Ourique. Fonte - informação vectorial em Sistema de Informação Geográfica elaborada pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e fornecida pela Câmara Municipal de Ourique.

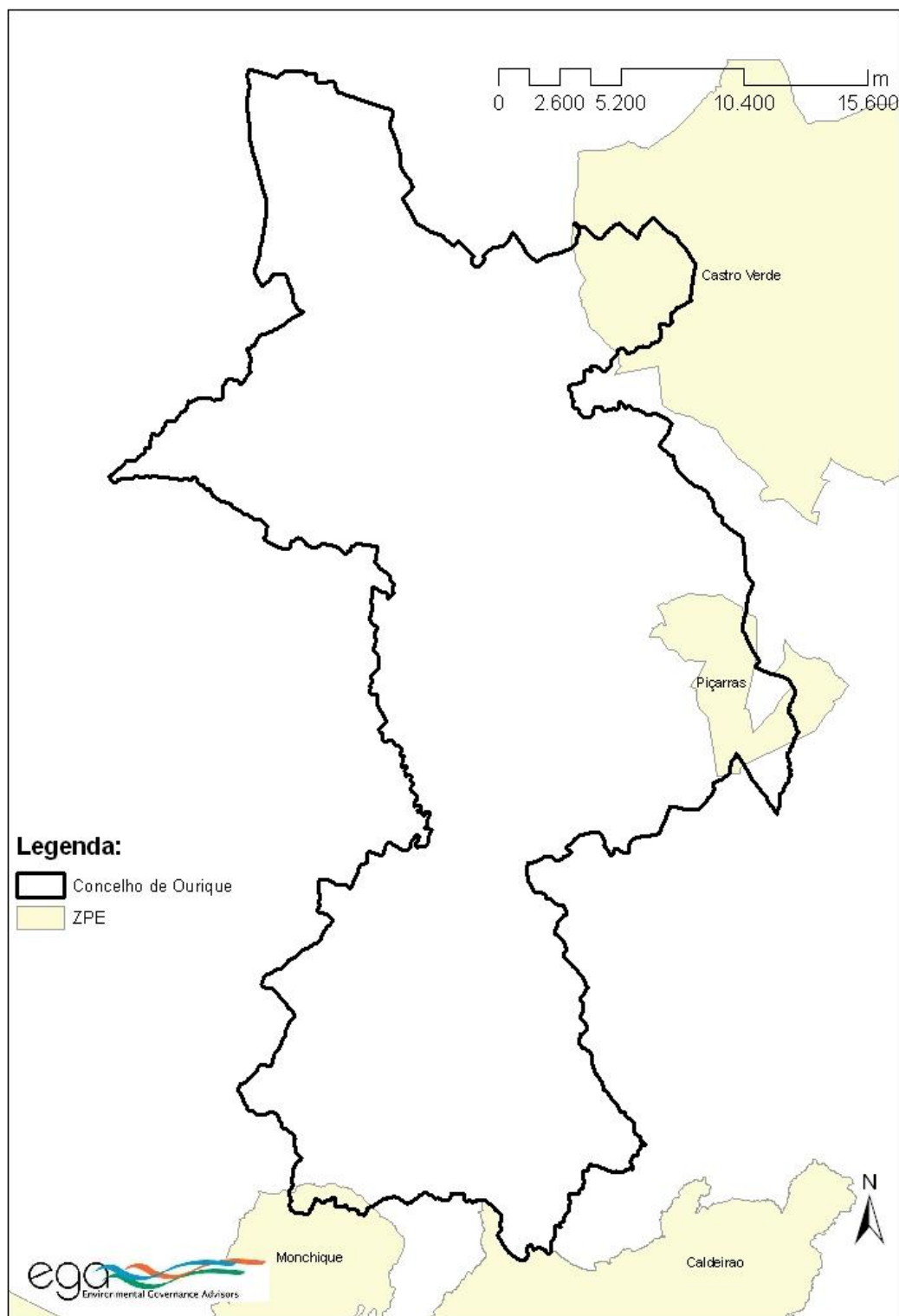


Figura 17 - ZPEs no concelho de Ourique. Fonte - informação vectorial em Sistema de Informação Geográfica elaborada pelo Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) e fornecida pela Câmara Municipal de Ourique.



No que respeita, **em particular, à ZPE de Castro Verde**, esta é a área mais importante de Portugal para a conservação de aves estepárias e que ocorrerão no concelho de Ourique, em particular da Abetarda (*Otis tarda*) e do Peneireiro-das-torres (*Falco naumanni*). Mais de 80% da população nacional de Abetarda e 70% da população reprodutora de Peneireiro-das-torres estão concentradas nesta região. Esta ZPE é sem dúvida a mais importante para a conservação do Sisão (*Tetrax tetrax*) durante a época reprodutora em Portugal, pois ocorre aqui mais de metade dos machos reprodutores estimados para a espécie. Esta ZPE alberga também importantes populações de Calhandra-real (*Melanocorypha calandra*), Alcaravão (*Burhinus oedicnemus*) e Tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), inclusivamente espécies presentes no concelho de Ourique. Há ainda uma presença regular de aves de presa que surgem no Inverno, como o Milhafre-real (*Milvus milvus*) e o Tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*) (<http://www.lifeesteparias.lpn.pt/>).

Das espécies mencionadas, importa referir que muitas têm estatuto de conservação Vulnerável, ou seja, enfrentam um risco de extinção na natureza elevado, e duas delas, o Sisão e o Tartaranhão-caçador, estão Em Perigo, ou seja, enfrentam um risco de extinção na natureza muito elevado (www.icnb.pt).

4.4.5. Qualidade Ambiental

Este subcapítulo destina-se a caracterizar a situação de referência do concelho de Ourique no tocante à qualidade do ar, do ambiente sonoro e ao saneamento¹³ (abastecimento de água, tratamento de águas residuais e gestão de resíduos).

Qualidade do ar

O inventário nacional de emissões realizado pelo Instituto do Ambiente, actual Agência Portuguesa do Ambiente (Instituto do Ambiente, 2006), dispõe de informação, ao nível de concelho, sobre as emissões atmosféricas relativamente ao ano 2003.

¹³ Correctamente a caracterização das infra-estruturas de saneamento deveria só aparecer na caracterização socioeconómica (infra-estruturas), no entanto uma vez que a sua existência ou não afecta a qualidade ambiental optou-se por fazer a sua caracterização neste subcapítulo.



No quadro seguinte apresenta-se a estimativa das emissões totais relativamente ao concelho de Ourique, bem como o total nacional.

Quadro 5 - Quadro Emissões totais em 2003 excluindo fontes naturais (ton).

	SO _x	NO _x	NH ₃	COVNM	CO	PM ₁₀	Pb	Cd	Hg
Total Nacional	200.100	271.100	64.300	296.700	675.200	118.900	241	5	4
Ourique	12,772	265,559	425,824	387,897	522,302	75,565	0,000	0,000	0,000

Legenda:

NO_x – óxidos de azoto

COVNM – Compostos Orgânicos Voláteis (COV) Não Metano

CO – Monóxido de Carbono

Pb – Chumbo

SO_x – óxidos de enxofre

Hg – Mercúrio

PM₁₀ – Partículas com dimensão inferior a 10 µm

Cd – Cádmio

NH₃ – amoníaco

Do total dos concelhos a nível nacional, Ourique é o 239.º em termos de emissões de SO_x, em grande parte devido à fraca actividade industrial (emissões de SO_x).

As emissões de NO_x normalmente associadas ao tráfego rodoviário situam-se em valores relativamente reduzidos no contexto nacional (177.º do total dos concelhos).

No quadro seguinte apresenta-se a estimativa das emissões totais para 2003, 2005, 2007 e 2008 relativamente ao concelho de Ourique. Constata-se que as emissões de SO_x, NO_x, NO₃, COVNM e CO têm vindo a diminuir. Já as emissões de CH₄ têm vindo a aumentar.

Quadro 6 - Quadro Emissões totais em 2003, 2005, 2007 e 2008 excluindo fontes naturais (ton/km²).

	SO _x	NO _x	NH ₃	COVNM	CO	PM ₁₀	Pb	Cd	Hg	CH ₄	CO ₂	N ₂ O
2003	0,019	0,440	0,641	0,584	0,789	0,112	0,000	0,000	0,000	-	-	-
2005	0,017	0,360	0,619	0,599	0,774	0,117	0,000	0,000	0,000	0,732	51,020	0,192
2007	0,009	0,313	0,469	0,578	0,734	0,116	0,000	0,000	0,000	1,100	54	0,177
2008	0,006	0,301	0,464	0,153	0,512	0,108	0,000	0,000	0,000	1,215	36	0,188



Em termos de monitorização da qualidade do ar, verifica-se que a rede de qualidade do ar não dispõe de nenhuma estação no concelho de Ourique.

Recorrendo, no entanto, às duas campanhas de amostragem que foram efectuadas em 2000 e 2001 a nível nacional, no âmbito do programa de Avaliação da Qualidade do Ar em Portugal (DGA/DCEA/FCT-UNL, 2001a; DGA/DCEA/FCT-UNL, 2001b) em relação aos poluentes Dióxido de Azoto (NO_2), Dióxido de Enxofre (SO_2) e Ozono (O_3), é possível ter uma imagem dos níveis e da distribuição das concentrações medidas em localizações de fundo, ou seja, sem influência directa do tráfego ou da indústria ao longo do território nacional.

As campanhas de avaliação da concentração dos principais poluentes atmosféricos recorreram ao uso de amostragem por difusão passiva, tendo sido utilizados tubos de difusão passiva sujeitos a um período de 7 dias de exposição por campanha. A amostragem, definida a nível nacional, foi estabelecida a partir de uma malha dividida em quadrículas de 20 por 20 km, quadrículas estas onde se inseriam os pontos escolhidos de cada amostragem.

Para a avaliação da distribuição das concentrações de SO_2 , NO_2 e O_3 no território de Portugal Continental utilizaram-se os resultados obtidos nas duas campanhas de avaliação realizadas em Portugal Continental e Regiões Autónomas.

A Figura seguinte apresenta a distribuição espacial da concentração dos poluentes SO_2 , NO_x e O_3 ao nível do território continental sob a forma de curvas de isoconcentração.

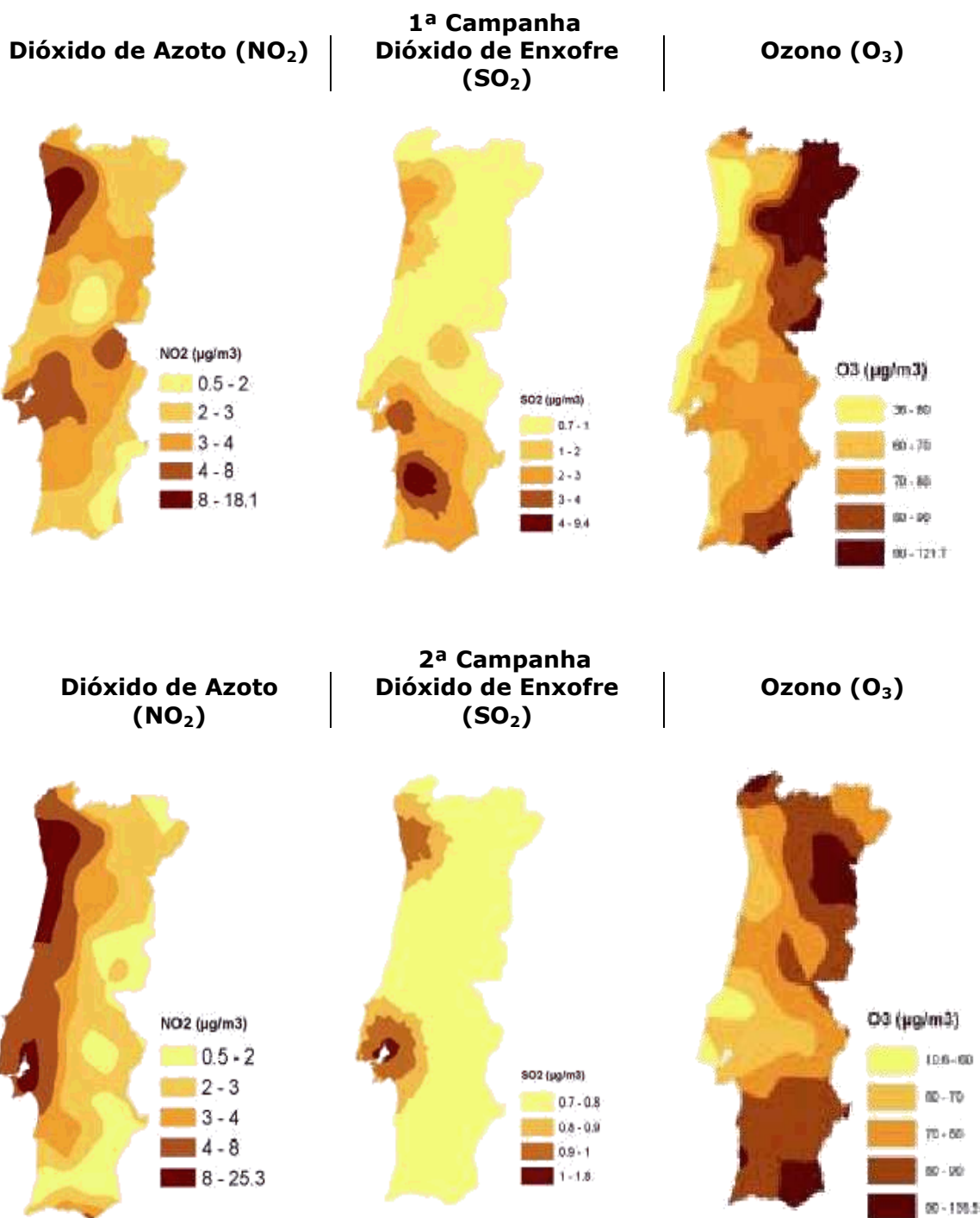


Figura 18 - Curvas de isoconcentrações de dióxido de azoto, dióxido de enxofre e ozono no ar ambiente em Portugal Continental (Fonte: Campanhas de Avaliação das Concentrações de NO₂, SO₂ e O₃ no ar ambiente em Portugal, UNL – DGA, Dezembro de 2001.)



Da análise da figura anterior verifica-se que no concelho de Ourique, os valores registados para o dióxido de azoto variam entre as 2 e as 3 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ na 1ª campanha e entre as 0,5 e as 2 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ na 2ª campanha.

Relativamente ao dióxido de enxofre, verifica-se que se insere numa mancha de concentração deste poluente com concentrações da ordem das 2 a 3 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ na campanha realizada no verão e da ordem das 0,7 a 0,8 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ na campanha realizada no período mais frio.

No que se refere ao ozono, verifica-se que na região em estudo, os valores registados para este poluente variam entre as 70 e as 80 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ na 1ª campanha e entre as 80 a 90 $\mu\text{g}/\text{m}^3$ na 2ª campanha.

Uma vez que o método de amostragem utilizado (difusão passiva) não é um método de referência e não é contínuo, não é possível através destas campanhas verificar o cumprimento dos valores limite de concentração de poluentes no ar ambiente.

Ambiente sonoro

A legislação nacional sobre o ruído ambiente em Portugal, actualmente enquadrada pelo Regulamento Geral do Ruído (RGR)¹⁴, estabelece o regime de prevenção e controlo da poluição sonora, visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações.

O artigo 3º do RGR define “zona sensível” como a *“área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local”*. “Zona mista” é *“área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afecta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zonas sensível”*.

O n.º 2 do artigo 6º do RGR estabelece que *“competem aos municípios estabelecer (...) a classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas”*. Esta classificação deverá ser definida em função do tipo de usos do solo existentes e/ou previstos no concelho.

¹⁴ Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto, que altera o Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído.



Não existem dados disponíveis que permitam efectuar a caracterização do ambiente sonoro no concelho de Ourique. No entanto, é expectável que o mesmo dê cumprimento ao estabelecido no Regulamento Geral do Ruído, uma vez que existe um número muito pequeno de indústrias (sendo a maior parte delas empresas familiares) e actividades económicas geradoras de ruído (pedreiras, entre outras).

Provavelmente, a fonte mais relevante para o estabelecimento do ambiente sonoro do concelho de Ourique é o tráfego rodoviário nas vias rodoviárias existentes. As principais fontes serão as vias estruturantes que servem e atravessam o concelho e que apresentam volumes de tráfego significativo.

Abastecimento de água

No Concelho de Ourique existem vinte sistemas de abastecimento públicos, dos quais, dezanove têm origem subterrânea e apenas um sistema (localidade de Santana da Serra) é abastecido a partir de água superficial (barragem de Santa Clara), veja-se Figura 19.

Actualmente, a entidade gestora dos sistemas de abastecimento em Baixa é a Câmara Municipal. No que se refere aos sistemas de abastecimento em alta a entidade gestora é a empresa pública Águas Públicas do Alentejo, S.A.¹⁵.

De acordo com dados disponibilizados pela CMO, em 2008 existiam 54 captações de águas subterrâneas e em 2009 52 captações (veja-se Figura 20). O furo Escola-Panóias e o furo do Rossio-Ourique não constam da listagem de 2009.

¹⁵ De acordo com dados das Águas de Portugal, o sistema das Águas Públicas do Alentejo, S.A. abrange 21 municípios e cerca de 18% do território Nacional.

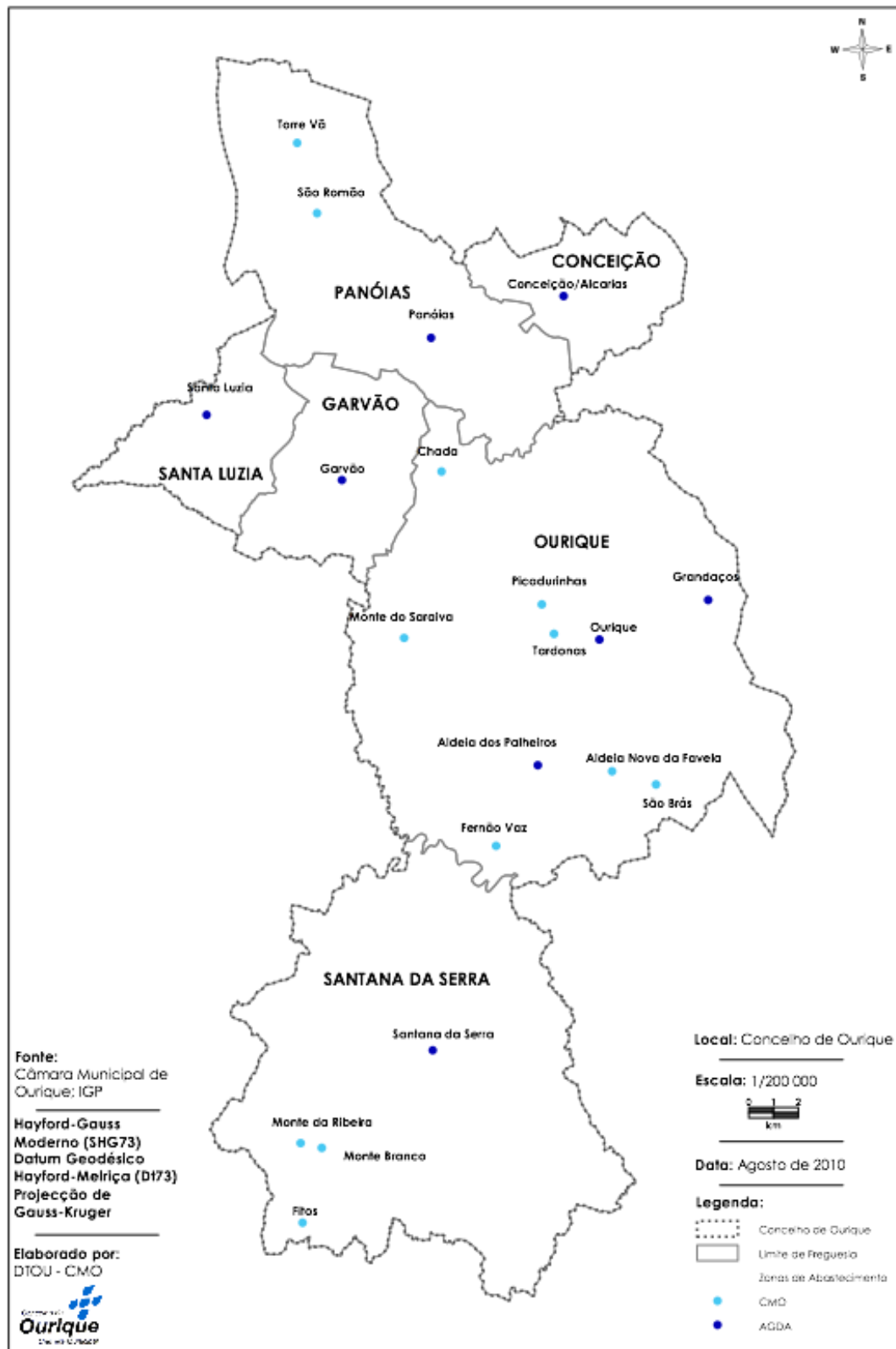


Figura 19 - Zonas de Abastecimento por entidade gestora (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).

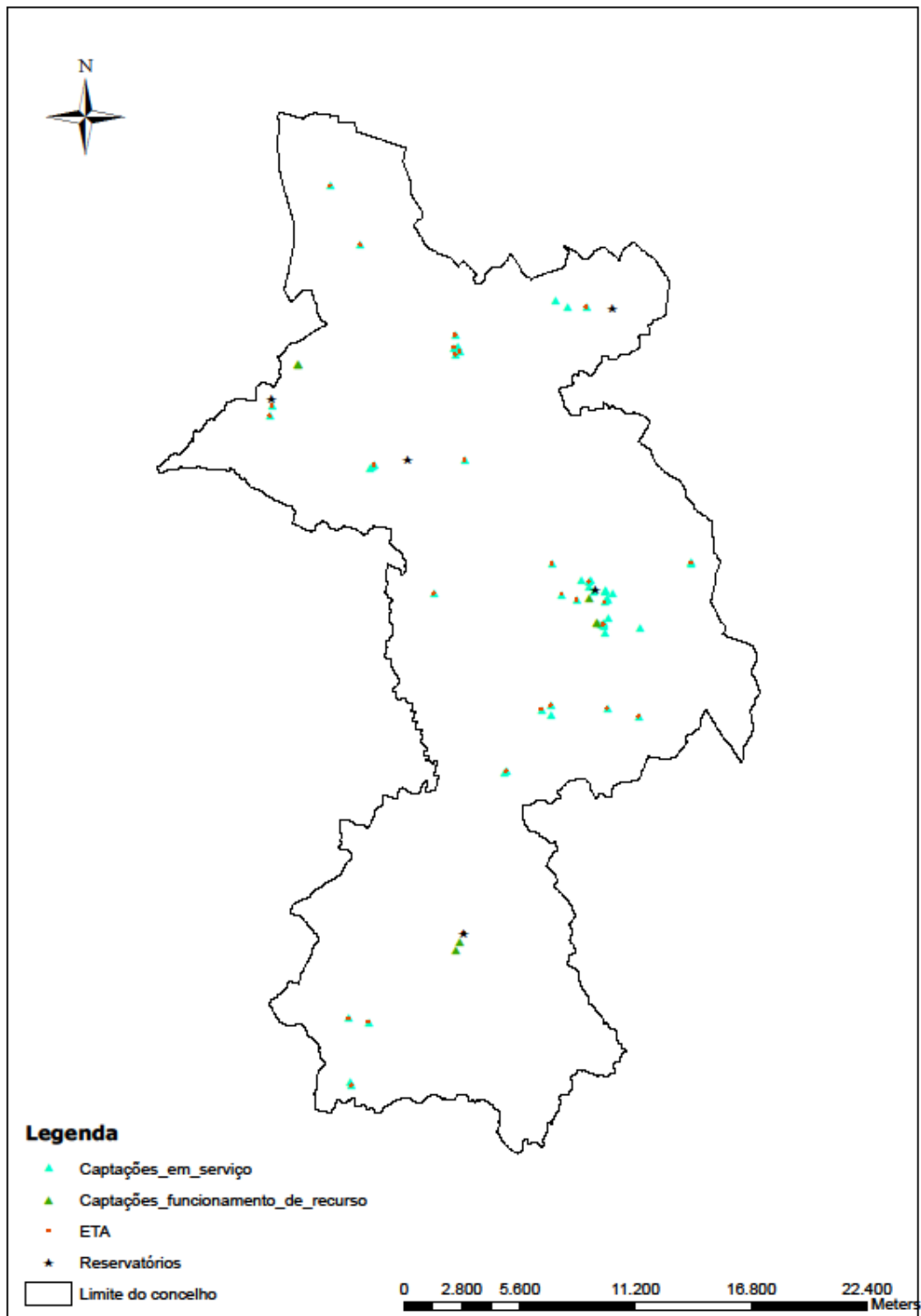


Figura 20 - Localização das captações em serviço, captações de funcionamento de recursos, ETA e reservatórios existentes no concelho de Ourique. (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).



No Quadro 7, apresenta-se para o ano de 2009 e para cada uma das origens de água, o volume de água captado diariamente.

Quadro 7 - Origens de água e volume captado diário, para o concelho de Ourique, em 2009 (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).

Identificação	Volume captado (m ³ /dia)	Identificação	Volume captado (m ³ /dia)
• Albufeira de Santa Clara	• 35	• Furo da Nora-Ourique	22
• Fura da Mureta-Ourique	• 22	• Furo da Rochinha	45
• Furo 1 Horta Velha-Ourique	• 44	• Furo da Rua das Eirinhas-Panóias	17
• Furo 1-Garvão	• 46	• Furo da Torre Vã-Torre Vã	7
• Furo 1-Monte Branco	• 1	• Furo das Tardonas-Tardonas	11
• Furo 1Ravasca-Ourique	• 18	• Furo de Vale Vaqueiros-Santa Luzia	14
• Furo 2 Horta Velha-Ourique	• 44	• Furo do Campo de Futebol-Panóias	17
• Furo 2 Ravasca-Ourique	• 18	• Furo do Campo de Futebol-Santana da Serra	4
• Furo 2-Garvão	• 15	• Furo do Campo de Guerreiros-Aldeia Palheiros	18
• Furo 2-Monte Branco	• 1	• Furo do Cerro de São Luís-Ourique	22
• Furo 3 Horta Velha-Ourique	• 44	• Furo do Lavadouro-Conceição	3
• Furo 3 Ravasca-Ourique	• 18	• Furo do Lavadouro-Fitos	3
• Furo 3-Garvão	• 46	• Furo do Lavadouro-Panóias	17
• Furo 4 (ETAR) Ravasca_Ourique	• 18	• Furo do Monte da Ribeira-Monte da Ribeira	2
• Furo da Cassoleta-Ourique	• 22	• Furo do Monte Novo do Moinho-Ourique	22
• Furo da Cerca da Comenda-Panóias	• 34	• Furo do Parque Infantil-Aldeia Palheiros	18



• Furo da Chada Velha-Chada Velha	• 5	• Furo do Vale Alconde-Santa Luzia	7
• Furo da Contrivanas-Fitos	• 3	• Furo dos Grandaços-Grandaços	13
• Furo da Creche-Ourique	• 22	• Poço da Fernão Vaz-Fernão Vaz	6
• Furo da Escola Primária-Aldeia Palheiros	• 18	• Poço da Quinta Velha	2
• Furo da Favela-Favela	• 9	• Poço das Picadurinhas-Picadurinhas	4
• Furo da Fernão Vaz-Fernão Vaz	• 8	• Poço de Grandaços-Grandaços	13
• Furo da Fonte da Alameda-Ourique	• 22	• Poço de São Brás-São Brás	4
• Furo da Horta da Calçada-Ourique	• 44	• Poço de São Romão-São Romão	5
• Furo da Igreja-Santana da Serra	• 4	• Poço de Vale de Alconde-Santa Luzia	7
• Furo da Lavadouro-Santa Luzia	• 26	• Poço do Saraiva-Saraiva	5

No que respeita aos consumos de água para os vários usos, constata-se que os consumos domésticos têm apresentado uma tendência decrescente em valores absolutos. Esta tendência decrescente é acompanhada pela redução de número de habitantes, traduzindo-se num aumento do consumo por habitante, por dia. Segundo dados do INSAAR, esta tendência crescente de consumo também se verifica para o território nacional, pese embora este valor seja superior ao verificado para Ourique. O consumo médio nacional é de 160 L/hab.dia⁻¹, para o ano 2008, cerca de 50 L/hab.dia⁻¹ superior ao verificado para Ourique.



Quadro 8 - Consumos domésticos no concelho de Ourique (FONTE: Câmara Municipal de Ourique).

Anos	Consumos (Domésticos - m ³)	Habitantes (pop.)	Consumo (l/hab. Ano)*	Consumo (l/hab. dia)*
2004	196.545	5.144	38.000	104
2005	192.734	4.998	39.000	107
2006	192.658	4.817	40.000	109
2007	189.816	4.855	39.000	107
2008	186.373	4.656	40.000	109

- Valores estimados

Da análise da Figura 21, observa-se que os consumos domésticos são parte significativa dos consumos totais. Particularmente, os consumos de água para uso industrial e para beneficência são muito baixos.

Da análise das Figura 22 e Figura 23, constata-se que os consumos de água para beneficência têm vindo aumentar consideravelmente, enquanto que os consumos de água para uso industrial têm tido pequenas oscilações.

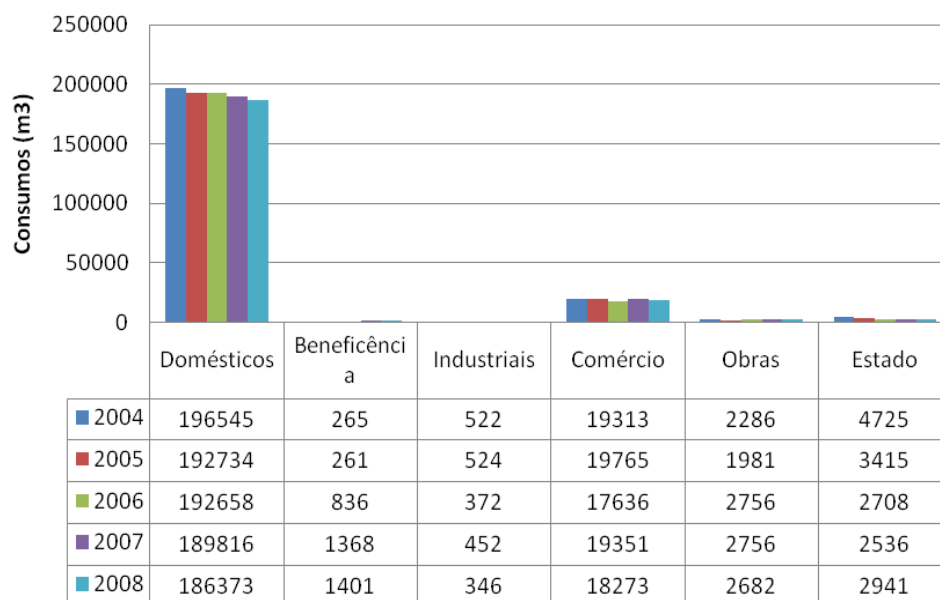


Figura 21 - Consumos de água por uso, em m³, no concelho de Ourique. (FONTE: Câmara Municipal).

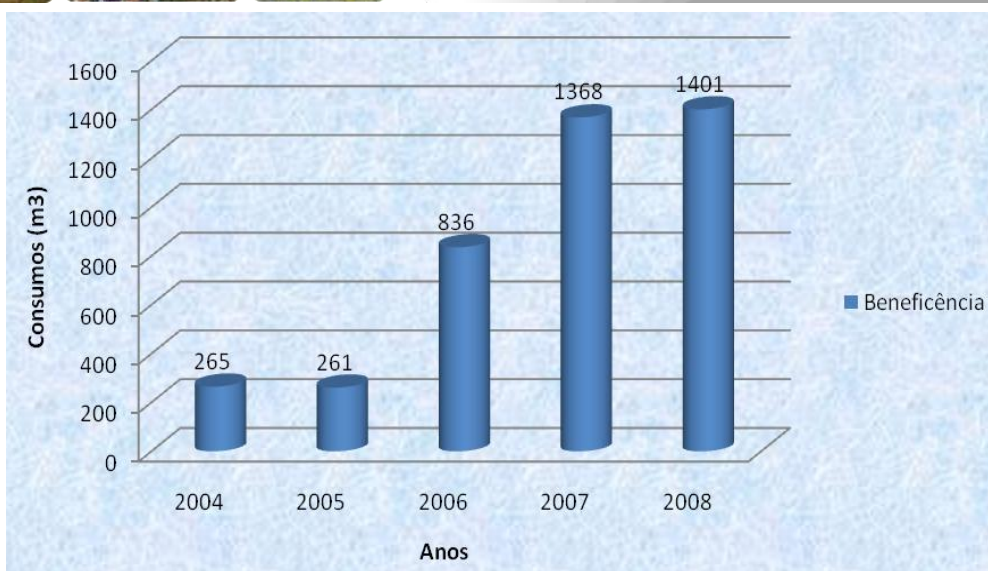


Figura 22 - Consumos de água para beneficência, em m³, no concelho de Ourique.
(FONTE: Câmara Municipal).

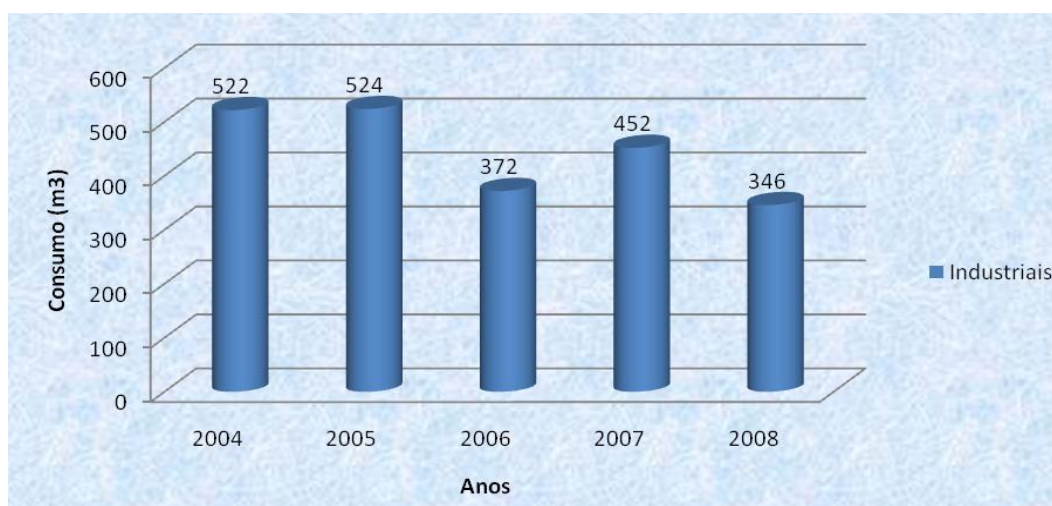


Figura 23 - Consumos de água para uso industrial, em m³, no concelho de Ourique.
(FONTE: Câmara Municipal).

No que respeita à taxa de população servida com sistemas de abastecimento de água, esta tem vindo a oscilar ao longo dos anos entre 85,8% e os 90,1% como se pode observar no Quadro 9, encontrando-se qualquer dos valores abaixo dos objectivos estabelecidos pelo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013) - PEAASAR II.



O objectivo operacional estabelecido no PEAASAR II é que cerca de 95% da população total do País seja servida com sistemas públicos de abastecimento de água.

Quadro 9 - Taxa de população servida por sistemas de abastecimento de água.

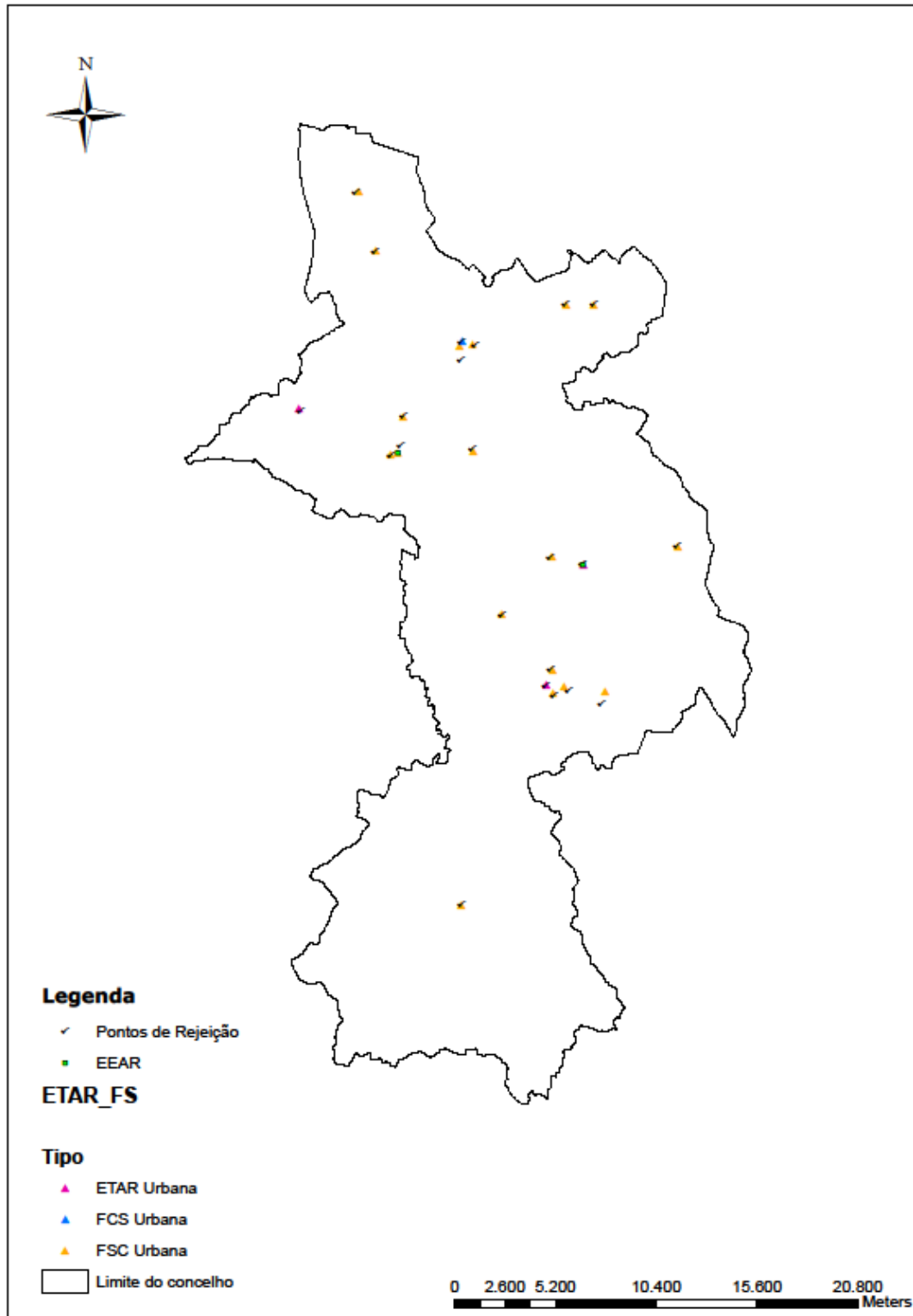
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Pop. Servida*	5.144	4.998	4.817	4.855	4.666	4.802
Pop. Residente**	5.842	5.764	5.678	5.551	5.426	5.331
Taxa (%)	88,1	86,7	84,8	87,5	85,8	90,1

• Valores fornecidos pela CMO

** Valores estimados

Tratamento de águas residuais

Da análise da Figura 24, constata-se que no concelho de Ourique existem 3 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e 19 Fossas Sépticas Compactas (FSC). Nesta mesma figura encontram-se, igualmente, representados os pontos de rejeição dos efluentes.



**Figura 24 - Localização de Pontos de Rejeição, Fossas e ETAR's no concelho de Ourique.
(FONTE: CMO).**



De acordo com dados do INE, a percentagem de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais no concelho de Ourique aumentou ligeiramente entre 2001 e 2005 (passou de 79% para 81%, veja-se Figura 25). Já em 2008 a percentagem de população servida foi de 73%, sendo que cerca de 89% do total de águas residuais rejeitadas foram sujeitas a tratamento prévio (FONTE:INE, 2010).

Qualquer um destes valores encontra-se abaixo do objectivo de servir cerca de 90% da população total com sistemas públicos de saneamento de águas residuais urbanas, preconizado no PEAASAR II.

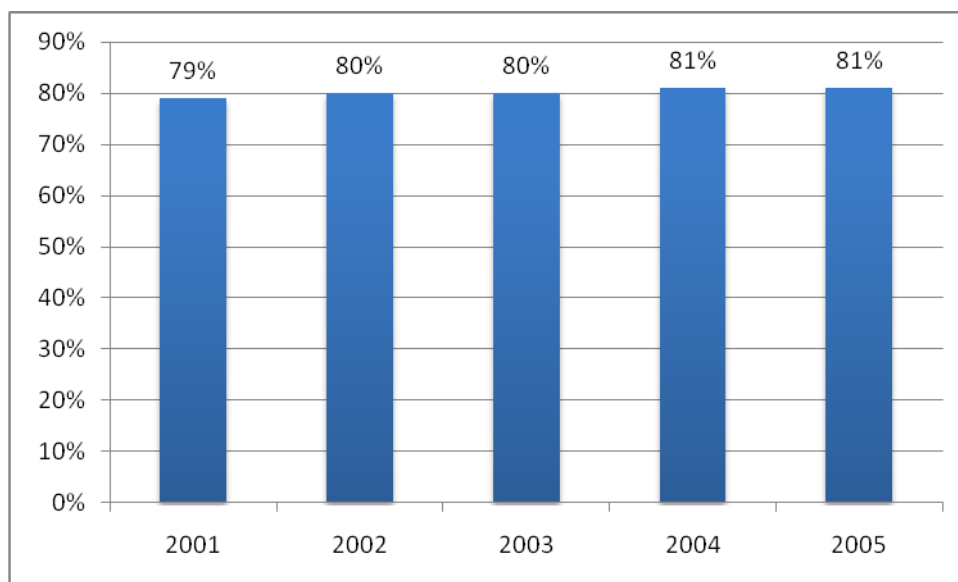


Figura 25 - Percentagem de população servida por sistemas de drenagem de águas residuais em Ourique (FONTE: INE, 2010).

Quanto à qualidade dos efluentes rejeitados à saída das ETAR, constata-se que os parâmetros: Azoto total, CBO₅, Fósforo Total e Sólidos Suspensos Totais apresentam maior frequência de incumprimentos (Quadro 10).



Quadro 10 - Qualidade do Efluente à entrada e à saída da ETAR (Fonte: CMO).

ETAR	Data Análise	Parâmetro	Entrada da ETAR	Saída da ETAR
OURIQUE	14-04-2010	CBO ₅ (g/l O ₂)	2.8X10 ²	1.4X10 ²
OURIQUE	14-04-2010	CQO (g/l O ₂)	5.2X10 ²	1.6X10 ²
OURIQUE	14-04-2010	SST mg/l	9.5X10 ²	59
OURIQUE	14-04-2010	pH (escala de Sorensen)	7.0	7.6
OURIQUE	14-04-2010	Fósforo total (mg/l P)	4.5	4.3
OURIQUE	14-04-2010	Azoto total (mg/l N)	29	21
OURIQUE	16-02-2009	CBO ₅ (g/l O ₂)	2.3x10 ²	43
OURIQUE	16-02-2009	CQO (g/l O ₂)	4.6x10 ²	1.5x10 ²
OURIQUE	16-02-2009	SST mg/l	1.4x10 ²	28
OURIQUE	16-02-2009	pH (escala de Sorensen)	7.5	8.0
OURIQUE	16-02-2009	Fósforo total (mg/l P)	7.9	5.1
OURIQUE	16-02-2009	Azoto total (mg/l N)	39	30
OURIQUE	16-02-2009	Óleos e gorduras (mg/l)	45	4.3
OURIQUE	29-11-2007	CBO ₅ (g/l O ₂)	0.48	0.1
OURIQUE	29-11-2007	CQO (g/l O ₂)	0.6	<0.10
OURIQUE	29-11-2007	SST mg/l	100	41
OURIQUE	29-11-2007	pH (escala de Sorensen)	7.6	7.7
OURIQUE	29-11-2007	Fósforo total (mg/l P)	14	10
OURIQUE	29-11-2007	Azoto total (mg/l N)	77	61
OURIQUE	29-11-2007	Óleos e gorduras (mg/l)	0.49	3.4
SANTA LUZIA	14-14-2010	CBO ₅ (g/l O ₂)	39	75
SANTA LUZIA	14-14-2010	CQO (g/l O ₂)	75	12.6X10 ²
SANTA LUZIA	14-14-2010	SST mg/l	65	94
SANTA LUZIA	14-14-2010	pH (escala de Sorensen)	7.6	7.6
SANTA LUZIA	14-14-2010	Fósforo total (mg/l P)	1.9	2.7
SANTA LUZIA	14-14-2010	Azoto total (mg/l N)	9.5	10
SANTA LUZIA	14-14-2010	Óleos e gorduras (mg/l)	11	2.0
SANTA LUZIA	23-03-2009	CBO ₅ (g/l O ₂)	1.5X10 ²	1.1X10 ²
SANTA LUZIA	23-03-2009	CQO (g/l O ₂)	3.2X10 ²	3.8X10 ²
SANTA LUZIA	23-03-2009	SST mg/l	1.3X10 ²	93
SANTA LUZIA	23-03-2009	pH (escala de Sorensen)	7.8	8.1
SANTA LUZIA	23-03-2009	Fósforo total (mg/l P)	5.0	4.1
SANTA LUZIA	23-03-2009	Azoto total (mg/l N)	24	17
SANTA LUZIA	23-03-2009	Óleos e gorduras (mg/l)	26	3.6
SANTA LUZIA	03-12-2007	CBO ₅ (g/l O ₂)	0.50	0.21
SANTA LUZIA	03-12-2007	CQO (g/l O ₂)	1.2	0.32
SANTA LUZIA	03-12-2007	SST mg/l	0.23	78
SANTA LUZIA	03-12-2007	Fósforo total (mg/l P)	19	8.8



ETAR	Data Análise	Parâmetro	Entrada da ETAR	Saída da ETAR
SANTA LUZIA	03-12-2007	Azoto total (mg/l N)	77	36
SANTA LUZIA	03-12-2007	Óleos e gorduras (mg/l)	54	7.0
SANTA LUZIA	03-12-2007	pH (escala de Sorensen)	8.5	8.6
ALDEIA DE PALHEIROS	14-04-2010	CBO ₅ (g/l O ₂)	1.1x10 ²	8.5
ALDEIA DE PALHEIROS	14-04-2010	CQO (g/l O ₂)	3.3x10 ²	41
ALDEIA DE PALHEIROS	14-04-2010	SST mg/l	80	7.8
ALDEIA DE PALHEIROS	14-04-2010	Fósforo total (mg/l P)	4.9	0.94
ALDEIA DE PALHEIROS	14-04-2010	Azoto total (mg/l N)	29	24
ALDEIA DE PALHEIROS	14-04-2010	pH (escala de Sorensen)	7.5	7.7
ALDEIA DE PALHEIROS	16-07-2009	CBO ₅ (g/l O ₂)	3.0x10 ³	46
ALDEIA DE PALHEIROS	16-07-2009	CQO (g/l O ₂)	1.3x10 ⁴	< 100
ALDEIA DE PALHEIROS	16-07-2009	SST mg/l	2.7x10 ³	73
ALDEIA DE PALHEIROS	16-07-2009	pH (escala de Sorensen)	7.6	8.1
ALDEIA DE PALHEIROS	16-07-2009	Fósforo total (mg/l P)	24	10
ALDEIA DE PALHEIROS	16-07-2009	Azoto total (mg/l N)	1.2x10 ²	< 15
ALDEIA DE PALHEIROS	16-07-2009	Óleos e gorduras (mg/l)	7.6x10 ²	1.4
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	CBO ₅ (g/l O ₂)	361	50
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	CQO (g/l O ₂)	633	95
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	SST mg/l	188	12
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	pH (escala de Sorensen)	7.3	7.5
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	Fósforo total (mg/l P)	7.6	6.7
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	Azoto total (mg/l N)	49	30
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	Óleos e gorduras (mg/l)	13	< 2.5
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	Azoto amoniacal (mg/l NH ₄)	41	4.6
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	Azoto kjeldahl (mg/l)	26.0	7.0
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	Nitratos (mg/l NO ₃)	<5	66
ALDEIA DE PALHEIROS	04-11-2008	Sulfatos (mg/l SO ₄)	1.6x10 ²	2.0x10 ²

Gestão de resíduos

Um dos mais graves problemas de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) foi resolvido com o encerramento da lixeira existente na Freguesia de Ourique no decorrer do ano de 2003.

A Resialentejo – Tratamento e Valorização de Resíduos, EIM é uma empresa intermunicipal (empresa pública) criada pela AMALGA em Maio de 2004 e desde Junho desse ano que é responsável pelo Sistema de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) do Baixo Alentejo.

A Resialentejo dá destino final aos resíduos indiferenciados (resíduos que não são separados) provenientes da recolha municipal e dos materiais recicláveis



depositados nos ecopontos/ecocentros e da recolha municipal dos concelhos de Almodôvar, Barrancos, Beja, Castro Verde, Mértola, Moura, Ourique e Serpa, que no total corresponde a uma área geográfica de 6.650 Km² e cerca de 101.600 habitantes.

As infra-estruturas geridas pela Resialentejo contemplam (Figura 26):

- um Sistema de Recolha Selectiva, com 380 Ecopontos (papelão, embalão, vidro e pilhão), apresentando um rácio de 267 habitantes por ecoponto;
- 5 Ecocentros;
- 1 Centro de Triagem;
- 1 Aterro Sanitário;
- 1 Aterro Sanitário;
- 4 Estações de Transferência (Barrancos, Castro Verde, Mértola e Serpa).

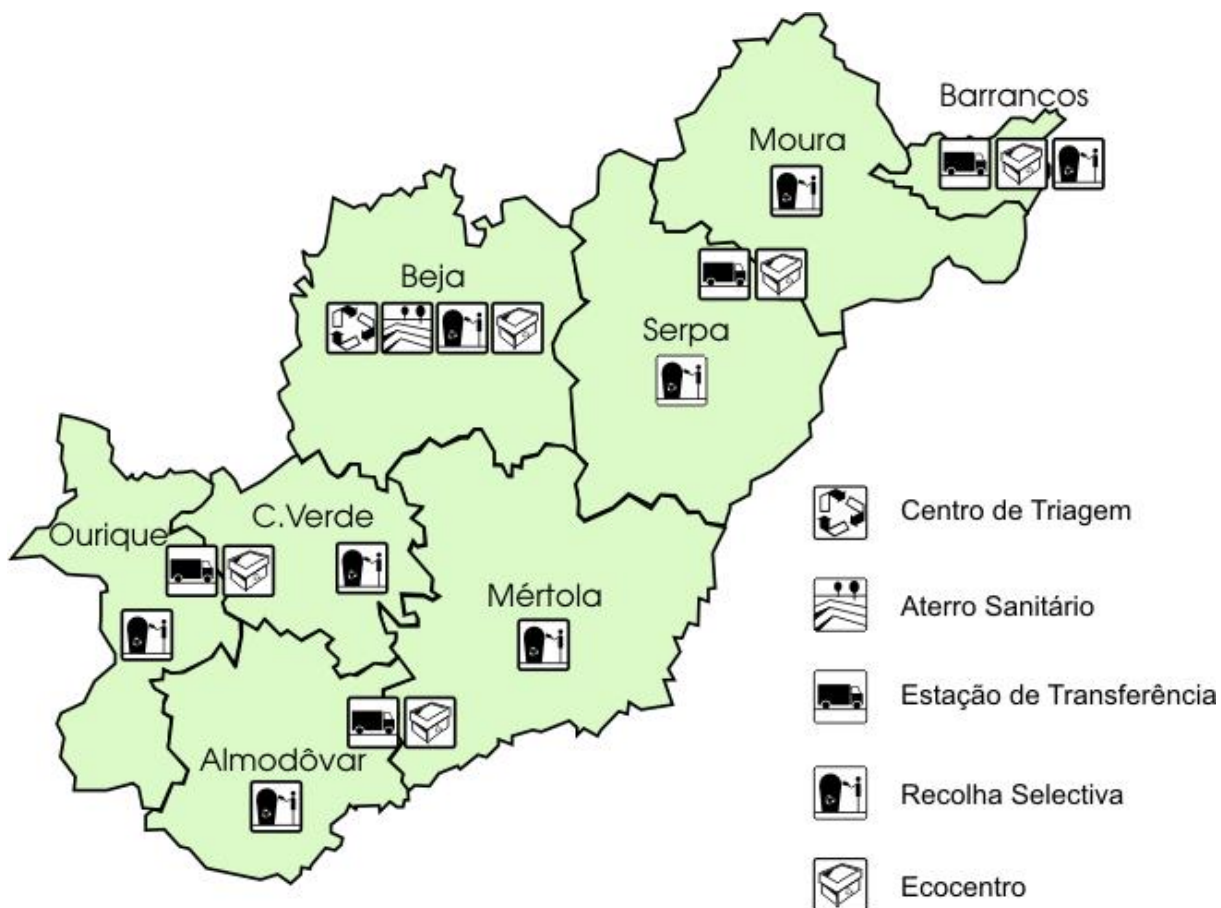


Figura 26 - Infra-estruturas da Resialentejo (Fonte:

http://www.resialentejo.pt/novo/?link=apresentacao_abrangencia).



A recolha dos RSU é efectuada pela Câmara Municipal de Ourique e a recolha selectiva é efectuada pela Resialentejo. Para que os contentores de deposição do lixo não se apresentem de um modo sujo e pouco incentivador à deposição, a Câmara Municipal procede à sua lavagem e desinfectação.

De acordo com dados disponibilizados pela CMO, a percentagem de população servida por recolha de RSU é 78,6%.

No Quadro 11 são apresentadas as localizações dos ecopontos existentes nas diversas Freguesias do concelho de Ourique.

Da análise da Figura 27, pode-se observar que a percentagem de embalagens recolhidas selectivamente no concelho de Ourique tem vindo a aumentar.

Quadro 11 - Localizações dos ecopontos existentes nas diversas Freguesias do concelho de Ourique. (Fonte: CMO).

FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO DOS ECOPONTOS
Conceição	<p>CONCEIÇÃO</p> <p>Largo D. Teresa</p> <p>ALCARIAS</p> <p>Rua da Conceição</p>
Garvão	<p>Rua da Sardôa, junto aos sanitários</p> <p>Ponte da Ribeira; junto aos Sanitários</p> <p>MINI ECOPONTO (120L)</p> <p>Junto ao Chafariz – Funcheira</p> <p>VIDRÃO:</p> <p>Estação de Garvão</p>
Ourique	<p>OURIQUE</p> <p>Rua dos Bombeiros Voluntários</p> <p>Rua Dr. Francisco Sá Carneiro (Bairro 48 fogos)</p>



FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO DOS ECOPONTOS
	<p>Rua de Almodôvar (junto ao quartel velho dos Bombeiros)</p> <p>Cerca do Lagar, frente á pastelaria</p> <p>Av. 25 de Abril, junto á Câmara</p> <p>Largo Padre António Pereira, junto ao Mundial (ecoponto subterrâneo)</p> <p>Cerro de S. Luis</p> <p>Rua Batalha de Ourique</p> <p>Bairro Cerca do Rosal</p> <p>Loteamento da Cassoleta</p> <p>Rua do Mercado</p> <p>VIDRÃO:</p> <p>Junto Restaurante Palma</p> <p>Junto Restaurante Lobo</p> <p>GRANDAÇOS</p> <p>Largo Junto aos Sanitários</p> <p>ALDEIA DOS PALHEIROS</p> <p>Junto ao restaurante Boa Viagem</p> <p>Junto à Escola Primária</p> <p>VIDRÃO:</p> <p>Junto ao Restaurante Novo Coimbra</p> <p>FAVELA NOVA</p> <p>VIDRÃO:</p> <p>Junto ao Centro de Convívio</p>
Panóias	<p>Largo do Terreiro</p> <p>Junto ao Lar da 3ª Idade</p> <p>MINI ECOPONTO (120L)</p>



FREGUESIA	LOCALIZAÇÃO DOS ECOPONTOS
	Junto à Barragem da Rocha
Santa Luzia	Rua do Poço do Concelho, próximo da junta de freguesia
Santana da Serra	Rua do Cemitério

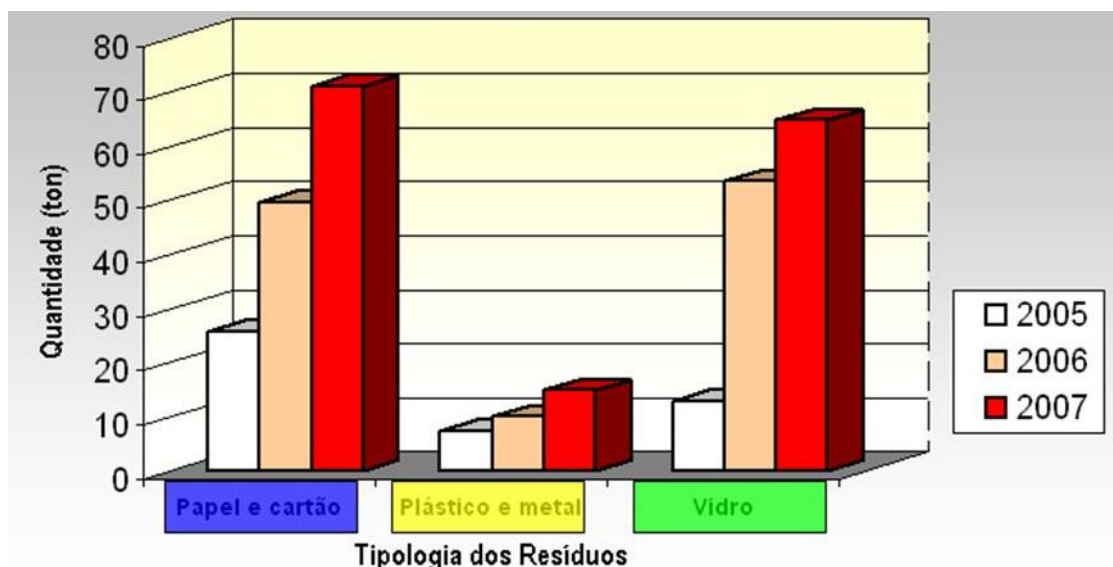


Figura 27 - Total de embalagens recolhidas selectivamente no concelho de Ourique
(Fonte: <http://cm-ourique.pt/cms/view/id/114/>).

4.4.6. Usos do Solo

A maior parte do concelho de Ourique distribui-se por áreas florestais, agrícolas e improdutivos, com 42,1% (27.926,6 hectares), 34,8% (23.106,2 hectares) e 19,9% (13.173,9 hectares), respectivamente, sendo muito pouco representativas as restantes classes de ocupação do solo (PMDFCI; Caderno II – Informação Base). Assim, as áreas menos representativas constituem-se ainda pelas superfícies aquáticas com 2,8% (1.889,8 hectares), nomeadamente as ocupadas pelas albufeiras do Monte da Rocha e Santa Clara, e as áreas sociais com 0,4% (243,6 hectares), sendo a área de incultos mínima.



Definições de tipos de ocupação do solo segundo o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ourique:

Área florestal – Área que se apresenta com povoamentos florestais, áreas com uso silvo-pastoril, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas de corte raso, outras áreas arborizadas e incultos.

Área Social – Área ocupada por zonas urbanas e pequenos agregados populacionais, portos, aeroportos, equipamentos sociais e grandes vias de comunicação.

Espaço Agrícola – Espaços onde predomina o uso agrícola, designadamente:

- Áreas da reserva agrícola nacional (RAN), exceptuando:
 - aquelas incluídas nos espaços naturais;
 - as incluídas no regime florestal;
 - manchas significativas que não possuam actualmente uso agrícola efectivo nem seja expectável que venham a tê-lo no horizonte de planeamento em causa;
- Áreas em que predomina o uso agrícola, *sensu stricto*, em solos com poucas restrições para as culturas tradicionais da região: vinha, olival.

Improdutivo – Área estéril do ponto de vista da existência de comunidades vegetais ou com capacidade de crescimento extremamente limitada, quer em resultado de limitações naturais, quer em resultado de acções antropogénicas (ex.: afloramentos rochosos, praias).

Inculto – Terreno coberto com lenhosas ou herbáceas de porte arbustivo, de origem natural, que não tem utilização agrícola nem está arborizada, podendo, contudo, apresentar alguma vegetação de porte arbóreo mas cujo grau de coberto seja inferior a 10%.

Quando se analisam as **Freguesias** do concelho, verifica-se que Conceição e Panóias têm um predomínio de área agrícola. Ourique e Santa Luzia possuem um



predomínio claro da área florestal. Em Garvão conjuga-se a área florestal e a área agrícola e Santana da Serra evidencia um predomínio de áreas de improdutivos (Quadro 12) (PMDFCI; Caderno II – Informação Base).

Quadro 12 - Ocupação do solo, por Freguesia, do Município de Ourique (Fonte: IGP).

Freguesia	Uso e ocupação do solo (ha)					
	Áreas Sociais	Agricultura	Floresta	Improdutivos	Incultos	Superfícies Aquáticas
Conceição	8,6	3156,1	3,4	101,8	0,0	33,3
Garvão	48,1	2140,8	2083,1	140,0	0,0	10,8
Ourique	107,8	6888,0	14400,0	2674,8	0,0	904,6
Panóias	54,7	6867,2	3403,9	501,0	0,0	223,4
Santa Luzia	13,7	1312,4	1656,2	510,5	0,0	1,1
Santana da Serra	10,7	2741,7	6380,0	9245,8	0,0	716,6
TOTAL	243,6	23106,2	27926,6	13173,9	0,0	1889,8

O concelho de Ourique apresenta um mosaico paisagístico caracterizado pela descontinuidade de manchas florestais marcada pela presença de áreas agrícolas. A área florestal é ainda assim preponderante, tendo uma representatividade superior em 10% à área agrícola. No entanto, este padrão é menos marcado a Sul do Município devido à predominância de zonas de improdutivos (PMDFCI, 2008).

A **floresta do concelho de Ourique** é principalmente composta por **Azinheira (52,1%) e Sobreiro (40,9%)**. As grandes áreas de azinhal são de grande importância para a criação de porco preto, um dos principais produtos da região, cuja bolota é a sua principal fonte de alimentação. O sobreiro também fornece um dos principais produtos da região (para além do porco alentejano já referido), ou seja, a cortiça (PMDFCI; Caderno II – Informação Base). Estas



espécies, tipicamente mediterrânicas, pertencentes ao sistema agro-florestal alentejano, são ainda muito importantes para a protecção dos solos.

A terceira espécie mais abundante da floresta do concelho é o Eucalipto, mas encontram-se também áreas de pinhal (com Pinheiro-manso e Pinheiro-bravo) e outras folhosas (e.g. acácias, alfarrobeiras, bétulas, choupos, faias, freixos, medronheiros, salgueiros, ulmeiros) (Figura 28).

Em termos da distribuição das diferentes espécies florestais por Freguesia, constata-se que os povoamentos de Azinheira se encontram praticamente distribuídos por todas as Freguesias (à excepção de Conceição), destacando-se Ourique, com 10.513,9 hectares. Por sua vez, as maiores ocupações de Sobreiro encontram-se em Santana da Serra seguida de Ourique, com 7.703,2 hectares e 3.188,5 hectares, respectivamente. Das seis Freguesias que formam o Município de Ourique, Conceição é a que apresenta menor área florestal com apenas 3,4 hectares. Relativamente às restantes ocupações florestais, destaca-se o Eucalipto em Ourique e as outras folhosas em Panóias (Quadro 13).

Quadro 13 - Distribuição das espécies florestais, por Freguesia, do Município de Ourique (Fonte: FixaSul).

Ocupação do Solo (ha) Freguesia	Total Área Florestal (ha)	Pinheiro Bravo	Pinheiro Manso	Azinheira	Sobreiro	Eucalipto	Outras Folhosas	Plantações Florestais
Conceição	3,4	-	-	-	0,5	2,9	-	-
Garvão	2.082,9	5,4	-	821,9	1.058,8	195,8	-	-
Ourique	14.400,0	-	-	10.513,9	3.188,5	694,9	2,7	-
Panóias	3.403,9	16,5	-	1.920,2	1.241,5	114,6	111,1	-
Santa Luzia	1.656,2	-	59,8	286,7	1.222,8	86,9	-	-
Santana da Serra	6.380,0	7,1	1,5	997,6	4.703,2	614,4	50,9	5,3
TOTAL	27.926,4	30,0	61,3	14.540,3	11.415,3	1.709,5	164,7	5,3

As áreas não florestais (Figura 28), muito abundantes, são essencialmente **agrícolas**, caracterizadas por **cultivo de cereais**, num sistema agrícola caracterizado por **rotações de culturas** (de três e cinco anos), com pousios e pastagens semi-naturais.

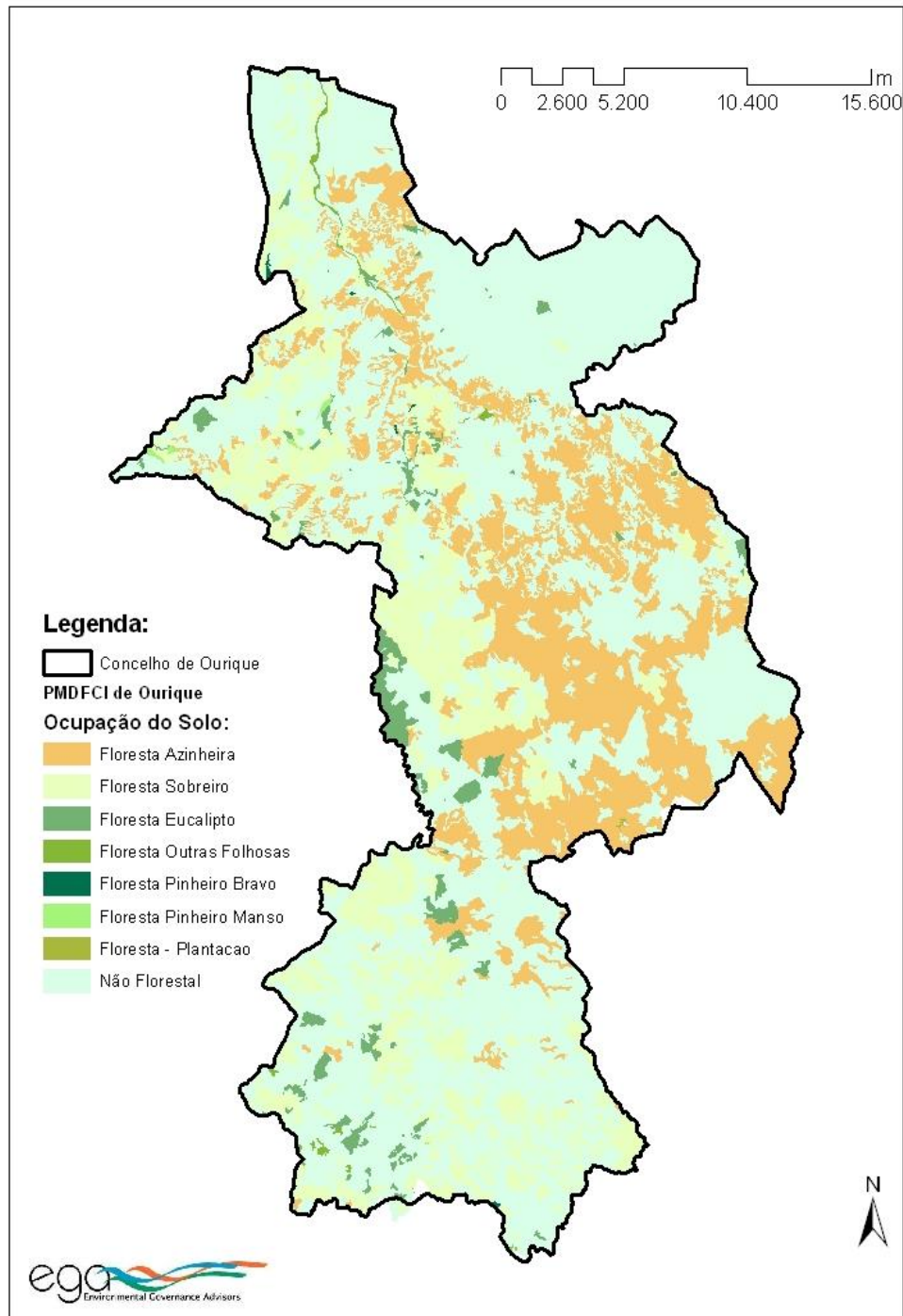


Figura 28 - Carta de ocupação do solo do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Ourique.



Áreas ardidas

Sendo a ocupação florestal predominante no concelho de Ourique, torna-se relevante analisar as áreas ardidas uma vez que os povoamentos florestais são bastante susceptíveis a incêndios. Acresce que estes causam consequências nefastas no concelho, tais como a perda total ou parcial da cobertura vegetal, a biodiversidade e os bens aí presentes, a erosão provocada no solo ou as alterações do ciclo hidrológico.

De facto, o tipo de coberto vegetal mais afectado pelos incêndios, entre 2000 e 2006, no concelho de Ourique, foram os povoamentos florestais, com excepção do ano 2002 onde ardeu mais área de matos, embora numa proporção pouco significativa (PMDFCI, 2008). Do conjunto de anos estudados no Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios (2008), 2003 destaca-se por apresentar maior área de povoamentos ardida, com 1.041,0 hectares. Em termos percentuais, verifica-se que 77,8% da área total ardida corresponde a povoamentos e que apenas 22,2% a matos.

Verifica-se que entre 1996 e 2006 (ver Figura 29) existem anos em que se observa um aumento significativo da área ardida, com destaque para 2003 e 2004, onde arderam 1.342,0 hectares e 322,0 hectares respectivamente. Relativamente ao número de ocorrências, observa-se que nem sempre associado ao maior número de ocorrências está associado um maior valor de área ardida, surgindo os anos de 1996, 2003, 2004 e 2005 como os mais críticos, com 18, 15, 11 e 12 ocorrências, respectivamente (PMDFCI).

Numa análise aos incêndios por Freguesia (Figura 30), verifica-se que a Freguesia de Santana da Serra é a que apresenta o maior número de ocorrências e de área ardida tanto para o período médio de referência (2000-2005) como para o ano de 2006, sendo de 3,3 ocorrências e de 163,9 hectares ardidos, para 2000-2005, e de 2 ocorrências e 12,0 hectares ardidos para 2006 (PMDFCI).

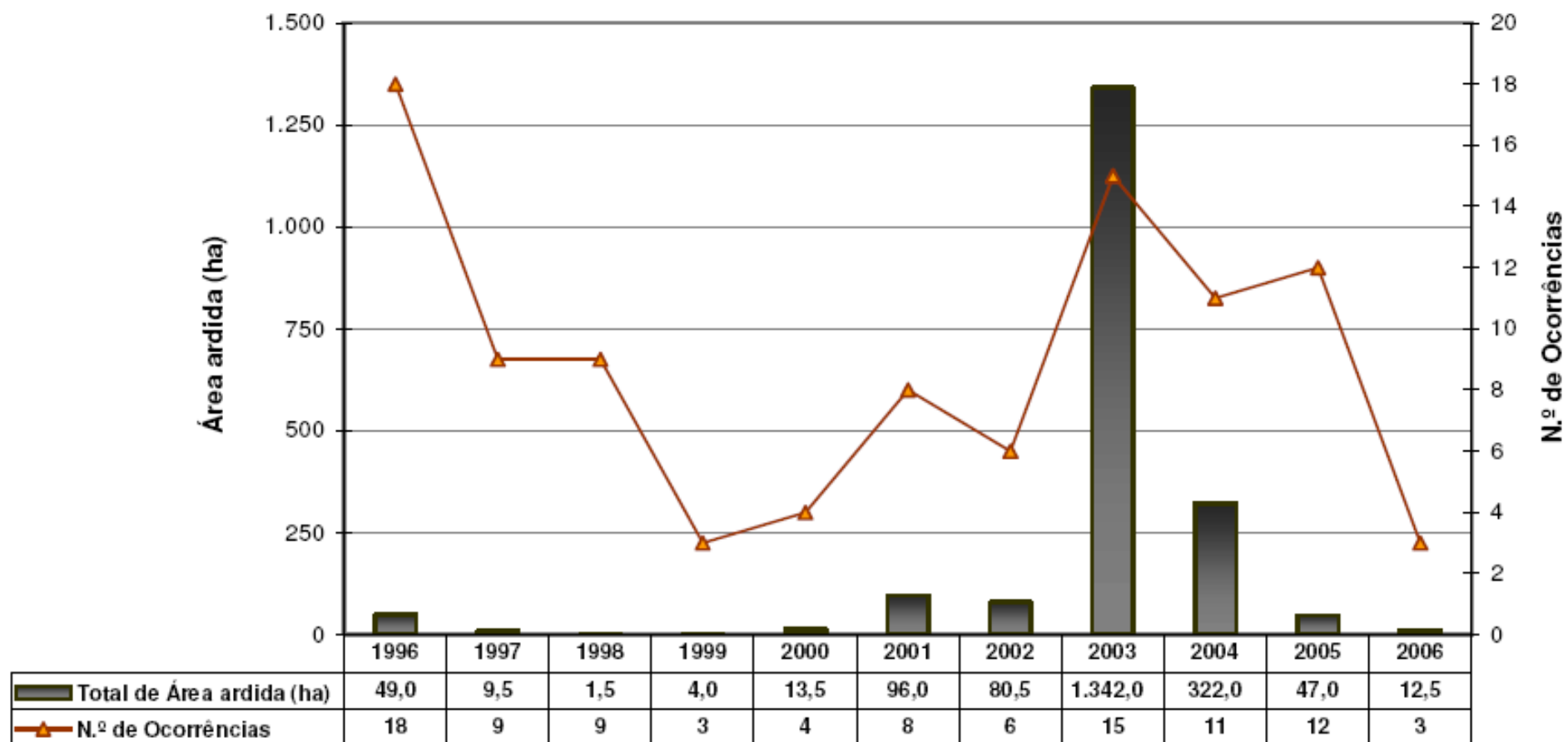


Figura 29 - Distribuição anual da área ardida e n.º de ocorrências de 1996-2006 (Fonte DGRF).

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:

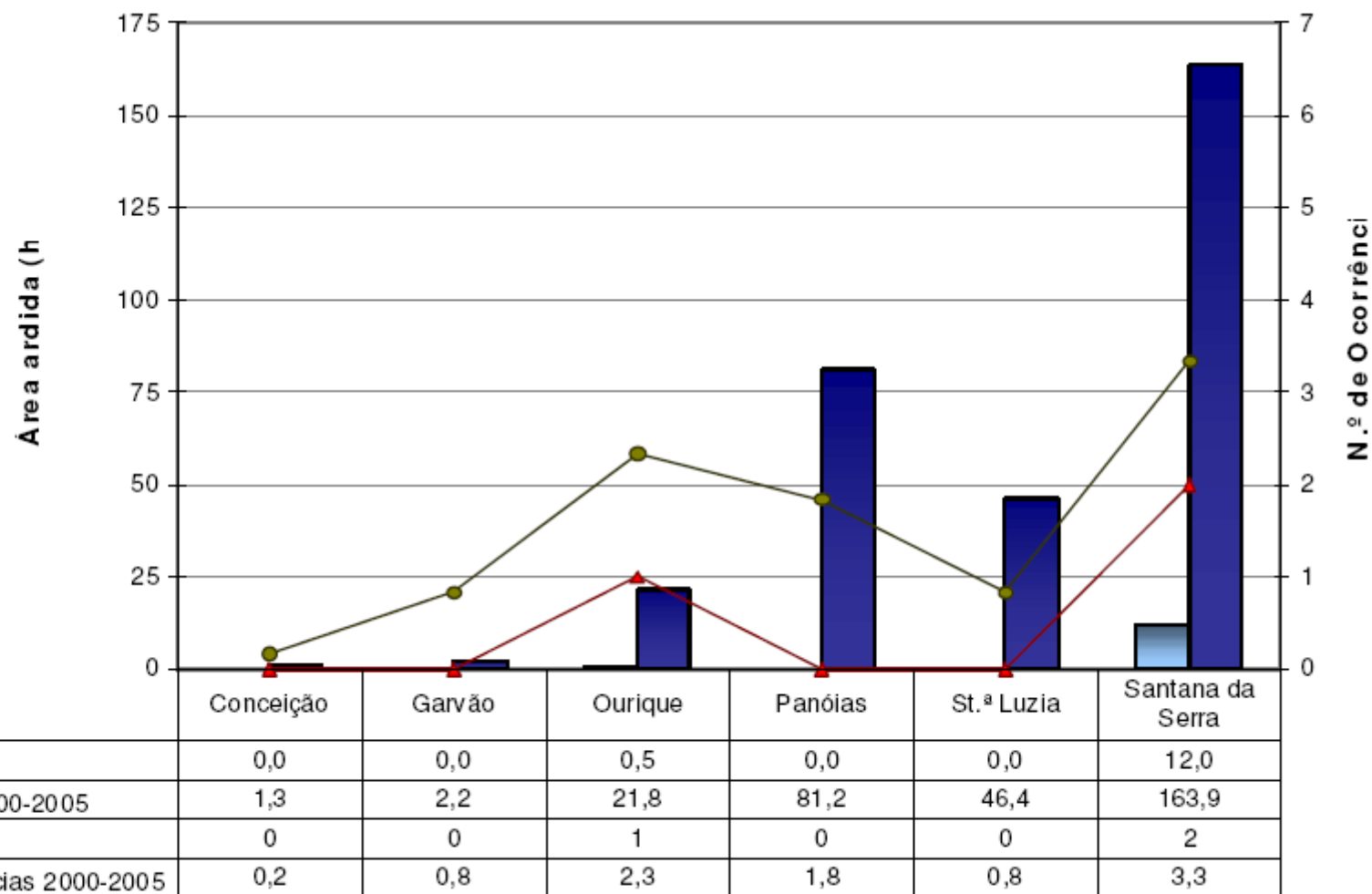


Figura 30 - Distribuição anual da área ardida e n.º de ocorrências em 2006 e média no quinquénio 2000-2005, por Freguesia (Fonte DGRF).

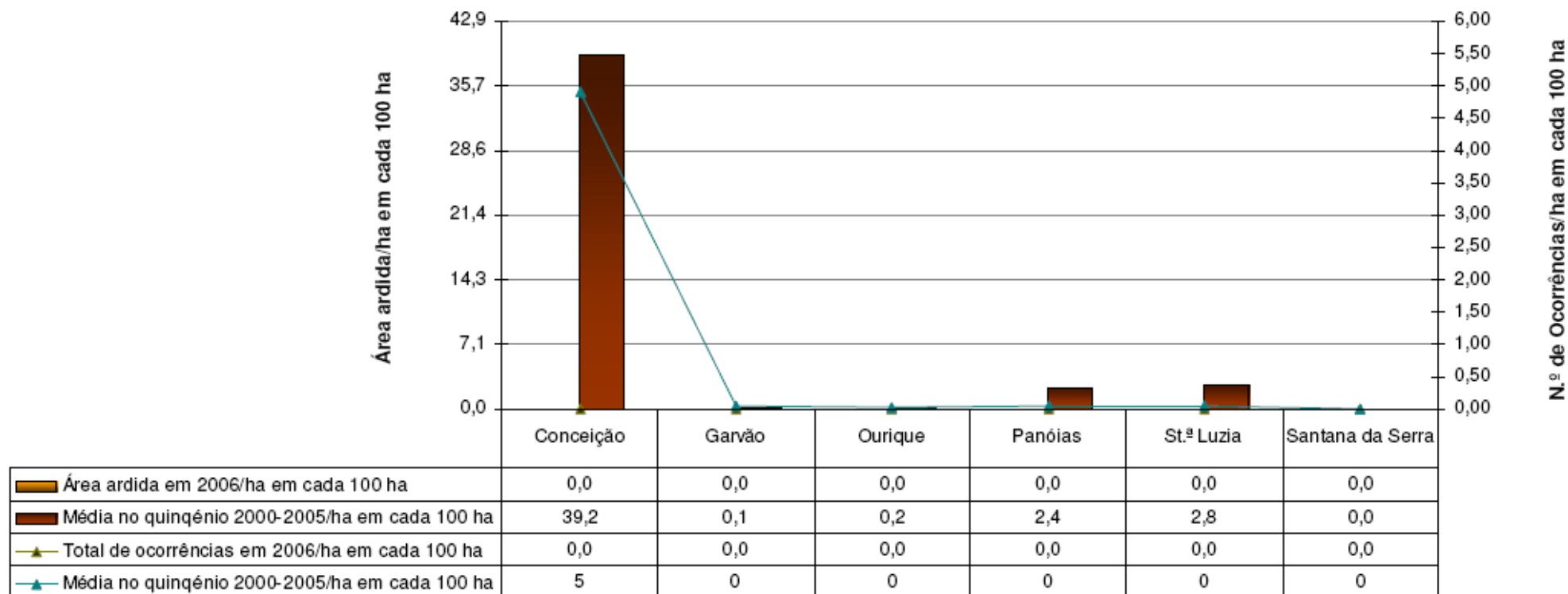


Figura 31 - Distribuição da área ardida e número de ocorrências em 2006 e médias no quinquénio 2000-2005 por espaços florestais em cada 100 hectares, por Freguesia (Fonte DGRF).



Numa análise semelhante mas se apenas se atender à área florestal (Figura 31), constata-se que a Freguesia com maior área média ardida por espaço florestal e por hectare em cada 100 hectares, no período entre 2000 e 2005, foi Conceição com 39,2 hectares, tendo sido este parâmetro pouco significativo ou nulo nas restantes Freguesias. Os valores apresentados para Conceição justificam-se por esta Freguesia apresentar um valor de área florestal muito baixo (3,4 hectares) comparativamente às restantes Freguesias, tornando o valor da fracção considerada neste cálculo mais elevado.

Relativamente ao número de ocorrências e para o mesmo período, apenas foram contabilizadas 5 incêndios para a Freguesia de Conceição. Por último, em 2006, verifica-se a ausência de valores registados para qualquer dos parâmetros em análise (PMDFCI).

Os resultados apresentados evidenciam que o Município de Ourique, como já referido, teve em 2003 o ano mais complicado a nível de área ardida, tendo ardido cerca de 5% da área florestal Municipal. Os prolongados períodos de calor e seca extrema verificados nesse ano tiveram na base do aumento da área ardida; no entanto, outros factores podem também ter contribuído para o aumento desse valor, nomeadamente a ausência de planeamento dos espaços agro-florestais. Por outro lado, o facto de se ter assistido à diminuição da área ardida, principalmente em 2005 e 2006, poderá ser resultado de uma primeira intervenção mais eficaz (PMDFCI).

4.5. Caracterização Socioeconómica

4.5.1. Análise Demográfica

Distribuição territorial da população residente

Os dados oficiais mais recentes sobre a distribuição territorial da população residente no concelho de Ourique são os provenientes do Censos de 2001. Em 2001 residiam no concelho de Ourique 6.199 habitantes distribuídos pelas seis Freguesias da seguinte forma:



- Freguesia de Ourique, sede de concelho, apresentava 3.041 habitantes, correspondendo a 49,1% da população residente no concelho;
- Freguesia de Garvão: 851 habitantes, representando 13,7% do concelho;
- Freguesia de Panoias: 634 habitantes, com uma representação municipal de 10,2%;
- Freguesia de Santa Luzia: 393 habitantes correspondendo a 6,3% daquela estrutura;
- Freguesia de Santana da Serra: 1.139 habitantes, equivalente a 18,4% da população residente no concelho;
- Freguesia da Conceição: 141 habitantes, a menos populosa, representando apenas 2,3% do total.

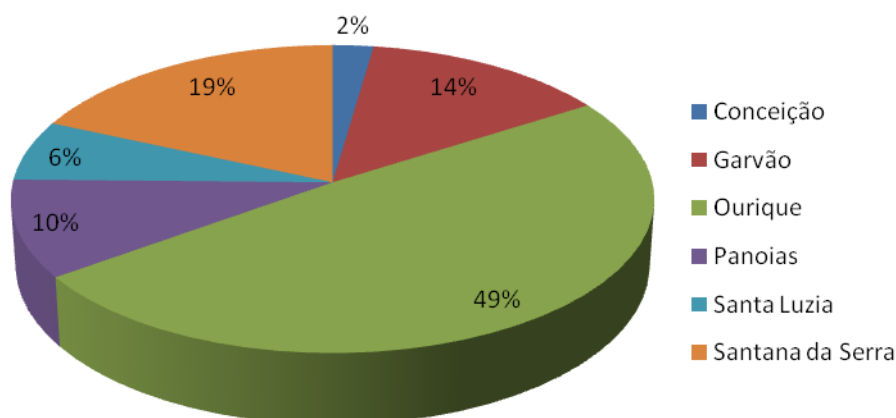


Figura 32 - Distribuição da População por Freguesias em 2001 (Fonte:INE).

Evolução da População Residente Segundo Grupos Etários

A população de Ourique encontra-se em regressão desde a segunda metade do século XX. Seguindo a tendência de todo o Alentejo, a população do município de Ourique é maioritariamente envelhecida, não ocorrendo uma renovação da população por parte das camadas mais jovens.

O concelho de Ourique sempre esteve identificado com a escassez de recursos económicos e a um grande fluxo emigratório. Entre o ano de 1991 e 2001 o município de Ourique perdeu 398 indivíduos (-6%). Em 2008, conta com 5.426 indivíduos, face aos 6.199 em 2001 (-13%).



De acordo com previsões do INE, estima-se que num cenário de manutenção destas tendências, o Baixo Alentejo venha a sofrer uma perda de 14% da população residente até 2020 (38% até 2050) e um aumento do índice de envelhecimento demográfico para 2,1 idosos por cada jovem (3,8 em 2050).

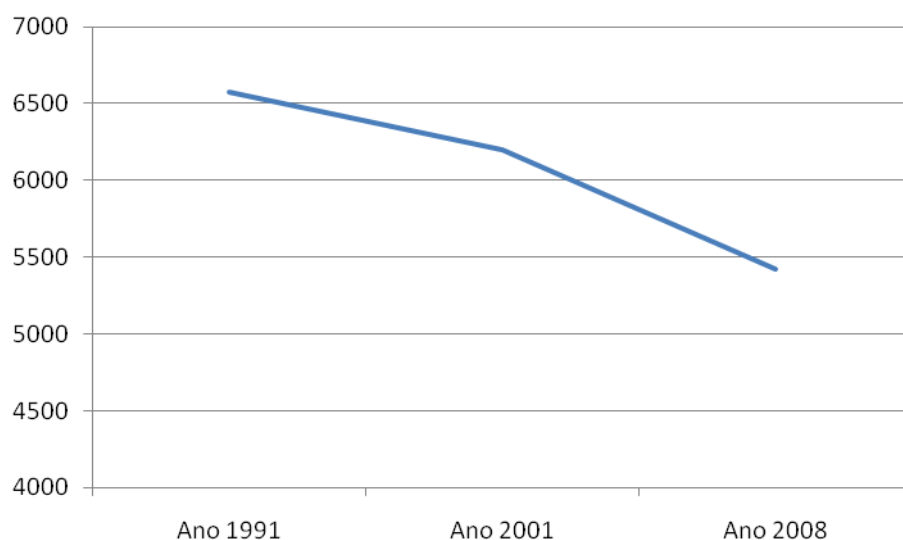


Figura 33 - Evolução da População Residente no concelho (Fonte: INE).

No Quadro 14 encontra-se apresentada a evolução do índice de envelhecimento, da taxa de natalidade, da taxa de mortalidade e do índice de dependência dos idosos. Da análise deste quadro, constata-se que o índice de envelhecimento tem vindo a aumentar ao longo dos anos e que a taxa de natalidade é bastante inferior à taxa de mortalidade. Como tal é expectável que o concelho de Ourique continue a perder população (ocorra desertificação).

O índice de dependência dos idosos é em 2008 de 51,1 (média de 36,7 para o Baixo Alentejo) o que reflecte de igual modo uma grande dificuldade no processo de renovação de gerações.



Quadro 14 - Evolução do índice de envelhecimento, da taxa de natalidade, da taxa de mortalidade e do índice de dependência dos idosos no concelho de Ourique (Fonte: INE).

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2006	2008
Índice de envelhecimento	227,0	224,6	233,0	241,3	283,8	283,3	288,8	294,6
Taxa de natalidade	9,2	6,5	5,7	4,9	7,5	6,6	5,1	3,8
Taxa de mortalidade	19,9	24,3	17,7	17,9	22,4	19,1	19,1	23,0
Índice de dependência dos idosos	-	-	-	-	-	52,5	53,0	51,1

A população em plena idade activa (25-64 anos) representava em 2008 50,39% da população total, mas os indivíduos com 65 e mais anos representavam nessa altura 30,35% da população total, enquanto os grupos etários mais novos, com menos de 14 anos e dos 15 a 24, representavam apenas 19,26%. As famílias são constituídas maioritariamente por adultos e idosos, num contexto de pirâmide etária invertida. De 2001 a 2008, houve em todas as faixas etárias um decréscimo percentual significativo da população de Ourique: a população residente com menos de 14 anos diminuiu no período -15%; dos 15 a 24 anos a diminuição foi de -29%; dos 25 aos 64 anos o decréscimo foi de -8% e com 65 e mais anos aquela diminuição foi de -13% (veja-se Figura 34).

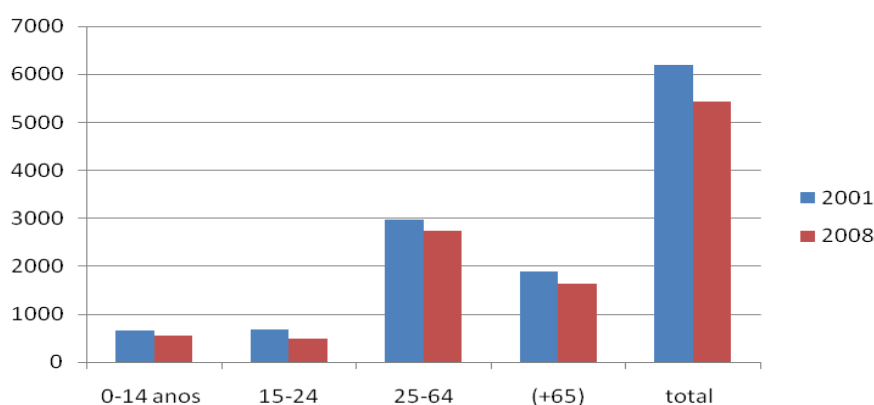


Figura 34 - Variação Populacional por Estratos Etários em 2001-2008 (Fonte: INE).

O decréscimo de população deve-se também em parte aos movimentos migratórios registados para o litoral do país, onde a oferta de emprego é mais diversificada, assim como a emigração para outros países da União Europeia, na busca de melhores condições de vida.



4.5.2. Análise das formas de povoamento existentes e sua evolução

Em termos gerais, o concelho de Ourique é um território predominantemente rural. Apresenta uma dispersão clara da população, em montes, muitas vezes isolados (com maior expressividade no sector Sul do concelho) – questão confirmada pelo facto dos lugares com menos de 100 habitantes representarem 66,7% dos lugares existentes, nos quais reside 9,8% da população concelhia e pelo facto da população Isolda ser de 25,6% do total da população residente no concelho em 201 (PDI da Freguesia de Ourique).

O concelho apresenta ainda uma concentração da população em aglomerados de pequena e muita pequena dimensão (21 lugares), no qual o efectivo populacional é inferior a 1.999 habitantes. A Vila de Ourique, sede de concelho, é o único aglomerado em que o número de habitantes é superior a 1.000 habitantes, facto que permite afirmar que é o único aglomerado de cariz urbano em todo o concelho.

Ourique apresentava em 2007 uma densidade populacional de 8,4 habitantes por km² e em 2008 esse número desce para 8,2 habitantes por km². Deduz-se, por isso, que o povoamento além de disperso e envelhecido tende para a desertificação em torno da sede de concelho.

A população imigrante poderá constituir de futuro um bom recurso de povoamento desde que se criem incentivos à sua fixação, que para além de constituir mão-de-obra em idade activa, assegure o repovoamento e a continuidade das gerações futuras. Acresce que, por via da redução da taxa de natalidade, as famílias apresentam menos indivíduos jovens.

A região apresenta um elevado despovoamento e envelhecimento da população, onde a agricultura extensiva de subsistência tem grande peso, a par com um sector de serviços centrado na sede de concelho. Se considerarmos o abandono crescente das actividades e do emprego agrícola, temos despovoamento e desertificação.

Em termos de habitação, o concelho contava com 3.945 edifícios para habitação familiar clássica em 2003 e em 2008 este número subiu para 4.075, essencialmente situados na sede de concelho.

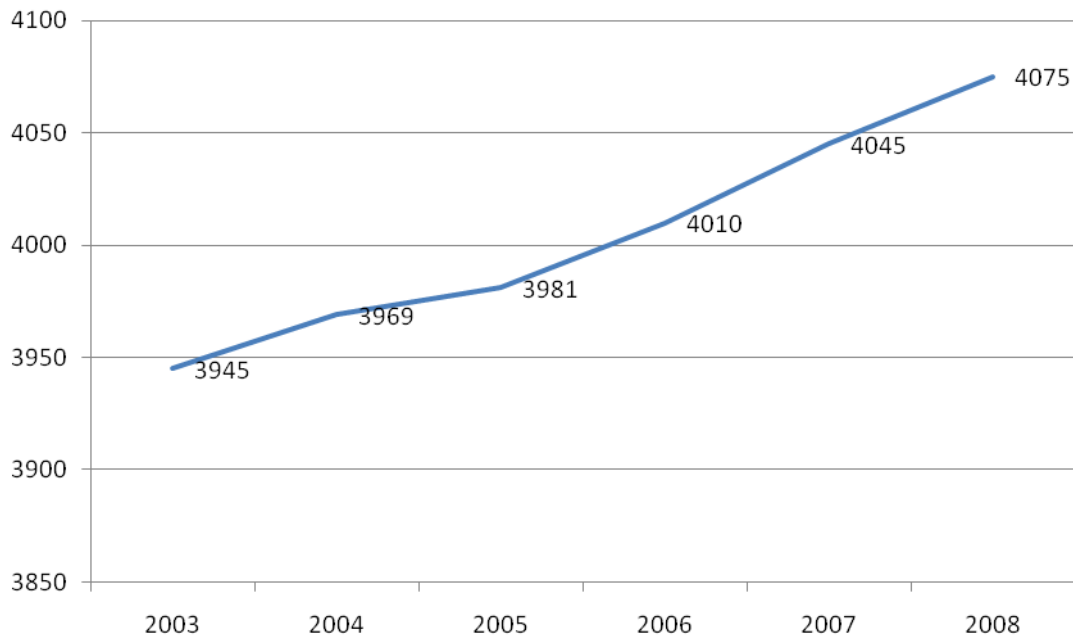


Figura 35 - Evolução da Construção para Habitação (Fonte: INE).

4.5.3. Educação e ensino

O estado de envelhecimento demográfico que caracteriza o Alentejo reflecte-se na taxa de analfabetismo, uma vez que as gerações mais velhas são, tendencialmente, menos escolarizadas: no Baixo Alentejo, em 2001, esta taxa era superior a 23%; em Ourique, no mesmo ano, registava-se uma taxa de analfabetismo de 9%, o que traduz um posicionamento muito favorável do município neste contexto.

Esta situação é mais relevante, designadamente, nos quadros médios e superiores e nos profissionais qualificados e altamente qualificados, por contraponto de um peso relativo mais acentuado da região ao nível dos profissionais não qualificados e semi-qualificados (Plano Regional de Inovação do Alentejo - PRIA).

O perfil educacional de Ourique é assim consonante com tarefas profissionais indiferenciadas e de pouca especialização e de baixo valor acrescentado.

Existe também um deficit de formação de qualidade para o sector do turismo e das novas tecnologias.



Em termos de capacidade de oferta pública, em Ourique funciona um agrupamento de escolas – Agrupamento Vertical de Ourique, que integra todos os níveis de ensino desde o ensino pré-escolar ao secundário.

No ensino secundário os alunos podem optar, por cursos científico-humanísticos, nomeadamente: Curso de Ciências e Tecnologia e Curso de Línguas e Humanidades, ou por cursos profissionais, nomeadamente: Técnico de Restauração, Técnico de Informática e Gestão e Técnico de Turismo.

No que se refere ao pessoal docente, o concelho dispõe de um total de oitenta e dois docentes, entre professores do Quadro de Agrupamento, do Quadro de Zona Pedagógica e docentes de contratação anual, distribuídos pelos diferentes ciclos leccionados no Agrupamento, pela Biblioteca Escolar e Direcção Executiva.

No ano lectivo de 2010/2011 frequentam o Agrupamento 577 alunos, dos quais 69 no ensino pré-escolar, 160 no ensino Básico – primeiro ciclo, 88 no segundo ciclo, 156 no terceiro ciclo e 104 no ensino secundário e cursos profissionais.

Em termos de oferta privada existe um estabelecimento pré-escolar, com as valências de creche e ensino pré-escolar, da responsabilidade da Santa da Casa da Misericórdia de Ourique.

No ano lectivo 2010/2011 estão em funcionamento:

- 3 Salas de Creche, frequentadas por 33 crianças. Distribuídas da seguinte forma 7 crianças no berçário, 13 crianças na sala de 1 ano e 13 crianças na sala dos 2 anos;
- 2 Salas de Ensino Pré-Escolar, frequentadas por 42 crianças. Distribuídas da seguinte forma: 22 crianças na sala 1 e 20 crianças na sala 2.

No que se refere ao pessoal docente trabalham nestes espaços 4 Educadoras de Infância.

É de salientar que a creche tem 3 crianças em lista de espera.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a ESDIME e outras entidades externas ao Concelho (Ex: Plano RH) promovem regularmente cursos de formação profissional para adultos de aprendizagem e aperfeiçoamento.



É de destacar a falta de formação profissional de qualidade que responda às necessidades de potenciais sectores económicos emergentes.

Para o ensino pré-escolar e 1º Ciclo, realizam-se Actividades de Enriquecimento Curricular promovendo a expressão e Educação Físico-Motora. As aulas de natação surgem como uma alternativa de actividade física, que se realiza na Piscina Municipal. Por último, mas com grande importância, a realização do A.T.L. e Colónias de Férias, que surgem como alternativas de actividade para os jovens, que ocorrem no período de interrupção lectiva.

4.5.4. Infra-estruturas e equipamentos colectivos

Uma vez que já foi efectuada anteriormente a caracterização das infra-estruturas de saneamento existentes no concelho de Ourique, neste subcapítulo serão abordadas a rede viária e a rede eléctrica, bem como será efectuada a caracterização dos principais equipamentos colectivos existentes, respeitantes ao ensino, à saúde e apoio à 3.ª Idade, desportivos e culturais.

Rede viária

Passa-se a apresentar uma breve caracterização da rede viária existente para a região e para o concelho de Ourique. Esta caracterização foi efectuada com base em bibliografia existente, designadamente o Plano Rodoviário Nacional (1998), os dados constantes do PDM em revisão, dados disponibilizados pela CM de Ourique, bem como em informação consultada na internet.

A rede viária da região é constituída por estradas de diversas classificações que formam uma malha hierarquizada, oferecendo diversos níveis de serviço, de forma a garantir a acessibilidade necessária, consoante as exigências da procura actual e prevista.

O Plano Rodoviário Nacional (PRN), revisto e aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, constitui a figura de planeamento que define a classificação e as características das actuais estradas e onde se especificam as políticas de investimento neste domínio.

Perspectivando-se a modernização da estrutura viária nacional, a implementação do PRN pressupõe, sobretudo, o aumento da eficácia do transporte rodoviário de



peças e bens, o aumento da segurança de circulação e a melhoria do meio ambiente.

O referido Decreto-Lei agrupa as estradas públicas afectas à Rede Rodoviária Nacional em duas categorias: a Rede Nacional Fundamental, que é constituída por Itinerários Principais (IP), e a Rede Nacional Complementar, que é constituída por Itinerários Complementares (IC) e Estradas Nacionais (EN).

A Rede Nacional Complementar, composta por IC e EN, tem como objectivo assegurar a ligação entre as vias da Rede Nacional Fundamental e os centros urbanos de influência concelhia ou supra-concelhia, mas infra-distrital. Os IC são as vias que, no contexto do PRN, " (...) *estabelecem as ligações de maior interesse regional, bem como as principais vias envolventes e de acesso nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.*" (Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho).

O PRN actualmente em vigor revogou o anterior PRN datado de 1985, introduzindo-lhe algumas alterações de fundo, nomeadamente através do alargamento da Rede Rodoviária Nacional e pela criação de uma nova categoria, a das Estradas Regionais (ER). É igualmente definida uma nova rede, a Rede Nacional de Auto-Estradas, formada por algumas vias inseridas na Rede Rodoviária Nacional.

As Estradas Regionais (ER) são definidas como comunicações públicas do continente, com interesse supra-municipal e complementar à Rede Rodoviária Nacional. As ER deverão assegurar o desenvolvimento e serventia das zonas fronteiriças, costeiras e outras de interesse turístico, bem como a ligação entre agrupamentos de concelhos (unidades territoriais).

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, sofreu algumas alterações pela Lei n.º 98/99, de 26 de Julho, diploma que introduziu acertos pontuais nas ligações das Redes Nacionais Complementar e de Auto-Estradas, bem como nas Estradas Regionais.

Relativamente a estas últimas (ER), o novo diploma alterou a sua regulamentação, subordinando-as ao enquadramento normativo das restantes vias da Rede Rodoviária Nacional.

Mais recentemente houve novas alterações através do Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto, pois o desenvolvimento de novas infra-estruturas rodoviárias determina que se proceda a uma actualização do PRN, de modo a ajustar as



designações e correspondentes descritivos, bem como redefinir e reclassificar algumas infra-estruturas.

Para a região em análise e no âmbito da rede nacional fundamental, destaca-se a existência de um itinerário principal (A2/IP1) conotado como auto-estrada e considerado o principal eixo de articulação Norte-Sul do corredor litoral do país; e a proximidade com o IP2 que surge como principal eixo de articulação de articulação Norte-Sul interior do país.

Relativamente à rede nacional complementar, refira-se o IC1, eixo com traçado paralelo ao IP1 mas a poente deste, que assegura ligação Norte-Sul.

Este facto que reforça o posicionamento privilegiado de Ourique face a alguns eixos estruturantes de âmbito regional ou mesmo nacional.

O município de Ourique tem um total de 2.138,6 km de rede viária (veja-se Figura 36 e o Quadro 15), dos quais apenas 171,4 km pertencem ao PRN 2000. Apresenta, assim, uma rede viária essencialmente composta por caminhos (1.774,6 km).

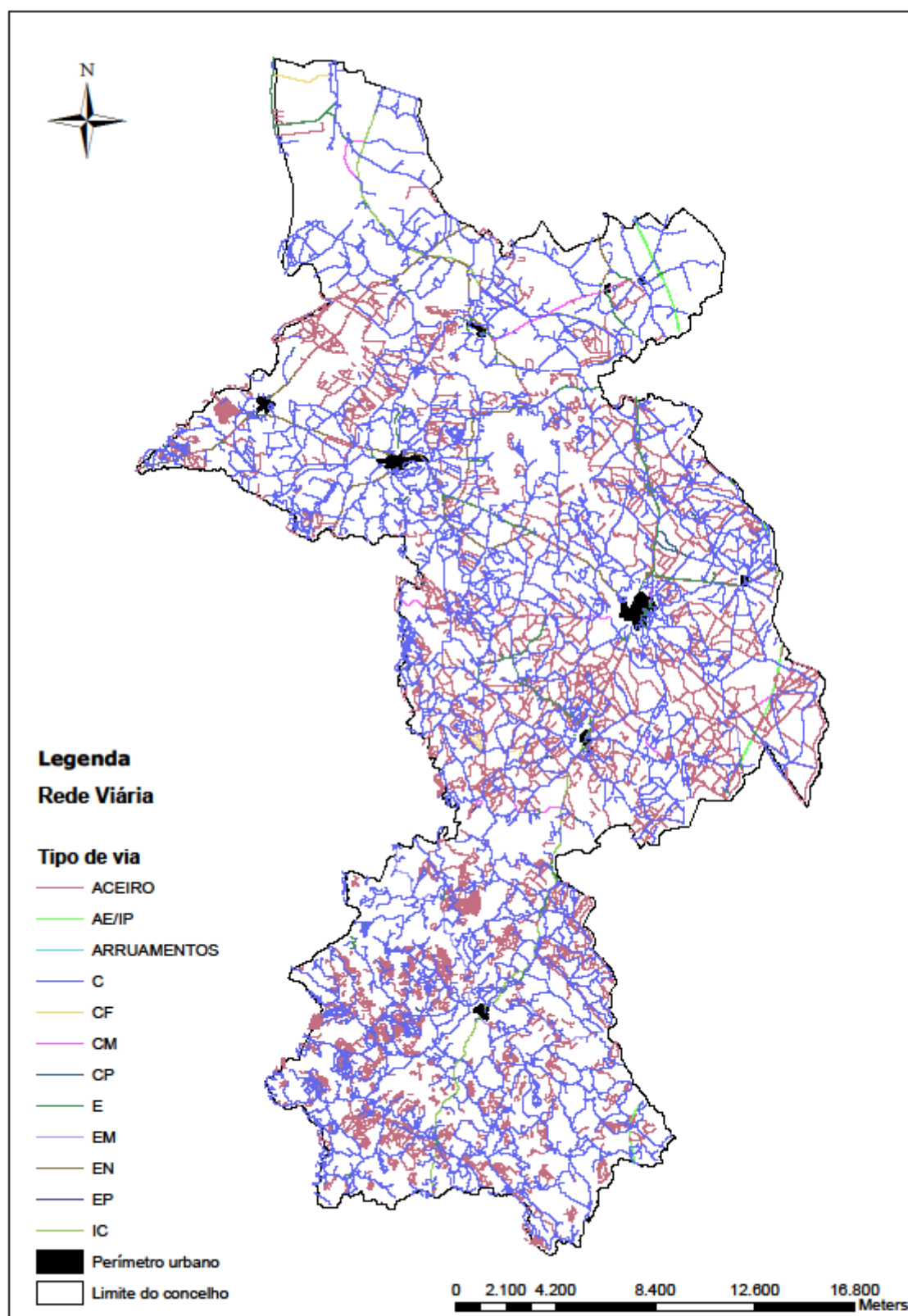


Figura 36 - Rede viária do concelho de Ourique (Fonte: CMO).

**Quadro 15 - Rede viária do concelho de Ourique.**

	Tipo via		Comprimento (km)
PRN	Auto-Estrada/Itinerário Principal		16,4
	Itinerário Complementar		63,3
	Estradas Regionais		38,0
	Estradas Nacionais		53,7
	Total		171,4
Rede Municipal	Estradas Municipais		26,5
	Caminhos Municipais		93,0
	Outras Estradas	Total	1847,7
		Caminhos	1774,6
		Caminhos Florestais	5,9
		Caminhos Particulares	13,4
		Estradas	53,8
	Total		1967,2
Total		2138,6	

Fonte: PRN 2000, CMO, Cartografia 1/10000, Cartas Militares IGEOE, PDM Ourique

Relativamente à ferrovia, o município de Ourique é atravessado na sua faixa norte (em cerca de 10 km) pela Linha do Alentejo no sentido Norte-Sul (traçado Barreiro-Funcheira), tendo também uma ligação com a Linha do Sul (contabilizando cerca de 25 km). Segundo o PIDBA, a REFER não prevê, para o presente ano, quaisquer investimentos de cariz infra-estrutural nestas linhas.

O aproveitamento pleno das potencialidades geradas pelas boas acessibilidades deve assentar na melhoria do serviço dos eixos de via existentes, já que em termos de cobertura pode dizer-se adequada mas as condições físicas e o serviço prestado por estes eixos é, por vezes, deficiente.

Ressalva também para a centralidade do território de Ourique, aproveitando as vantagens significativas da sua ligação ferroviária com o Algarve e Lisboa, serviço este prestado com grande qualidade, a preços acessíveis, com condições de comodidade e num espaço de tempo não muito alargado.



Rede eléctrica

Dado o povoamento disperso, o concelho de Ourique não está ainda totalmente electrificado. Este problema faz-se sentir mais na Freguesia de Santana da Serra devido às suas características.

Em 2001 a electricidade chegava a 94,6% da população.

Equipamentos respeitantes ao ensino

Em termos estabelecimentos de ensino, no município de Ourique existe:

- uma Escola EB 2, 3 e Secundária, localizada na vila de Ourique;
- quatro escolas básicas do 1º ciclo, localizadas em Santana da Serra, Garvão, Panóias e Ourique.
- quatro Jardins de Infância Públicos, localizados em Santana da Serra, Garvão, Panóias e Ourique.
- uma Creche e um jardim de infância privado da Santa Casa da Misericórdia de Ourique, localizados na sede de concelho.

Equipamentos respeitantes à Saúde e Apoio à 3ª Idade

No município de Ourique os equipamentos respeitantes à Saúde em 2010 são os seguintes:

- 1 Centro de Saúde;
- 5 Extensões de saúde em todas as freguesias;
- 1 Unidade Móvel de Saúde;
- 2 Farmácias na sede do concelho;
- 2 Postos de Farmácia, localizados em Santana da Serra e Panóias;
- 1 Parafarmácia localizada em Garvão;
- 2 Unidades de Análises Clínicas;
- 1 Clínica Privada com algumas especialidades.

Em 2008, existia apenas 1 médico para 1.000 habitantes, num total de 6 médicos no concelho, os quais trabalham nas 6 extensões de saúde dispersos



pelas Freguesias e na agora extinta unidade de internamento do Centro de Saúde de Ourique.

A deslocação do médico a cada uma das Freguesias é proporcional à sua densidade populacional – por exemplo, em Panoias, o médico vai duas vezes por semana. Em todo o concelho existe apenas 1 farmácia por 1.000 habitantes: 1 em Ourique, 1 em Garvão, 1 posto de farmácia em Santana da Serra e 1 em Panoias. Não existe nenhum hospital no concelho.

Em termos de apoio à terceira idade, a Santa Casa da Misericórdia intervém desde há longa data, no sentido de minimizar as dificuldades inerentes à terceira idade. Em todas as Freguesias do concelho, com excepção das Freguesias de Conceição e Garvão, existem Lares onde os idosos podem ficar em regime permanente e Centros de Dia que os acolhem e prestam apoio domiciliário.

Equipamentos desportivos e culturais

No que diz respeito aos equipamentos desportivos o município de Ourique está relativamente bem equipado ao nível da sede de concelho. Os equipamentos desportivos e de lazer disponíveis permitem desenvolver, sobretudo, actividades ao ar livre. Os clubes desportivos continuam a ser o ponto de encontro da população, onde se joga principalmente ao chinquinho ou às cartas.

Os equipamentos desportivos disponíveis são: 4 polidesportivos, 6 campos de futebol, 1 pavilhão desportivo e 1 piscina coberta.

No que se refere aos equipamentos culturais, Ourique dispõe de biblioteca, cine-teatro e de um Centro de Convívio.

Ourique gastou em 2008 cerca de 12% do total do seu orçamento em actividades e infra-estruturas culturais e desportivas, num total de 455 mil euros. Neste seguimento, foram inauguradas novas estruturas tais como o Cineteatro Sousa Telles, o Centro de Convívio de Ourique e o Pavilhão Multiusos. Esta percentagem de gastos com a cultura e desporto é considerável, acima da média para o Baixo Alentejo (onde se registou um valor médio de 10,9%).

Devido às características do povoamento, torna-se difícil, do ponto de vista financeiro aumentar a percentagem de população servida.



Existem algumas carências ao nível de oferta de equipamentos colectivos (culturais, educativos, de saúde e culturais / desportivos), sobretudo em outros locais que não a sede de concelho.

Existem, igualmente, algumas carências ao nível de oferta de equipamentos educativos, de saúde e culturais / desportivos, sobretudo em outros locais que não a sede de concelho.

É de referir, ainda, que Ourique tem uma Estação de Correios e em todas as freguesias e principais aglomerados populacionais do Concelho existem espaços TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) com Acesso à Internet. O Município está bem servido de acessos telefónicos e de postos de correio: tem 30,9 acessos telefónicos por 100 habitantes (a média do Baixo Alentejo é de 28,7) e tem 110,9 postos de correio por 100 mil habitantes (a média do Baixo Alentejo é de 50,7).

4.5.5. Património e Identidade Cultural

O concelho de Ourique agrega 6 freguesias (Conceição, Garvão, Panóias, Ourique, Santa Luzia e Santana da Serra), somando uma população residente de 6200 habitantes, de acordo com o Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH) de 2001.

A sede do município é a Vila de **Ourique**, cuja população residente representa cerca de 20% da população do concelho.

Devido à sua localização privilegiada numa elevação, o miradouro de Ourique proporciona ao visitante uma paisagem da vila e dos conhecidos campos, onde a lenda dita que D. Afonso Henriques derrotou o rei mouro Esmar, na Batalha de Ourique. Neste local privilegiado encontra-se também o Castelo de Ourique, cuja raiz se pensa ser um castro romanizado, ocupado também pelos árabes.

O património religioso é também um dos pontos de interesses desta vila, representado pela Igreja de Santa Maria, Igreja de São Salvador (Santo orago da vila), Igreja da Misericórdia, Igreja Matriz de Ourique, com o seu estilo maneirista, barroco e rococó, e a Igreja de Nossa Senhora da Cola, um dos locais de peregrinação mais importantes do Baixo Alentejo, homenageado pelo feriado



da Vila de Ourique, data da única romaria que se realiza no concelho. Também as Ermidas fazem parte integrante desse património: São Sebastião, São Lourenço, São Luís e São Brás.

A Torre do relógio, localizada na Praça D. Dinis, é também outro dos símbolos da vila, com a sua torre sineira de planta quadrangular.

Outro local de visita obrigatória é o Castro da Cola, composto por monumento megalíticos, povoados calcolíticos e necrópoles das Idades do Bronze e da Pedra. Este monumento está inserido no Parque Arqueológico do Castro da Cola, com circuito definido.

Conceição, freguesia mais a norte do concelho de Ourique, faz fronteira com o concelho de Aljustrel, e que fazia parte do antigo concelho de Messejana. O seu nome é também o nome da Santa que lhe é orago.

A falta de documentação histórica encontra no vocábulo Alcarias uma alusão toponímica que leva a ponderar uma ocupação árabe no seu território.

A representar o património religioso existe a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construída no séc. XVI.

Outros símbolos da freguesia e que a tornam única são os famosos moinhos de vento, as chaminés tradicionais e a arquitectura típica, características muito bem preservadas.

O artesanato típico encontra expressão nas rendas, bordados e meias em linha.

Uma das povoações mais antigas do concelho de Ourique, outrora sede de comarca, é a freguesia de **Garvão**.

Este local está repleto de evidências da sua antiguidade, como o Cerro do Forte e Depósito Votivo. O Cerro ou Forte de Garvão, ocupado desde o Bronze final, tem vestígios de romanos e também de ocupação árabe. O Depósito Votivo representa um antigo depósito secundário de oferendas e ex-votos que se inseria numa estrutura religiosa mais complexa.



A componente religiosa desta freguesia é representada pela Igreja Matriz de Garvão, de arquitectura manuelina, Igreja de São Sebastião e Igreja de São Pedro (ruínas).

Outro dos pontos de interesse é a ponte romana, que mais uma vez marca a sua presença nas vilas deste concelho, mas também património edificado mais recente, como a estação de caminho de ferro de Garvão e da Funcheira.

A marcar a tradição tauromáquica da freguesia, realizam-se várias feiras e também a festa de Garvão, com carácter muito expressivo nesta actividade, e é representada pela Praça de Touros Dr. António Semedo.

Panóias foi outrora concelho, com elevada importância e representatividade nas Cortes. Este concelho tinha uma marca muito acentuada do clero na sua história, sendo que o seu brasão representava a alusão ao “trabalho do homem perante a divindade de Deus”. Este concelho foi extinto em 1836, passando na sua história, a seu freguesia do concelho de Messejana e mais tarde, de Ourique.

Vestígios monásticos provam a presença de tal comunidade na Igreja de São Romão, que representa o património religioso da freguesia juntamente com a Igreja Matriz, ambas de estilo barroco.

Outros monumentos de interesse são o buraco dos Mouros e a mina do Moutinho.

O artesanato é característico pela transformação da cortiça, madeira e buinho, e também pelas rendas e bordados.

Também conhecida como Santa Luzia de Garvão, a freguesia de **Santa Luzia** encontra-se no extremo sudoeste do concelho de Ourique.

Em relação ao património histórico, a Igreja Paroquial de Santa Luzia constitui um dos pontos de maior interesse na freguesia. De estilo barroco, tem também marcas maneiristas na sua torre sineira.

A cortiça e a madeira é a matéria-prima do artesanato que representa esta freguesia.



A freguesia mais serrana e sulista do concelho, **Santana da Serra**, tem toda a sua história e tradição muito marcada pela sua paisagem de serra.

Nos terrenos acidentados da serra podem encontrar-se montes perdidos que representam fornos de pão tradicionais, feitos de pedra e encostados às casas.

Poderá dizer-se que o artesanato desta freguesia distingue-se ligeiramente das restantes pela sua natureza, não é ornamental mas sim alimentar. Desta freguesia são típicos o medronho (fruto e aguardente), o mel e o pão alentejano, que representam duas das actividades características do local (apicultura e panificação). Estes sabores únicos são apresentados numa feira que decorre anualmente na freguesia. Fugindo ao carácter alimentar, também a cortiça tem uma expressão relevante na freguesia, seja como actividade económica seja como artesanato.

A representar todo o concelho existem quatro **Grupos Corais** de cantares alentejanos, dois grupos masculinos, 1 feminino e 1 infanto-juvenil. A sua expressão é ao nível concelhio, participando nas festa religiosas, mas também ao nível nacional. Tendo sido convidado para vários encontros e festivais.

Marca original da região é o Porco de Raça Alentejana, que ganha uma importância elevada anualmente em Ourique, não fosse este concelho a **Capital do Porco Alentejano**.

O Porco Alentejano é também, o produto que mais marca a gastronomia local. Mas existem outras especialidades, também muito típicas, como: Ensopado de Borrego, cabrito na Púcara, Migas, Cozido de Grão, Sopa de Tomate, Açorda Alentejana, Gaspacho, entre outros.

Produtos da região de natureza agro-alimentar, são também outra das marcas do concelho, que ganha expressão com: queijo de cabra e ovelha, enchidos diversos, pão alentejano e azeite.



4.5.6. Qualidade de Vida

Estrutura e níveis de emprego

As estatísticas existentes mostram que a taxa de desemprego em Ourique em 2001 se situava em 10,5% contra uma média regional de 11,5% e nacional de 6,1%. Hoje, apesar da falta de dados discriminados e considerando a taxa nacional de desemprego de 10,6%, a situação deverá ser francamente pior:

- em 2008 estavam desempregados e a receber subsidio de desemprego no município 472 indivíduos;
- a maioria destes desempregados possuía mais de 40 anos;
- é entre os indivíduos mais velhos e menos qualificados que se regista um maior número de desempregados.
- Na mesma altura existiam 332 pessoas a receber o rendimento social de inserção.

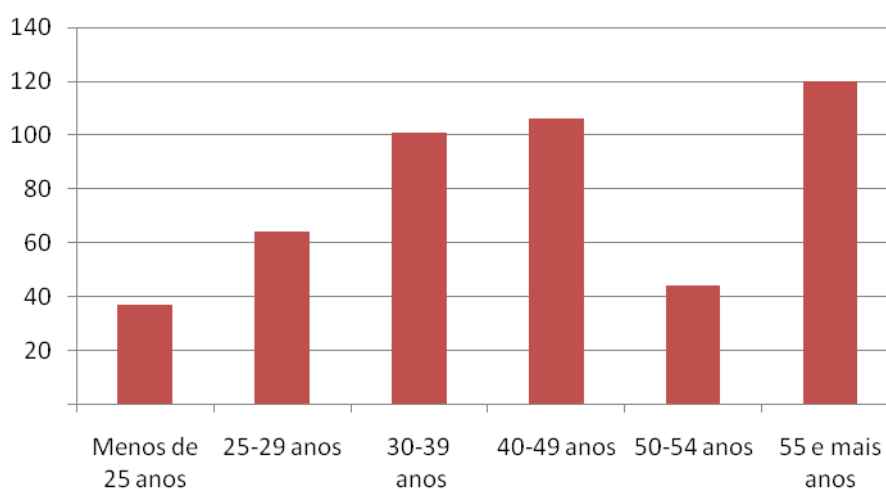


Figura 37 - Desempregados por Faixa Etária (Fonte: INE).

Ocorre uma atitude pouco proactiva face ao emprego, em particular na agricultura e comércio, não sendo raro a recusa de oferta de trabalho. A considerar aqui a preferência pelos mecanismos de subsídio do Estado face ao desemprego.



Existe também uma baixa qualificação e formação profissional, sobretudo nos indivíduos mais velhos que, combinado com o fraco dinamismo económico do município e da região resulta em desemprego.

As instituições locais dificilmente são capazes de resolver este problema. Existe pouca margem de manobra por parte do município, face ao seu apertado orçamento e níveis de endividamento resultantes da gestão passada. Segundo dados de 2007 (INE) a relação entre receitas e despesas correntes no município eram de 82,76%, com um passivo na ordem dos -613 mil euros, o mais negativo da região do Baixo Alentejo.

Níveis salariais e rendimentos disponíveis da população residente

Em termos de ganho médio mensal, os trabalhadores dos três sectores de actividade apresentam dos índices mais baixos da região com 658,17 euros, abaixo dos 851,33 euros em média para a região do Baixo Alentejo.

O nível de vida na região, quantificado através das variáveis respeitantes ao PIB *per capita* e ao índice de poder de compra, equivale a 82% e a 77% da média nacional (Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo – PIDBA - 2006). Trata-se portanto de um concelho tendencialmente pobre.

4.5.7. Estrutura Económica e Tecido Produtivo

Caracterização global dos sectores e actividades socioeconómicas (agricultura, indústria, turismo, comércio e serviços)

Ourique apresenta a mais baixa densidade de empresas por km² do Baixo Alentejo (0,7 - apenas comparável com a de Barrancos) e bem abaixo da média regional que é de 1,3. O município em 2008 possuía 460 empresas, praticamente todas de pequena dimensão (menos de 50 trabalhadores) dos ramos do comércio (63% do total de volume de negócios municipal), imobiliária e outros serviços públicos e alguma construção civil e transformação (produtos alimentares e cortiça).

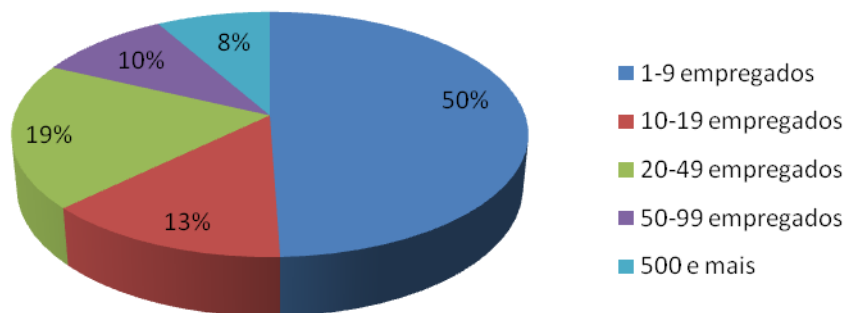


Figura 38 - Empresas por Nº de Trabalhadores (Fonte: INE).

Sumariando, o motor económico de Ourique é suportado essencialmente pelo sector terciário e secundário como se ilustra com a seguinte Figura:

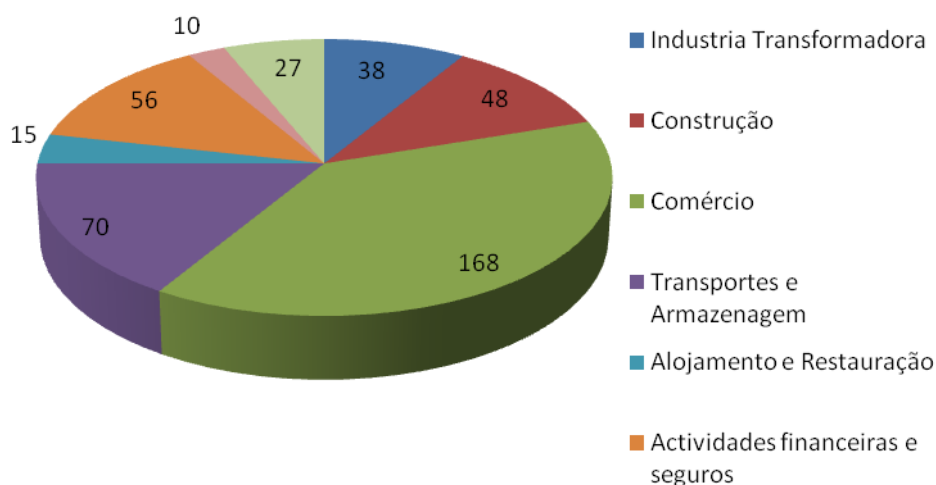


Figura 39 - Empresas por Sector de Actividade (Fonte: INE).

Caracterização dos sectores de actividade

Sector Primário

Algumas das empresas sedeadas no concelho estão ligadas aos trabalhos de agricultura, pecuária e silvicultura e afins; no entanto, embora a maioria da população tenha uma ocupação agrícola, essa não é a sua profissão.

Existe já alguma produção hortícola e frutícola de qualidade reconhecida. Verifica-se uma maior organização nas culturas de sequeiro, regadio e sazonais e também a introdução de novas culturas como a beterraba e os pomares de regadio (citrinos, pessegueiros, ameixeiras, entre outras).



O processo de reflorestação e de recuperação do habitat de montado aposta numa floresta de qualidade rica em sobreiros, azinheiras, pinheiros e eucaliptos que para além de constituir um importante pilar económico é também um elemento fundamental do equilíbrio ambiental e paisagístico.

Sector Secundário

Nos 19% de sociedades sedeadas no sector secundário incluem-se, entre outras, a construção civil (10%), o artesanato e a indústria agro-alimentar.

Resistindo à passagem do tempo, continuam a ser desenvolvidas na região actividades tradicionais de manufactura de objectos de utilização quotidiana e de natureza decorativa. Com recurso às matérias-primas existentes e através de técnicas ancestrais, as artes e ofícios tradicionais mantêm-se vivos e apresentam uma grande diversidade de produtos – a pintura em loiça de Santana da Serra é disso um bom exemplo.

A indústria transformadora de produtos tradicionais, promove assim a ruralidade e a preservação do saber – fazer e do património rural construído.

Os produtos tradicionais são cada vez mais procurados, portanto há uma tendência crescente para o emprego nesta área. Em geral, verifica-se uma maior procura por parte dos turistas/ visitantes de produtos que estão associados à preservação dos saberes e tradições locais.

Estes produtos têm na sua base o uso múltiplo do montado, de grande importância na compatibilização da produção de produtos tradicionais com a conservação do solo e a sustentabilidade dos recursos naturais.

Produtos como o porco, o mel as plantas aromáticas e medicinais, a esteva e o medronho são elementos valorizadores do património natural, na medida em que na sua base estão elementos naturais. E com elevado valor económico ainda pouco explorado.

Estes produtos representam também a tradição cultural deste território e são também uma mais-valia para promoção do património cultural e natural, em termos turísticos, tornando-se numa mais-valia para a sua sustentabilidade.

A indústria de transformação de frutos também se começa a desenvolver, apostando na excelência do produto, focalizado em segmentos de mercado



exigentes. A transformação de carnes é um bom exemplo, com o aparecimento de pequenas salsicharias e uma de maior dimensão, respondendo à necessidade de integrar a fileira económica e tecnológica do produto “porco alentejano” e uma importante fonte de emprego na região.

De qualquer forma, tal como sucede com a agricultura, também a indústria transformadora assume no município de Ourique uma dimensão à escala familiar, salvo raras excepções.

Sector Terciário

O sector terciário é aquele que regista a maior taxa de empregabilidade em Ourique. Este facto deve-se essencialmente à existência de organismos públicos – de onde se destaca a própria Câmara Municipal de Ourique – como grandes empregadores locais.

O sector terciário conta com 54,5% de empresas sedeadas no município. Em 2008, registavam-se no concelho 5,3 instituições bancárias por 10 mil habitantes, ou seja, 3 instituições bancárias e apesar do peso que o comércio tem, Ourique apenas internacionaliza 353 mil euros dos seus produtos, o que traduz o carácter vincadamente tradicional e doméstico do comércio municipal.

O comércio representa isoladamente 37% das empresas no município. Grande parte dos comerciantes tem um reduzido nível de escolaridade, o que dificulta a inovação, modernização e investimento no sector. A sua estrutura está associada ao pequeno comércio diário que mantém a estrutura económica no concelho e proporciona empregos normalmente à escala familiar. Existem inúmeras pessoas que produzem vários produtos alimentares (destacam-se o mel e o medronho), mas a sua comercialização é local.

O município de Ourique possui condições favoráveis para a venda de produtos tradicionais de grande qualidade. A venda destes produtos permite a preservação do saber – fazer, o que contudo no entanto parece não estar ainda muito explorado. Em resposta a esta fraqueza definiu-se uma estratégia de valorização dos recursos endógenos, já em implementação através do PROVERE, co-financiado pelo Programa Operacional Inalentejo. Desta forma é extremamente importante configurar uma estratégia de valorização dos produtos tradicionais e consequentemente da identidade local.



O turismo é sem dúvida uma área muito importante na sustentabilidade do município de Ourique. Trata-se de uma importante actividade geradora de postos de trabalho. A existência de um importante património natural e cultural associado a uma diversidade paisagística e bons acessos, potencia um maior são factores que poderão proporcionar um aumento do fluxo turístico para o concelho.

O *Touring* representava, no Verão de 2006, a segunda motivação dos turistas que visitaram Portugal (34%) e o Alentejo (56%), respectivamente. Os segmentos de mercado de Espanha (22%), Reino Unido (17%) e Alemanha (13%) são os principais mercados emissores.

Os *Resorts* Integrados e o Turismo Residencial poderão vir a ser também relevantes no turismo de Ourique. Aproximadamente 1,2 milhões de Europeus, sobretudo do Reino Unido e Alemanha, possuem propriedade num *Resort* Integrado e as taxas de crescimento estimadas são na ordem dos 8% a 12% ao ano.

A Gastronomia e Vinhos são outro produto do património cultural e natural do Alentejo, que lhe podem permitir estruturar produtos dirigidos a elementos de elevada qualificação socioeconómica.

Ainda de acordo com o PROTA e em relação especificamente ao Baixo Alentejo, esta região deve desenvolver um turismo com especial vocação para as formas menos convencionais e massificadas, nomeadamente, Turismo de Natureza, Turismo Cultural, Enoturismo e Gastronomia, Turismo Cinegético e Turismo Activo (aventura, desporto).

Ourique possui um Posto de Turismo, mas não existe uma grande oferta turística no município. À semelhança do que se passa em todo o Alentejo (apenas 1 hotel de 5 estrelas), o município é parco em alojamento. Em termos de capacidade instalada Ourique dispõe de duas pensões, uma Pensão, um Alojamento Particular e três residenciais Casas de Hóspedes, um hotel de duas estrelas, dois turismos rurais bem como algum turismo rural, ficando no entanto muito aquém das potencialidades do município. É evidente que com este tipo de oferta, o impacto local do turismo, quer em termos físicos quer económicos, é relativamente diminuto.



O município de Ourique possui grandes potencialidades para o desenvolvimento da actividade turística. Possui interessantes itinerários para o *touring* e de grande qualidade paisagística e desportiva: as albufeiras do Monte da Rocha e de Santa Clara; importantes monumentos tais como pontes romanas, o monumento pré-histórico do Castro Cola, Montes Alentejanos (Cruz da Pedra, Torre Vã, Cabeça de Marco, São Romão, Ferraria ou Montenegro); os Moinhos de água e de vento; as Igrejas centenárias. Todos estes recursos poderão ser uma mais-valia a juntar ao clima e à paisagem que reflectem a história e a ocupação do território e da paisagem ao longo dos tempos.

De acordo com informações do actual Plano Director Municipal (PDM) em revisão existem inúmeros monumentos classificados ou em vias de classificação: o Cerro do Castelo ou forte de Garvão, imóvel de interesse público, por Decreto nº 29/90, de 17 de Julho; o Castelo de Ourique, imóvel de interesse público, por despacho de 1973, Maio; a Igreja de Panoias, em processo de classificação; e a Igreja de Garvão, em processo de classificação.

De salientar ainda uma apreciada gastronomia à base de produtos tradicionais como o mel, medronho, queijos, enchidos e doçaria. A gastronomia tradicional de Ourique tem como base a carne de porco e de borrego, a que se juntam espécies cinegéticas como o javali, a lebre, o coelho e a perdiz. O pão, o azeite e as ervas aromáticas são ingredientes fundamentais que dão corpo e sabor às sopas, migas, ensopados e açordas, enquanto os ovos, a gila, a amêndoa ou o pinhão se ligam sabiamente em deliciosos manjares, alguns de tradição conventual.

Muito pela sua localização, Ourique é muito apetecível para o turismo rural e de *Resort*, tendo sido identificados dois complexos turísticos na fase de projecto:

- está para breve a reconversão do antigo monte alentejano da Quinta da Arrábida (Freguesia de Panóias), num complexo turístico dirigido a segmentos de mercado exigentes e que criará cerca de 1.600 postos de trabalho directos, para além das potenciais externalidades no aumento da população residente e na recuperação económica a médio e longo prazo;
- outro complexo de interesse, o Monte Campanador, promete cerca de 200 posto de trabalho directos.



O PDM actualmente em revisão prevê este tipo de infra-estruturas e explicita que, “para as ocupações turísticas que impliquem operações de loteamento ou a constituição de aglomerados de carácter urbano é obrigatório elaborar previamente planos de pormenor” (Artigo 20º).

População Activa segundo os Sectores de Actividade

Em termos de emprego, as 460 empresas existentes no concelho em 2008 empregavam 823 trabalhadores nos diferentes sectores, com clara ênfase para o sector terciário. Mesmo assim, verifica-se que o sector secundário também é bastante expressivo no trabalho por conta de outrem, como se demonstra pela seguinte Figura:

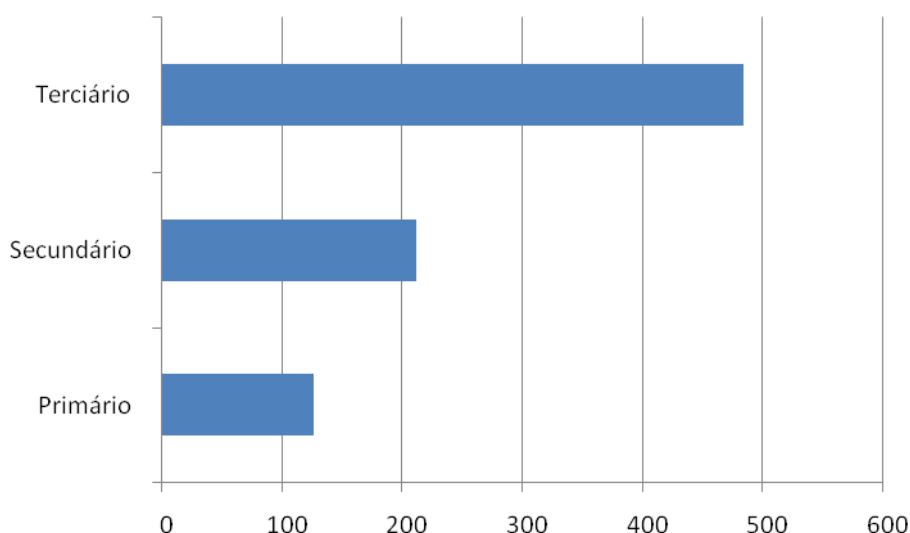


Figura 40 - Distribuição da População Activa por Sector de Actividade (Fonte: INE).

De acordo com o ultimo levantamento censitário de 2001, as Freguesias do concelho apresentam as seguintes características:

- Ourique – É a sede de concelho. Apresenta como principais actividades, os serviços, a agricultura e pecuária, e pequenas unidades industriais relacionadas com serralharia e carpintaria, construção civil, distribuição panificação e hotelaria;



- Garvão – Tem como principais actividades a agricultura, pecuária e indústria corticeira. Apresenta ainda alguma indústria alimentar artesanal, carpintarias e, anualmente, a Feira de Garvão, de importância considerável pelo volume de negócios, sobretudo em gado;
- Panóias – esta Freguesia tem como actividades principais a agricultura, pecuária e algum comércio;
- Conceição – a Freguesia apresenta como actividades principais a agricultura, pecuária e pequeno comércio;
- Santa Luzia – Freguesia que possui como actividades principais a agricultura e pastorícia, construção civil e pequeno comércio;
- Santana da Serra – trata-se de uma Freguesia que tem como actividades principais a agricultura e pecuária, exploração florestal, panificação e pequeno comércio.

INDICADORES DE DESEMPENHO

5





5. INDICADORES DE DESEMPENHO

5.1. Introdução

Os indicadores de desenvolvimento relacionados com a elaboração de uma Agenda 21 Local são instrumentos de monitorização do caminho percorrido desde a situação de referência (fase metodológica do trabalho de Ourique em que nos encontramos) até à concretização dos objectivos estratégicos. Trata-se de um conjunto de instrumentos essenciais à aplicação dos conceitos adoptados, uma vez que se traduzem no estabelecimento de objectivos (e indicadores) que dão “a medida” de quanto se progride em direcção aos objectivos previamente estabelecidos.

Para isso é necessário avaliar periodicamente a adequação das diversas medidas, acções e projectos que estruturarão o Plano de Acção correspondente, abrangendo as diversas componentes do Desenvolvimento:

- Indicadores Ambientais;
- Indicadores Económicos;
- Indicadores Sociais e Culturais.

Em fases posteriores do presente trabalho, os indicadores seleccionados deverão obedecer à classificação da OCDE sobre esta tipologia de indicadores, utilizando-se para o efeito o modelo “PER – Pressão, Estado, Resposta”.

Para a elaboração da lista preliminar de indicadores a utilizar na Agenda 21 Local de Ourique teve-se em consideração o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) nacional, também este assente no modelo Pressão-Estado-Resposta (www.apambiente.pt). Por outro lado, de forma a conseguir aplicar os indicadores para o Município de Ourique, teve-se igualmente em consideração a informação disponível a nível concelhio ou que será obténível, durante o período de aplicação da Agenda 21 Local, para o concelho.

O SIDS nacional tem vindo a ser modificado desde a sua primeira edição formal em 2000. Para o presente trabalho, utilizou-se a primeira versão elaborada em 2000 (Proposta para o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS 2000)) e a versão completa mais recente, o SIDS 2007. Não se cingiu a consulta apenas ao SIDS 2007 pelo facto de muita da informação disponível para



o concelho, reveladora do desenvolvimento sustentável do mesmo, corresponder à informação necessária à utilização de indicadores do SIDS 2000.

Quer os indicadores retirados do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) nacional, quer os indicadores estabelecidos através de informação recolhida do concelho encontram-se intrinsecamente articulados com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. Como atrás referido, a ENDS desenvolve-se em torno de sete objectivos de acção:

- 1.º - Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”;
- 2.º Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética;
- 3.º Melhor Ambiente e Valorização do Património;
- 4.º Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social;
- 5.º Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território;
- 6.º Um Papel Activo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação Internacional;
- 7.º Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada.

Como se poderá observar, da gama de indicadores seleccionados e para os quais existe já informação que permite definir uma tendência de evolução, considera-se que os pilares ambiental e económico demonstram uma tendência claramente positiva na maioria dos indicadores com informação, mas o sector social apresenta uma tendência variável, salientando-se, por um lado, aspectos muito positivos como a melhoria do nível de escolaridade da população mas, por outro lado, aspectos negativos como o envelhecimento da população e o crescente desemprego.

Assim sendo e sem prejuízo de esta matéria vir a ser revista em fases metodológicas seguintes, designadamente aquando da fixação de objectivos estratégicos e da definição dos sistemas de controlo e monitorização do Plano da Acção da Agenda 21 Local de Ourique, consideram-se para já os seguintes indicadores como os mais representativos.



5.2. Indicadores Ambientais

Quadro 16 - Indicadores ambientais para o concelho de Ourique.

SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Ar	Qualidade do ar	Número de dias por ano em que a qualidade do ar se pode considerar muito boa, boa, média, fraca ou má, de acordo com intervalos de concentração de diversos poluentes atmosféricos	N.º de dias por ano	Anual	CCDR, APA	↑ ¹⁶
Água	Captação de água subterrânea e superficial	Volumes anuais de captação total de água doce superficial e subterrânea, sempre que possível analisado por sector de utilização (doméstico, industrial e agrícola).	Percentagem do volume total médio de água doce presente por ano; metros cúbicos; número de captações por quilómetro quadrado.	Anual	INAG, INE, DRAs, Autarquias	Não aplicável

¹⁶ ↑ significa tendência crescente do indicador (o que não significa tendência positiva ou negativa). ↓ significa tendência decrescente. ↔ significa que não é possível observar uma tendência para aquele indicador.



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Água	Consumo de água	Volume de água consumido nas redes de abastecimento público. Inclui também o volume de água captado para distribuição nas redes de abastecimento público.	m ³	Anual	INE (até 2005); INAG	↔
Água	Estado das águas de superfície	Avaliação do estado ecológico e químico das massas de água de superfície	Percentagem das massas de água superficial	Discutível a curto prazo	INAG, CCDR, ARH	↔
Água	Estado das águas subterrâneas	Avaliação do estado quantitativo e químico das massas de água subterrâneas.	Percentagem das massas de água subterrânea	Anual	INAG, CCDR; ARH	↔
Água	População servida por sistemas de abastecimento de água	Percentagem da população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água.	Percentagem	Anual	INE (até 2003); INAG	↑



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Água	População servida por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais	Percentagem da população residente servida por sistemas públicos de drenagem/tratamento de águas residuais	Percentagem	Anual	INE (até 2003); INAG	↑
Água	Qualidade da água para consumo humano	Avaliação da qualidade da água para abastecimento através da identificação de situações de incumprimento das normas de qualidade da água para consumo humano estabelecidas pela legislação nacional e comunitária	Percentagem de incumprimentos ao VP; percentagem de análises em violação ao VP; percentagem de análises em falta.	Anual	INE (até 2003); INAG	↑
Água	Eficiência da utilização da água	Avaliar a eficiência da utilização da água extraída, nomeadamente ao nível da utilização urbana, agrícola e industrial.	Percentagem	Anual	INAG	Sem informação de tendência



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Água	Água residual tratada em ETAR	Percentagem de água residual produzida no concelho, que é tratada em ETAR.	Percentagem	Anual	INE, Autarquia, INSAAR	↑
Água	Qualidade do efluente final	Qualidade da água depois de tratada em estação de tratamento de água residual (ETAR).	g/L (CBO ₅ , CQO); mg/L (SST, Fósforo total, Azoto total, óleos e gorduras, azoto amoniacal, azoto <i>Kjedahl</i> , nitratos e sulfatos); escala de Sorensen (pH)	Anual	Autarquia	↑
Solos	Ocupação e uso do solo	Quantificação das classes de ocupação e uso do solo	Percentagem	10/15 anos	APA	Não aplicável
Solos	Reserva Ecológica Nacional	Quantificação da área de solo classificado como Reserva Ecológica Nacional (REN)	Hectare	Anual	DRA, Comissão Nacional da REN (MAOT-ICNB).	↔



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Conservação da Natureza	Áreas classificadas para conservação da natureza e biodiversidade	Áreas Protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura e respectiva superfície ocupada.	Percentagem	Anual	ICNB, Comissão Europeia	↑
Conservação da Natureza	Espécies da fauna e da flora ameaçadas	Inventariação do número de espécies ameaçadas	Número de entidades analisadas; Percentagem de taxa por categoria.	10 anos	ICNB	Sem informação de tendência
Floresta	Tipo de coberto florestal	Variação dos diferentes tipos de coberto vegetal ao longo do tempo.	Percentagem do coberto florestal total; hectare.	Anual	INE; MADRP.	Não aplicável
Floresta	Incêndios florestais	Número de fogos e área florestal afectada por incêndios florestais.	Hectares; número de ocorrências.	Anual	SGIF-DGRF; ICNB	↔
Resíduos	Gestão de resíduos	Tratamento e/ou destino final dos resíduos urbanos, industriais e hospitalares.	Percentagem do total de resíduos produzidos.	Anual	APA; IERSAR; SPV; DGS	↑



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Resíduos	Produção de resíduos	Produção de resíduos urbanos (RSU) e produção média diária <i>per capita</i> ; produção de resíduos industriais, banais e perigosos; produção de resíduos hospitalares, por grupos.	Toneladas; Quilogramas; Gramas por habitante por dia.	Anual	APA; IERSAR; DGS; Eurostat	↔ Nota: relacionado com Recolha de Resíduos Indiferenciados
Resíduos	População servida por recolha de RSU	Percentagem da população residente servida por recolha selectiva (papel/cartão, vidro, plástico e metal) de resíduos sólidos urbanos (RSU).	Percentagem	Anual	Autarquia, INE	↑
Resíduos	Recolha Selectiva de RSU	Percentagem de RSU produzidos que são recolhidos selectivamente.	Percentagem	Anual	INE, Autarquia	↑
Resíduos	Valorização e reutilização por classe de resíduo	Volume de resíduos que é valorizado (reciclado ou aproveitado energeticamente) e/ou reutilizado, por classe de resíduo produzido.	Percentagem do total de resíduos produzidos; tonelada.	Anual	DRAs; AVE; GIR.	↑

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Ruído	Níveis de ruído	Determinação dos níveis de pressão sonora, expressos em decibel (dB), incluindo níveis superiores aos limiares de incomodidade, e posterior categorização em classes de nível sonoro.	Decibel (dB) Classe de nível sonoro	Anual	Autarquia, INE	Sem informação de tendência

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





5.3. Indicadores Económicos

Quadro 17 - Indicadores económicos para o concelho de Ourique

SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Economia	Produto Interno Bruto - PIB	Resultado final da actividade de produção das unidades produtoras residentes.	Euro, Paridades do Poder de Compra (PPC), Euro por habitante, PPC por habitante.	Anual	INE; DPP; Eurostat	↑ (previsão retirada do facto do poder de compra <i>per capita</i> ter vindo progressivamente a aumentar de 2000 a 2007 – INE)
Economia	Empresas por actividade	Determinação do número de empresas existentes no concelho por actividade.	N.º de empresas; percentagem.	Anual	INE; Autarquia	↔



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Economia	Dimensão das empresas	Determinação das empresas existentes no concelho através da contabilização do n.º de trabalhadores e posterior categorização.	Empresas por n.º/ percentagem de trabalhadores	Anual	INE; Autarquia	↔ Nota: aumentou o n.º de empresas de 2006 para 2007, mas apenas as de pequena-dimensão – 1 a 19 trabalhadores; as restantes mantiveram-se
Economia	Nível de escolaridade da população activa	Nível de escolaridade completo mais elevado da população activa.	Percentagem	Anual	INE ; Eurostat	↑
Energia	Acesso da população à Rede Eléctrica	Proporção da população com acesso à rede eléctrica.	%	Anual	Autarquia; INE	↑



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Energia	Consumo de energia	Consumo total de energia primária (carvão, lenhite e outros combustíveis sólidos, óleo "crude" e gás natural, energia hidroelétrica, e outras formas de energia renovável) e energia final utilizada directamente pelo consumidor.	Toneladas equivalentes de petróleo (tep); tep por habitante; quilowatt-hora ano por habitante; percentagem do consumo total de energia.	Anual	DGE; Eurostat; OCDE; AIE; BM.	↔
Energia	Produção e consumo de energias renováveis	Energia produzida e consumida de fontes de energia consideradas como não esgotáveis (ex. geotérmica, solar, eólica), ou renováveis (ex. biomassa, resíduos).	Toneladas equivalentes de petróleo (tep); percentagem de energia total; quilowatt hora.	Anual	DGE; Eurostat; OCDE; UE-CE (DGXVII); AIE; BM.	↑
Transportes	Estrutura da rede viária e fragmentação do território	Evolução da rede viária, por tipo de via, e sua repartição no território.	Quilómetro; quilómetros de vias por quilómetros quadrados de território.	Variável	IMTT; INE; EP; Comissão Europeia	↑



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Transportes	Frequência de transportes públicos por Freguesia	Avaliação da frequência de transportes públicos em cada Freguesia do concelho.	Número por dia; Número por semana	Diária ou semanal	Autarquia; Juntas de Freguesia	↔
Turismo	Capacidade de alojamento turístico	Avaliação da capacidade de alojamento dos meios de alojamento recenseados para alojar turistas, nomeadamente em Estabelecimentos Hoteleiros e unidades de Turismo no Espaço Rural (TER).	Número de camas	Anual	Turismo de Portugal; INE	↑

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



5.4. Indicadores Sociais

Quadro 18 - Indicadores sociais para o concelho de Ourique.

SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
População	Densidade populacional	População residente por área total do território nacional (km ²).	Número de habitantes por quilómetro quadrado	Anual	INE; OCDE; Eurostat	↓
População	Envelhecimento da população	Relação entre a população idosa e a população jovem.	Percentagem	Anual	INE	↑ Nota: o indicador tem uma tendência crescente mas a evolução é negativa
População	Rede de serviços e equipamentos sociais	Rede de serviços e equipamentos sociais.	N.º de respostas sociais; n.º de lugares disponíveis; percentagem.	Anual	MTSS - Carta Social; INE	↑



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Saúde	Hospitais e centros de saúde	Número de hospitais e centros de saúde	Número de hospitais e centros de saúde; número de hospitais e centros de saúde por 100.000 habitantes.	Anual	INE; MS (DEPS).	↔
Saúde	Profissionais de saúde	Médicos e enfermeiros inscritos nas respectivas ordens, associações ou sindicatos.	Número de médicos e enfermeiros por 100.000 habitantes.	Anual	INE; DGS	↑
Educação	Taxa de analfabetismo	Proporção de pessoas analfabetas no total da população com mais de 10 anos de idade.	Percentagem	10 anos	INE	↓ Nota: o indicador tem uma tendência decrescente mas a evolução é positiva



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Educação	Abandono escolar precoce	Proporção de indivíduos com idades entre os 18 e os 24 anos que completou, no máximo, o ensino básico e que não se encontra em educação ou formação.	Percentagem relativa ao número de indivíduos no grupo etário.	Anual	INE; GEPE; OCDE; UNESCO; Eurostat	↓ Nota: o indicador tem uma tendência decrescente mas a evolução é positiva
Educação	Nível de educação atingido pela população jovem	Nível de educação atingido pelos jovens	Percentagem	Anual	Eurostat	↑
Educação	Infra-estruturas de ensino	N.º de estabelecimentos pré-escolares e escolares	N.º	Anual	Autarquia	↓
Emprego	Estrutura do emprego por sectores	População empregada nos três grandes sectores de actividade (primário, secundário e terciário), em percentagem da população empregada total.	Percentagem de população empregada.	Anual	INE; MQE; Eurostat, Labour Force Surveys; OCDE.	Não aplicável



SECTOR	NOME	BREVE DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PERIODICIDADE	FONTES POSSÍVEIS	TENDÊNCIA
Emprego	Taxa de desemprego	Proporção da população desempregada no total da população activa.	Percentagem	Anual	INE; Eurostat	↑ Nota: o indicador tem uma tendência crescente mas a evolução é negativa
Cultura	Equipamentos culturais e desportivos	N.º de equipamentos culturais e desportivos criados/ remodelados.	N.º	Anual	Autarquia	↑
Comunicação/ Informação	Infra-estruturas de comunicação	N.º de estruturas de comunicação (postos telefónicos, acessos à internet, postos de correio)	N.º por habitante	Anual	Autarquia	↑
Associativismo	Associações por sector	N.º de associações por sector (solidariedade social, cultural e desportivo, desenvolvimento local)	N.º	Anual	Autarquia	↑

PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

6





6. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO

No âmbito da Agenda 21 Local de Ourique e uma vez que se pretende que o processo seja participado, desde o seu arranque, foram realizadas 18 entrevistas a actores-chave, entrevistas aos Presidentes de Junta de Freguesia e foi aplicado um questionário à população Ouriquense. Esta participação teve como objectivo ouvir opiniões e identificar problemas e prioridades assim como proceder à formulação de uma visão de comunidade.

6.1. Entrevistas a Actores-Chave

Como já foi referido no Capítulo 3, a realização de entrevistas a actores-chave teve por objectivo ouvir opiniões e identificar problemas e prioridades, assim como proceder à formulação de uma visão de comunidade.

Assim, durante o mês de Agosto e meados de Setembro, a equipa da EGA realizou 18 entrevistas, estruturadas por um Guião (veja-se Anexo II), a actores-chave locais representantes de entidades públicas e privadas, associações e líderes de opinião (Quadro 19).



Quadro 19 – Lista de actores-chave entrevistados.

Nome	Área de Actividade	Profissão/Empresa	Data da entrevista
Silvino Valente	Restauração	Restaurante Castro da Cola	16/08/10
António F. Rosa da Silva	Distribuição Olá e Congelados	António F. Rosa da Silva, Lda.	17/08/10
Mário Lino	Fábrica Pré-esforçados de betão	Ourimira, Lda.	17/08/10
Elisabete Inácio	Padaria	Padaria do Rio Torto	25/08/10
José Manuel Mestre	Agricultura - Prestação de serviços e comércio	Agroserve	26/08/10
José Cândido	Pecuária	Associação de Criadores do Porco Alentejano	16/08/10
Wolfgang Schonharting	Turismo/Energias Renováveis	Empresário	26/08/10
Nuno Lourenço	Turismo	Monte do Campanador Resort	17/08/10
Charles Abrahms	Turismo	Monte da Rocha Golf Resort	17/08/10
Ramiro Sande	Construção Civil	Empresário	25/08/10
José da Silva Capela	Agro-florestal	Ouriflorestal, Lda.	17/08/10
Carlos Alves	Pecuária	Produção e Comércio ovinos e caprinos	17/08/10
Paula Monteiro	Desenvolvimento Social	Contrato Local de Des. Social - ESDIME	16/08/10
Luís Silva Guerreiro Jorge	Cortiça	Comércio	16/08/10
Joaquim Coelho	Reparação Automóvel	Empresário	07/09/10
Nuno Carvalho	Destilaria de Medronho	Empresário	08/09/10
Orlando Arsénio	Caça	Dirigente Associativo	26/08/10
José Francisco Vilhena de Matos	Transformação de Porco Alentejano	Montaraz	16/08/10

6.1.1. Análise de resultados das entrevistas aos actores-chave

A análise detalhada dos resultados das entrevistas aos actores-chave encontra-se no Anexo IV. De seguida, apresentamos a súmula dos principais resultados obtidos ao nível ambiental, económico e social.

A **nível ambiental**, os aspectos negativos apontados pelos actores-chave prendem-se com a qualidade da água de abastecimento, com o facto das redes de abastecimento de águas e de recolha de águas residuais serem bastantes antigas e apresentarem inúmeros problemas, com a recolha dos resíduos e a limpeza urbana.

Apesar da recolha de resíduos e a limpeza urbana terem sido apresentadas como aspectos negativos, salientaram como positivo o facto de as lixeiras terem sido



encerradas, o trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a fazer ao nível da recolha dos “monstros” e haver mais preocupação com a recolha dos resíduos e limpeza urbana. Consideraram, igualmente, como factores positivos a qualidade do ar, a paisagem e o potencial do concelho para as energias renováveis.

A **nível económico**, os actores-chave consideraram como sendo negativa o desemprego, o fraco poder de compra, a fraca actividade empresarial e o facto do turismo estar sub-explorado.

Em contrapartida, o concelho apresenta uma capacidade natural para o turismo (paisagem, tradições e produtos tradicionais de qualidade (mel, medronho, pão, enchidos, queijo, etc.)), boa localização e boa mobilidade.

A **nível social**, os aspectos negativos apontados pelos actores-chave prendem-se com o envelhecimento da população, a desertificação e a ausência de associativismo. Apesar de haver diversas Associações, estas não se encontram devidamente dinamizadas e não interagem umas com as outras.

Como aspectos positivos, destacaram-se o facto de as pessoas, mais recentemente, terem por hábito fazerem alguma actividade física, existirem áreas para eventos culturais e o concelho estar bem servido ao nível dos meios de comunicação.

Quando questionados sobre os assuntos discutidos quais a seu ver são de mais urgente resolução, destacaram-se o desemprego, a falta de iniciativa, a falta de actividade empresarial e a dificuldade de fixação de empresas.

As principais soluções apontadas para a resolução destes problemas passam pela criação de um parque Industrial, a promoção e incentivo à iniciativa privada, a identificação das actividades com maior potencial e para estas encontrar investidores privados.

No final de cada uma das entrevistas, foi solicitado aos actores-chave que indicassem três palavras para caracterizar o concelho de Ourique. Algumas das



palavras apontadas são: boa localização, pobre, único, acolhedor, potencialidade, qualidade de vida, desertificação, falta de iniciativa e envelhecido.

6.2. Entrevistas aos Presidentes de Junta de Freguesias

A realização de entrevistas aos Presidentes de Junta de Freguesia teve por objectivo ouvir opiniões e identificar problemas e prioridades, assim como proceder à formulação de uma visão de comunidade, bem como complementar a informação recolhida junto dos actores-chave.

As entrevistas aos Presidentes de Junta de Freguesia ocorreram nos dias 18 de Agosto e 9 de Setembro de 2010, estruturadas por um Guião (veja-se Anexo II), tendo sido apenas possível entrevistar quatro dos seis Presidentes de Junta de Freguesia.

6.2.1. Análise de resultados das entrevistas aos Presidentes de Junta de Freguesia

A **nível ambiental**, os principais aspectos negativos apontados pelos actores-chave prendem-se com a qualidade da água de abastecimento, com o facto das redes de abastecimento de águas e de recolha de águas residuais serem bastantes antigas e apresentarem inúmeros problemas, falta de ETAR. Outros problemas prendem-se com a recolha de resíduos de ferro e monos (ao nível da limitação dos kg), o facto do município não proceder à limpeza dos contentores e falta de sensibilização da população para o ambiente. É, ainda, de referir o facto das estruturas existentes não serem reaproveitadas.

Salientaram como positivo a limpeza urbana. Por outro lado, referiram o potencial existente no concelho para as energias renováveis.

A **nível económico**, os actores-chave consideraram como sendo negativa o desemprego, o fraco poder de compra, a fraca actividade empresarial e a empregabilidade baixa. Outros problemas prendem-se com a falta de políticas agrícolas adequadas à realidade existente, gestão sustentável das empresas e as estradas de terra batida estarem em mau estado (representam grande parte das estradas do município).



Em contrapartida, o concelho apresenta uma capacidade natural para o turismo (recursos endógenos, tradições e produtos tradicionais de qualidade, a caça), boa localização e boa mobilidade.

A **nível social**, os aspectos negativos apontados pelos actores-chave prendem-se com o envelhecimento da população, a desertificação e a mobilidade das pessoas mais idosas. Apesar do apoio aos idosos (centros de dia, apoio domiciliário, lares) estar a funcionar bem, deveria haver outros tipos de apoio. A intervenção em casos de indigência funciona, mas não muda mentalidades.

Como aspectos positivos, destacaram-se o facto de existirem áreas para eventos culturais e o concelho estar bem servido ao nível dos meios de comunicação. Contudo, deveria haver mais ao nível das Freguesias.

Quando questionados sobre os assuntos discutidos quais a seu ver são de mais urgente resolução, destacaram-se o desemprego, envelhecimento da população e consequente desertificação, falta de coesão na população e agentes e cuidados básicos insuficientes.

As principais soluções apontadas para a resolução destes problemas passam pela criação de um parque Industrial, necessidade de atrair mais turistas, estímulo à construção (por exemplo, leva-se actualmente 6 anos para elaborar um loteamento) e criar estruturas que dêem condições para a fixação da população..

No final de cada uma das entrevistas, foi solicitado aos actores-chave que indicassem três palavras para caracterizar o concelho de Ourique. As palavras apontadas foram: inovadora, dedicada, espírito de equipa e entre ajuda, desemprego, envelhecimento e acolhimento

6.3. Questionário à população de Ourique

No âmbito da A21L de Ourique foi aplicado um questionário à população Ouriquense (veja-se Anexo IV). O questionário presencial foi aplicado por quatro entrevistadoras da EGA entre 7 e 10 de Setembro de 2010, o qual resultou na



recolha de 142 questionários, que corresponde a cerca de 3% da população (com 18 ou mais anos).

6.3.1. Enquadramento da população inquirida

Da população inquirida 50,7% pertencem ao género feminino e 49,1% ao género masculino. Relativamente à distribuição da amostra por idade, verifica-se que 54,9% dos inquiridos tem entre 25 e 65 anos e 30,3% tem mais de 65 anos.

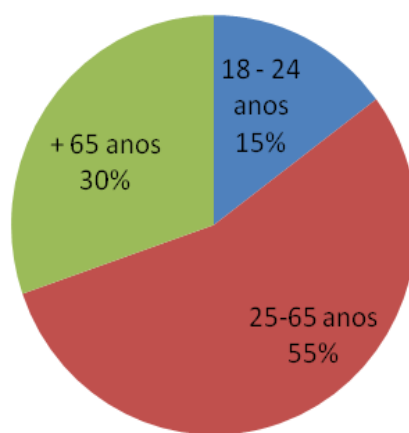


Figura 41 - Idade da população inquirida.

Os inquiridos são originários de todas as suas freguesias do concelho de Ourique, aumentando o número de inquiridos em função do número de habitantes em cada uma das freguesias. Neste sentido, foi evidenciado que há uma frequência percentual mais elevada para os inquiridos da freguesia de Ourique (49,0 %), seguida de Santana da Serra (19%).

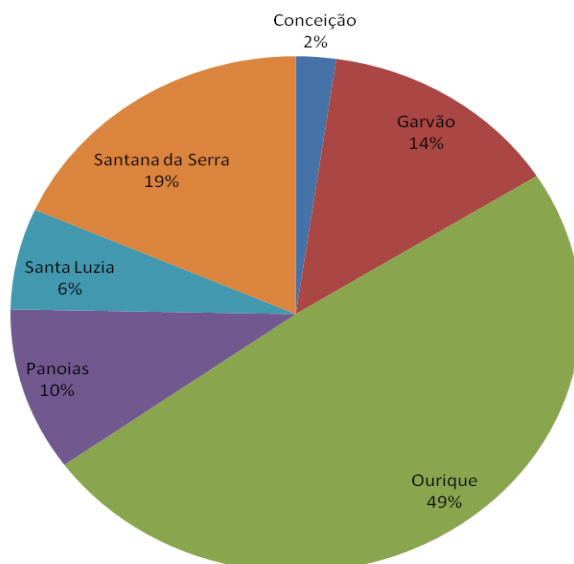


Figura 42 - Percentagem de população por local de residência.

O nível de escolaridade dos inquiridos é baixo, 30,3% dos inquiridos têm nível de escolaridade menor ou igual ao 4.º ano, 26,8% têm nível de escolaridade entre o 7.º e 9.º ano e 9,9% têm o 5.º ou 6.º ano de escolaridade.

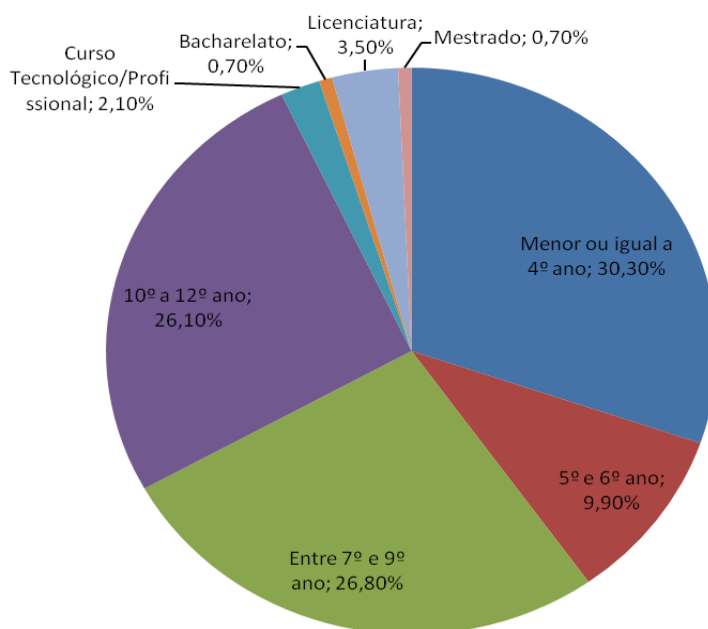


Figura 43 - Nível de escolaridade dos inquiridos.



Relativamente à situação profissional dos inquiridos, 28,9% são reformados e 26,8% são trabalhadores por conta de outrem.

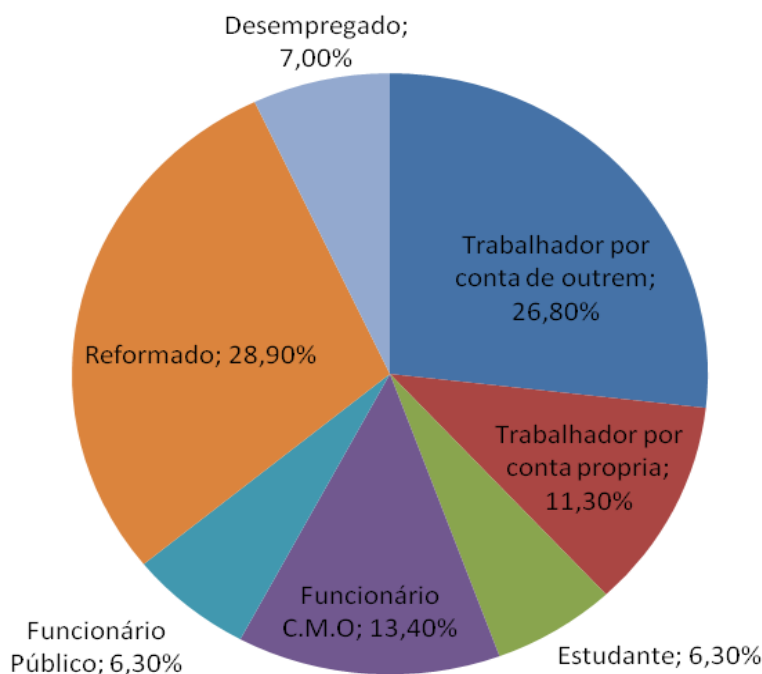


Figura 44 - Situação profissional da população inquirida.

6.3.2. Análise de resultados dos questionários aplicados à população

Quando inquiridos como classificam as **atividades culturais e alternativas de lazer/tempos livres existentes no concelho** constatou-se que 47,2% dos inquiridos considera-as como fracas e 32,4% como razoáveis. No entanto, é de referir que 10,4% considera que estas são boas. Apenas 9,9% dos inquiridos considera que as mesmas são inexistentes. Na opinião de alguns dos inquiridos, estas praticamente só existem ao nível da sede de concelho e deveria haver nas Freguesias.

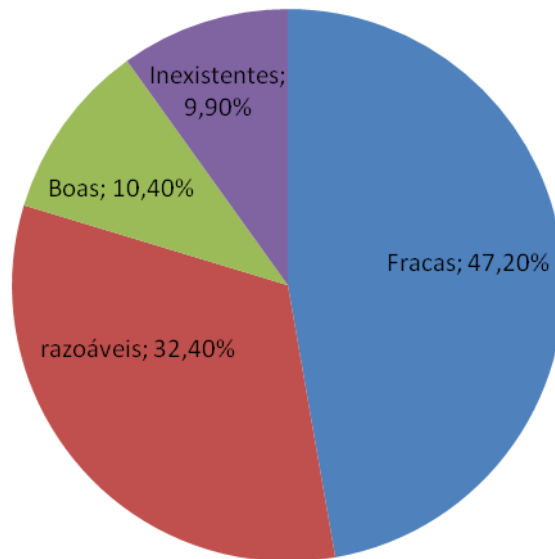


Figura 45 - Opinião dos inquiridos quanto à classificação das actividades culturais e alternativas de lazer/tempos livres existentes no concelho.

Quanto à opinião que os inquiridos do concelho tem em relação à **suficiência das estruturas culturais e desportivas**, é possível verificar de acordo com a Figura 46 que:

- 51,4% dos inquiridos considera suficientes as infra-estruturas desportivas;
- 69,0% dos inquiridos considera suficiente a rede de espaços de informática, bem como o cineteatro;
- a biblioteca e os espaços de leitura existentes no concelho são considerados suficientes por 69,7% dos inquiridos;
- no que toca às associações recreativas estas são consideradas suficientes 50,0% dos inquiridos.

Sempre que um inquirido respondeu que as estruturas culturais e desportivas não eram suficientes, foi solicitado que indicassem como estas poderiam ser melhoradas. Grande parte destes inquiridos menciona que estas praticamente só existem na sede de concelho e reconhecem que é dispendioso serem criadas estas estruturas em todas as Freguesias. Contudo, continuam a considerar que poderá ser feito algo mais, por exemplo poderá ir uma vez por semana uma carrinha com livros para empréstimo a todas as Freguesias, poderá haver nas Freguesias um local para actividades da comunidade (festas, etc.) e os espaços de internet poderão ser melhorados.

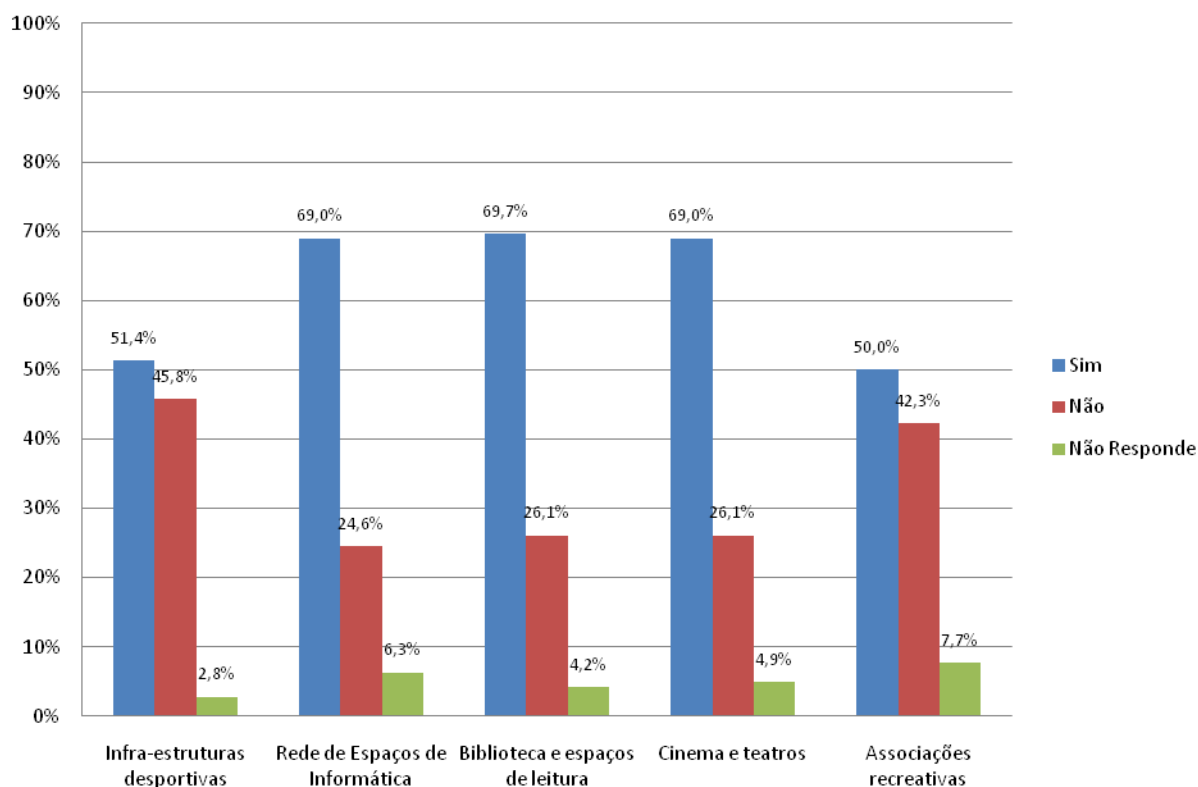


Figura 46 - Opinião relativa à suficiência de estruturas desportivas e culturais.

Relativamente aos aspectos relacionados com o **campo de educação** (veja-se Figura 47), destaca-se o facto:

- das infra-estruturas escolares serem consideradas pela maioria dos inquiridos como boas;
- de 39,4% dos indivíduos entrevistados considerarem que a qualidade do ensino é razoável;
- da maioria dos inquiridos considerar que a oferta é fraca ao nível da oferta da formação profissional para adultos, ao nível da oferta de formação profissional para jovens e ao nível da oferta de formação contínua.

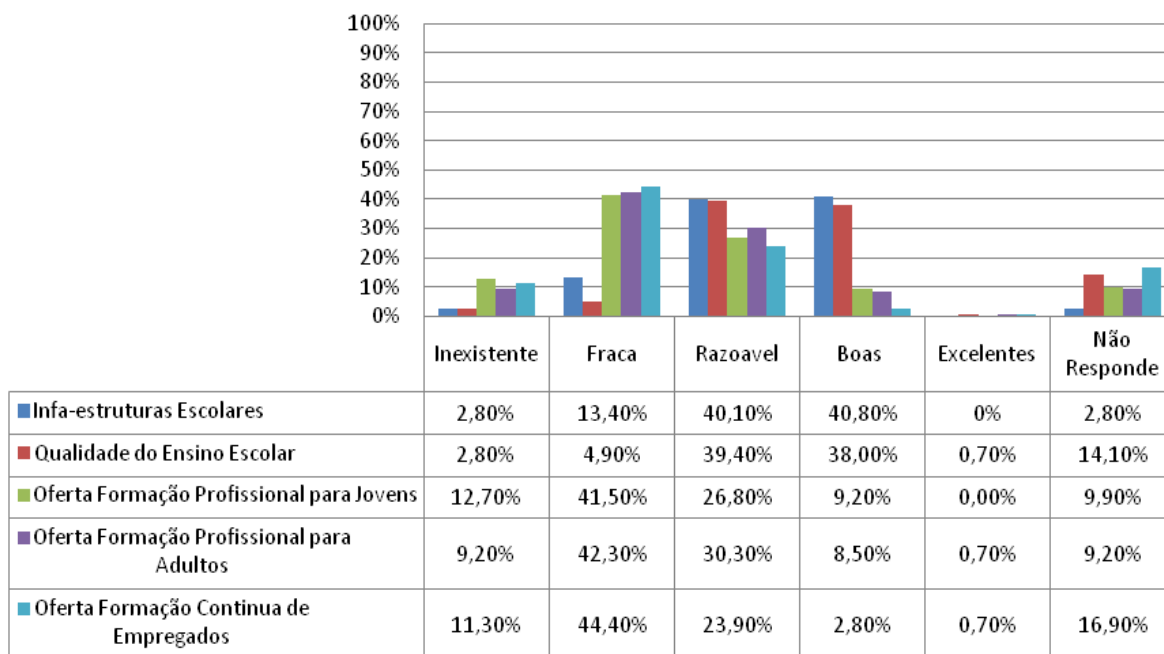


Figura 47 - Classificação do sistema de educação.

Foi solicitado aos inquiridos que classificassem os aspectos relacionados com a saúde e apoio à 3.ª idade como negativos e positivos e, que de seguida, identificassem os dois mais positivos e os dois mais negativos. Da análise da Figura 48, observa-se que os aspectos considerados como positivos, pelo maior número de inquiridos são o heliporto, o apoio ao domicílio e Lares de 3.ª Idade e Centros de Dia. **O aspecto que é considerado como mais positivo é o Lares de 3.ª Idade e Centros de Dia (26,10%).**

Já no que se refere a aspectos negativos é de destacar as acessibilidades para idosos ou cidadãos com deficiências, os centros de saúde, as urgências, os horários de atendimento dos centros de saúde e das urgências e o número de médicos. **O aspecto que é considerado mais negativo pela população é o facto das urgências deixarem de ser em Ourique e terem que se deslocar para Castro Verde (35,20%).**

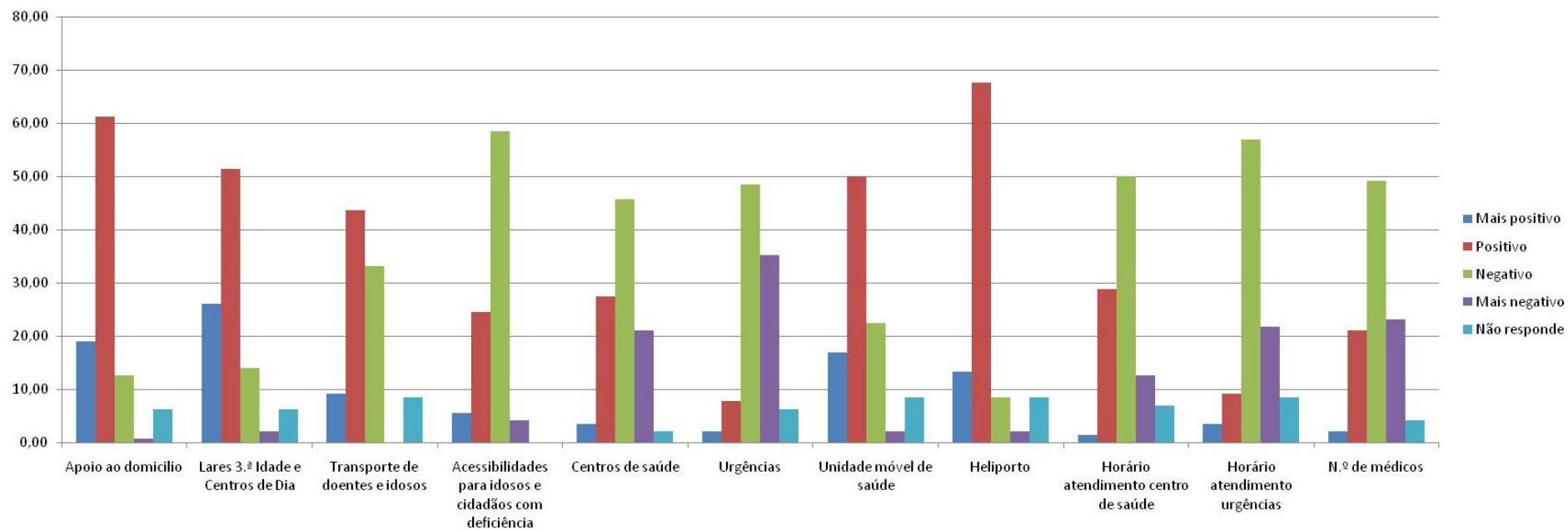


Figura 48 - Aspectos positivos e negativos relacionados com o acesso à saúde e apoio à 3.ª Idade.



Quando questionados quais os aspectos que consideram positivos e negativos ao nível dos transportes e infra-estruturas rodoviárias (Figura 49), constata-se que de um modo geral classificam o transporte escolar, o transporte de idosos e as estradas nacionais como aspectos positivos. O mau estado dos caminhos de terra batida é o aspecto considerado mais negativo.

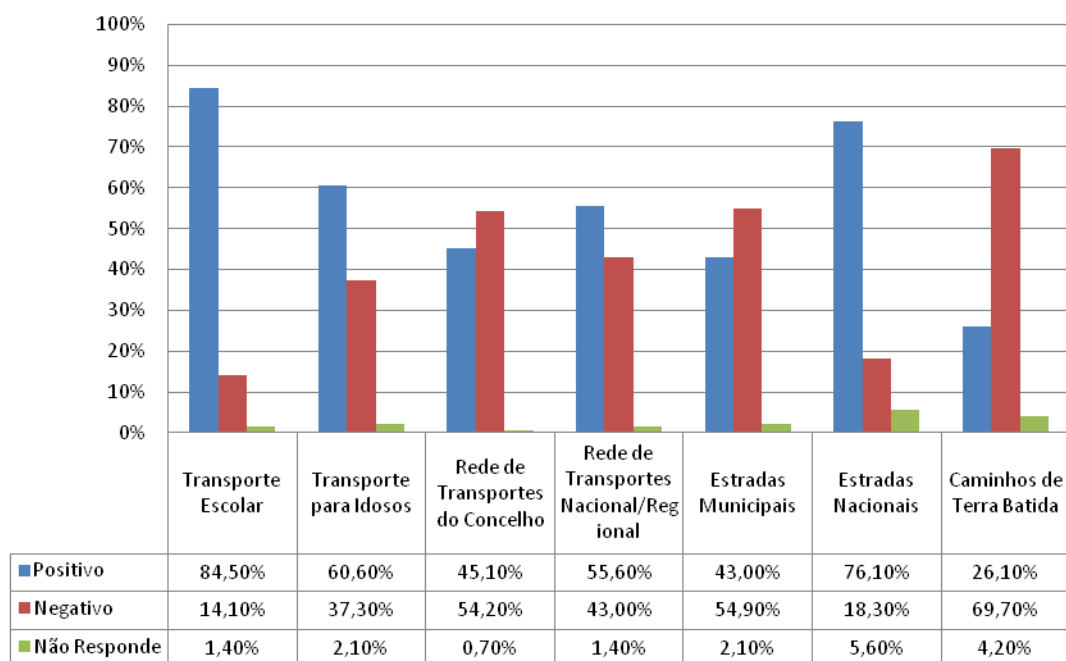


Figura 49 - Aspectos positivos e negativos ao nível dos transportes e infra-estruturas rodoviárias

Quando questionados como classificam em termos de importância (nada importante, pouco importante, mediantemente importante, importante e muito importante), os seguintes tipos de apoio social:

- criação de bolsas de estudo;
- comparticipação de medicamentos;
- transporte de carenciados e reformados a consultas;
- gabinetes técnicos de apoio (psicólogo, Técnico de Serviço Social, entre outros);
- melhorias habitacionais de carenciados;



- soluções de transporte colectivo para a população;
- programa de conforto habitacional para idosos;
- pequenos arranjos domésticos;
- realização de campanhas de solidariedade (bens e produtos a preços reduzidos);
- acções de voluntariado;
- unidade móvel de saúde;
- serviço de Teleassistência para idosos ou pessoas incapacitadas,;
- outros;

constata-se que (veja-se Figura 50):

- 47,9% dos inquiridos considera que a comparticipação dos medicamentos é muito importante;
- 35,2% dos inquiridos considera que a existência de uma loja social é muito importante;
- os restantes apoios são considerados por pelo menos 45% dos inquiridos como importantes

É de referir, ainda, que a aplicação desta questão aos inquiridos foi difícil. Pois, de um modo geral, consideram que todos estes tipos de apoio social são muito importantes. Apesar de grande parte deles já existirem actualmente, os inquiridos classificam-nos como muito importantes ou importantes. Consideram que é relevante a sua manutenção e até mesmo o seu reforço, por exemplo, é o caso da comparticipação de medicamentos, o transporte de carenciados e reformados a consultas, pequenos arranjos domésticos e a unidade móvel de saúde.

Quando foi solicitado que identificassem os dois aspectos ambientais mais positivos e os dois mais negativos dentro dos seguintes:

- Qualidade do água;
- Qualidade do ar;



- Ruído;
- Limpeza urbana;
- Recolha selectiva do lixo;
- Incêndios florestais;
- Espaços verdes/florestais;
- Energias renováveis;
- Distribuição de energia eléctrica;
- Abastecimento de água;
- Tratamento de águas residuais;
- Actividades de sensibilização/Educação Ambiental;

constata-se (Figura 50) que os dois aspectos identificados pela maioria dos inquiridos como mais positivos são a qualidade do ar e o ruído.

De um modo geral, os inquiridos consideram que a qualidade da água de abastecimento é má. A causa apontada é o mau estado da rede de abastecimento.

Apesar do potencial do concelho para as energias renováveis, actualmente nada é feito nesse sentido. Por este motivo este aspecto é apontado como mais negativo.

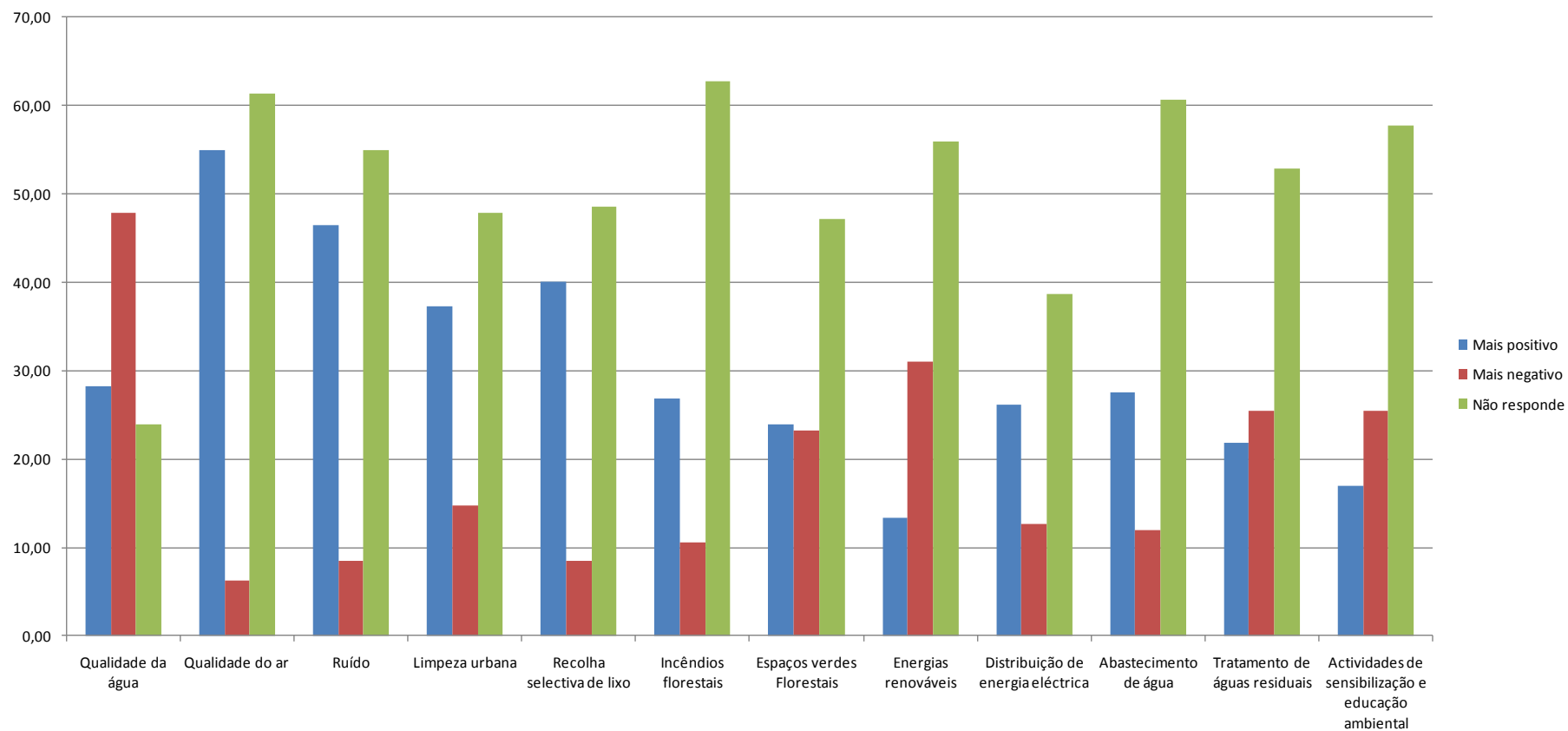


Figura 50 - Identificação dos dois aspectos ambientais mais positivos e os dois mais negativos.



Apesar de a maioria dos entrevistados considerar que o concelho de Ourique tem potencial para o **turismo**, 54,29% considera que o mesmo actualmente é fraco e 23,57% considera que é inexistente.

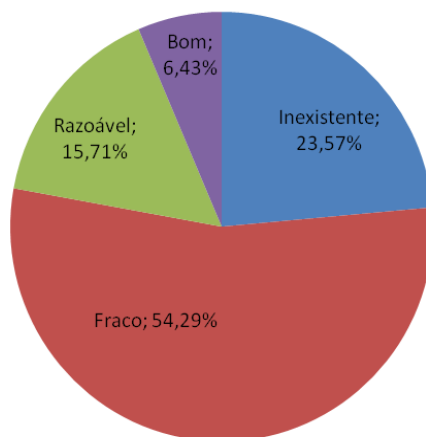


Figura 51 – Classificação do turismo no concelho.

Quando questionados sobre quais **as áreas potenciais para desenvolver o turismo** (Figura 52), a maioria dos inquiridos aponta a Natureza/paisagem, o porco alentejano e a gastronomia. 26,8% dos inquiridos considera que o património histórico e cultural tem menor potencial.

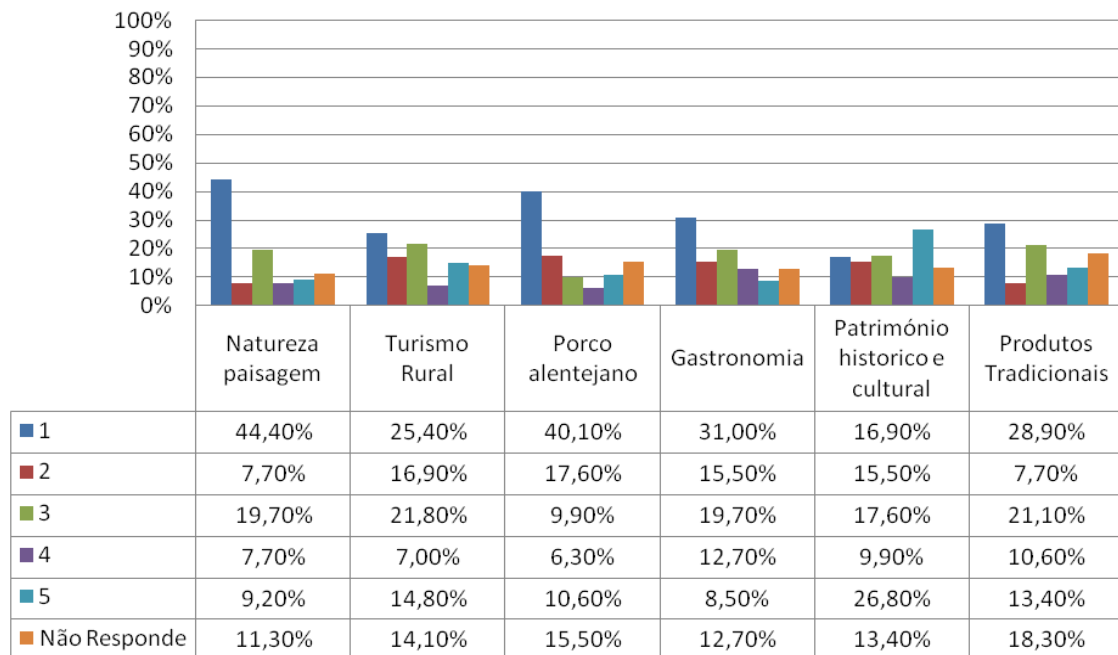


Figura 52 - Áreas potenciais para desenvolver o turismo.

Foi solicitado aos inquiridos que classificassem as seguintes intervenções em termos de importância (nada importante, pouco importante, mediantemente importante, importante e muito importante):

- Criação de gabinetes técnicos de atendimento e apoio aos empresários;
- Existência de áreas industriais e empresariais;
- Existência de linhas de crédito com juros reduzidos;
- Formação dos empresários;
- Formação dos recursos humanos;
- Benefícios fiscais e contributivos;
- Projectção da imagem do concelho;
- Outros.

Os gabinetes técnicos de atendimento e apoio aos empresários são considerados pela maioria dos inquiridos como importantes (40,1%) e apenas 5,6% dos inquiridos os entende como nada importante. Relativamente à existência de



áreas industriais e empresariais a maior parte considera este aspecto como importante 43,0% e uma minoria vê-o como nada importante 2,8%.

No que se refere à existência de uma linha de crédito com juros um número superior de inquiridos (44,4%) considera-a importante, enquanto que apenas 2,8% acha-a nada importante.

A formação de empresários é entendida por maior parte como importante no desenvolvimento económico do concelho (43,0%) notando-se ainda que uma minoria (1,4%) considera a mesma como nada importante.

Em relação a formação de recursos humanos a maior parte refere-a como importante (42,3%) enquanto um reduzido número considera-a nada importante (1,4%).

Relativamente aos benefícios fiscais e contributos nota-se que um número elevado os considera importantes (45,1%) enquanto apenas 1,4% acham os mesmos nada importantes.

A projecção da imagem do concelho é vista pela maioria como importante (40,8%) enquanto que apenas 3,5% a vêem como pouco importante.



Figura 53 - Classificação de um conjunto de intervenções em termos de importância para o desenvolvimento económico do concelho.



As principais **actividades económicas** identificadas pelos 142 inquiridos são os serviços (54,2%), a agricultura e pecuária (45,10%) e a construção civil (35,90%).

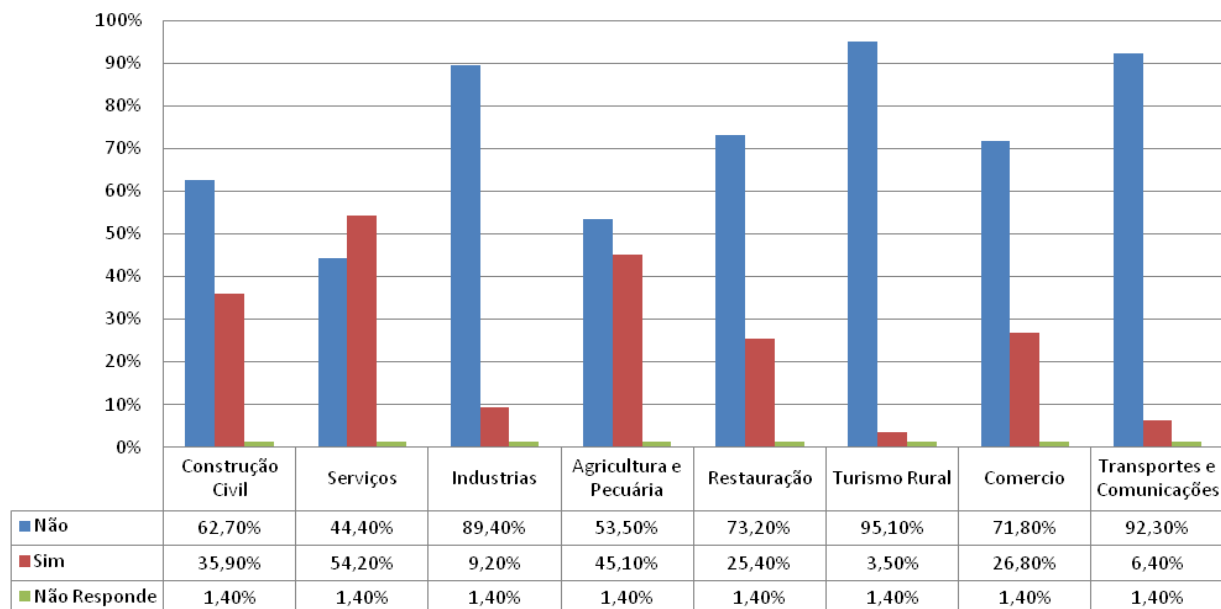


Figura 54 - Principais actividades económicas identificadas pelos inquiridos.

Em relação à classificação do desemprego no concelho, tendo em conta o contexto socioeconómico do País, verifica-se que 58,27% dos inquiridos classifica-o como elevado, 30,22% como médio e 11,51% como baixo.

De acordo com a análise dos resultados obtidos em relação à opinião relativa às causas de desemprego, constata-se que as duas principais causas apontadas são a fraca actividade económica e a falta de oferta de emprego, seguidas da falta de investimento privado/empreendedorismo.

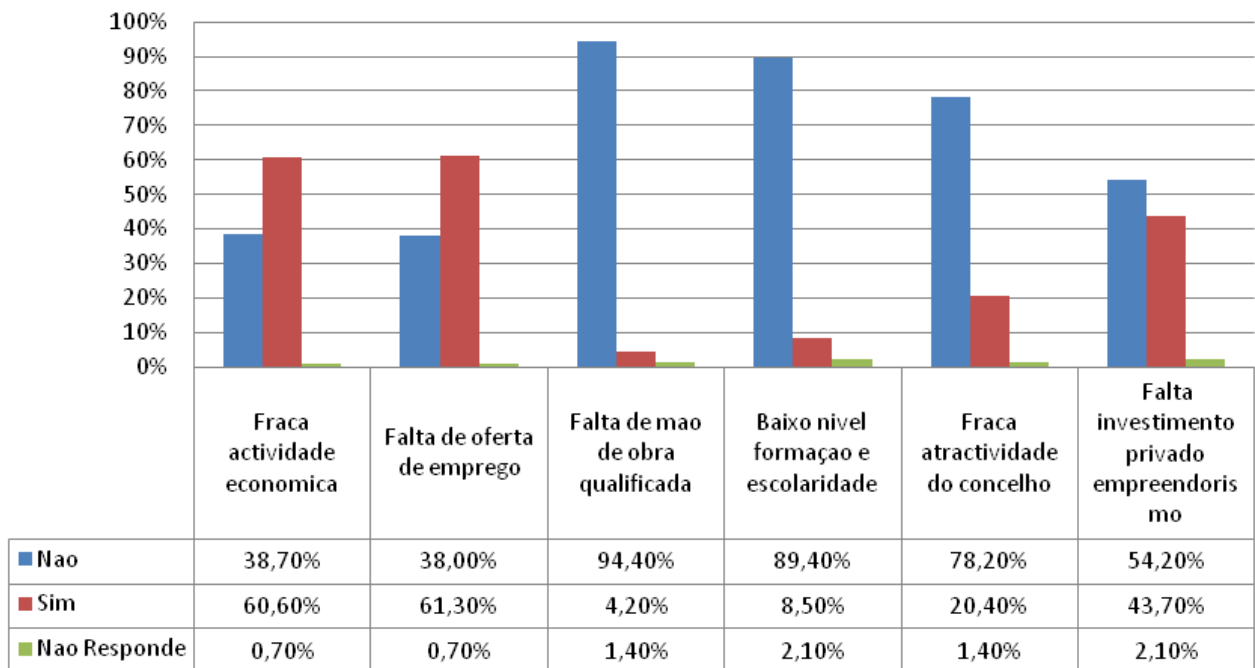


Figura 55 - Principais causas do desemprego identificadas pelos inquiridos.

Foi, ainda, solicitado que cada inquirido identificasse de uma lista de intervenções as 5 que classificariam como “Pouco Importante” e as 5 que classificariam como muito importante. Da análise da Figura 56), verifica-se que as 5 intervenções apontadas como:

- muito importantes são: construção/melhoria de Centro de Saúde; construção/melhoria de ruas, estradas e caminhos municipais; construção/melhoria de escolas; construção e melhoria de lares e centros de dia; mais medidas de apoio a pessoas carenciadas e aos jovens;
- pouco importantes são: construção/melhoria dos espaços verdes; construção/melhoria de cemitérios; construção/melhoria de museus; instalação/melhoria da iluminação pública; valorização do património cultural, paisagístico e urbanístico.

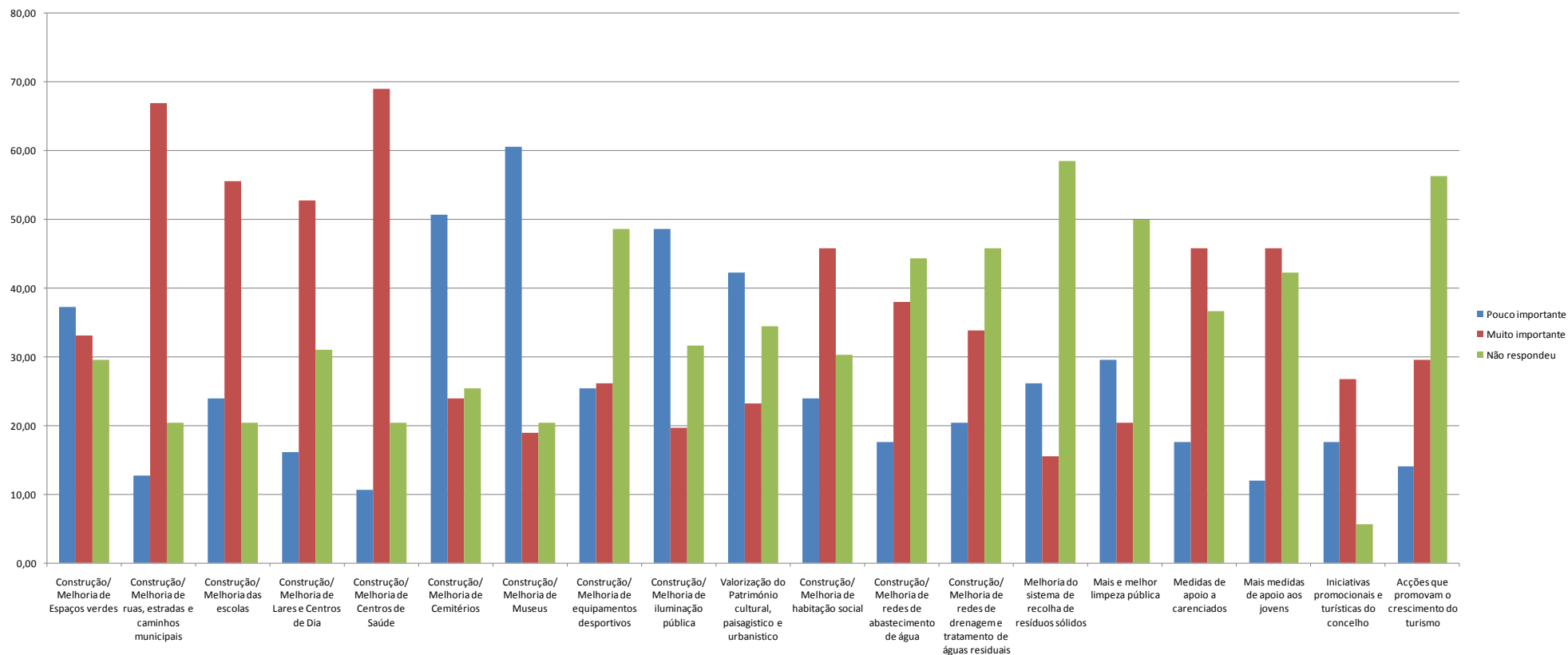


Figura 56 - Importância das intervenções no concelho.

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





No final, foi solicitado aos inquiridos que **classificassem a qualidade de vida no concelho**. 65,71% dos inquiridos considera que a qualidade de vida é satisfatória e apenas 14,29% classifica-a como boa.

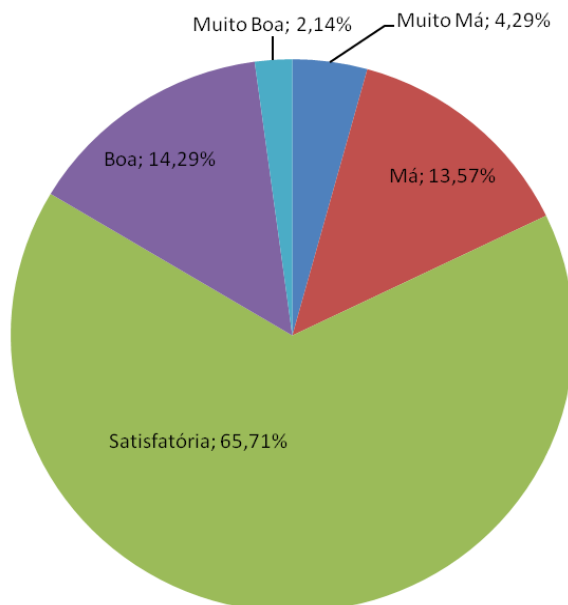


Figura 57 – Classificação da qualidade de vida por parte dos inquiridos.

6.4. Resultados da aplicação do questionário da brochura à população estudantil

No âmbito da Actividade 1 – Acções de informação, esclarecimento e sensibilização foi elaborada uma brochura para divulgação do projecto. Esta contém um questionário simples e curto para que as pessoas respondam e o remetam para o Município.

Os questionários recepcionados até ao momento não são em número suficiente para os seus dados serem tratados. Contudo, o responsável pelo Clube Agenda 21, professor António Campião, aplicou o questionário constante da brochura, depois de adaptado, em sala de aula a 89 alunos do 3.º ciclo, no período de 12 a 19 de Janeiro de 2011. Apresenta-se de seguida, os principais resultados obtidos.



Quando questionados sobre **qual o principal problema existente em termos ambientais**, a maioria dos alunos considera que os resíduos são o principal problema (41%), logo seguido pelo saneamento básico (26%) e pela água (25%).

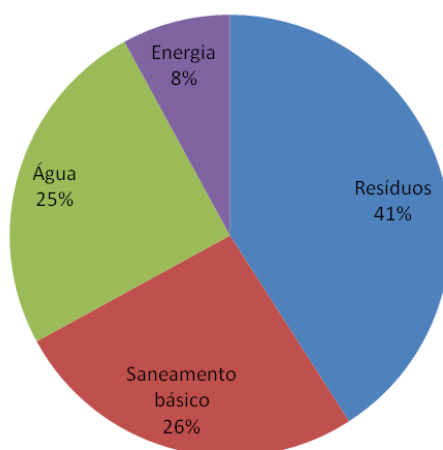


Figura 58 – Qual o principal problema existente em termos ambientais.

Como se pode ver na Figura 59, **em termos ambientais, identificaram como principal aspecto a ser melhorado no futuro** a água (30%), logo seguido pelos resíduos (27%) e pelo saneamento básico (24%). Apenas 19% dos inquiridos respondeu energia.

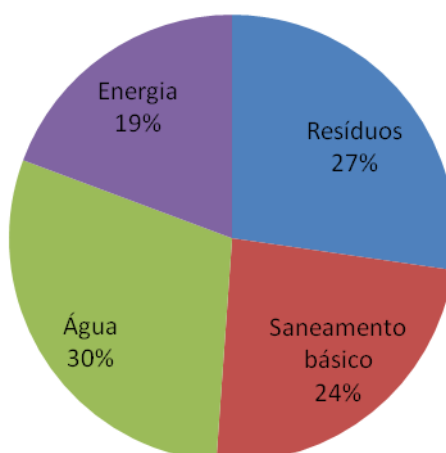


Figura 59 – O que gostariam de ver melhorado no futuro em termos ambientais.



De acordo com os alunos do 3.º ciclo, o principal problema existentes em termos económicos é a falta de emprego (67%), seguido pelo Turismo (14%). Apenas 10% respondem a fixação da indústria e 9% as actividades agrícolas.

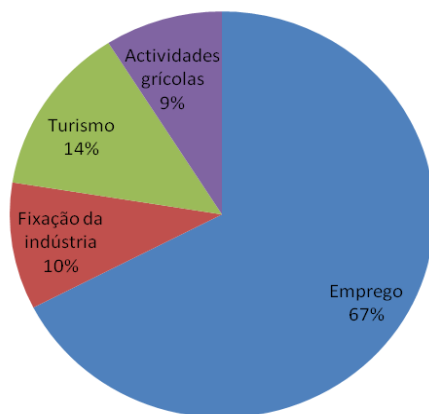


Figura 60 - Qual o principal problema existente em termos económicos.

Quando questionados para identificarem o que gostariam de ver desenvolvido no futuro a este nível, mais uma vez 59% dos alunos respondem o emprego. Segue-se o turismo (21%) e a fixação da indústria (11%).

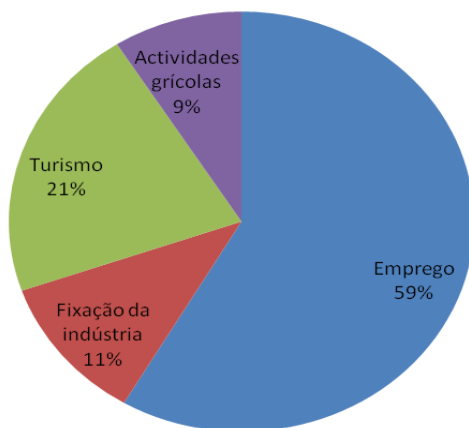


Figura 61 - O que gostariam de ver melhorado no futuro em termos económicos.



Quando questionados sobre **qual o principal problema existente ao nível social e cultural**, a maioria dos alunos considera que o acesso à saúde é o principal problema (66%), logo seguido pelo apoio aos idosos (16%) e pelas iniciativas culturais (15%).

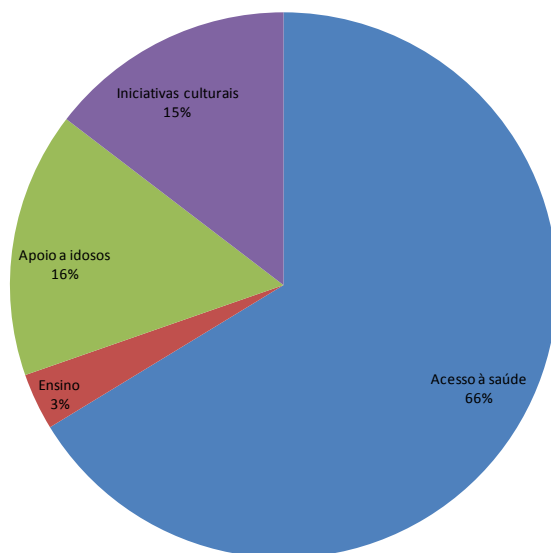


Figura 62 - Qual o principal problema existente ao nível social e cultural.

Como se pode ver na Figura 63, **ao nível social e cultural, identificaram como principal aspecto a ser melhorado no futuro** o acesso à saúde (61%), logo seguido pelo apoio a idosos (19%) e pelas iniciativas culturais (14%).

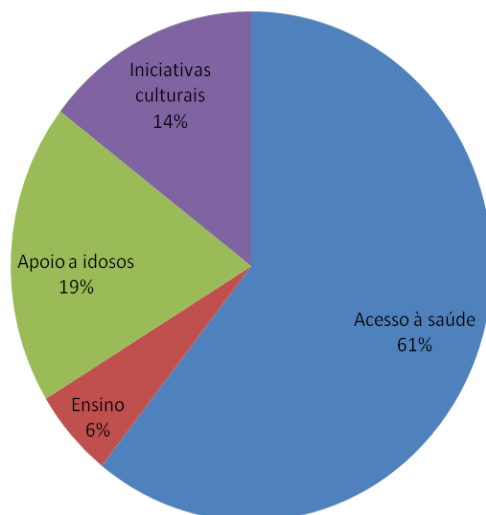


Figura 63 - O que gostariam de ver melhorado no futuro ao nível social e cultural.

O município possui elevadas potencialidades relacionadas com a existência de espaços naturais bem conservados, com baixos índices de poluição. Associado a este património existem oportunidades de dinamização do turismo rural e de *touring* e a promoção de acções de Educação Ambiental. Assim surgem novos mercados e produtos turísticos associados a formas inovadoras de percepção da identidade local.

Contudo surgem ameaças relacionadas com a gestão incorrecta do património natural, bem como dificuldades de articulação entre a conservação da natureza e o desenvolvimento local. No que diz respeito à vertente ambiental, os aspectos negativos relacionam-se com a qualidade da água de abastecimento, com o facto das redes de abastecimento de águas e de recolha de águas residuais serem bastantes antigas e apresentarem inúmeros problemas. A recolha dos resíduos e a limpeza urbana foram identificados também como aspectos negativos, contudo, salienta-se como positivo o facto de as lixeiras terem sido encerradas, o trabalho que a Câmara Municipal tem vindo a fazer ao nível da recolha dos “monstros” e haver uma maior preocupação com a recolha dos resíduos e limpeza urbana. Consideraram-se igualmente como factores positivos a qualidade do ar, a paisagem, o ruído (ausência de) e o potencial do concelho para as energias renováveis.



O concelho de Ourique possui uma forte identidade cultural, bem como saberes e conhecimentos relacionados com as artes e ofícios tradicionais. A promoção e rendibilização do património nas várias vertentes será uma forma de promover o turismo no município de Ourique, bem como um incremento para a criação de emprego e desenvolvimento local. Urge incrementar o desenvolvimento e investimento local, através da promoção turística do concelho e do convite à descoberta da riqueza cultural.

Apesar da existência das referidas potencialidades, no entanto, o envelhecimento da população, a dispersão e falta de coesão territorial e a carência de meios para a dinamização/rendibilização do património cultural dificultam o processo de desenvolvimento. Para dar andamento a este processo, é necessária uma maior articulação entre as entidades locais, regionais e nacionais, num cenário difícil dado o actual nível de endividamento da autarquia.

A agricultura apresenta pontos fortes relacionados com a existência de raças autóctones (Porco Alentejano, gado Garvonês), matérias-primas como a cortiça e produtos tradicionais com grande impacte na economia local. Estes aspectos representam oportunidades de desenvolvimento do sector agrícola como sejam:

- investimento no sistema agro-silvo-pastoril do montado, bem como em espécies mediterrânicas;
- produção local de plantas aromáticas e medicinais com boa implantação no mercado nacional;
- criação e modernização das unidades produtoras de mel, queijo e enchidos;
- estratégia de marketing associado aos produtos tradicionais e respectiva certificação.

Existe, no entanto, dificuldade de adequação das estruturas rurais existentes às práticas da agricultura moderna no quadro da União Europeia, o que representa um condicionalismo institucional de grande relevância.

A existência de mercados similares a preços concorrenciais torna-se uma ameaça ao desenvolvimento do sector agro-pecuário. A agricultura apresenta uma série de condicionantes que têm que ser consideradas no processo de



desenvolvimento e estão relacionadas com a fraca capacidade produtiva dos solos. Como consequência surgem várias ameaças relacionadas com o abandono crescente das actividades e do emprego agrícola, que estão relacionadas com o despovoamento e desertificação. A biodiversidade, a qualidade paisagística e a disponibilidade de águas subterrâneas são dos factores mais afectados. A perda de valores culturais associados à silvicultura tradicional também poderá ocorrer. Para inverter este processo, é necessário implementar acções de investigação/demonstração para a aplicação de práticas agrícolas sustentáveis, bem como articular o planeamento florestal e do uso do solo com as necessidades de protecção.

As indústrias ligadas à transformação do porco alentejano têm por enquanto uma influência incipiente na região. As produções locais apresentam qualidade mas fraca penetração de mercado. Surgem oportunidades de dinamização do sector dos produtos tradicionais, através da certificação dos produtos locais e da criação de uma estratégia de marketing “Marca Ourique” dos produtos tradicionais, nomeadamente os derivados do Porco Alentejano. A dinamização da indústria transformadora depara-se com alguns pontos fracos, relacionados com o clima de apatia que existe na região. É necessário incentivar a criação de novas unidades, tirando partido do espaço e vontades existentes para a concretização de um parque industrial/tecnológico.

O sector do comércio no município de Ourique, pelo seu aspecto familiar, torna-se bastante personalizado, permitindo a fidelização dos clientes. No entanto, este sector carece de falta de iniciativa, inovação e modernização. Para fazer face a estes estrangulamentos, é necessário modernizar o comércio e promover uma lógica comercial mais competitiva.

O município de Ourique apresenta excelentes condições para o turismo, na medida em que possui um vasto conjunto de aspectos atractivos e excepcionais como sejam: boa localização; condições em termos de património natural e cultural; óptimos produtos tradicionais de qualidade; forte identidade cultural; e interessante gastronomia local. Existe forte tradição cultural e etnográfica em cantigas e lendas regionais e feiras e festas tradicionais com projecção nacional.

Para além destes aspectos apontados como pontos fortes, surge ainda um vasto conjunto de oportunidades de desenvolvimento para o sector do turismo:



- implementação em curso de dois grandes projectos de *Resorts* residenciais;
- promoção do “saber fazer” da população local;
- incremento da interpretação da paisagem como forma de turismo de natureza e turismo residencial;
- dinamização do sector dos produtos tradicionais, agro-alimentares, para além do porco alentejano.

Apesar das excelentes condições para o turismo, existem carências ao nível profissional e ao nível do alojamento, tanto em qualidade como em dimensão. Existem ainda ameaças que podem colocar em causa a sustentabilidade do turismo, como a degradação dos recursos naturais e património edificado, ou a deficiente rede de transportes e acessibilidades municipais.

ANÁLISE FOFA DO MUNICÍPIO DE OURIQUE

7





7. ANÁLISE FOFA DO MUNICÍPIO DE OURIQUE

Das análises realizadas e apresentadas nos capítulos anteriores resulta que, na concepção e definição do instrumento de planeamento em elaboração – A21L do Município de Ourique – será tida em linha de conta a integração dos diversos elementos/recursos do município, bem como o seu enquadramento regional.

Neste contexto metodológico e no que à “Análise e Diagnóstico” diz respeito na perspectiva integrada da Socioeconomia com o Ambiente, pretendeu-se obter resultados para fundamentar o futuro, essencialmente através do:

- levantamento e análise de toda a informação existente sobre a situação de referência;
- realização de um trabalho de campo destinado a complementar pontualmente a informação anteriormente recolhida;
- efectivação de reuniões e realização de entrevistas dirigidas a Autarcas, operadores e agentes económicos locais já instalados no terreno, agentes económicos, sociais e culturais de âmbito regional, associações socioprofissionais e associações socioculturais existentes ou com actividades no concelho ou na Região;
- realização de um questionário presencial à população Ouriquense;
- avaliação de toda a informação reunida pelos métodos atrás referidos e apuramento de resultados que permitirão traçar:
 - uma Análise da Situação de Referência (através de uma Análise FOFA), adoptando-se para o efeito uma perspectiva estática da situação, obtida através da avaliação e sistematização das investigações sectoriais, regionais e locais realizadas;
 - uma Análise Prospectiva, adoptando-se para o efeito uma perspectiva dinâmica da situação, obtida através da definição e relacionamento entre os diversos Factores de Transformação, os quais resultam, por sua vez, do cruzamento efectuado entre os factores internos e externos daquela avaliação (Análise FOFA).



Para a concretização desta metodologia, os diversos elementos da Equipa Técnica deslocaram-se a diferentes locais do território do município de Ourique, visando efectuar sessões públicas, inquéritos, contactos, realizar entrevistas, apreciar local e presencialmente as situações, eventos, equipamentos ou serviços existentes.

Em termos globais, pretendeu-se que o resultado destes contactos mostrasse claramente que Ourique está dotado de uma riqueza e diversificação de recursos assinalável, recursos porventura a necessitarem:

- de serem assumidos e avaliados por todos, visando optimizar o grau de integração dos sistemas Ambiental, Económico e Sociocultural locais;
- de serem objecto do estabelecimento de novas prioridades no contexto do processo de Desenvolvimento do município, correspondendo assim à formulação da estratégia que vier a ser preconizada;
- de serem enquadrados no planeamento mais vasto, abrangendo a área envolvente constituída pelos concelhos vizinhos e a respectiva Região em que todos estão integrados.

A acção de “Diagnóstico” de uma qualquer situação engloba a identificação dos problemas, a sua caracterização e a correspondente avaliação. A análise apresentada, voltada essencialmente para a avaliação da situação de referência, visou a definição daquilo que é necessário transformar, manter ou abandonar.

As conclusões a retirar de tudo quanto foi investigado, estudado e exposto podem ser resumidas e de forma integrada nos seguintes pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças mais relevantes do ponto de vista da formulação de uma estratégia para o desenvolvimento

7.1. Enquadramento territorial das actividades económicas analisadas e consequências para o grau de atractividade da área em estudo

Tal como em todo o Alentejo, Ourique deixou de viver da agricultura. O abandono agrícola é um fenómeno relativamente recente, tendo começado a ter alguma expressão no final da década de 60. Esta actividade teve muito peso na



região, mas face às características do território, tem provocado o esgotamento e a erosão dos solos, com o consequente abandono das actividades e do emprego agrícola. Foi em parte um resultado da implementação da PAC e da existência de incentivos ao abandono da actividade agrícola, tendo provocado uma diminuição do emprego no sector.

A agricultura é uma actividade humana bastante importante em termos paisagísticos e culturais, pois a diversidade paisagística gerada, torna-se um factor de desenvolvimento.

No que diz respeito à mobilidade e acessibilidades, por exemplo, o facto de existir agricultura, ou caça, ou pecuária, permite a manutenção de caminhos rurais.

Relativamente aos resíduos agrícolas, é necessária, porém, uma cuidadosa gestão, que evite a poluição do solo e da água.

A maioria dos sistemas agrícolas tradicionais é no entanto economicamente inviável, embora sejam sustentáveis sob o ponto de vista ambiental. Os referidos sistemas de produção são predominantes, em termos de área, no território do Continente e, designadamente, nas regiões onde é maior o risco de abandono, como é o caso de Ourique. A inviabilidade destes sistemas é responsável por uma parte significativa do abandono verificado no passado recente. Em Ourique, dado o nível de qualificação dos agricultores, em princípio, é difícil a adopção de sistemas agrícolas modernos nas principais produções do Município.

A nível institucional – PROT Alentejo – assiste-se a uma reorientação do modelo de desenvolvimento agrário através da valorização dos produtos agrícolas tradicionais locais, no desenvolvimento das regiões rurais mais frágeis, que no decorrer das últimas décadas, têm conhecido profundas transformações que têm estruturado de forma significativa as formas de uso e ocupação do solo. O desenvolvimento da produção de produtos tradicionais, começa assim a adquirir um elevado interesse, podendo tornar-se num trunfo importante para as zonas agro-rurais mais desfavorecidas, uma vez que a sua produção assenta sobre elementos que no município de Ourique são elementos competitivos: diferenciação, qualidade e território.



Com um forte impacto e notoriedade no mercado, quer a nível nacional como internacional, a produção de porco alentejano, surge como um produto regional que poderá dar origem a uma ampla e completíssima fileira produtiva, que vai desde a produção do porco alentejano (a matéria-prima), à sua transformação tradicional (carne, produção de presunto e enchidos), à sua transformação inovadora (criação de novos produtos e destinados a nichos de mercado específicos: produtos gourmet e biológicos) e comercialização, gerando assim transversalmente emprego para alguns sectores da população. Este produto poderá ganhar maior dimensão económica, permitindo maiores ganhos na economia local.

A criação do porco alentejano tem uma grande importância na preservação do património genético das raças suínas autóctones, as quais são um elemento representativo da ruralidade e da identidade cultural do Município. Mais, a pecuária é uma actividade importante em termos de fertilização do solo, embora também apresente algumas condicionantes no que diz respeito à compactação e erosão do solo. Actualmente, existem duas unidades de produção e distribuição no concelho de Ourique.

Tal como na agricultura, a actividade pecuária permite o melhoramento e conservação dos caminhos rurais, sendo um elemento valorizador da paisagem. De salientar ainda a produção de ovinos e caprinos numa substancial escala para grandes superfícies, por uma outra empresa local.

A localização também surge enquanto factor distintivo de atractividade do município. O aeroporto mais próximo fica a 105 km, em Faro. A auto-estrada do Sul (A2 - Lisboa / Algarve), o IP1 e IP2 são das ligações principais deste concelho com o exterior, enquanto uma rede de estradas municipais faz as ligações locais. Estas ultimas são precárias, dado o mau estado em que as se encontram, necessitando de obras no seu traçado e alargamento.

Em alguns planos nacionais e regionais de desenvolvimento, Ourique assume grande importância a nível rodoviário na conectividade nacional e internacional da Região com diversos eixos alentejanos e algarvios, estabelecendo-se nalguns casos ligações mais norte (com a Lezíria do Tejo, por exemplo, através do IC1/A13). Estes subsistemas territoriais rodoviários compreendem, por um lado,



uma lógica de articulação mais fina com as regiões envolventes, e, por outro lado, uma função de reforço da coesão e articulação territorial intra-regional de Ourique.

A constituição do Parque Regional Empresarial de Beja deverá garantir uma forte articulação estratégica e funcional com a Plataforma Aeroportuária de Beja, no sentido da constituição de uma importante plataforma empresarial e logística no Baixo Alentejo. Este facto pode eventualmente constituir uma oportunidade para o concelho de Ourique avançar para um espaço empresarial daquele tipo, já que o actual PDM em revisão prevê “espaços industriais” entre os usos dominantes do solo (Artigo 20º).

No que concerne ao sector do turismo, verifica-se a necessidade de uma estratégia de marketing territorial e a integração dos valores culturais e ambientais, que transformem a ruralidade num espaço de preservação e valorização da identidade.

De acordo com o PENT, o Alentejo irá registar a maior contribuição relativa para o turismo nacional, com crescimentos anuais da ordem dos 11%, dependente essencialmente dos mercados nacional e espanhol. As dormidas de estrangeiros no Alentejo deverão atingir os 650 mil em 2015 (crescimento anual de 10,8%), enquanto o número de hóspedes estrangeiros deverá crescer 6,4% ao ano. O Alentejo tem assim como objectivo crescer em número de turistas e sobretudo em valor. Ainda de acordo com o PENT, no que diz respeito aos produtos, o crescimento da região deve ser alavancado no *Touring*, Turismo Residencial e Gastronomia e Vinhos. Pretende-se que o destino esteja associado ao contraste entre tranquilidade e diversão saudável.

Castelos e fortalezas, património arqueológico e arquitectónico e aldeias típicas, são alguns recursos do Alentejo e em concreto de Ourique, passíveis de serem aproveitados turisticamente. A região está entre os locais com maior potencial para *Resorts* turísticos e a necessitar de maior intervenção a curto prazo. Deve ser assim estruturada uma rede de produtos turísticos compostos, específicos do Baixo Alentejo, abrangendo o património natural e construído e a cultura. Face às potencialidades naturais e identidade cultural desta região, é importante a realização de investimentos no sector, no sentido de criar novas dinâmicas na região.



Em conclusão, o modelo de desenvolvimento de curto prazo na região de Ourique poderá passar pelo equilíbrio entre um ambiente tranquilo e uma região *playground*, com diversas actividades ao ar livre, aproveitando-se o *Touring Cultural* e Paisagístico, secundado pela Saúde e Bem-estar. Uma naturalidade prevista no PDM actualmente em revisão onde é explícito que “Os espaços naturais privilegiam a salvaguarda dos valores relevantes de carácter ambiental” (Artigo 38º). Os *Resorts* Integrados e Turismo Residencial e a Gastronomia e Vinhos poderão constituir diversidade da oferta. Esta diversidade e combinação de potenciais produtos turísticos está também salvaguardada no actual PDM em revisão, segundo o qual na instalação de empreendimentos turísticos “O solo destinado a equipamentos que exijam grande área, tais como campos de golfe, ...não poderão ocupar mais de 20% da área de intervenção; ...sendo as diferentes parcelas indivisíveis” (Artigo 64º).

7.2. Factores críticos de atractividade ou de afastamento relativos à localização e implantação de actividades económicas

Ourique tem também excelentes condições naturais para o aproveitamento de energia eólica e solar. Existe um projecto-piloto de um consórcio entre a EDP e o Centro para a Conservação de Energia (CCE) para a instalação de um sistema híbrido eólico-fotovoltaico, constituído por três “centrais eléctricas” independentes que produzem no seu conjunto um total de 42 kW para a componente solar e 55 kW para a componente eólica. Este projecto foi aplicado a montes isolados, abrangendo cerca de 120 pessoas que passaram a dispor, para além de energia eléctrica para uso doméstico, água canalizada em casa e água de regadio.

O Baixo Alentejo constitui um dos territórios europeus com maior índice de radiação solar. Os projectos que já estão no terreno são, designadamente:

- a Central Solar Fotovoltaica da Amareleja (Moura), que corresponde à maior instalação deste tipo a nível mundial;
- a Central Solar Fotovoltaica de Serpa, que corresponde a uma das maiores instalações mundiais deste tipo;
- o Parque Solar de Almodôvar, promovido pelo grupo alemão WPD;
- um conjunto de 5 pequenas centrais voltaicas em Ferreira do Alentejo, promovidas pela *Net Plan* (parceira do grupo EDP).

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



No seu conjunto, estes projectos representam um investimento global na ordem dos 320 milhões de euros, com um período de vida cifrado em cerca de 25 anos, reunindo uma potência instalada total superior a 60 MW (PIDBA, 2006).

Do ponto de vista da capacidade de geração de emprego, este é um subsector que se caracteriza por ser intensivo em capital e, conseqüentemente, o número de postos de trabalho é pouco relevante no contexto da economia regional e local.

No apoio a novas actividades económicas a implementar no concelho, verifica-se ser necessária uma infra-estrutura básica, de apoio à fixação de novos residentes, trabalhadores ou turistas.

Verifica-se a existência de uma cobertura razoável das telecomunicações mas no que respeita às acessibilidades, os problemas são mais evidentes. Existe falta de manutenção das estradas municipais, a maioria em terra batida e que pioram de inverno; e a rede de transportes públicos serve essencialmente as necessidades escolares, o que dificulta a circulação de bens e serviços económicos.

Esta situação também se reflecte a nível do ordenamento do território e da evolução demográfica, uma vez que favorece o abandono e desertificação das Freguesias rurais, o isolamento social, o desenraizamento cultural e a coesão necessária à participação pública no desenvolvimento.

A diversidade de meios e acessos necessitam, por isso, de ser bastante melhorados.

O município de Ourique está relativamente bem apetrechado de espaços desportivos, e de Centros de Dia e Lares. Os serviços de saúde revelam algumas insuficiências em unidades de internamento, agravado pelo facto da maioria da população não ser jovem e os potenciais imigrantes (podendo ser associados ao turismo residencial) serem também de estrato etário elevado. Em termos educativos o município de Ourique está relativamente bem apetrechado de serviço educativo público mas não possui oferta formativa de qualidade a nível profissional, focalizada por exemplo no turismo, em novos sistemas agrícolas ou nas novas tecnologias.

De uma forma geral os recursos humanos são pouco qualificados. Torna-se necessário identificar áreas estratégicas de intervenção ao nível da formação,



que permitam a valorização dos recursos humanos vocacionados para a intervenção no mundo rural, seja na vertente agrícola, industrial ou dos serviços turísticos.

7.3. Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Ambiental

O município possui elevadas potencialidades relacionadas com a existência de espaços naturais bem conservados, com baixos índices de poluição.

Contudo surgem ameaças relacionadas com a gestão incorrecta do património natural, bem como dificuldades de articulação entre a conservação da natureza e o desenvolvimento local. No que diz respeito à vertente ambiental, os aspectos negativos relacionam-se com a qualidade da água de abastecimento, com o facto das redes de abastecimento de águas e de recolha de águas residuais serem bastantes antigas e apresentarem inúmeros problemas. A recolha dos resíduos e a limpeza urbana são também aspectos apontados como negativos. Relativamente aos resíduos agrícolas, é necessária uma cuidadosa gestão, que evite a poluição do solo e da água.

Ourique tem também excelentes condições naturais para o aproveitamento de energia eólica e solar. Existe um projecto-piloto de um consórcio entre a EDP e o Centro para a Conservação de Energia (CCE) para a instalação de um sistema híbrido eólico-fotovoltaico, constituído por três “centrais eléctricas” independentes que produzem no seu conjunto um total de 42 kW para a componente solar e 55 kW para a componente eólica. Este projecto foi aplicado a montes isolados, abrangendo cerca de 120 pessoas que passaram a dispor, para além de energia eléctrica para uso doméstico, água canalizada em casa e água de regadio.

O Baixo Alentejo constitui um dos territórios europeus com maior índice de radiação solar. Os projectos que já estão no terreno são, designadamente:

- a Central Solar Fotovoltaica da Amareleja (Moura), que corresponde à maior instalação deste tipo a nível mundial;
- a Central Solar Fotovoltaica de Serpa, que corresponde a uma das maiores instalações mundiais deste tipo;
- o Parque Solar de Almodôvar, promovido pelo grupo alemão WPD;



- um conjunto de 5 pequenas centrais voltaicas em Ferreira do Alentejo, promovidas pela *Net Plan* (parceira do grupo EDP).

No seu conjunto, estes projectos representam um investimento global na ordem dos 320 milhões de euros, com um período de vida cifrado em cerca de 25 anos, reunindo uma potência instalada total superior a 60 MW (PIDBA, 2006).



Quadro 20 - Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Ambiental.

PONTOS FORTES FORÇAS	PONTOS FRACOS FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Excelentes condições para as Energias Renováveis, nomeadamente solar, eólica e biomassa • Património natural e paisagístico rico e diversificado, destacando-se o montado, os cursos de água, as barragens e a flora e fauna características do montado • Potencial múltiplo das Albufeiras do Monte da Rocha e de Santa Clara • Qualidade do ar • Paisagem • Encerramento das lixeiras • Recolha dos “monstros” • Ausência de ruído • Maior preocupação com a recolha dos resíduos e a limpeza urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa produtividade dos solos • Carências ao nível do saneamento básico (abastecimento de água e tratamento de águas residuais) • Qualidade da água de abastecimento • Recolha dos resíduos • Limpeza urbana • Degradação do montado • Algumas ribeiras encontram-se bastante poluídas
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da rede de abastecimento de água e da qualidade da água • Melhoria da rede de drenagem e tratamento de águas residuais • Melhoria do sistema de recolha de resíduos • Melhoria da limpeza urbana • Desenvolvimento de projectos para a recuperação do montado • Desenvolvimento de projectos para a recuperação das ribeiras • Aumentar a quantidade de electricidade produzida por energias renováveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Desertificação dos solos • Abandono de terras/ solos agrícolas • Aumento dos incêndios florestais por abandono de terras e sua limpeza



7.4. Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Económico

Tal como em todo o Alentejo, Ourique deixou de viver da agricultura. O abandono agrícola é um fenómeno relativamente recente, tendo começado a ter alguma expressão no final da década de 60. Esta actividade teve muito peso na região, mas face às características do território, tem provocado o esgotamento e a erosão dos solos, com o consequente abandono das actividades e do emprego agrícola. Foi em parte um resultado da implementação da PAC e da existência de incentivos ao abandono da actividade agrícola, tendo provocado uma diminuição do emprego no sector.

A agricultura é uma actividade humana bastante importante em termos paisagísticos e culturais, pois a diversidade paisagística gerada, torna-se um factor de desenvolvimento.

No que diz respeito à mobilidade e acessibilidades, por exemplo, o facto de existir agricultura, ou caça, ou pecuária, permite a manutenção de caminhos rurais.

A maioria dos sistemas agrícolas tradicionais é no entanto economicamente inviável, embora sejam sustentáveis sob o ponto de vista ambiental. Os referidos sistemas de produção são predominantes, em termos de área, no território do Continente e, designadamente, nas regiões onde é maior o risco de abandono, como é o caso de Ourique. A inviabilidade destes sistemas é responsável por uma parte significativa do abandono verificado no passado recente. Em Ourique, dado o nível de qualificação dos agricultores, em princípio, é difícil a adopção de sistemas agrícolas modernos nas principais produções do Município.

A nível institucional – PROT Alentejo – assiste-se a uma reorientação do modelo de desenvolvimento agrário através da valorização dos produtos agrícolas tradicionais locais, no desenvolvimento das regiões rurais mais frágeis, que no decorrer das últimas décadas, têm conhecido profundas transformações que têm estruturado de forma significativa as formas de uso e ocupação do solo. O desenvolvimento da produção de produtos tradicionais, começa assim a adquirir um elevado interesse, podendo tornar-se num trunfo importante para as zonas agro-rurais mais desfavorecidas, uma vez que a sua produção assenta sobre



elementos que no município de Ourique são elementos competitivos: diferenciação, qualidade e território.

Com um forte impacto e notoriedade no mercado, quer a nível nacional como internacional, a produção de porco alentejano, surge como um produto regional que poderá dar origem a uma ampla e completíssima fileira produtiva, que vai desde a produção do porco alentejano (a matéria-prima), à sua transformação tradicional (carne, produção de presunto e enchidos), à sua transformação inovadora (criação de novos produtos e destinados a nichos de mercado específicos: produtos *gourmet* e biológicos) e comercialização, gerando assim transversalmente emprego para alguns sectores da população. Este produto poderá ganhar maior dimensão económica, permitindo maiores ganhos na economia local.

A criação do porco alentejano tem uma grande importância na preservação do património genético das raças suínas autóctones, as quais são um elemento representativo da ruralidade e da identidade cultural do Município. Mais, a pecuária é uma actividade importante em termos de fertilização do solo, embora também apresente algumas condicionantes no que diz respeito à compactação e erosão do solo. Actualmente, existem duas unidades de produção e distribuição no concelho de Ourique.

Tal como na agricultura, a actividade pecuária permite o melhoramento e conservação dos caminhos rurais, sendo um elemento valorizador da paisagem. De salientar ainda a produção de ovinos e caprinos numa substancial escala para grandes superfícies, por uma outra empresa local.

A localização também surge enquanto factor distintivo de atractividade do município. O aeroporto mais próximo fica a 105 km, em Faro. A auto-estrada do Sul (A2 - Lisboa / Algarve), o IP1 e IP2 são das ligações principais deste concelho com o exterior, enquanto uma rede de estradas municipais faz as ligações locais. Estas ultimas são precárias, dado o mau estado em que as se encontram, necessitando de obras no seu traçado e alargamento.

Em alguns planos nacionais e regionais de desenvolvimento, Ourique assume grande importância a nível rodoviário na conectividade nacional e internacional da Região com diversos eixos alentejanos e algarvios, estabelecendo-se nalguns



casos ligações mais norte (com a Lezíria do Tejo, por exemplo, através do IC1/A13). Estes subsistemas territoriais rodoviários compreendem, por um lado, uma lógica de articulação mais fina com as regiões envolventes, e, por outro lado, uma função de reforço da coesão e articulação territorial intra-regional de Ourique.

A constituição do Parque Regional Empresarial de Beja deverá garantir uma forte articulação estratégica e funcional com a Plataforma Aeroportuária de Beja, no sentido da constituição de uma importante plataforma empresarial e logística no Baixo Alentejo. Este facto pode eventualmente constituir uma oportunidade para o concelho de Ourique avançar para um espaço empresarial daquele tipo, já que o actual PDM em revisão prevê “espaços industriais” entre os usos dominantes do solo (Artigo 20º).

No que concerne ao sector do turismo, verifica-se a necessidade de uma estratégia de marketing territorial e a integração dos valores culturais e ambientais, que transformem a ruralidade num espaço de preservação e valorização da identidade.

De acordo com o PENT, o Alentejo irá registar a maior contribuição relativa para o turismo nacional, com crescimentos anuais da ordem dos 11%, dependente essencialmente dos mercados nacional e espanhol. As dormidas de estrangeiros no Alentejo deverão atingir os 650 mil em 2015 (crescimento anual de 10,8%), enquanto o número de hóspedes estrangeiros deverá crescer 6,4% ao ano. O Alentejo tem assim como objectivo crescer em número de turistas e sobretudo em valor. Ainda de acordo com o PENT, no que diz respeito aos produtos, o crescimento da região deve ser alavancado no *Touring*, Turismo Residencial e Gastronomia e Vinhos. Pretende-se que o destino esteja associado ao contraste entre tranquilidade e diversão saudável.

Castelos e fortalezas, património arqueológico e arquitectónico e aldeias típicas, são alguns recursos do Alentejo e em concreto de Ourique, passíveis de serem aproveitados turisticamente. A região está entre os locais com maior potencial para *Resorts* turísticos e a necessitar de maior intervenção a curto prazo. Deve ser assim estruturada uma rede de produtos turísticos compostos, específicos do Baixo Alentejo, abrangendo o património natural e construído e a cultura. Face às potencialidades naturais e identidade cultural desta região, é importante a



realização de investimentos no sector, no sentido de criar novas dinâmicas na região.

Em conclusão, o modelo de desenvolvimento de curto prazo na região de Ourique poderá passar pelo equilíbrio entre um ambiente tranquilo e uma região *playground*, com diversas actividades ao ar livre, aproveitando-se o *Touring Cultural e Paisagístico*, secundado pela Saúde e Bem-estar. Uma naturalidade prevista no PDM actualmente em revisão onde é explícito que “Os espaços naturais privilegiam a salvaguarda dos valores relevantes de carácter ambiental” (Artigo 38º). Os *Resorts* Integrados e Turismo Residencial e a Gastronomia e Vinhos poderão constituir diversidade da oferta. Esta diversidade e combinação de potenciais produtos turísticos está também salvaguardada no actual PDM em revisão, segundo o qual na instalação de empreendimentos turísticos “*O solo destinado a equipamentos que exijam grande área, tais como campos de golfe, ...não poderão ocupar mais de 20% da área de intervenção; ...sendo as diferentes parcelas indivisíveis*” (Artigo 64º).



Quadro 21 - Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Económico.

PONTOS FORTES FORÇAS	PONTOS FRACOS FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> Localização e Acessibilidades inter-regional e nacional Produtos tradicionais diversificados e de qualidade, nomeadamente a cortiça, o porco alentejano, o borrego, o cabrito, o mel, o medronho, as plantas aromáticas e medicinais, o pão e o queijo de cabra Valor Económico e Paisagístico do Montado Especialização da produção e existência de marca territorial, como produto local de excelência Existência de raças autóctones (nomeadamente o Porco Alentejano e o gado Garvonês) Elevado potencial para a actividade cinegética Projectos de turismo em fase de implementação, no território de Ourique Potencial múltiplo das Albufeiras do Monte da Rocha e de Santa Clara 	<ul style="list-style-type: none"> Empregabilidade muito dependente do sector terciário Abandono das actividades económicas tradicionais Abandono progressivo da actividade agrícola Predominância das actividades económicas de muito pequena dimensão, com pouco valor acrescentado Actividades económicas pouco diferenciadas Insuficiente actividade industrial e agro-industrial Fraco desenvolvimento do turismo com ausência de estratégia integrada de promoção do território Baixa produtividade dos solos Mercado centrado na procura local e regional Reduzido Orçamento Municipal Falta de iniciativa, de inovação e modernização Rede de Transportes Públicos Concelhia insuficiente Maus acessos viários em determinados locais Carências ao nível do fornecimento de energia eléctrica Fraca Atracção de Populações e Investimentos Fraca Internacionalização Subaproveitamento dos Recursos Endógenos Dificuldade de encontrar uma base económica sustentável para o sector agro-florestal e agro-pecuário



OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none">• Certificação e estratégias de marketing associadas aos produtos tradicionais de qualidade• Proximidade de Projectos Regionais Estruturantes• Sector do turismo em desenvolvimento• Turismo de excelência em espaço rural e de turismo da natureza• Proximidade a dois novos Pólos de Desenvolvimento Turístico: o Alqueva e o Alentejo Litoral• Sector das energias renováveis em desenvolvimento• Marketing territorial enquadrado em instrumentos de gestão territorial• Forte potencial de internacionalização	<ul style="list-style-type: none">• Desertificação• Intensos movimentos migratórios para zonas urbanas• Concorrência directa dos concelhos vizinhos na captação de investimentos• Atracção de regiões vizinhas com mão-de-obra mais qualificada• Crise Financeira generalizada



7.5. Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Social

O concelho de Ourique possui uma forte identidade cultural, bem como saberes e conhecimentos relacionados com as artes e ofícios tradicionais. A promoção e rendibilização do património nas várias vertentes será uma forma de promover o turismo no município de Ourique, bem como um incremento para a criação de emprego e desenvolvimento local. Urge incrementar o desenvolvimento e investimento local, através da promoção turística do concelho e do convite à descoberta da riqueza cultural.

Verifica-se a existência de uma cobertura razoável das telecomunicações mas no que respeita às acessibilidades, os problemas são mais evidentes. Existe falta de manutenção das estradas municipais, a maioria em terra batida e que pioram de inverno; e a rede de transportes públicos serve essencialmente as necessidades escolares, o que dificulta a circulação de bens e serviços económicos.

Esta situação também se reflecte a nível do ordenamento do território e da evolução demográfica, uma vez que favorece o abandono e desertificação das Freguesias rurais, o isolamento social, o desenraizamento cultural e a coesão necessária à participação pública no desenvolvimento.

A diversidade de meios e acessos necessitam, por isso, de ser bastante melhorados.

O município de Ourique está relativamente bem apetrechado de espaços desportivos, e de Centros de Dia e Lares. Os serviços de saúde revelam algumas insuficiências em unidades de internamento, agravado pelo facto da maioria da população não ser jovem e os potenciais imigrantes (podendo ser associados ao turismo residencial) serem também de estrato etário elevado. Em termos educativos o município de Ourique está relativamente bem apetrechado de serviço educativo público mas não possui oferta formativa de qualidade a nível profissional, focalizada por exemplo no turismo, em novos sistemas agrícolas ou nas novas tecnologias.



Quadro 22 - Análise FOFA do município de Ourique segundo o pilar Social.

PONTOS FORTES FORÇAS	PONTOS FRACOS FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> Trabalho articulado entre Entidades Locais Boa cobertura de Equipamentos sociais e Espaços para Eventos Implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Bons recursos etnográficos e gastronómicos Forte identidade cultural Bons meios de comunicação Boas infra-estruturas de ensino Riqueza de património arqueológico 	<ul style="list-style-type: none"> Envelhecimento da População Elevado número de famílias em risco ou já em situação de pobreza Elevada taxa de Desemprego Baixo nível de formação e inovação agrícola Falta de intercâmbio entre Freguesias Núcleos populacionais dispersos Dificuldade de fixação da população jovem Apatia generalizada da população activa Fraca adesão às associações existentes no município e fraco dinamismo Serviços de Saúde insuficientes Empregabilidade muito dependente do sector terciário Falta de iniciativa, de inovação e modernização
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> Aumento de População Imigrante Proximidade a dois novos Pólos de Desenvolvimento Turístico: o Alqueva e o Alentejo Litoral Criação de novos cursos profissionais Melhoria das estradas municipais Melhoria da mobilidade das pessoas e bens entre freguesias 	<ul style="list-style-type: none"> Desertificação Tendência crescente para o envelhecimento Intensos movimentos migratórios para zonas urbanas



Da análise de tudo quanto foi apresentado pode ser assim sinteticamente exposto o seguinte:

- Ourique tem uma localização privilegiada, situando-se junto aos principais acessos viários e ferroviários do sul;
- apresenta uma paisagem que contrasta entre a paisagem serrana e a paisagem da planície, com uma grande diversidade de recursos naturais (cursos de água, barragens, fauna e flora características do montado), o que no seu todo lhe confere uma beleza singular de grande valor turístico enquadrável no PENT¹⁷;
- detém uma história e um património arqueológico com grande significado e valor;
- possui uma actividade económica predominante centrada num dos mais ricos ecossistemas do mundo – o montado;
- a criação do porco alentejano é outra actividade com grande expressão e potencial de expansão no concelho;
- possui um elevado potencial para a instalação de fontes de energia renovável (solar, eólico e biomassa).

Todos estes factores podem funcionar como vectores e alavancas do processo de desenvolvimento do concelho de Ourique. Como se verá nos subcapítulos seguintes, as debilidades económicas, sociais e ambientais apresentadas e analisadas para o concelho de Ourique podem ser ultrapassadas, sendo para isso necessário, no entanto, traçar metas objectivas para um espaço de tempo, aparentemente, significativo, cuja implementação terá de se basear necessariamente em modelos cooperação Administração Pública – Administração

¹⁷ De acordo com o PENT, o Alentejo irá registar a maior contribuição relativa para o turismo nacional, com crescimentos anuais da ordem dos 11%, dependente essencialmente dos mercados nacional e espanhol. As dormidas de estrangeiros no Alentejo deverão atingir os 650 mil em 2015 (crescimento anual de 10,8%), enquanto o número de turistas deverá crescer 6,4% ao ano. O Alentejo tem assim como objectivo crescer em número de turistas e sobretudo em valor. Ainda de acordo com o PENT, no que diz respeito aos produtos, o crescimento da região deve ser alavancado no *Touring*, Turismo Residencial e Gastronomia e Vinhos. Pretende-se que o destino esteja associado ao contraste entre tranquilidade e diversão saudável.



Pública (Câmara Municipal e Freguesias e entre estas) e Administração Pública – Privados e População (designadamente à volta da Câmara Municipal).

DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO

8





8. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO

8.1. Factores de Transformação Concelhios

Da análise global da situação de referência, reflectida na análise FOFA acima apresentada, ressalta a necessidade de **um planeamento estratégico abrangente** (lacuna que a A21L irá procurar colmatar), face a um território ainda **pouco desenvolvido** (designadamente em termos da racionalização no aproveitamento dos seus recursos e da integração dos vários sectores socioeconómicos e ambientais nos diferentes territórios das suas freguesias) e **pouco atractivo** (demonstrado pela perda sucessiva de população residente permanente e pela inexistência do aparecimento de novas empresas/actividades), muito embora esteja dotado de recursos capazes de transformarem esta situação, se geridos de forma racionalizada, podendo daí resultar alta produtividade no seu emprego.

A questão central que se coloca está pois directamente relacionada com a estratégia a seguir e com o modelo de estruturação que lhe deve estar subjacente.

Qualquer estratégia de desenvolvimento socioeconómico e ambiental a formular para efeitos de elaboração de uma A21L carece sempre da verificação prévia de um conjunto de pressupostos e requisitos, os quais estão subjacentes à avaliação global feita da situação de referência (o seu “ponto de partida”).

No caso concreto do território do município de Ourique, essa avaliação pode e deve ser efectuada através da reflexão sobre os seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, considerados mais relevantes para este efeito. Da análise resultante desta reflexão e do cruzamento das conclusões assim obtidas, constitui-se a base de formulação de uma nova estratégia de desenvolvimento, traçada em função de um planeamento mais ou menos intencional, consoante os sectores socioeconómicos ambientais ou os territórios em causa, uma vez que foi efectuada a definição daquilo que é necessário transformar, manter ou abandonar para se conceber uma nova estratégia de desenvolvimento:

- ao nível da “competitividade”, cruzando os pontos fortes com as oportunidades;



- ao nível da “mudança”, cruzando os pontos fracos com as oportunidades;
- ao nível da “capacidade de defesa e da sustentabilidade”, cruzando os pontos fortes com as ameaças;
- ao nível da “**vulnerabilidade**”, cruzando os pontos fracos com as ameaças.

As metodologias aplicadas neste domínio ao caso concreto em estudo identificaram, caracterizaram e avaliaram os **Factores de Transformação** que estruturam a avaliação da situação de referência.

No cômputo global destes factores de transformação, destacam-se aqueles que se mostram mais capazes de, num contexto de Desenvolvimento, afirmarem a área em estudo relativamente às realidades estudadas, ou seja:

- pontos fortes e pontos fracos da área em estudo – factores de transformação internos;
- oportunidades e ameaças detectadas – factores de transformação externos;
- incertezas, geradas externamente e, por isso, relacionadas com os factores de transformação externos.

O relacionamento de todos estes factores foi realizado através da elaboração de uma **Matriz de Pertinência** onde se definiram as componentes e as características da análise estratégica global e, simultaneamente, a partir da qual é gerado o conjunto de objectivos, princípios, linhas orientadoras, políticas e medidas a adoptar, nos termos do Quadro 23, reproduzido em seguida:



Quadro 23 - Matriz de Pertinência dos Factores de Transformação.

MATRIZ	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	<p>Vantagens Competitivas</p> <p>Grau de Competitividade</p>	<p>Estratégias com resultados menos bem conseguidos</p> <p>Necessidade de introduzir Mudanças</p>
AMEAÇAS	<p>Capacidades de Defesa</p> <p>Necessidade de Medidas de Sustentabilidade</p>	<p>Situações Vulneráveis dos Sistemas</p>

O funcionamento desta matriz e a obtenção dos respectivos resultados passa pelo estabelecimento das seguintes relações:

- os “pontos fortes” relacionados com as “oportunidades” vão fazer sobressair as vantagens competitivas da área em estudo, gerando um conjunto de objectivos e medidas de consolidação e reforço do “grau de competitividade”;
- os “pontos fracos” confrontados com as “oportunidades” realçam as situações estratégicas com resultados menos bem conseguidos que necessitam de ser orientadas noutros sentidos (embora não necessariamente desprezadas), gerando um conjunto de objectivos e medidas de “mudança”;
- os “pontos fortes” relacionados com as “ameaças” definem e enquadram as capacidades de defesa da área em estudo, para as quais será



necessário conceber objectivos e “medidas de sustentabilidade” relativas ao crescimento do processo de desenvolvimento;

- finalmente, na relação dos “pontos fracos” com as “ameaças” obtém-se um melhor conhecimento sobre as diferentes vulnerabilidades dos sistemas que integram o modelo de Desenvolvimento da área em estudo, cujo combate exige a formulação de objectivos e medidas de “coesão e solidariedade”.

8.2. Análise Prospectiva

No âmbito da elaboração da presente A21L para o município de Ourique, a aplicação da metodologia descrita anteriormente atende ao exposto no capítulo precedente, designadamente no que à análise global da situação de referência diz respeito, originando a construção da Matriz de Pertinência constante do Quadro seguinte.

Quadro 24 - Matriz de Pertinência dos Factores de Transformação para o Município de Ourique.

MATRIZ	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADES	Competitividade Riqueza e diversificação de recursos Desenvolvimento de diversos tipos de Turismo Condições para a boa correcção de situações de degradação	Mudança Aproveitamento de recursos Inovação nos Produtos Tradicionais Posicionamento relativo aos investimentos públicos face à proximidade dos NDT (Núcleos de Desenvolvimento Turísticos) e investimentos estruturantes



MATRIZ	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
AMEAÇAS	<p>Sustentabilidade</p> <p>Atracção de populações e investimento</p> <p>Integração territorial e transportes concelhios</p> <p>Modelo institucional e internacionalização</p>	<p>Vulnerabilidade de Sistemas</p> <p>Riscos elevados na falta de qualificação da população</p> <p>Destruição de recursos com a desertificação</p> <p>Descontrolo na procura de uma base económica</p>

Assim sendo, a análise dos Factores de Transformação realizada para o território do município de Ourique permite inferir as seguintes conclusões mais relevantes:

- relacionando os pontos fortes e as oportunidades específicas definidas para o município de Ourique, no sentido de se encontrarem as suas vantagens competitivas, verifica-se pela análise dos diferentes segmentos de mercado, realizada em função dos resultados desta relação e visando criar as melhores condições de atractividade da área em estudo, a necessidade de estrategicamente se investir fortemente nas actividades relacionadas com:
 - aproveitamento de recursos endógenos sub-aproveitados;
 - desenvolvimento do Turismo como forma de diversificar a Economia local;
 - aproveitamento exemplar de medidas correctivas ou impeditivas de potenciais situações de degradação;
- relacionando os pontos fracos com as oportunidades visando detectar tudo aquilo que estando bem deve constituir a mudança para aumentar a optimização da utilização dos recursos, encontram-se os factores de transformação que provavelmente se traduzirão em algumas das principais condições de viabilidade de uma nova estratégia a propor, o que no caso concreto do território do município de Ourique passa necessariamente pela:



- racionalização no aproveitamento dos recursos existentes, designadamente no que ao Turismo diz respeito, visando a sua qualificação;
 - redefinição da cadeia de valores dos produtos tradicionais, introduzindo factores de inovação e diversificação;
 - introdução de uma dinâmica própria de aproveitamento da localização de Ourique face a dois NDT e a projectos nacionais estruturantes;
- relacionando os pontos fortes com as ameaças, visando melhor caracterizar a área da sustentabilidade do território – em termos socioeconómicos, mas também ambientais – encontram-se os factores de transformação que apontam necessariamente para a concepção e implementação de modelos de gestão inovadores e exemplares, entroncando nesta problemática, por exemplo, a necessidade de concepção e implementação de esquemas de articulação aos diferentes níveis da administração (Câmara Municipal e Freguesias, entre as próprias Freguesias, por exemplo), realçando-se a urgência de tomada de medidas nos seguintes domínios:
 - condições de atractividade de populações e de investimentos;
 - integração territorial através da melhoria sensível das ligações, comunicações e transportes concelhios;
 - modelo institucional inovador e exemplar que, aproveitando as vantagens competitivas do concelho, permita a sua internacionalização;
- relacionando finalmente os pontos fracos com as ameaças visando descortinar as áreas mais vulneráveis das realidades do município de Ourique, encontram-se os factores de transformação que se traduzem em condicionantes restritivas à viabilidade de uma qualquer estratégia, onde assume particular relevância a questão da falta de dinâmica populacional, social e económica que gera a não fixação de populações residentes, exigindo uma intervenção urgente para as combater, designadamente no que se refere aos:



- riscos elevados de excessivo envelhecimento humano e da falta de qualificação da população residente;
- desertificação;
- inexistência de controlo da procura da vocação económica do concelho.

Como complemento desta análise deve-se acrescentar que as transformações a operar só poderão produzir resultados aceitáveis se existir um **quadro de concertação social** – ao nível do entendimento / parceria entre o sector público e o sector privado – e de **concertação político-administrativa** – entre os diferentes níveis da Administração Pública Local, principalmente entre o Executivo Camarário e as Freguesias, bem como entre estas – a par com a existência de **vontades políticas** dispostas a executar aquelas medidas para tornar Ourique mais atractivo e, naturalmente, também mais competitivo.

Por outras palavras, as transformações a operar deverão ser apoiadas na estruturação de um novo modelo institucional, dimanado da Câmara Municipal, mas dela autónomo, envolvendo todos os agentes, operadores e demais entidades, públicas e privadas, a actuarem directa ou indirectamente em Ourique, assumindo tal modelo características inovadoras em relação ao quadro institucional normal existente.

Tal como sucede com as Empresas, também as diferentes áreas geográficas, independentemente da perspectiva em que são analisadas (País, Região, Município, área territorial específica), **competem entre si**, em função da sua maior ou menor **capacidade de atractividade**.

No momento actual, como se verificou anteriormente, estas são duas das maiores fragilidades apontadas ao município de Ourique pelo que qualquer estratégia de desenvolvimento a formular para o seu território terá de ter em linha de conta:

- a necessidade de criar as melhores condições para fazer subir a atractividade do território correspondente ao concelho, principalmente no



que se refere à atracção e fixação de populações residentes, especialmente jovens;

- apostando para isso num marketing conjunto (público e privado), capaz de integrar os diferentes objectivos dos Sistemas Social, Económico e Ambiental;
- como resultado do emprego de recursos provenientes dos mesmos Sistemas, mas numa perspectiva de alta produtividade global dos factores e;
- associando-lhe sempre um modelo institucional de gestão altamente eficaz.

Um tal modelo de funcionamento, capaz de responder simultaneamente aos objectivos da Competitividade e às necessidades do Desenvolvimento, pode ser esquematicamente representado nos termos do exposto na Figura 64.

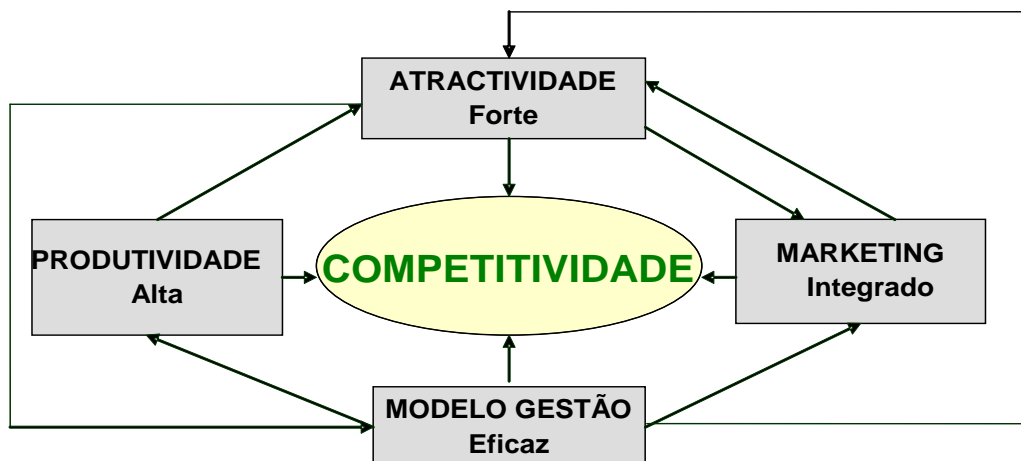


Figura 64 - Fluxograma sobre as Condições de Competitividade.

Para efeitos da presente análise, a atractividade deve ser entendida como o **valor que é percebido**, o que envolve desde logo diversas componentes activas e passivas. No caso do território do município de Ourique, conseguir uma atractividade forte passa necessariamente por um assinalável incremento do investimento a todos os níveis quer para se aceder à zona, quer para fixar populações e actividades económicas que a ela acedem, quer principalmente para que este maior afluxo de pessoas, de empresas e de actividades não ponha em causa os equilíbrios ambientais e sociais. Fala-se, por isso, na necessidade de lançamento de diversas tipologias de investimento, desde a requalificação da



paisagem, dos centros urbanos e dos sectores de actividade económica prevaletentes, até à criação de incentivos de vária ordem (não necessariamente apenas financeiros), passando pela diversificação da economia e da ocupação dos habitantes residentes.

Conseguir obter neste contexto uma produtividade alta passa necessariamente pela adopção de formas e métodos de emprego dos recursos (materiais, humanos, financeiros, turísticos, hídricos, florestais, agrícolas) capazes de **determinarem o valor patrimonial de longo prazo da área em estudo**. Alcançar este objectivo para o caso do território do município de Ourique terá de assentar na busca permanente para a fixação de actividades inovadoras com as quais se consiga, simultaneamente, uma alta produtividade no uso do capital, através da implementação de investimentos de elevada rendibilidade, e uma alta produtividade dos recursos humanos utilizados, através do incremento da formação e da própria melhoria salarial que fomente o aumento do nível e da qualidade de vida.

A reunião destas condições, mas sobretudo a sua implementação, origina uma outra necessidade focalizada na criação de um marketing efectivo e integrado, baseado em parcerias público-privadas, com o qual se vislumbram dois grandes objectivos:

- existir uma *imagem única do território de Ourique*, traduzindo a consolidação intersectorial público-privada;
- existir *capacidade de adaptação permanente às constantes mudanças da procura*.

Estas condições vão permitir aumentar a rendibilidade das diferentes actividades económicas (o que por sua vez é um motivo de atracção de novas actividades), fidelizar o mercado e identificar novas vantagens competitivas do município. Levar à prática estas recomendações passa pela concepção e implementação de um verdadeiro Plano de Marketing de médio prazo, com objectivos móveis fixados anualmente.



Todas estas condições deverão ser preferencialmente implementadas através de um modelo institucional de gestão onde presida a eficácia, uma vez que só através dele será possível:

- potenciar o crescimento;
- atrair novos investimentos;
- gerar um sentimento de bem-estar na população residente;
- reforçar a imagem e;
- garantir a prazo a sustentabilidade de todos os Sistemas: Ambiental – Económico - Social.

Para ser eficaz, este modelo institucional de gestão deverá recorrer a métodos e formas de trabalho consentâneas com o exposto anteriormente, pelo que a sua eficiência e eficácia terá de assentar necessária e novamente em parcerias público-privadas, mas também na simplicidade dos métodos adoptados. Para o caso concreto em estudo, trata-se provavelmente da criação de uma forma institucional nova, sendo em princípio uma entidade pública de direito privado, autónoma mas integrada no funcionamento da Câmara Municipal, agindo em consonância com os princípios atrás expostos.

Em suma, procurando reunir de uma forma sintética as recomendações atrás referidas – não esquecendo que ainda se está numa fase de Diagnóstico – vislumbra-se para o município de Ourique a necessidade de se traçar uma Estratégia baseada, inicialmente, nas principais actividades socioeconómicas actualmente existentes ou que se apresentam com maior apetência para o seu incremento num prazo relativamente curto, devidamente requalificadas, partindo-se depois para o incremento de actividades novas.

8.3. Possíveis Áreas Estratégicas

A análise elaborada sobre o desenvolvimento de Ourique, quer do ponto de vista da situação de referência, quer do ponto de vista prospectivo, aponta algumas pistas de reflexão estratégica, correspondendo a outras tantas hipóteses de trabalho. Apesar de todos os aspectos positivos encontrados no município de



Ourique, a integração das duas tipologias de análise tornou evidente que algumas componentes necessitam de uma melhor definição de objectivos e cenários de sustentabilidade, de identificação de estratégias e acções para a sua prossecução e na distribuição de responsabilidades.

No fim deste primeiro passo do estudo sabemos que Ourique tem um enorme desafio. Como qualquer Agenda 21 Local, a de Ourique deve ser selectiva e criteriosa:

- torna-se inexequível ambicionar desenvolver uma lista extensa de projectos/acções, uma vez que os recursos são normalmente reduzidos;
- neste sentido, é necessário apostar nas prioridades, e os projectos subsidiários desenvolver-se-ão posteriormente.

Deste modo, com base nas diferentes considerações apresentadas no presente documento, mas também nos diferentes Planos Nacionais e Regionais directamente relacionados com Ourique e na informação que sustenta a caracterização do município, foram identificados **seis áreas estratégicas essenciais** onde deverá assentar toda a estratégia de desenvolvimento recomendável para Ourique:

- **Energias Alternativas;**
- **Identidade Cultural;**
- **Turismo;**
- **Produtos Tradicionais e de Agricultura Biológica;**
- **Formação Profissional;**
- **Localização Geográfica.**

As **Energias Alternativas** são sem dúvida uma área estratégica muito importante para o concelho de Ourique. Ourique tem excelentes condições naturais para o aproveitamento de energia solar (radiação e orogenia) eólica (ventos) e biomassa (produz grandes quantidades de resíduos vegetais).



A **Identidade Cultural** é sem dúvida uma área estratégica fundamental para a A21L de Ourique. Existem monumentos históricos classificados, festas e feiras de referência, gastronomia única, identidade paisagística e colectividades culturais na maioria dos povoamentos. Contudo, existem monumentos em ruína a necessitar de requalificação, equipamentos subaproveitados e risco de desertificação da população. É necessária a criação integrada e combinada de diversas valências de uma “**Marca Ourique**” que promova a coesão cultural e que deva ser um aspecto chave a desenvolver no plano de acção.

No que respeita ao **Turismo** é urgente conceber e implementar uma estratégia de intervenção que proporcione dinamismo económico, num Município com um elevado potencial em paisagem/natureza, gastronomia e porco alentejano. Devem ser criados produtos procurados pela população local e de proximidade, turistas de natureza e turistas residenciais. Torna-se essencial a ligação do turismo à identidade local, materializada de forma integrada no património e produtos tradicionais.

Os **Produtos Tradicionais e de Agricultura Biológica** de Ourique assumem uma grande importância na sustentabilidade do município. O porco alentejano, o borrego e o cabrito já estão identificados com qualidade e nichos de mercado exigentes; já o mel, o medronho, o queijo de cabra e o pão, por exemplo, devem ser sujeitos a uma estratégia de marketing de fundo. A acrescentar a estes valores deve potenciar-se o desenvolvimento de produtos da fileira da Agricultura Biológica, em particular ao nível das aromáticas, hortícolas e frutícolas, potenciando a “marca/certificação” de produtos tradicionalmente cultivados na região. Devem-se promover os factores produtivos locais e os produtos tradicionais dando-lhes visibilidade para os mercados. Ao mesmo tempo, deve-se completar a fileira económica e tecnológica desses produtos dentro do concelho. Existem condições estruturais – acessos e espaço para indústria – e naturais – energia renovável – para o efeito. Trata-se de um



processo visando aumentar a industrialização de Ourique como pilar fundamental para a diversificação da economia local.

Por seu turno, a área da **Formação Profissional** assume aqui uma importância estratégica muito relevante, uma vez que é necessário focalizar esforços de formação na resposta àqueles sectores estratégicos preconizados localmente. Para além de formar cidadãos e melhorar a cidadania participativa, o sistema deve, no caso de Ourique, formar por exemplo bons profissionais hoteleiros, especialistas em energia renovável e técnicos agro-pecuários, e fixá-los num concelho carente de mão-de-obra jovem e qualificada. É necessário que esta formação para a cidadania e para o conhecimento especializado contribua para diluir o isolamento e aumentar a cooperação e coesão social entre os diversos actores.

Finalmente, a área estratégica da **Localização Geográfica** do concelho de Ourique assume igual relevância. A centralidade do território de Ourique deve ser aproveitada, tirando partido das vantagens significativas da sua ligação ferroviária com o Algarve e Lisboa. Por outro lado, dever-se-ão aproveitar os benefícios relativos à rede viária. A auto-estrada do Sul (A2 - Lisboa / Algarve), o IP1 e IP2 são das ligações principais deste concelho com o exterior. A importância de Ourique a nível rodoviário na conectividade Nacional e Internacional da Região com diversos eixos Alentejanos e Algarvios, estabelecendo-se nalguns casos ligações mais norte (com a Lezíria do Tejo, por exemplo, através do IC1/A13) encontra-se reflectida em alguns Planos Regionais e Nacionais de desenvolvimento. Estes subsistemas territoriais rodoviários compreendem, por um lado, uma lógica de articulação mais fina com as Regiões envolventes, e, por outro lado, uma função de reforço da coesão e articulação territorial intra-regional de Ourique. Por outro lado, a constituição do Parque Regional Empresarial de Beja deverá garantir uma forte articulação estratégica e funcional com a Plataforma Aeroportuária de Beja, no sentido da **constituição de uma importante plataforma empresarial e logística no Baixo Alentejo**.



Este facto pode eventualmente constituir uma oportunidade para o Concelho de Ourique avançar para um espaço empresarial daquele tipo.

Deste modo, a localização geográfica do Concelho de Ourique, assente na centralidade do território, poderá trazer vantagens significativas ao nível do desenvolvimento de Ourique podendo, adicionalmente, assumir um papel relevante e estruturante na coesão do território e no desenvolvimento de toda a Região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

9





9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste diagnóstico revelam-se alguns dos desafios que o concelho tem pela sua frente, mas também as oportunidades que existem neste território. Existem, nos três pilares (ambiental, social e económico), questões problemáticas que urgem uma intervenção concertada dos actores-chave do concelho.

Este diagnóstico permitiu verificar que, na **vertente ambiental**, as debilidades centram-se principalmente ao nível do abastecimento e saneamento (abastecimento de água e tratamento de águas residuais). Particular atenção também deve ser dada à manutenção e recuperação do principal ecossistema da região, ou seja, o montado enquanto valor natural essencial. Devido às características do povoamento, torna-se difícil, do ponto de vista económico/financeiro, aumentar a percentagem de população servida por infra-estruturas de saneamento básico, pelo menos do tipo clássico, sendo necessária a aplicação de soluções adequadas a pequenos aglomerados populacionais dispersos e núcleos individuais.

Na **vertente económica**, as debilidades correspondem às questões da empregabilidade, reflectindo o frágil tecido empresarial com pouca capacidade de inovar e empreender, da fraca capacidade de atracção de investimentos, subaproveitamento dos recursos endógenos e dificuldade de encontrar uma base económica sustentável, em particular para o sector agro-florestal e agro-pecuário.

Na **vertente social**, as debilidades identificadas surgem associadas às questões demográficas, nomeadamente a desertificação humana e o envelhecimento da população, e à dificuldade de fixação da população jovem.

Este diagnóstico permitiu, igualmente, identificar vários **factores favoráveis** como a localização do concelho, o seu património e história, e a sua paisagem e



recursos naturais entre eles, o montado, o porco alentejano, o potencial de agricultura biológica e o enorme potencial em fontes de energia renovável.

O que foi aqui salientado resulta de uma profunda análise dos factores internos e externos ao concelho que determinam, respectivamente, as forças e fraquezas e as ameaças e oportunidades deste território, bem como os principais factores de transformação que poderão funcionar como vectores e alavancas do processo de desenvolvimento sustentável do concelho de Ourique.

Como qualquer Agenda 21 Local, a de Ourique deve ser selectiva e criteriosa. Fortemente baseado nas problemáticas e nos factores favoráveis acima sucintamente discriminados e, com base nas diferentes caracterizações e considerações apresentadas no presente documento, foram identificadas seis áreas estratégicas onde deverá assentar toda a estratégia de desenvolvimento recomendável para Ourique:

Energias Alternativas;

Identidade Cultural;

Turismo;

Produtos Tradicionais e de Agricultura Biológica;

Formação Profissional.

Localização Geográfica.

Com base no trabalho já desenvolvido e exposto, parte-se agora para uma caracterização mais profunda destas áreas estratégicas. Assim, as próximas etapas da Agenda 21 Local deverão, com base naquela caracterização aprofundada, detalhar quais as acções a levar a cabo no futuro, as respectivas medidas e especificidades como a localização da intervenção, programação temporal e fontes de financiamento.



Tal como decorreu até ao momento, a Participação Pública deverá estar presente nestas próximas etapas enquanto factor fundamental para o sucesso do desenvolvimento do concelho. Envolver a população e todos os actores-chave significa a abertura de um processo a novas perspectivas e novas soluções, significa combater a apatia e promover o envolvimento da população que se torna, assim, mais consciente das dificuldades existentes mas também mais exigente com a resolução das mesmas. Os riscos das opções a tomar tornam-se conjuntamente assumidas e partilhadas.

BIBLIOGRAFIA





BIBLIOGRAFIA

Agenda 21. 1992

APA - Agência Portuguesa do Ambiente. Guia AGENDA 21 Local: Um desafio para todos. Novembro de 2007

BOAVIDA, f., CARREIRA, P., JARDIM, D., FERREIRA, F., MESQUITA, S., TENTE, H., TORRES, P. (2003). Metodologia e Métodos usados na avaliação preliminar da qualidade do ar em Portugal, no âmbito da Directiva 2002/03/CE – Ozono (O3). Instituto do Ambiente.

Caracterização do Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara.

Carta Educativa do Município de Ourique

Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 2008. Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios de Ourique – PMDFCI de Ourique. Caderno II – Informação Base.

Declaração de Rectificação n.º 18/2007, de 16 de Março.

Declaração de Rectificação n.º 277/98, de 30 de Novembro.

Decreto-lei 236/98, de 1 de Agosto.

Decreto-lei 306/2007, de 27 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril.

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto. Altera o plano rodoviário nacional, definido pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho.

Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho.

Decreto-Lei n.º 320/2003, de 20 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 351/2007, de 23 de Outubro.

Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 53/2000, de 7 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, pela Lei n.º 56/2007, de 31 de Agosto,



pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro).

Decreto-Lei n.º 9/2007, 17 de Janeiro 2007.

DGA/DCEA/FCT/UNL, 2001a. Campanha de avaliação das concentrações de dióxido de azoto e de dióxido de enxofre em Portugal (Julho de 2000). MAOT/DGA – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território / Direcção Geral do Ambiente e UNL/FCT/DCEA - Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências e Tecnologia/Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Janeiro de 2001.

DGA/DCEA/FCT/UNL, 2001b. Campanhas para a avaliação preliminar da qualidade do ar em Portugal – NO₂ e SO₂ – Tubos de difusão. MAOT/DGA Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território/Direcção Geral do Ambiente e UNL/FCT/DCEA - Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências e Tecnologia/Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Dezembro de 2001.

Estratégia de Eficiência Colectiva PROVERE – Valorização dos Recursos Silvestres do Mediterrâneo (EEC)

Estratégia Local de Desenvolvimento GAL Al Sud - Esdime

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2015

Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB)

Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE2020)

Estratégia Nacional para as Florestas

Estratégia temática de protecção do solo (ETPS)

INE, 2009. Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2008. Lisboa.

Instituto do Ambiente (2006). Alocação Espacial de Emissões em 2003.

PBH do Rio Sado. Anexo 6 - Utilizações e Necessidades de Água. Balanço de Necessidades/Disponibilidades. Anexo 4 – Qualidade da Água Subterrânea; Parte 2 – Qualidade da água. (Rev. [nº 00] – data [1999-11-24]).

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





PDI freguesia de Ourique.

PDI Santana da Serra.

Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Mira.

Plano de Desenvolvimento Social (PSD) de Ourique.

Plano de Ordenamento da Albufeira de Monte da Rocha (POAMR).

Plano de Ordenamento da Albufeira de Santa Clara (POASC).

Plano Director Municipal (PDM) do concelho de Ourique.

Plano Estratégico 2007-2009 – Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAP Alentejo).

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR II).

Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT).

Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II).

Plano Integrado de Desenvolvimento do Baixo Alentejo (PIDBA).

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Ourique.

Plano Nacional da Água (PNA).

Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) 2008-2015.

Plano Operacional de Turismo do Alentejo (POTA).

Plano Regional de Inovação do Alentejo (PRIA).

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA).

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo (PROFBA)

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000)

Portaria n.º 286/93, de 12 de Março.

Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)

Programa de Desenvolvimento Rural Continente 2007-2013 (PRODER)

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005/2008

Programa Nacional para as Alterações Climáticas - 2006 (PNAC 2006)

Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)

Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 - INALENTEJO

Programa Territorial de Desenvolvimento do Baixo Alentejo 2008-2013 (PTDBA) - AMBAAL

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)

QUAL O GRAU DE EXCEPCIONALIDADE DAS CHEIAS OCORRIDAS NO INÍCIO DO ANO HIDROLÓGICO DE 1997/98 RODRIGUES, Rui; BRANDÃO, Cláudia e ÁLVARES, Teresa. 4ª congresso da água, 1998.

Silva, S. Agenda 21 Local um Sistema de Indicadores de Qualidade – Tese de Doutoramento (em elaboração). Universidade de Évora. 2007.

Cartografia

Atlas do Ambiente Digital – IA. Denominação: BCorine_Ourique. Tipo de informação: Vectorial. Escala/Resolução: 1:1 000 000. Resumo: Áreas consideradas como Biótopos Corine para o concelho. Período de referência: 1991. Sistema de Referência: Coordenadas Militares, Projecção: Gauss-Kruger, Elipsóide: Hayford (Internacional), Datum Planimétrico: Datum de Lisboa. Data da última actualização dos metadados: Outubro de 2007.

<http://portal.icnb.pt/ICNPportal/vPT2007/Valores+Naturais/Informação+Geográfica/>. Suporte – digital. Formato – vectorial. Sistema de Coordenadas: Hayford-Gauss Moderno (SHG73). Datum Geodésico Hayford-Melriça (Datum 73). Projecção de Gauss-Kruger. Unidade de Gestão de Sistemas ICNB.

Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourique.

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Ourique. Entidade – Câmara Municipal de Ourique. Data de execução – 2008; Cobertura - totalidade do concelho; Suporte – digital; Formato – vectorial; Sistema de

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Coordenadas - Coordenadas Militares; Projecção - Gauss-Kruger, Elipsóide Hayford (Internacional); Datum Planimétrico - Datum de Lisboa.

REN em ficheiro vectorial da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo) à Escala - 1/25 000. Fonte: <http://www.ccdr-a.gov.pt/>. Escala - 1/25 000. Suporte - digital. Formato - vectorial. Sistema de Coordenadas: Hayford-Gauss Moderno (SHG73). Datum Geodésico Hayford-Melriça (datum 73). Projecção de Gauss-Kruger.

Páginas de Internet Consultadas

<http://cm-ourique.pt/>

<http://cm-ourique.pt/>.

<http://insaar.inag.pt/>

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007/>

<http://snirh.pt>

<http://www.ine.pt/>

<http://www.lifeesteparias.lpn.pt/>

<http://www.resialentejo.pt/>

ANEXOS





ANEXO I– GUIÃO DE ENTREVISTA A ACTORES-CHAVE

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





GUIÃO DE ENTREVISTA A ACTORES-CHAVE

A Agenda 21 Local é um instrumento estratégico para atingir o desenvolvimento sustentável do Município, nas vertentes: económica, social e ambiental. Como parte deste projecto, esta entrevista a actores-chave locais pretende contribuir com dados adicionais para o esclarecimento das principais necessidades do concelho de Ourique e das suas diferentes Freguesias. As principais áreas a discutir são: população, economia, emprego, saúde, educação, cultura e ambiente.

Entrevistado:	
Instituição:	
Dados de contacto:	
Endereço:	
Data:	

Indicadores económicos

Poder de compra (Rendimento disponível / consumo)

Como classifica o rendimento disponível da população do concelho em relação ao conjunto do país? (Fraco – Médio – Bom).
Porquê?

Transportes

Como avalia as acessibilidades no concelho? (Fraco – Médio – Bom)
Porquê?

E a mobilidade das pessoas em geral?
Porquê?



Agricultura (Produção agrícola)

Como classifica a evolução da produção agrícola animal e vegetal no concelho?
(Fraco – Médio – Bom – Muito Bom)
Porquê (Exemplos)?

Turismo (capacidade de alojamento, ocupação)

Como classifica a evolução do turismo no concelho? (Fraco – Médio – Bom)
Porquê?

Emprego (Emprego sectorial, Desemprego, Actividade empresarial)

Qual a importância dos três sectores de actividade (primário, secundário e terciário) na empregabilidade no concelho?

Quais os principais empregadores locais?

Como classifica o desemprego no concelho? (Baixo – Médio – Elevado)
Porquê?

Quais são as principais causas desse desemprego?

Qual a evolução da actividade empresarial nos últimos anos no concelho?

Indicadores sociais

Desporto

Há prática desportiva pela população do concelho regularmente?

Em sua opinião, as infra-estruturas desportivas existentes no concelho são suficientes?
Porquê?



População

Qual a estrutura aproximada da população em termos de classe etária do concelho?

Existem muita mortalidade infantil?
Se sim, porquê?

Saúde (apoio à terceira idade, número de médicos, unidades de saúde)

Como caracteriza o apoio aos idosos no concelho? (Centros de dia, apoio domiciliário, lares)

O número de médicos e de unidades de saúde (públicos e privados) existentes no concelho é suficiente?
Porquê?

Educação (Taxa de alfabetização e analfabetismo)

Como classifica o analfabetismo na população do concelho? (Baixo – Médio - Elevado)

Qual é a escolaridade média da população do concelho?

Quais as principais causas desse sucesso / insucesso?

O número de equipamentos de educação (públicos e privados) existentes no concelho é suficiente?
Se não, porquê?

Cultura

Em sua opinião, as áreas destinadas a eventos culturais no concelho são suficientes?
Porquê?

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Comunicação

Como avalia a capacidade dos munícipes do concelho acederem aos diferentes meios de comunicação (telefone, internet, televisão por cabo)? (Fraco – Médio – Bom)

Se não, porquê?

INDICADORES AMBIENTAIS

Quais são os grandes problemas ambientais do concelho? E quais afectam a qualidade de vida? (saneamento, qualidade da água, qualidade do ar, resíduos, etc.)

De que modo se poderiam solucionar esses problemas?

Como vê a evolução de Ourique ao nível ambiental? (Fraca – Razoável – Boa)

Como avalia a eficiência energética no concelho? (Fraca – Média – Boa)
Porquê?

O que considera serem os pontos fortes ambientais no seu concelho?

INDICADORES GERAIS

Quais os principais problemas com que o Município se debate?

Dos assuntos discutidos ou outros que entenda mencionar, quais os de mais urgente resolução? Como perspectiva a sua evolução?

Quais são as três palavras que utilizaria para caracterizar o concelho?

Muito obrigado pela sua colaboração!

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





ANEXO II– GUIÃO DE ENTREVISTA AOS PRESEIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





GUIÃO DE ENTREVISTA AOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA

A Agenda 21 Local é um instrumento estratégico para atingir o desenvolvimento sustentável do Município, nas vertentes: económica, social e ambiental. Como parte deste projecto, esta entrevista aos Presidentes das Juntas de Freguesia pretende contribuir com dados adicionais para o esclarecimento das principais necessidades do Concelho de Ourique e das suas diferentes freguesias. As principais áreas a discutir são: população, economia, emprego, saúde, educação, cultura e ambiente.

Data:	
-------	--

INDICADORES ECONÓMICOS

Poder de compra (Rendimento disponível / consumo)

1. Como classifica o rendimento disponível da população do Concelho em relação ao conjunto do país? (Fraco – Médio – Bom). Porquê?

Transportes

2. Como avalia as acessibilidades no Concelho? (Fracas – Médias – Boas). Porquê?
3. E a mobilidade das pessoas em geral? Porquê?

Agricultura (Produção agrícola)

4. Como classifica a evolução da produção agrícola animal e vegetal no Concelho? (Fracas – Média – Boa). Porquê (Exemplos)?

Turismo (capacidade de alojamento, ocupação)

5. Como classifica a evolução do turismo no Concelho? (Fracas – Média – Boa). Porquê?

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Emprego (Emprego sectorial, Desemprego, Actividade empresarial)

6. Qual a importância dos três sectores de actividade (primário, secundário e terciário) na empregabilidade no Concelho?
7. Quais os principais empregadores locais?
8. Como classifica o desemprego no Concelho? (Baixo – Médio – Elevado). Porquê?
9. Quais são as principais causas desse desemprego?
10. Qual a evolução da actividade empresarial nos últimos anos no Concelho?

INDICADORES SOCIAIS

Desporto

11. Há prática desportiva pela população do Concelho regularmente?
12. Em sua opinião, as infra-estruturas desportivas existentes no Concelho são suficientes? Porquê?

População

13. Qual a estrutura aproximada da população em termos de classe etária do Concelho?
14. Existem muita mortalidade infantil? Se sim, porquê?



Saúde (apoio à terceira idade, número de médicos, unidades de saúde)

15. Como caracteriza o apoio aos idosos no Concelho? (Centros de dia, apoio domiciliário, lares)
16. O número de médicos e de unidades de saúde (públicos e privados) existentes no Concelho é suficiente? Porquê?

Educação (Taxa de alfabetização e analfabetismo)

17. Como classifica o analfabetismo na população do Concelho? (Baixo – Médio - Elevado).
18. Qual é a escolaridade média da população do Concelho?
19. Quais as principais causas desse sucesso / insucesso?
20. O número de equipamentos de educação (públicos e privados) existentes no Concelho é suficiente? Se não, porquê?

Cultura

21. Em sua opinião, as áreas destinadas a eventos culturais no Concelho são suficientes? Porquê?

Comunicação

22. Como avalia a capacidade dos municípios do Concelho acederem aos diferentes meios

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:





de comunicação (telefone, internet, televisão por cabo)? (Fraco – Médio – Bom). Se não, porquê?

INDICADORES AMBIENTAIS

23. Que projectos ou intervenções considera importantes para a melhoria da qualidade ambiental de Ourique?

24. Consegue identificar possíveis melhorias para o Concelho?

25. Quais são os grandes problemas ambientais do Concelho?

26. Como avalia a eficiência energética no Concelho? (Fraca – Média – Boa) Porquê?

27. O que considera serem os pontos fortes ambientais no seu Concelho?

INDICADORES GERAIS

28. Quais os principais problemas com que o Município se debate?

29. Dos assuntos discutidos ou outros que entenda mencionar, quais os de mais urgente resolução e como perspectiva a sua evolução?

30. Quais são as três palavras que utilizaria para caracterizar o Concelho?

Muito obrigado pela sua colaboração!

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





ANEXO III – QUESTIONÁRIO À POPULAÇÃO DE OURIQUE

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:



**QUESTIONÁRIO À POPULAÇÃO DO CONCELHO DE OURIQUE**

A Agenda 21 Local é um instrumento estratégico para atingir o desenvolvimento sustentável do Município, nas vertentes: económica, social e ambiental.

O presente questionário surge na sequência da implementação do projecto da Agenda 21 Local em Ourique. Sendo um apelo à participação pública da população nas várias freguesias do Concelho, tem como principal objectivo conhecer a opinião dos residentes sobre as necessidades e opções de desenvolvimento da região. As principais áreas a abordar são: população, economia, emprego, saúde, educação, cultura e ambiente.

1. Em que Freguesia reside:

Conceição	<input type="checkbox"/>	Garvão	<input type="checkbox"/>	Panóias	<input type="checkbox"/>
Ourique	<input type="checkbox"/>	S.ª Luzia	<input type="checkbox"/>	Santana da Serra	<input type="checkbox"/>

2. Idade

Menos de 25 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 25 e 44 anos	<input type="checkbox"/>
Entre 45 e 65 anos	<input type="checkbox"/>
Mais de 65 anos	<input type="checkbox"/>

3. Sexo

Feminino	<input type="checkbox"/>	Masculino	<input type="checkbox"/>
----------	--------------------------	-----------	--------------------------

4. Qual o seu nível de escolaridade?

≤ 4º Ano	<input type="checkbox"/>	≤ 6º Ano	<input type="checkbox"/>	≤ 9º Ano	<input type="checkbox"/>
≤ 12º Ano	<input type="checkbox"/>	Curso tecnológico/Profissional	<input type="checkbox"/>	Bacharelato	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>	Mestrado	<input type="checkbox"/>	Doutoramento	<input type="checkbox"/>

5. Situação profissional

Trabalhador p/ conta de outrem	<input type="checkbox"/>	Funcionário C.M.O.	<input type="checkbox"/>	Reformado /Pensionista	<input type="checkbox"/>
Trabalhador p/ conta própria /empresário	<input type="checkbox"/>	Funcionário Público	<input type="checkbox"/>	Desempregado	<input type="checkbox"/>
Estudante	<input type="checkbox"/>				

Entidade Promotora:

Co-Financiamento:





6. Como classifica as actividades culturais e as alternativas de lazer/tempos livres do Concelho?

Inexistentes ☐ Fracas ☐ Razoáveis ☐ Boas ☐ Excelentes ☐

7. Considera que as seguintes estruturas culturais e desportivas são suficientes para servir a população do Concelho?

	SIM	NÃO	Se respondeu NÃO, como poderiam ser melhoradas as estruturas insuficientes?
Infra-estruturas desportivas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Rede de espaços de informática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Biblioteca/Espaço de Leitura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Cinema/Teatro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Associações Recreativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

8. No campo da educação como classifica os seguintes itens no seu Concelho?

a. infra-estruturas escolares

Inexistentes ☐ Fracas ☐ Razoáveis ☐ Boas ☐ Excelentes ☐

b. qualidade do ensino nas escolas

Inexistente ☐ Fraco ☐ Razoável ☐ Bom ☐ Excelente ☐

c. oferta de Formação Profissional para jovens

Inexistentes ☐ Fraca ☐ Razoável ☐ Boa ☐ Excelente ☐

d. oferta de Formação Profissional para adultos

Inexistente ☐ Fraca ☐ Razoável ☐ Boa ☐ Excelente ☐

e. oferta de Formação Contínua para Empregados

Inexistente ☐ Fraca ☐ Razoável ☐ Boa ☐ Excelente ☐

9. Classifique os seguintes aspectos relacionados com o acesso à saúde e apoio à 3.ª Idade como negativos ou positivos. Identifique de seguida os dois mais positivos e os dois mais negativos.

Entidade Promotora:

Co-Financiamento:



- 2 -

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



	Positivo	Mais positivo	Negativo	Mais negativo
Apoio ao domicílio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lares 3.ª Idade e Centros de dia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transporte de doentes e idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acessibilidades para idosos ou cidadãos com deficiência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centros de Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Urgências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Unidade Móvel de Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Heliporto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Horário de Atendimento do Centro de Saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Horário de Atendimento das Urgências	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
N.º de Médicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10. Em relação aos transportes e infra-estruturas rodoviárias, assinale com um X os aspectos que considera serem negativos e positivos.

	Positivo	Negativo
Transporte Escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transporte para Idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede de transportes do Concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede de transportes nacional/regional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estradas municipais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Estradas nacionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Caminhos de Terra Batida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Como classifica em termos de importância os seguintes tipos de apoio social?

	Nada Importante	Pouco Importante	Medianamente Importante	Importante	Muito Importante
Bolsas de Estudo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comparticipação de medicamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Transporte de	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Entidade Promotora:

Co-Financiamento:





	Nada Importante	Pouco Importante	Medianamente Importante	Importante	Muito Importante
carentados e reformados, a consultas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gabinetes técnicos de atendimento e apoio (psicólogo, Técnico de Serviço Social, entre outros)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhorias habitacionais de carenciados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Soluções de transporte colectivo para a população	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Programa de conforto habitacional para idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pequenos arranjos domésticos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realização de campanhas de solidariedade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de uma loja social (bens e produtos a preços reduzidos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ações de voluntariado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Unidade móvel de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço de Teleassistência para idosos ou pessoas incapacitadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. Identifique os dois aspectos ambientais mais positivos e os dois mais negativos no seu Concelho, dentro dos seguintes. Assinale com um X as opções escolhidas.

	Mais Positivo	Mais Negativo
Qualidade da água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade do ar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ruído	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limpeza urbana	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Entidade Promotora:

Co-Financiamento:



Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:





Recolha selectiva do lixo
Incêndios florestais
Espaços verdes/florestais
Energias renováveis
Distribuição de energia eléctrica
Abastecimento de água
Tratamento de águas residuais
Actividades de sensibilização/Educação Ambiental

☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐

13. Como
classifi-
ca o
turism
o
existen-
te no

seu Concelho?

Inexistente ☐ Fraco ☐ Razoável ☐ Bom ☐ Excelente ☐

14. Quais as áreas potenciais para desenvolver o turismo no Concelho? Atribua um valor de 1 a 5, em que 1 representa um maior potencial, e 5 um menor potencial.

Natureza/Paisagem
Turismo Rural
Porco Alentejano
Gastronomia
Património histórico e cultural
Produtos tradicionais
Outras.

☐
☐
☐
☐
☐
☐
☐

Quais? _____

15. Assinale as principais actividades económicas do Concelho.

Serviços
Construção Civil
Indústrias
Agricultura e Pecuária
Restauração
Turismo

☐
☐
☐
☐
☐
☐

Entidade Promotora:

Co-Financiamento:





Em cooperação com



Comércio

Transportes e Comunicações

Outras

Quais? _____

16. Classifique as intervenções em termos de importância para o desenvolvimento económico do Concelho de Ourique.

	Nada Importante	Pouco Importante	Medianamente Importante	Importante	Muito Importante
Gabinetes Técnicos de atendimento e apoio aos empresários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de áreas industriais e empresariais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de linhas de crédito com juros reduzidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação dos empresários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Formação dos recursos humanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Benefícios fiscais e contributivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Projeção da imagem do Concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. Como classifica o desemprego no Concelho, tendo em conta o contexto socioeconómico do país?

Baixo ☐ Médio ☐ Elevado ☐

18. Indique duas causas para o desemprego existente no Município.

Fraca actividade económica

Falta de oferta de emprego

Falta de mão-de-obra qualificada

Baixo nível de formação/escolaridade

Fraca atractividade do Concelho

Entidade Promotora:

Co-Financiamento:





Em cooperação com ajs&a



Falta de Investimento Privado/Empreendedorismo

Outras

Qual? _____

19. Identifique 5 intervenções como "Pouco Importante" e 5 intervenções como "Muito Importante". Assinale com um X as opções escolhidas.

	Pouco Importante	Muito Importante
Construção/Melhoria dos espaços verdes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria de ruas, estradas e caminhos municipais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria de escolas (ex: creche, ensino básico, escola profissional)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria de lares e centros de dia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria de centro de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria de cemitérios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria de museus	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria de equipamentos desportivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Instalação/Melhoria de iluminação pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Valorização do património cultural, paisagístico e urbanístico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria de habitação social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria da rede de abastecimento de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Construção/Melhoria da rede de drenagem e tratamento de água residuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhoria do sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mais/melhor limpeza pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mais medidas de apoio à pessoas carenciadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mais medidas de apoio aos jovens (educacionais e culturais)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realização de iniciativas promocionais e turísticas do concelho e dos produtos regionais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Realização de acções que promovam o crescimento do turismo no concelho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Entidade Promotora:

Co-Financiamento:





20. Em termos gerais como classifica a qualidade de vida do Concelho de Ourique?

Muito Má ☐ Má ☐ Satisfatória ☐ Boa ☐ Muito Boa ☐

21. Apresente as suas sugestões ou opiniões acerca do que pode ser melhorado no Concelho de Ourique.

AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO!

Entidade Promotora:



Co-Financiamento:



- 2 -

Entidade Promotora:



Entidade Executiva:



Co-Financiamento:





ANEXO IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTA A ACTORES-CHAVE

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





INDICADORES ECONÓMICOS						
		Fraco	Médio	Bom	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Poder de compra		16	1	0		<ul style="list-style-type: none">Baixo rendimento/vencimento (7 actores - chave)Crise generalizadaCusto de vida muito elevado (2 actores-chave)É complicado calcular o rendimento da agriculturaEm termos agrícolas não existe capacidade para concorrer. Têm que se focar mais na qualidadeFalta de vontade em querer desenvolver alguma coisa. “Subsídio - dependentes”Muitas pessoas só têm o rendimento de subsistênciaO concelho é pobre nos recursos que temReceio de investir
Transportes	Acessibilidades	5	3	9	<ul style="list-style-type: none">Boa localização (4 actores-chave)Submissão de candidaturas ao PRODER para recuperar as estradas	<ul style="list-style-type: none">Mau estado das estradas camarárias (9 actores-chave)O dinheiro proveniente do Rali de Portugal não dá para recuperar as estradas
	Mobilidade	1	2	14	<ul style="list-style-type: none">A Câmara Municipal assegurar transportes (Serra Acima) (2 actores-chave)A maioria das pessoas tem viatura própria (9 actores-chave)Comboio para LisboaExistirem transportes públicos (não são muitos, mas dão resposta)	<ul style="list-style-type: none">Carências na população mais idosaExistem transportes apenas para a Sede de concelhoFraca mobilidade para quem se desloca por transportes públicos

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



INDICADORES ECONÓMICOS					
	Fraca	Média	Boa	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Agricultura	13	0	4	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de Porco Alentejano aumentou (2 actores-chave) • Formação realizada • Investimento efectuado • Melhorou com o aparecimento da Montaraz • No futuro, deve-se apostar na qualidade • No futuro, na zona de Panóias e Conceição, devia-se apostar em produtos hortícolas • Porco Alentejano tem potencial • Visivelmente os terrenos estão a ser mais aproveitados 	<ul style="list-style-type: none"> • As empresas pequenas não conseguem suportar os custos • As políticas agrícolas têm sido desadequadas; • Baixo rendimento agrícola (3 actores-chave) • Maior concentração e impacte ambiental • Montado degradado • O Porco Alentejano está a viver uma crise de mercado (2 actores-chave) • O sector agrícola está estagnado e descapitalizado • Os proprietários já não vivem no concelho e como tal não mantêm o montado • Pecuária – o n.º de cabeças de gado (Porco Alentejano e ovelhas) tem vindo a diminuir, pois não se consegue escoar • Problemas ao nível da comercialização • Só estará no bom caminho enquanto houver fundos • Tem-se olhado pouco para o mundo rural • Tornou-se uma actividade de subsistência (2 actores-chave)
Turismo	Fraco	Médio	Bom	Pontos Fortes	Pontos Fracos

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



INDICADORES ECONÓMICOS

				<ul style="list-style-type: none"> • Barragens (5 actores-chave) • Criar um produto • Localização • Muito potencial para o turismo histórico, mas não rural • Nicho para casas nos montes em que o produto é a paisagem • O Empreendimento Campanador tem potencial • O turismo de gastronomia está bem desenvolvido • O turismo gastronómico tem potencial • O Turismo rural tem potencial • Recuperação de tradições, p. ex. touradas • Se os empreendimentos Campanador e Monte da Rocha vierem a ser construídos pode vir a melhorar este sector • Tem potencial ao nível do turismo de Aldeia • Tem potencial ao nível do turismo rural/caça (3 actores-chave) • Tem potencial desde que se opte por um turismo de qualidade • Tem potencial, mas nunca para dois empreendimentos como o Campanador e o Monte da Rocha • Turismo de campo tem potencial para raids de motas, jipe, BTT e passeios pedestres 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento nos restaurantes • Falta de hotéis/residenciais • Falta de mão-de-obra qualificada • Falta de restaurantes • Infra-estruturas de património degradadas • O concelho tem pouco potencial • O PDM é muito apertado • Restauração e gastronomia muito mal aproveitada
	17	0	0		
	Principal Sector de	Primário	Secundário	Terciário	Comentários

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



INDICADORES ECONÓMICOS					
Emprego	actividade				<ul style="list-style-type: none"> A actividade relacionada com o Porco Alentejano é uma mais-valia Cortiça em Santana também é uma actividade com importância Falta investimento no produto (para sair mais próximo do consumidor) Necessidade de alternativas como seja por exemplo a horticultura Necessidade de formação a montante e de distribuição a jusante – melhorar a imagem do montado alentejano Necessidade de políticas pró montado, de rearboração já que o montado não é auto-sustentável O sector da construção civil está muito em baixo Os montados estão muito degradados (aspecto abandonado). Devia-se promover o abate das árvores que estão secas e mortas Os terrenos agrícolas são fracos. As alterações climáticas têm vindo a contribuir para o empobrecimento destes terrenos Principal é a agricultura (soma de todos os produtores) com o nicho do Porco Alentejano Sector do imobiliário (construção civil, materiais de construção, electricidade, etc. – corresponde a cerca de 30/40% da actividade do concelho). Este forte peso do sector imobiliário deve-se ao facto, dada a localização, haver grande procura por parte de casais de ingleses. Mas é expectável que venha a decrescer acentuadamente, pois foi publicado o POTA que condiciona a construção dispersa
	Principais empregadores locais	<ul style="list-style-type: none"> AF Silva (4 actores-chave) Agricultura (2 actores-chave) Algumas empresas (5 actores-chave) Câmara Municipal (13 actores-chave) Câmara Municipal e outros organismos públicos Imobiliário Misericórdia Montaraz (4 actores-chave) Ouriflorestal Pingo Doce (2 actores-chave) Serviços 			
Emprego (cont.)	Desemprego	Baixo	Médio	Elevado	Causas

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



INDICADORES ECONÓMICOS

		1	1	15	<ul style="list-style-type: none"> A associação de apicultores está com dificuldades por não haver mobilização das pessoas À volta do desemprego criam-se vícios (2 actores-chave) Actividade empresarial a decrescer (7 actores-chave) As pessoas mais jovens querem um emprego na Câmara Municipal As pessoas não querem trabalhar (4 actores-chave) Às vezes o desemprego é voluntário (questão dos subsídios) (2 actores-chave) Comodismo De 2005 para cá, as pessoas não sabem como aceder aos fundos para a agricultura Decréscimo da economia (2 actores-chave) Estatisticamente deve ser elevado, mas se forem à procura de mão-de-obra não há Falta de empreendedorismo (2 actores-chave) Falta de fábricas Falta de motivação para trabalhar (2 actores-chave) Falta de qualificação Inércia por parte das pessoas O desemprego feminino é superior
	Evolução da actividade empresarial	<ul style="list-style-type: none"> 2 actores-chave não responderam a esta questão (não sabem o que se passa em termos de concelho). Os restantes 15 actores-chave dizem que a actividade empresarial ou é fraca ou tem vindo a decrescer. <p><u>Outros comentários:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> Existem muitos constrangimentos em termos de investimento Falta de associativismo Falta de atractividade Falta de iniciativa (2 actores-chave) Nada acontece (2 actores-chave) 			

INDICADORES SOCIAIS

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



INDICADORES SOCIAIS				
		Sim	Não	Comentários
Desporto	Prática desportiva	13	1	<ul style="list-style-type: none"> A população em geral praticamente não pratica desporto Algumas pessoas fazem BTT, ciclismo e caminhadas Existe mais prática desportiva ao nível dos clubes desportivos e escolas Pouca participação organizada. Muitos fazem <i>jogging</i>
	Infra-estruturas desportivas suficientes	11	2	<ul style="list-style-type: none"> A piscina podia estar melhor As Freguesias não têm nada Boas na Sede de concelho mas insuficientes nas Freguesias Deveriam criar apoios para práticas desportivas diferentes como <i>skateparks</i>, por exemplo É de salientar o facto do Pavilhão Desportivo estar associado à escola (existe uma gestão partilhada) É preciso ter em linha de conta o custo/benefício Está a faltar a piscina descoberta Estas infra-estruturas estão concentradas na sede Existe uma piscina que é pouco frequentada Existem apenas alguns ringues desportivos dispersos pelas vilas; existe falta de espaços para eventos – excepto em Panoias e em Conceição Não existe muita divulgação/informação sobre a sua utilização Os passeios equestres são um nicho muito específico e tem um registo muito pouco significativo Para a população existente são suficientes Praticamente não existem infra-estruturas desportivas e as que existem são em Ourique São os mínimos
População	Estrutura etária	<ul style="list-style-type: none"> População envelhecida (15 actores-chave) 2 actores-chave não souberam responder 		
	Mortalidade Infantil	<ul style="list-style-type: none"> Não existe mortalidade infantil (15 actores-chave) <p>Muito pouca (1 actor-chave)</p>		

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



INDICADORES SOCIAIS			
Saúde/Apoio à 3.ª Idade	Apoio aos idosos	Pontos fortes	Pontos fracos
		<ul style="list-style-type: none"> A Autarquia apoia a compra de medicamentos (apoio aos idosos) A Câmara Municipal tem feito esforços para dar apoio à 3ª idade com qualidade A Câmara Municipal tem um sistema de apoio para levar idosos aos médicos A Câmara Municipal tem vindo a melhorar este aspecto Bem servido de lares É bom (4 actores-chave) É muito bom Está satisfatório Existe unidade de cuidados continuados em Garvão Existem lares em praticamente todas as Freguesias Funciona bem Misericórdia funciona bem 	<ul style="list-style-type: none"> Há idosos em alguns montes isolados O horário de atendimento é curto O número de vagas é reduzido, devia haver mais oferta Problema do isolamento Responde mais ou menos às necessidades das pessoas Vai havendo (2 actores-chave)
	N.º de médicos e unidades de saúde	<ul style="list-style-type: none"> A unidade móvel (2 actores-chave) São suficientes (2 actores-chave) 	<ul style="list-style-type: none"> É para esquecer, fecharam as urgências Está muito mau Está um caos e vai piorar com o fecho das urgências Existem poucos médicos de família, tornando difícil a marcação de consultas Falta de médicos (2 actores-chave) Mau Não existe hospital O facto do internamento no Centro de Saúde de Ourique estar a terminar ou já ter acabado O facto dos Serviços de Urgências ir ou ter passado para Castro Verde (4 actores-chave) Podia ser melhorado (2 actores-chave)
Educação	Analfabetismo	<ul style="list-style-type: none"> A maioria da população sabe ler e escrever 	

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



INDICADORES SOCIAIS						
		<ul style="list-style-type: none">Elevado na população mais idosa (14 actores-chave)				
	Escolaridade média da população	Escolaridade média			Causas	
		<ul style="list-style-type: none">12.º Ano9.º Ano/secundário9º ano (4 actores-chave)9º ano para a faixa etária dos 25 – 35 anos, e superior para a faixa etária dos 18Alguns acabam por tirar o curso superiorEnsino básicoExiste abandono escolar e ficam os piores, ao abrigo do rendimento social. A Câmara Municipal acaba por ter um papel socialExiste uma elevada taxa de licenciados/bacharéisSecundário (4 actores-chave)			<ul style="list-style-type: none">A Câmara Municipal dá empregos que não devia e as pessoas ficam mais conformadasAo nível dos mais jovens existe uma selecção, ficam só os que têm menos capacidades. A selecção é feita pela negativa. Os melhores vão para foraAs pessoas vão muito para o café e estragam-se. Os mais idosos dizem que se houver dinheiro para o café chegaDesinteresse dos alunos (2 actores-chave)Está tudo concentrado na Sede do concelhoExiste um fenómeno, houve um êxodo de pessoas que foram morar para fora do concelho e os habitantes dos montes vieram morar para as localidades. Estas pessoas tinham falta de ambiçãoFalta de ambiçãoHá miúdos que não querem estudarNão vêem vantagens em continuar a estudarProblemas de motivaçãoProblemas familiares, pobreza, etc.	
	N.º de equipamentos	<ul style="list-style-type: none">Sim, são suficientes (15 actores chave)			Oportunidades de melhoria	
					<ul style="list-style-type: none">Era bom haver uma escola Profissional (2 actores-chave)	
Cultura	Áreas destinadas a eventos culturais	Sim	Não	Oportunidades de melhoria		
		15		<ul style="list-style-type: none">A população nem sequer tira proveito (não utiliza)Deve haver apoios logísticos para as pessoas deslocarem-se das Freguesias para a SedeDevia haver mais ao nível das Freguesias (2 actores-chave)É de salientar positivamente a animação da festa no Castelo ter sido feita por pessoas do concelhoSão os mínimos		
Comunicação	Meios de comunicação	Fraca	Média	Boa	Pontos fortes	Pontos fracos
		2	2	12		<ul style="list-style-type: none">Existem problemas em algumas zonas

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Diagnóstico para a Sustentabilidade

INDICADORES SOCIAIS

						<ul style="list-style-type: none">• Internet (ADSL) não existe em todo o lado• Internet muito lenta• Problema com a rede móvel (2 actores-chave)• Problemas a nível da rede móvel e da internet
--	--	--	--	--	--	--

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





INDICADORES AMBIENTAIS

Grandes Problemas ambientais

- Água muito ferrosa
- Cultura técnica muito má
- Densidade de gado demasiado elevada
- É muito difícil de avaliar o estado de degradação dos montados
- Em Santana era ainda importante requalificar a ribeira
- ETAR e limpeza das ruas
- ETAR em muito mau estado
- Existem deficiências na rede de esgotos (3 actores-chave)
- Existem poucos ecopontos e não se encontram no melhor local
- Existem problemas com a rede de abastecimento de água (já tem 58 anos)
- Falta de ecopontos (3 actores-chave)
- Há muito a fazer ao nível do saneamento (água e esgotos)
- Infra-estruturas de tratamento de efluentes e ao nível da captação de água
- Lixeiras
- Má qualidade da água de abastecimento (3 actores-chave)
- Má qualidade da água proveniente de furos
- Menos verde e menos pássaros
- Mistura das águas pluviais com águas dos esgotos
- Níveis freáticos a baixar
- Os camiões do lixo deixam as ruas sujas e com mau cheiro
- Os solos por si já pobres, têm vindo a perder qualidade devido a alterações climáticas. A erosão tem vindo a aumentar
- Ourique é visto pelas pessoas de fora como um concelho pouco atractivo
- Problemas de erosão do solo e desertificação
- Problemas na recolha dos resíduos (ao nível da frequência)
- Rede eléctrica
- Têm grandes problemas com o azinho (as árvores estão a secar), bem como o sobro

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





INDICADORES AMBIENTAIS

Como poderiam ser solucionados	<ul style="list-style-type: none"> • A água para abastecimento deveria ser recolhida e tratada e só depois ir para a rede • A rede de abastecimento deverá ser melhorada (7 actores-chave) • A rede de esgotos deverá ser melhorada (5 actores-chave) • Arborização/reflorestação (2 actores-chave) • Aumentar o número de ecopontos (3 actores-chave) • Construção e melhorias das ETAR existentes (2 actores-chave) • Encontrar um local mais adequado para colocar os contentores do lixo e ecopontos • Lavagem das ruas por onde passam os carros de lixo • Melhoria da rede eléctrica (2 actores-chave) • Melhoria na recolha dos resíduos • Óleo deveria ser aproveitado como combustível para veículos da Câmara Municipal • Pessoas deveriam ser sensibilizadas para a separação de resíduos, não apenas por folhetos mas de uma forma mais próxima (não lêem folhetos informativos) • Proceder à limpeza das ruas • Protocolo com a Câmara Municipal para reflorestação do montado (já está em prática fase inicial) • Sensibilização das pessoas • Tratamento adequado do lixo
--------------------------------	--

	Fraca	Média	Boa	Pontos fortes	Pontos fracos
Evolução ambiental	5		11	<ul style="list-style-type: none"> • Ecopontos suficientes • Equipa recolha "monstros" trabalha bem • Existiam inúmeras lixeiras que foram encerradas • Melhorou ao nível do abastecimento de energia eléctrica (2 actores-chave) • Melhorou ao nível dos resíduos • Tem evoluído bastante, principalmente ao nível dos resíduos e sensibilização da população • Tem havido campanhas de sensibilização dos agricultores 	<ul style="list-style-type: none"> • Não há sensibilização da população
Eficiência energética	5	1		<ul style="list-style-type: none"> • Existe potencial para as energias renováveis, mas por exemplo a 	<ul style="list-style-type: none"> • A electricidade por vezes chega à casa das pessoas sem a potência

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



INDICADORES AMBIENTAIS					
				<p>colocação de painéis solares tem custos difíceis de suportar</p> <ul style="list-style-type: none"> Existe protocolo com Câmara Municipal para desenvolver projecto de energia solar e esperam aprovação da DGEG Existe sensibilização para o uso eficiente da energia e uso de energias alternativas Não existem problemas com a electricidade (2 actores-chave) O concelho tem potencial para as energias renováveis (solar e eólica) (6 actores-chave) Ourique tem potencial ao nível das energias renováveis (não tanto em termos de eólica) Pessoas sensibilizadas para o uso responsável da energia 	<p>devida</p> <ul style="list-style-type: none"> A população não tem hábito de boas práticas para o uso da energia Ainda existem casos que não têm electricidade (3 actores-chave) Ao nível das energias renováveis tem dúvidas que realmente seja bom Não é suficientemente eficiente devido à própria rede de distribuição Não há preocupação de fazer um uso eficiente da energia Problema com a energia. Custos de instalação em habitação dispersa são grandes e Câmara Municipal prevê a instalação do acesso à rede pública no espaço de 10 anos Problemas com a rede eléctrica. Muitos cortes (3 actores-chave) Solar só para o concelho não se justifica
Pontos fortes	<ul style="list-style-type: none"> Limpeza, máquinas de lavar as ruas fazem um bom trabalho Maior cuidado na recolha de resíduos. Melhorou a imagem de Ourique Montado de azinho e de sobro, que infelizmente se está a perder. Ainda há muito pouco feito em relação à recuperação dos montados O facto de ter características ambientais que poderão ser aproveitadas em termos de turismo Paisagem e ar Potencial para energias renováveis (3 actores-chave) Qualidade do ar/ Ar puro (3 actores-chave) 				

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





INDICADORES GERAIS		
Principais problemas	<ul style="list-style-type: none">• “Subsídio-dependentes”• As pessoas acomodam-se e acabam por criar depressões• As pessoas do Concelho são pouco empreendedoras• Atitude conformista• Criação de emprego para fixar as pessoas• Decréscimo da economia e falta de empreendedorismo• Desemprego• Dificuldades de angariar dinheiro para o Concelho• Falta de actividade empresarial• Falta de dinheiro• Falta de iniciativa para avançarem com ideias• Falta de população, falta de empresas que proporcionem um desenvolvimento sustentável, bem como uma mudança ao nível da agricultura• Falta de vontade em querer desenvolver alguma coisa• Faz falta um Parque industrial• Fixação das empresas• Laxismo• Mau estado das estradas comarcárias• Mentalidade das pessoas (Acomodação)• Não facilitam quem quer desenvolver e quem tem dinheiro não investe• O montado é de recuperação lenta• Pobreza/falta de recursos, solos pouco produtivos, falta de ordenamento e fraqueza económica devido à peste suína africana	
Quais os assuntos discutidos os mais urgentes de resolução	Assuntos mais urgentes	Sua perspectiva de evolução
	<ul style="list-style-type: none">• Decréscimo da economia	<ul style="list-style-type: none">• Identificar as actividades em que se pode investir e arranjar investidores privados. Se não houverem investidores privados então as Juntas de Freguesia deviam dar o primeiro passo• Podia-se investir mais nas microempresas (empresas familiares) e na constituição de um mini parque industria

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Diagnóstico para a Sustentabilidade

	<ul style="list-style-type: none"> Falta de população Desemprego Criação de emprego para fixar as pessoas Saneamento. Qualificação. Muito pobre. Maus meios de Saúde Dificuldades de angariar dinheiro para o Concelho Mentalidade das pessoas (Acomodação) Não facilitam quem quer desenvolver e quem tem dinheiro não investe Faz falta um Parque industrial Falta de actividade empresarial Fixação de empresas As pessoas são muito acomodadas O não aproveitamento dos recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> Criação de empresas que proporcionem um desenvolvimento sustentável, bem como uma mudança ao nível da agricultura Parcerias com a Câmara Municipal e IIEP para criar pessoas qualificadas Criação de um pólo industrial Promoção e incentivo à iniciativa privada. Criação de investimentos Falta de investimento Motivação dos jovens através da criação de hobbies Há muitos compadrios Criação de emprego (não "dar" dinheiro às pessoas), de condições (praticamente não existe nada em Ourique) e alternativas de construção Deveria ser criado um pólo de desenvolvimento habitacional Deveria ser criado um Parque Industrial Criar-se uma zona industrial (área de logística de apoio ao Algarve), mas tinha que ser grande Criação de uma zona industrial junto a bons acessos, que iria criar condições de fixação de empresas Aposta no sector primário (divulgação e marketing)
--	---	---

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:





	<ul style="list-style-type: none"> Falta de vontade em querer desenvolver alguma coisa "Subsídio-dependentes" Laxismo. Atitude conformista Falta de emprego, de formação e qualificação Falta de iniciativa para avançarem com ideias Mau estado das estradas comarcárias A actividade empresarial tem vindo a degradar-se Falta de perspectiva e de associativismo Falta de actividade empresarial em torno de actividades tradicionais como o mel, medronho, cortiça e pecuária – a ASAE traz problemas acrescidos para estas actividades por exemplo ao exigir licenças insustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> Existe a necessidade de algo novo – algo espectacular como fez por exemplo Bilbao – seja ao nível mais pequeno como seja o turismo rural seja a um nível maior com a implantação de um parque logístico e tecnológico Passa por muito trabalho de animação e apoio ao associativismo. Necessidade de diversificação de recursos patrimoniais; potenciar alternativa Aproveitar recursos para arranjar as estradas Podem ser explorados nichos ligados à qualidade em termos agrícolas (produtos do campo – carnes, enchidos, queijo) e ao nível turístico Explorar a localização privilegiada através da criação de um Parque industrial Apostar no turismo rural/ecoturismo Possibilidade de actividades logísticas
Três palavras que caracterizam o Concelho	<ul style="list-style-type: none"> Acolhedor Apatia da comunidade Ascensão/crescimento Barragem de Santa Clara Boa liderança política Boa localização geográfica (2 actores-chave) Bom Bonita paisagem 	

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



- Bonito
- Circuito arqueológico com potencial
- Desertificação
- Desfavorecido
- Despovoado
- Diamante por lapidar
- Dinâmico
- Diversidade (cultural e recursos naturais)
- Envelhecido
- Equidistante
- Falta de divulgação
- Falta de iniciativa (falta de empreendedorismo)
- Falta de perspectiva
- Limpo
- Localização/Bem localizado (2 actores-chave)
- Má atitude/falta de empenho
- Mais pobre
- Não vê como melhorar
- Perder a capacidade económica
- Pobre (2 actores-chave)
- Potencial turístico
- Potencialidade/potencial (2 actores-chave)
- Qualidade/Qualidade de vida (2 actores-chave)
- Receptividade (desejo que Ourique se venha a desenvolver)
- Salutar
- Semi-desenvolvido
- Simpatia
- Turismo de Caça/Floresta
- Único
- Vida dura

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





ANEXO V– FICHAS DOS INDICADORES

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | QUALIDADE DO AR

Tema | AR

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

N.º de dias por ano

Fontes

CCDR, APA

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Número de dias por ano em que a qualidade do ar se pode considerar muito boa, boa, média, fraca ou má, de acordo com intervalos de concentração de diversos poluentes atmosféricos

METODOLOGIA

A informação de base a partir da qual é construído este Índice é recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e é calculado para cada uma das Zonas ou Aglomerações onde existem estações de monitorização de qualidade do ar, bem como para os casos específicos das cidades de Lisboa e Porto. Para cada Zona e Aglomeração existe um conjunto de requisitos mínimos para o cálculo do índice, nomeadamente existir pelo menos um analisador na área em causa para cada um dos poluentes (à excepção do CO, que não é obrigatório), e que estes sejam medidos com pelo menos 75% de eficiência.

Os dados a partir dos quais o IQAr é calculado são os valores horários dos poluentes NO₂, SO₂ e O₃, o valor médio de oito horas consecutivas do CO e ainda o valor médio diário das PM₁₀. O cálculo do índice para uma determinada área baseia-se na média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com gamas de concentrações associadas a uma escala de cores, sendo os piores valores (ou seja, as concentrações mais elevadas registadas durante um dia, excepto para o caso das partículas onde é a própria média diária que é considerada) os responsáveis pelo índice.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Contabiliza-se o número de dias, ao longo do ano, que registam valores dentro das diferentes classes.

O IQAr tem cinco classes, do “Muito Bom” ao “Mau” e pondera os valores de concentrações dos diferentes poluentes medidos nas diversas estações de monitorização de qualidade do ar de uma determinada área. A matriz de classificação do Índice de Qualidade do Ar, indicando a gama de concentrações dos diversos poluentes, por cada classe, está disponível em: www.qualar.org. A cobertura territorial do IQAr depende da eficiência e da metodologia de medição adoptada para os poluentes que o integram (analisador automático ou análise por amostragem).

Existe a possibilidade de não haver IQAr em vários dias do ano, principalmente nas zonas em que este apenas depende de uma estação, devido às necessárias manutenções dos equipamentos ou por eventuais avarias dos mesmos.

A implementação sucessiva de novas estações de monitorização da qualidade do ar em Portugal, entre 2000 e 2004, levou a que existissem mais estações distribuídas ao longo de todo o território nacional e que estejam a ser medidos mais poluentes.

Definições:

Aglomeração - zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250.000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50.000, sendo a densidade populacional superior a 500 hab/km².

Zona - área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional.

(Fonte: Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho).

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:



**Nome | CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E SUPERFICIAL****Tema | ÁGUA****Objectivo da ENDS 2015**

3º

Unidade de Medida

Percentagem do volume total médio de água doce presente por ano; metros cúbicos; número de captações por quilómetro quadrado.

Fontes

INAG; INE; DRAs; Autarquias.

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Volumes anuais de captação total de água doce superficial e subterrânea, sempre que possível analisado por sector de utilização (doméstico, industrial e agrícola). Na impossibilidade de determinar estes volumes, será calculada a densidade das captações de água existentes nos diversos tipos de origem da água. Este indicador pode evidenciar até que ponto os recursos de água doce estão já comprometidos para diferentes usos, e a necessidade de os aumentar para ajustar a política de gestão do abastecimento em face das necessidades de água doce. A disponibilidade limitada de água pode ter efeitos negativos no alcance da sustentabilidade, ao nível do desenvolvimento económico e regional, bem como contribuir para perdas de biodiversidade através da afectação dos ecossistemas de água doce.

METODOLOGIA

O indicador é determinado pela razão entre quantidade de água captada anualmente por sector de utilização (doméstico, industrial e agrícola) e a quantidade de água presente por ano. Algumas das principais limitações estão associadas à determinação dos montantes de água presente, uma vez que os dados associados são de difícil obtenção e validação. Este indicador não é dirigido para uma análise local, não avaliando assim em particular um determinado sistema aquático.

As variações sazonais não são contempladas por este tipo de análise.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | CONSUMO DE ÁGUA

Tema | ÁGUA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

m³

Fontes

INE (até 2005); INAG

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Volume de água consumido nas redes de abastecimento público. Inclui também o volume de água captado para distribuição nas redes de abastecimento público.

METODOLOGIA

Determinação dos volumes de água consumidos nas redes públicas urbanas de abastecimento de água, e dos volumes de água captada nas captações de água de origem subterrânea ou superficial, para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água.

Definições:

Rede de distribuição de água - conjunto de condutas, estações elevatórias, postos de cloragem de reforço e outros dispositivos acessórios, inseridos na malha urbana, destinado ao transporte e distribuição domiciliária de água para consumo. (Fonte: INAG-INSAR)

Consumo doméstico - consumo efectuado nas habitações, pela população em geral. (Fonte: INAG-INSAR)

Consumo comercial/serviços - consumo efectuado pelos serviços e comércio, podendo incluir autarquias locais, as escolas, estabelecimentos do Estado (excepto os fabris), as Instituições Particulares de Solidariedade Social, estabelecimentos hoteleiros, entre outros. (Fonte: INAG-INSAR)

Consumo industrial - consumo efectuado pelas indústrias ligadas à rede urbana de abastecimento de água. (Fonte: INAG-INSAR)

Outros consumos - consumos não incluídos nos anteriores. (Fonte: INAG-INSAR)

Captação de água - utilização de volumes de água, superficiais ou subterrâneas, por qualquer forma subtraídos ao meio hídrico, independentemente da finalidade a que se destina. (Fonte: INAG-INSAR)

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Captação de água de superfície - captação de água efectuada directamente no troço de linha de água, em massas de água fortemente modificadas (ex.: albufeiras), em massas de água artificiais (ex.: canais), em águas costeiras, em águas de transição ou em lagoas. Também são consideradas captações de água de superfície as localizadas em cascalheiras ou aluviões nas margens ou limites das linhas de água, em que os níveis nas captações são função dos níveis nos cursos de água;

Captação de água subterrânea - captação de água efectuada numa massa de água subterrânea (ex.: aquíferos). (Fonte: INAG - INSAAR)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | ESTADO DAS ÁGUAS DE SUPERFÍCIE

Tema | ÁGUA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Percentagem das massas de água superficial

Fontes

INAG, CCDR; ARH

Periodicidade

Discutível a curto prazo

DESCRIÇÃO

Avaliação do estado ecológico e químico das massas de água de superfície.

METODOLOGIA

A Lei da Água - Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro - estabelece o novo regime legal relativo aos recursos hídricos nacionais. Para avaliar o estado das águas superficiais deve calcular-se:

- Razão entre o número de massas de água classificadas em “bom” estado e o número total de massas de água.
- Razão entre o número de massas de água classificadas abaixo do “bom” estado mas com probabilidade de atingir o bom estado em 2015 e o número total de massas de água.
- Razão entre o número de massas de água classificadas abaixo do “bom” estado com probabilidade de não atingir o bom estado em 2015 e o número total de massas de água.

Definições:

Águas superficiais - as águas interiores, com excepção das águas subterrâneas, águas de transição, águas costeiras, incluindo-se nesta categoria, no que se refere ao estado químico, as águas territoriais.

(Fonte: Lei da Água)

Massa de águas superficiais - uma massa distinta e significativa de águas superficiais, designadamente uma albufeira, um ribeiro, rio ou canal, um troço de ribeiro, rio ou canal, águas de transição ou uma faixa de águas costeiras. (Fonte: Lei da Água)

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Estado das águas superficiais - a expressão global do estado em que se encontra uma massa de águas superficiais, determinado em função do pior dos seus estados, ecológico ou químico. (Fonte: Lei da Água)

Estado ecológico - a expressão da qualidade estrutural e funcional dos ecossistemas aquáticos associados às águas superficiais, classificada nos termos de legislação específica. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado ecológico - o estado alcançado por uma massa de águas superficiais, classificado como "Bom" nos termos de legislação específica; Bom estado químico das águas superficiais - o estado químico alcançado por uma massa de águas superficiais em que as concentrações de poluentes cumprem as normas de qualidade ambiental definidas em legislação específica. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado das águas superficiais - o estado global em que se encontra uma massa de águas superficiais quando os seus estados ecológico e químico são considerados, pelo menos, "bons". (Fonte: Lei da Água)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | ESTADO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Tema | ÁGUA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Percentagem das massas de água subterrânea

Fontes

INAG, CCDR; ARH

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Avaliação do estado quantitativo e químico das massas de água subterrâneas.

METODOLOGIA

A Lei da Água - Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro - estabelece o novo regime legal relativo aos recursos hídricos nacionais.

Para avaliar o estado das águas subterrâneas deve calcular-se:

- Razão entre o número de massas de água classificadas em “bom” estado e o número total de massas de água.
- Razão entre o número de massas de água classificadas abaixo do “bom” estado mas com probabilidade de atingir o bom estado em 2015 e o número total de massas de água.
- Razão entre o número de massas de água classificadas abaixo do “bom” estado com probabilidade de não atingir o bom estado em 2015 e o número total de massas de água.

Definições:

Águas subterrâneas - todas as águas que se encontram abaixo da superfície do solo, na zona saturada, e em contacto directo com o solo ou com o subsolo. (Fonte: Lei da Água)

Massa de águas subterrâneas - um meio de águas subterrâneas delimitado que faz parte de um ou mais aquíferos. (Fonte: Lei da Água)

Estado das águas subterrâneas - a expressão global do estado em que se encontra uma massa de águas subterrâneas, determinado em função do pior dos seus estados, quantitativo ou químico. (Fonte: Lei da Água)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Estado quantitativo das águas subterrâneas - uma expressão do grau em que uma massa de águas subterrâneas é afectada por captações directas ou indirectas. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado químico das águas subterrâneas - o estado químico alcançado por um meio hídrico subterrâneo em que a composição química é tal que as concentrações de poluentes:

- Não apresentem efeitos significativos de intrusões salinas ou outras;
- Cumpram as normas de qualidade ambiental que forem fixadas em legislação específica;
- Não impeçam que sejam alcançados os objectivos ambientais específicos estabelecidos para as águas superficiais associadas nem reduzam significativamente a qualidade química ou ecológica dessas massas;
- Não provoquem danos significativos nos ecossistemas terrestres directamente dependentes das massas de águas subterrâneas. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado quantitativo - o estado de um meio hídrico subterrâneo em que o nível freático é tal que os recursos hídricos subterrâneos disponíveis não são ultrapassados pela taxa média anual de captação a longo prazo, não estando sujeito a alterações antropogénicas que possam impedir que sejam alcançados os objectivos ambientais específicos para as águas superficiais que lhe estejam associadas, deteriorar significativamente o estado dessas águas ou provocar danos significativos nos ecossistemas terrestres directamente dependentes do aquífero, podendo ocorrer temporariamente, ou continuamente em áreas limitadas, alterações na direcção do escoamento subterrâneo em consequência de variações de nível, desde que essas alterações não provoquem intrusões de água salgada ou outras e não indiquem uma tendência antropogenicamente induzida, constante e claramente identificada, susceptível de conduzir a tais intrusões. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado das águas subterrâneas - estado global em que se encontra uma massa de águas subterrâneas quando os seus estados quantitativo e químico são considerados, pelo menos, "bons". (Fonte: Lei da Água)

**Nome | POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA****Tema | ÁGUA****Objectivo da ENDS 2015**

3º

Unidade de Medida

Porcentagem

FontesINE (até 2003);
INAG**Periodicidade**

Anual

DESCRIÇÃO

Porcentagem da população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água.

METODOLOGIA

Razão entre a população residente ligada à rede pública de abastecimento de água e a população total residente (índice de abastecimento).

Definições:

Rede de distribuição de água - conjunto de condutas, estações elevatórias, postos de cloragem de reforço e outros dispositivos acessórios, inseridos na malha urbana, destinado ao transporte e distribuição domiciliária de água para consumo;

Sistema de abastecimento de água - conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e que vinculam o meio hídrico a um conjunto de utilizadores, com o objectivo de prestação de serviços de abastecimento de água potável e/ou bruta. (Fonte: INAG-INSAR).

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Tema | ÁGUA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Percentagem

Fontes

INE (até 2003);
INAG

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Percentagem da população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais; Percentagem da população residente servida por sistemas públicos de tratamento de águas residuais.

METODOLOGIA

Razão entre a população residente ligada à rede pública de drenagem de águas residuais e a população total residente (índice de drenagem); Razão entre a população residente ligada a sistemas públicos de tratamento de águas residuais e a população total residente (índice de tratamento).

Definições:

Rede de drenagem de águas residuais - conjunto de colectores, estações elevatórias, câmaras de visita e outros dispositivos acessórios destinados à drenagem de águas residuais domésticas, urbanas ou industriais;

Sistema de drenagem de águas residuais - conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e fazem afluir as águas residuais a um meio receptor, com o objectivo de prestação de serviços de drenagem e tratamento de águas residuais;

Estação de tratamento de águas residuais (ETAR) - instalação de tratamento constituída por obras de construção civil e outros equipamentos. O tratamento processa-se através de uma sequência de operações físicas, químicas e biológicas que se dividem em fase líquida (tratamento preliminar, tratamento primário, tratamento secundário e tratamento terciário) e fase sólida (desidratação, espessamento e estabilização);

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Fossa séptica - órgão de decantação e digestão, onde as águas residuais domésticas permanecem o tempo suficiente para sofrerem um tratamento físico (sedimentação e flotação) e no qual se processa um tratamento biológico das lamas (digestão anaeróbia).

Uma fossa séptica colectiva (FSC) urbana que serve aglomerados urbanos.

(Fonte: INAG - INSAAR)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Tema | ÁGUA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Percentagem de incumprimentos ao VP; percentagem de análises em violação ao VP; percentagem de análises em falta.

Fontes

INE (até 2003);
INAG

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Avaliação da qualidade da água para abastecimento através da identificação de situações de incumprimento das normas de qualidade da água para consumo humano estabelecidas pela legislação nacional e comunitária.

METODOLOGIA

Razão entre o número de análises de qualidade da água para consumo humano realizadas que não cumprem as normas de qualidade estabelecidas pela legislação em vigor e o número total das análises realizadas. Também são contabilizados os incumprimentos da frequência de amostragem, calculados através da razão entre o número de análises em falta e o número de análises regulamentares obrigatórias.

As entidades responsáveis pelo controlo da qualidade da água são o conjunto das entidades gestoras do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que apresentam anualmente ao Instituto Regulador de Água e Resíduos (IERSAR) um programa de controlo para apreciação e aprovação. Incluem-se, neste conjunto, as câmaras municipais, os serviços municipalizados, as empresas municipais e intermunicipais e os sistemas concessionados multimunicipais e municipais de água de abastecimento público.

Definições:

Água destinada ao consumo humano:

a) Toda a água no seu estado original, ou após tratamento, destinada a ser bebida, a cozinhar, à preparação de alimentos ou a outros fins domésticos, independentemente da



sua origem e de ser fornecida a partir de uma rede de distribuição, de um camião ou navio-cisterna, em garrafas ou outros recipientes, com ou sem fins comerciais;

b) Toda a água utilizada numa empresa da indústria alimentar para o fabrico, transformação, conservação ou comercialização de produtos ou substâncias destinados ao consumo humano, excepto quando a utilização dessa água não afecta a salubridade do género alimentício na sua forma acabada. (Fonte: Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro)

Qualidade da água para consumo humano - característica dada pelo conjunto de valores de parâmetros microbiológicos e físico-químicos fixados nas partes A) e B) do anexo I do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, que permite avaliar se a água é salubre e limpa. (Fonte: Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro)

Valor paramétrico (VP) - o valor especificado ou uma concentração máxima ou mínima para uma propriedade, elemento, organismo ou substância listada na segunda coluna das tabelas do anexo I do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, tendo em atenção as notas de rodapé nelas incluídas. (Fonte: Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro)



Nome | EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA

Tema | ÁGUA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Porcentagem

Fontes

INAG

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Avaliar a eficiência da utilização da água extraída, nomeadamente ao nível da utilização urbana, agrícola e industrial.

METODOLOGIA

A eficiência de utilização da água é calculada como a razão entre o consumo útil e a procura efectiva:

Eficiência de utilização da água (%) = Consumo útil / Procura efectiva x 100 Quanto mais próximo estiver a procura efectiva do consumo útil, mais próximo se está dos 100% de eficiência de utilização da água.

Definições:

Eficiência de utilização da água - mede até que ponto a água captada da natureza é utilizada de modo optimizado para a produção com eficácia do serviço desejado, nos sectores urbano, agrícola e industrial. (Fonte: INAG)

Consumo útil - corresponde ao consumo mínimo necessário num determinado sector para garantir a eficácia da utilização, correspondente a um referencial específico para essa utilização. Este referencial pode ser estimado para a situação actual e para cenários futuros com base na evolução da população e da respectiva capitação mínima necessária (consumo urbano), na evolução da área regada, do tipo de cultura e da respectiva dotação mínima necessária (consumo agrícola), e na evolução da indústria e do respectivo consumo mínimo necessário (consumo industrial). (Fonte: INAG)

Procura efectiva - corresponde ao volume efectivamente captado / medido, sendo naturalmente igual ou superior ao consumo útil. Pode ser estimado com razoável rigor

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



para a situação actual com base nos registos existentes e pode ser estimado para cenários futuros com base na evolução da população e da respectiva capitação (procura urbana), na evolução da área regada, do tipo de cultura e da respectiva dotação (procura agrícola), e na evolução da indústria e do respectivo consumo necessário (procura industrial). (Fonte: INAG)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | ÁGUA RESIDUAL TRATADA EM ETAR

Tema | ÁGUA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Percentagem

Fontes

INAG, INSAAR,
Autarquia

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Percentagem de água residual produzida no concelho, que é tratada em ETAR.

METODOLOGIA

Razão entre a quantidade água residual produzida (m^3) no concelho e a quantidade de água residual que é tratada (m^3) em ETAR.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | QUALIDADE DO EFLUENTE FINAL

Tema | ÁGUA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Percentagem

Fontes

INAG

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Qualidade da água depois de tratada em estação de tratamento de água residual (ETAR).

METODOLOGIA

Qualidade da água depois de tratada em ETAR, nomeadamente no que diz respeito aos seguintes parâmetros: Azoto total, CBO3, Fósforo total, sólidos suspensos totais.

Conceitos:

Águas residuais - Águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não se consideram as águas de arrefecimento.

Águas residuais tratadas - Águas residuais cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais - Instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais em que se sujeitam as águas residuais a processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

Tema | SOLOS

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Porcentagem

Fontes

APA

Periodicidade

10/15 anos

DESCRIÇÃO

Quantificação das classes de ocupação e uso do solo.

METODOLOGIA

Quantificação da ocupação e uso do solo por diversas classes pré-definidas, expresso em percentagem do total da área de Portugal continental e das alterações de ocupação do solo num determinado período de tempo.

O Projecto *CORINE Land Cover* (CLC) foi criado em 1985 pela Comissão Europeia com o objectivo de produzir uma cartografia de ocupação e uso do solo para os países da União Europeia relativa a um ano próximo de 1990, conforme o país. Desta iniciativa resultou o CLC90 que, no caso português, se baseou em imagens de satélite de 1985, 1986 e 1987. O *CORINE Land Cover 2000* (CLC2000) traduziu-se no levantamento a nível europeu da ocupação e uso do solo para o ano 2000 e no registo das alterações verificadas na última década, por classes de diversos níveis, e os resultados foram publicados no final de 2005. A nomenclatura CLC é hierárquica, constituída por três níveis de detalhe, com 44 classes no nível mais detalhado. Esta nomenclatura é estandardizada a nível europeu.

Definições:

"Territórios artificializados" - inclui "Tecido urbano contínuo", "Tecido urbano descontínuo", "Indústria, comércio e equipamentos gerais", "Redes viárias e ferroviárias e espaços associados", "Zonas portuárias", "Aeroportos", "Áreas de extracção mineira", "Áreas de deposição de resíduos", "Áreas em construção", "Espaços verdes urbanos" e "Equipamentos desportivos e de lazer".

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



"Agricultura" - inclui "Culturas anuais de sequeiro", "Culturas anuais de regadio", "Arrozais", "Vinhas", "Pomares", "Olivais", "Pastagens", "Culturas anuais associadas às culturas permanentes" e "Sistemas culturais e parcelares complexos".

"Agricultura com áreas naturais" - inclui "Agricultura com espaços naturais" e "Sistemas agro-florestais". "Floresta" - inclui "Florestas de folhosas", "Florestas de resinosas", "Florestas mistas" e "Espaços florestais degradados, cortes e novas plantações".

"Vegetação natural" - inclui "Pastagens naturais". "Matos", "Vegetação esclerofítica" e "Vegetação esparsa".

"Outros" - inclui "Mar e oceano", "Estuários", "Lagunas litorais", "Planos de água", "Linhas de água", "Zonas intertidais", "Salinas", "Sapais", "Pauis", "Áreas ardidas", "Rocha nua" e "Praias, dunas e areais".



Nome | ÁREAS CLASSIFICADAS PARA
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E
BIODIVERSIDADE

Tema | CONSERVAÇÃO DA
NATUREZA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Hectare

Fontes

DRAs, Comissão
Nacional da REN
(MAOT-ICNB).

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

É avaliada a área de solo classificado como Reserva Ecológica Nacional (REN).

METODOLOGIA

Com base nas áreas integradas na REN (DL n.º 321/83 de 5 de Julho), é medida a área que é excluída/desafectada desta classificação. Compete ao Governo, por resolução do Conselho de Ministros, ouvida a Comissão Nacional da REN (que funciona na dependência do MAOT) aprovar a integração e a exclusão de áreas da REN.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:

**Objectivo da ENDS 2015**

3.º

Unidade de Medida

Porcentagem

Fontes

ICNB; Comissão Europeia

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Áreas Protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura e respectiva superfície ocupada.

METODOLOGIA

São inventariadas as Áreas Protegidas incluídas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e na Rede Natura, e calculada a razão percentual entre a respectiva área e a área do território nacional. Identifica-se a superfície abrangida da Rede Nacional de Áreas Protegidas que é objecto de planos de ordenamento aprovados e a superfície abrangida da Rede Natura que é objecto de planos de gestão.

Definições:

Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) - abrange áreas protegidas de âmbito nacional – Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural – , de âmbito regional ou local – Paisagem Protegida – e áreas protegidas de estatuto privado – Sítio de Interesse Biológico.

(Fonte: ICNB)

Rede Natura 2000 - rede ecológica para o espaço comunitário resultante da aplicação das Directivas n.º 79/409/CEE (Directiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Directiva Habitats), (ambas transpostas e harmonizadas para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril com a nova redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/ de Fevereiro). Esta Rede é formada por Zonas de Protecção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Directiva Aves, e por Zonas Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Directiva Habitats.

Cada Estado-membro deve elaborar uma Lista Nacional de Sítios a ser apresentada à Comissão Europeia com base em critérios estabelecidos nos anexos da Directiva Habitats, que visa assegurar a biodiversidade através da conservação dos 189 habitats naturais e das 788 espécies da flora e da fauna selvagens considerados ameaçados no

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



território da UE e/ou que representam a biodiversidade europeia (excluindo as aves). Seguidamente, a partir das várias Listas Nacionais e através de um processo de análise e discussão entre os Estados-membros e a Comissão Europeia, são seleccionados os Sítios de Importância Comunitária (SIC), por Região Biogeográfica. Após seis anos, cada Estado-membro deve designar estes SIC como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) que passam a integrar a Rede Natura 2000.

As Zonas de Protecção Especial (ZPE) designadas pelos Estados-membros nos termos da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, mais conhecida por Directiva "Aves", visam garantir a protecção das populações selvagens das 181 espécies de aves no território da União Europeia. Cada Estado-membro deverá classificar como ZPE as áreas e os habitats do seu território que se revelem de maior importância para essas espécies. As ZPE declaradas integram directamente a Rede Natura 2000. (Fonte: ICNB).

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:

**Nome** | ESPÉCIES DE FAUNA E FLORA
AMEAÇADAS**Tema** | CONSERVAÇÃO DA
NATUREZA**Objectivo da ENDS 2015**

3º

Unidade de Medida

Nº de entidades analisadas

Percentagem de taxa por
categoria**Fontes**INE (até 2005);
INAG**Periodicidade**

10 anos

DESCRIÇÃO

Inventariação do número de espécies ameaçadas.

METODOLOGIA

Inventariação do número total de espécies ameaçadas, de acordo com os critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) para espécies ameaçadas e constante dos Livros Vermelhos publicados em Portugal, e percentagem relativa ao número de espécies analisadas para cada grupo. O que se escreve na ficha e que tem por base o Livro Vermelho aplica-se apenas à única informação disponível para as espécies de aves, mamíferos, répteis, anfíbios e peixes dulciaquícolas, havendo ainda informação disponível sobre bivalves dulciaquícolas. Actualmente não há informação disponível para as espécies de flora.

Os "Livros Vermelhos" são documentos que avaliam o estatuto de ameaça e os níveis de risco de extinção das espécies selvagens de acordo com critérios quantitativos, fornecendo ainda informação sobre as populações, causas de ameaça e medidas de conservação.

Em Portugal, o Instituto da Conservação da Natureza (ICNB) concluiu em 2004 a revisão do Livro Vermelho dos Vertebrados, a qual já adoptou o novo sistema de avaliação e classificação de espécies ameaçadas da União Internacional para a Conservação (IUCN). Este sistema integra 11 categorias, das quais se destacam as seguintes: "Regionalmente Extinto" (refere-se a taxa desaparecidos do território no momento actual); "Criticamente em Perigo", "Em Perigo" e "Vulnerável" (traduzem um grau de ameaça atribuído com base em critérios quantitativos); "Quase Ameaçado" (aplica-se a taxa que podem estar perto da situação de ameaça se persistirem ou se agravarem as condições verificadas);

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



“Pouco Preocupante” (refere-se a taxa que não se classificam como ameaçados nem como próximo de ameaça) e “Informação Insuficiente” (atribuído aos taxa cuja informação disponível não é adequada para avaliar o risco de extinção). Pelo facto de se terem utilizado novas formas de avaliação não é possível uma comparação linear com os dados constantes nos anteriores Livros Vermelhos, publicados no início da década de 90. Neste processo, embora a “espécie” tenha sido considerada a unidade taxonómica de classificação, avaliou-se separadamente a situação de cada espécie no Continente, Açores e Madeira, e, por vezes, a avaliação das populações insulares foi feita ao nível da subespécie. Além disso, sempre que se justificou e a informação disponível o permitiu, foram avaliadas separadamente populações migradoras e residentes de uma mesma espécie, sobretudo no grupo das aves.

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | TIPO DE COBERTO FLORESTAL

Tema | FLORESTA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Percentagem do coberto florestal total; hectare.

Fontes

INE, MADRP

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Variação dos diferentes tipos de coberto vegetal ao longo do tempo.

METODOLOGIA

Inventariação das áreas ocupadas pelos diferentes tipos de espécies florestais.

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | INCÊNDIOS FLORESTAIS

Tema | FLORESTA

Objectivo da ENDS 2015

3.º

Unidade de Medida

Hectares; número de ocorrências.

Fontes

SGIF-DGRF; ICNB

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Número de fogos e área florestal afectada por incêndios florestais.

Destaca-se ainda as áreas ardidas por distrito comparativamente às médias dos anos anteriores, a causalidade associada aos incêndios e os incêndios ocorridos na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

METODOLOGIA

Registo do número de fogos e contabilização da respectiva área ardida, por ano.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | GESTÃO DE RESÍDUOS

Tema | RESÍDUOS

Objectivo da ENDS 2015

3.º

Unidade de MedidaPercentagem do total de
resíduos produzidos.**Fontes**APA; IERSAR; SPV;
DGS**Periodicidade**

Anual

DESCRIÇÃO

Tratamento e/ou destino final dos resíduos urbanos, industriais e hospitalares.
Movimento transfronteiriço de resíduos.

METODOLOGIA

Razão entre o volume de resíduos com um determinado tipo de tratamento ou destino final e o total dos resíduos produzidos, calculada com base na quantificação efectuada pelas entidades competentes.

Inclui-se também neste indicador a quantificação do total anual de resíduos exportados, para valorização ou eliminação, efectuada pelas entidades competentes.

Definições:

Recolha - operação de apanha, selectiva ou indiferenciada, de triagem e/ou mistura de resíduos com vista ao seu transporte. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro).

Tratamento de Resíduos - o processo manual, mecânico, físico, químico ou biológico que alterem as características de resíduos de forma a reduzir o seu volume ou perigosidade bem como a facilitar a sua movimentação, valorização ou eliminação após as operações de recolha. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro).

Valorização - a operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro).

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Tema | RESÍDUOS

Objectivo da ENDS 2015

3.º

Unidade de Medida

Toneladas; Quilogramas;
Gramas por habitante por dia.

Fontes

APA; IERSAR; DGS;
Eurostat

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Produção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e produção média diária *per capita*; produção de resíduos industriais, banais e perigosos; produção de resíduos hospitalares, por grupos.

METODOLOGIA

Quantificação do total anual de resíduos urbanos, industriais (banais e perigosos) e hospitalares produzidos na fonte, efectuada pelas entidades competentes.

A capitação é calculada com base nas estimativas anuais da população residente, efectuadas pelo INE, e expressa em grama/hab.dia

Definições:

Resíduos - quaisquer substâncias ou objectos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer, nomeadamente os identificados na Lista Europeia de Resíduos. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Resíduos urbanos (RU) - resíduos provenientes de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduos proveniente de habitações. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Resíduos industriais (RI) - resíduos que são gerados em processos produtivos industriais, bem como os que resultem das actividades de produção e distribuição de electricidade, gás e água. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Resíduos hospitalares (RH) - resíduos resultantes de actividades médicas desenvolvidas em unidades de prestação de cuidados de saúde, em actividades de prevenção,

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



diagnóstico, tratamento, reabilitação e investigação, relacionada com seres humanos ou animais, em farmácias, em actividades médico-legais, de ensino e em quaisquer outras que envolvam procedimentos invasivos, tais como acupunctura, *piercings* e tatuagens.

(Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Resíduo perigoso - resíduo que apresente, pelo menos, uma característica de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os identificados na Lista Europeia de Resíduos.

Serviço Nacional de Saúde (SNS) - Conjunto de todas as instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde dependentes do Ministério da Saúde. (Fonte: INE)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | POPULAÇÃO SERVIDA POR RECOLHA DE RSU

Tema | RESÍDUOS

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Porcentagem

Fontes

Autarquia, INE

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Porcentagem da população residente servida por recolha selectiva (papel/cartão, vidro, plástico e metal) de resíduos sólidos urbanos (RSU).

METODOLOGIA

Razão entre a população residente com acesso ao sistema de recolha selectiva e a população total residente.

Definições:

Recolha selectiva – inclui a recolha selectiva multimaterial (em ecopontos e porta-a-porta) e recolha selectiva em ecocentros.

População servida - Pessoas habitualmente residentes na área geográfica que usufruem de serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e, no caso, recolha de resíduos).

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | RECOLHA SELECTIVA DE RESÍDUOS
SÓLIDOS URBANOS (RSU)

Tema | RESÍDUOS

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Toneladas; Quilogramas;
Gramas por habitante por dia.

Fontes

APA; IERSAR; DGS;

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Percentagem de RSU produzidos que são recolhidos selectivamente.

METODOLOGIA

Razão entre a quantidade de RSU (ton) recolhidos selectivamente e a quantidade de RSU (ton) produzidos no concelho.

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | VALORIZAÇÃO E REUTILIZAÇÃO POR
CLASSE DE RESÍDUO

Tema | RESÍDUOS

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Percentagem do total de
resíduos produzidos; tonelada.

Fontes

DRAs; AVE; GIR.

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Volume de resíduos que é valorizado (reciclado ou aproveitado energeticamente) e/ou reutilizado, por classe de resíduo produzido.

METODOLOGIA

Este indicador é calculado com base na quantificação do volume de resíduos reciclado e/ou reutilizado, efectuada pelas entidades competentes; deverá também ser estimada a produção de composto (substância húmida resultante da reciclagem orgânica dos resíduos que é usada como corrector dos solos) enquanto valorização da parte orgânica dos resíduos.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

Tema | ECONOMIA

Objectivo da ENDS 2015

3º

Unidade de Medida

Decibel (dB)

Classe de nível sonoro

Fontes

Autarquia, INE

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Determinação dos níveis de pressão sonora, expressos em decibel (dB), incluindo níveis superiores aos limiares de incomodidade, e posterior categorização em classes de nível sonoro.

METODOLOGIA

O novo quadro legal sobre ruído ambiente (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído - RGR -, e Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, que transpõe a Directiva 2002/49/CE de 25 de Junho de 2002 relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, Directiva do Ruído Ambiente - DRA), estabelece como novos indicadores de ruído o Lden (indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno: 24 horas) e Ln (indicador de ruído nocturno: das 23 às 7 horas), em que o indicador Lden corresponde ao indicador de ruído associado ao incómodo global e o Ln corresponde ao indicador de ruído associado a perturbações do sono.

Classes de nível sonoro:

Classe 1: indicador de ruído ≤ 45 ;

Classe 2: $45 < \text{indicador de ruído} \leq 50$

Classe 3: $50 < \text{indicador de ruído} \leq 55$;

Classe 4: $55 < \text{indicador de ruído} \leq 60$;

Classe 5: $60 < \text{indicador de ruído} \leq 65$;

Classe 6: $65 < \text{indicador de ruído} \leq 70$;

Classe 7: $70 < \text{indicador de ruído} \leq 75$;

Classe 8: indicador de ruído ≥ 75 .

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Objectivo da ENDS 2015

5º

Unidade de Medida

Euro, Paridades do Poder de Compra (PPC), Euro por habitante, PPC por habitante.

Fontes

INE; DPP; Eurostat

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Resultado final da actividade de produção das unidades produtoras residentes.

METODOLOGIA

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos na economia doméstica pelos factores de produção residentes nessa economia, durante um período específico de tempo, normalmente um ano.

Definições:

PIB a preços de mercado (pm) - representa o resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afectados aos sectores e ramos de actividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efectivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços; 3) o PIBpm é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia). Deduzindo ao PIBpm o consumo de capital fixo, obtém-se o Produto Interno Líquido a preços de mercado (PILpm). (Fonte: INE) O PIBpm corresponde à soma dos valores acrescentados brutos a preços de mercado dos diferentes ramos acrescida do IVA onerando os produtos e dos impostos ligados à importação. (Fonte: ICEP)

PIB *per capita* - Rácio entre o PIB pm de um determinado território e o número de habitantes desse território, podendo também ser expresso em paridades de poder de compra (PPC). (Fonte: ICEP)

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



PIB a Preços Correntes - mede o PIB aos preços do ano em que os rendimentos foram auferidos.

PIB a Preços Constantes - mede o PIB aos preços do ano de referência.

Paridades Poder de Compra: taxa de conversão de moeda que possibilita a comparação internacional do volume do PIB, tomando em consideração as diferenças de níveis de preços entre os diferentes países. Para tal, comparam-se os preços de cabazes de bens e serviços representativos e comparáveis entre países. O cabaz incluiu cerca de 3.000 itens cobrindo toda a gama de bens e serviços que compõem o PIB - consumo de bens e serviços, serviços da administração, bens de equipamento, projectos de construção. (Fonte: Eurostat)



Nome | EMPRESAS POR ACTIVIDADE

Tema | ECONOMIA

Objectivo da ENDS 2015

2.º

Unidade de Medida

N.º de empresas;
Porcentagem

Fontes

INE; Autarquia

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Determinação do número de empresas existentes no concelho por actividade. Inclui também a distribuição das actividades das empresas por sector (primário, secundário e terciário).

METODOLOGIA

Determinação do número de empresas que estão em funcionamento no concelho, consoante o tipo de actividade que desenvolvem. Os tipos de actividade podem incluir, nomeadamente, indústria transformadora, construção, comércio, transportes e armazenagem, alojamento e restauração, actividades financeiras e seguros, actividades de consultoria, actividades administrativas, entre outros. Interessa também referir a que sectores pertencem, nomeadamente primário, secundário e terciário.

O sector primário compreende as actividades ligadas à natureza, nomeadamente a agricultura, a silvicultura, as pescas, a pecuária, a caça, ou as indústrias extractivas.

O sector secundário integra nomeadamente as actividades industriais transformadoras, a construção e a produção de energia.

O sector terciário, ou o sector dos serviços, compreende nomeadamente o comércio, o turismo, os transportes e as actividades financeiras.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | DIMENSÃO DAS EMPRESAS

Tema | ECONOMIA

Objectivo da ENDS 2015

2.º

Unidade de Medida

Empresas por n.º/percentagem de trabalhadores

Fontes

INE; Autarquia

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Determinação da dimensão das empresas existentes no concelho, através da contabilização do número de trabalhadores e posterior categorização.

METODOLOGIA

Contabilização do número de trabalhadores que cada empresa do concelho emprega e posterior categorização da informação (por dimensão da empresa ao nível do número de trabalhadores).

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ACTIVA

Tema | ECONOMIA

Objectivo da ENDS 2015

1.º

Unidade de Medida

Porcentagem

Fontes

INE ; Eurostat

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Nível de escolaridade completo mais elevado da população activa.

METODOLOGIA

Número de indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos por nível de escolaridade completo, mais elevado.

Definições:

População activa - Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (Fonte: INE)

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | ACESSO DA POPULAÇÃO À REDE ELÉCTRICA

Tema | ENERGIA

Objectivo da ENDS 2015

2º

Unidade de Medida

Percentagem

Fontes

Autarquia, DGEG

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Percentagem de população que tem acesso à rede eléctrica.

METODOLOGIA

Razão entre a população residente ligada à rede eléctrica e a população residente total.

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | CONSUMO DE ENERGIA

Tema | ENERGIA

Objectivo da ENDS 2015

2º

Unidade de Medida

Toneladas equivalentes de petróleo (tep); tep por habitante; quilowatt-hora ano por habitante; percentagem do consumo total de energia.

Fontes

DGEG; Eurostat; OCDE; AIE; BM.

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Consumo total de energia primária (carvão, lenhite e outros combustíveis sólidos, óleo "crude" e gás natural, energia hidroelétrica, e outras formas de energia renovável) e energia final utilizada directamente pelo consumidor.

METODOLOGIA

Para poder comparar estimativas de reservas energéticas e consumo energético, é utilizada habitualmente a unidade tep - toneladas equivalentes de petróleo, equivalente a 107 kcal.

Trata-se de uma aproximação de conversão de várias unidades (ex. kWh, toneladas de carvão, etc.). Por exemplo, na óptica do consumo de electricidade, 1GWh = 86 tep.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:

**Nome | PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS****Tema | ENERGIA****Objectivo da ENDS 2015**

2º

Unidade de Medida

Toneladas equivalentes de petróleo (tep); percentagem de energia

total; quilowatt hora.

Fontes

DGEG; Eurostat; OCDE; UE-CE (DGXVII); AIE; BM.

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Energia produzida e consumida de fontes de energia consideradas como não esgotáveis (ex. geotérmica, solar, eólica), ou renováveis (ex. biomassa, resíduos).

METODOLOGIA

Os recursos de energia renovável podem produzir energia eléctrica (ex. recursos eólicos, solar fotovoltaico, hídricos), ou térmica (ex. combustão de resíduos e de biomassa, recursos de energia geotérmica, recursos solares activos).

Pode considerar-se energia primária a energia de fontes renováveis, para conversão em diferentes formas de energia (ex. combustão de biomassa para criar vapor), ou energia final, pronta para uso directo do consumidor (ex. aplicação de painéis solares activos ou fotovoltaicos para calor ou produção de electricidade, respectivamente).

Para poder comparar estimativas de recursos energéticos e consumo energético, é utilizada habitualmente a unidade tep - toneladas equivalentes de petróleo, equivalente a 107 kcal.

Trata-se de uma aproximação de conversão de várias unidades (ex. kwh, toneladas de carvão, etc.). Por exemplo, na óptica do consumo de electricidade, 1GWh = 86 tep.

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | ESTRUTURA DA REDE VIÁRIA E
FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

Tema | TRANSPORTES

Objectivo da ENDS 2015

5º

Unidade de Medida

Quilómetro; quilómetros de
vias por quilómetros
quadrados de território.

Fontes

IMTT; INE; EP;
Comissão Europeia

Periodicidade

Variável

DESCRIÇÃO

Evolução da rede viária, por tipo de via, e sua repartição no território.

METODOLOGIA

Extensão de vias (ferrovias ou rodovias - estradas, auto-estradas, vias municipais) existentes e operacionais, ou construídas, e sua distribuição geográfica, recorrendo, por exemplo, à utilização de sistemas de informação geográfica (SIG).

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | FREQUÊNCIA DE TRANSPORTES PÚBLICOS
POR FREGUESIA

Tema | TRANSPORTES

Objectivo da ENDS 2015

5.º

Unidade de Medida

Número por dia; Número por
semana

Fontes

Autarquia; Juntas
de Freguesia

Periodicidade

Diária ou semanal

DESCRIÇÃO

Avaliação da frequência de transportes públicos em cada Freguesia do concelho.

METODOLOGIA

Registo do número de vezes (frequência) por dia, ou por semana, que os transportes públicos servem a população. Este registo/contabilização é efectuado para cada Freguesia do concelho.

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO

Tema | TURISMO

Objectivo da ENDS 2015

5º

Unidade de Medida

Número de camas

Fontes

Turismo de Portugal; INE

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Avalia a capacidade de alojamento dos meios de alojamento recenseados para alojar turistas, nomeadamente em Estabelecimentos Hoteleiros e unidades de Turismo no Espaço Rural (TER).

METODOLOGIA

Contabilização do número máximo de indivíduos que os estabelecimentos hoteleiros podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes, considerando como duas as camas de casal. Contabilizam-se ainda o número de camas nas unidades de TER. Não se consideram os estabelecimentos encerrados.

Pode ainda ser calculado o indicador número de camas existentes na região por 1 000 habitantes, de acordo com metodologia do Instituto de Turismo de Portugal (ITP), incluindo, além dos estabelecimentos já referidos, parques de campismo, colónias de férias e pousadas da juventude:

$(\text{total de camas} / \text{n.º de habitantes}) / 1000$.

Definições:

Estabelecimento hoteleiro - empreendimento turístico destinado a proporcionar, mediante remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições. Os estabelecimentos hoteleiros classificam-se em: hotéis, pensões, pousadas, estalagens, motéis e hotéis-apartamentos (aparthotéis). Para fins estatísticos inclui aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

(Fonte: INE)

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Turismo no Espaço Rural - conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais (áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou a um ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural), segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural. O turismo no espaço rural compreende os serviços de hospedagem prestados nas modalidades de “turismo de habitação”, “turismo rural”, “agro-turismo”, “turismo de aldeia” e “casas de campo”. (Fonte: INE)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | DENSIDADE POPULACIONAL

Tema | POPULAÇÃO

Objectivo da ENDS 2015

4º

Unidade de Medida

Número de habitantes por
quilómetro quadrado.

Fontes

INE; OCDE;
Eurostat.

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

População residente por área total do território nacional (km2).

METODOLOGIA

A razão entre o número de habitantes residentes em território nacional e a área total do território nacional, que é de 92.075 km2 (incluindo as regiões autónomas dos Açores, com 2.337 km2 e da Madeira, com 794 km2).

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

Tema | POPULAÇÃO

Objectivo da ENDS 2015

4.º

Unidade de Medida

Percentagem.

Fontes

INE

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Relação entre a população idosa e a população jovem.

METODOLOGIA

Razão entre o número de pessoas, residentes em Portugal, com idade igual ou superior a 65 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

Indicador calculado com base nas estimativas aferidas para os resultados definitivos dos Censos.

Definições:

Índice de dependência de idosos - Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos). (Fonte: INE)

Índice de longevidade - Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (102) pessoas com 65 ou mais anos). (Fonte: INE)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Tema | COESÃO/ EXCLUSÃO SOCIAL

Objectivo da ENDS 2015

4.º

Unidade de Medida

N.º de respostas sociais; n.º de lugares disponíveis;
percentagem.

Fontes

MTSS - Carta Social; INE

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Rede de serviços e equipamentos sociais.

METODOLOGIA

Contabilização anual do n.º número de respostas sociais e da sua capacidade instalada, por cada 100.000 habitantes. Esta razão é calculada com base nas estimativas da população residente, efectuadas pelo INE.

Pode também ser calculada a distribuição percentual da capacidade instalada por grupos de população alvo dos equipamentos existentes: Crianças e Jovens, Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, Idosos, Família e Comunidade e Outros (Toxicodependentes, Pessoas Infectadas com VIH/Sida e suas famílias, Área da saúde mental e Pessoas com doenças dos foro mental ou psiquiátrico).

Para efeitos de cálculo da capacidade instalada não foram consideradas as respostas sociais do tipo aberto (por exemplo, atendimento acompanhamento social).

Definições:

Equipamento social - estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem juntos dos utentes, tais como, as Amas e o Serviço de Apoio Domiciliário. (Fonte: ISS)

Capacidade instalada - corresponde ao número máximo de lugares previsto para a resposta social tendo em conta os normativos em vigor. Dá-nos a informação que reporta à capacidade potencial tendo em conta a área do equipamento, infra-estruturas e demais recursos existentes. (Fonte: ISS)

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Diagnóstico para a Sustentabilidade

No caso das respostas na área da família e comunidade, a capacidade é traduzida no número de pessoas que se podem atender e/ou acompanhar. (Fonte: ISS)

Entidade Promotora:



Entidade Executora:



Co-Financiamento:





Nome | HOSPITAIS E CENTROS DE SAÚDE

Tema | SAÚDE

Objectivo da ENDS 2015

4º

Unidade de Medida

Número de hospitais e centros de saúde; número de hospitais
centros de saúde por 100.000 habitantes.

Fontes

INE; MS (DEPS).

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Número de hospitais e centros de saúde.

METODOLOGIA

Número de hospitais e centros de saúde em Portugal (Continente e Regiões Autónomas).

Hospitais: estabelecimentos que asseguram a qualquer utente uma vasta gama de serviços especializados em diversas patologias.

Podem ser hospitais oficiais (administrados pelo Estado) ou particulares (administrados por entidades particulares), com ou sem fins lucrativos.

Centros de saúde: estabelecimentos de saúde oficial, integrados, polivalentes e dinâmicos, prestadores de cuidados de saúde primários, que visam a promoção e a vigilância da saúde, a prevenção, o diagnóstico e o tratamento da doença, dirigindo globalmente a sua acção ao indivíduo, à família e à comunidade.



Nome | PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Tema | SAÚDE

Objectivo da ENDS 2015

4.º

Unidade de Medida

Número de médicos e enfermeiros por 100.000 habitantes.

Fontes

INE; DGS

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Médicos e enfermeiros inscritos nas respectivas ordens, associações ou sindicatos.

METODOLOGIA

Contabilização do número de médicos e de enfermeiros inscritos nas respectivas ordens, associações ou sindicatos, em Portugal continental e nas Regiões Autónomas, por cada 100.000 habitantes. Esta razão é calculada com base nas estimativas da população residente, efectuadas pelo INE.

Definições:

Profissional de cuidados de saúde - Indivíduo envolvido directamente na prestação de cuidados de saúde. (Fonte: INE)

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | TAXA DE ANALFABETISMO

Tema | COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

Objectivo da ENDS 2015

1º

Unidade de Medida

Percentagem

Fontes

INE

Periodicidade

10 em 10 anos

DESCRIÇÃO

Proporção de pessoas analfabetas no total da população com mais de 10 anos de idade.

METODOLOGIA

Razão entre a população com 10 e mais anos, que não sabe ler nem escrever, e a população total com 10 e mais anos. Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Definições:

Analfabeto - Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa. (Fonte: INE)



Nome | ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

Tema | EDUCAÇÃO

Objectivo da ENDS 2015

1º

Unidade de Medida

Percentagem relativa ao número de indivíduos no grupo etário.

Fontes

INE; GEPE; OCDE; UNESCO; Eurostat

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Proporção de indivíduos com idades entre os 18 e os 24 anos que completou, no máximo, o ensino básico e que não se encontra em educação ou formação.

METODOLOGIA

Contabilização do número de indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, que completou, no máximo, o ensino básico e que não seguiu nenhum tipo de educação ou formação durante as quatro semanas que precederam a entrevista.

Definições:

Abandono escolar - saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei (Fonte: INE).

Saída precoce - situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola (Fonte: INE).

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | NÍVEL DE EDUCAÇÃO ATINGIDO PELA POPULAÇÃO JOVEM

Tema | EDUCAÇÃO

Objectivo da ENDS 2015

1º

Unidade de Medida

Porcentagem

Fontes

Eurostat

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Nível de educação atingido pelos jovens.

METODOLOGIA

Porcentagem dos jovens entre 20-24 anos que concluíram, pelo menos, o nível superior do ensino secundário, com um grau de educação entre o nível 3-4 da Classificação Internacional Tipo da Educação (ISCED) (numerador).

O denominador corresponde ao total da população do mesmo grupo etário, excluindo não-respostas às questões sobre "o grau educacional ou de formação completo, mais elevado".

O grau é codificado de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação, 1997:

- ISCED 3: dos trabalhadores(as)/empregados(as) do INE
- ISCED 4: Ensino Pós-Secundário de grau Não Terciário.

A partir de 5 de Dezembro de 2005 o Eurostat implementou uma nova definição de nível de educação atingido pela população "pós secundário" com vista a uma maior comparabilidade dos resultados na UE. Para 1998 e anos seguintes o nível ISCED 3c com duração inferior a dois anos nunca cairá no nível "superior ao secundário" mas no nível "baixo secundário". Esta alteração implica a revisão de resultados na Dinamarca (desde 2001), Espanha e Chipre.

Entretanto a definição não pode ser implementada na Irlanda e Áustria onde todos os níveis do ISCED 3c estão ainda incluídos.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | INFRA-ESTRUTURAS DE ENSINO

Tema | EDUCAÇÃO

Objectivo da ENDS 2015

1º

Unidade de Medida

Nº de infra-estruturas de ensino

Fontes

Autarquia,
Agrupamento
Vertical de Escolas
de Ourique

Periodicidade

Anual

Descrição

Número de estabelecimentos pré-escolares e escolares.

Metodologia

Contabilização do número de estabelecimentos pré-escolares e escolares.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | ESTRUTURA DO EMPREGO POR SECTORES

Tema | EMPREGO

Objectivo da ENDS 2015

4º

Unidade de Medida

Percentagem de população empregada.

Fontes

INE; MQE;
Eurostat, Labour
Force Surveys;
OCDE.

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

População empregada nos três grandes sectores de actividade (primário, secundário e terciário), em percentagem da população empregada total.

METODOLOGIA

Proporção da população empregada activa por sector.

Dados sectoriais podem ser repartidos por sector de actividade (serviços, indústria, agricultura, etc.) ou por sectores primário, secundário e terciário, sendo que:

Sector Primário inclui: agricultura, silvicultura e caça.

Sector Secundário inclui: indústria transformadora, alimentação, têxteis, madeira e papel, química e minerais não metálicos, metalúrgicas e fábricas de produtos metálicos e construção.

Sector Terciário inclui: comércio, restaurantes e hotéis, transportes, armazenamento e comunicações, bancos e seguros, administração pública, educação e saúde, outros serviços.



Nome | TAXA DE DESEMPREGO

Tema | COESÃO/EXCLUSÃO
SOCIAL

Objectivo da ENDS 2015

4º

Unidade de Medida

Percentagem

Fontes

INE; Eurostat

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Proporção da população desempregada no total da população activa.

METODOLOGIA

Razão entre a população desempregada e o total da população activa.

Definições:

População desempregada - abrange todos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos que, no período de referência, se encontravam sem trabalho, estavam disponíveis para começar a trabalhar nas próximas duas semanas e fizeram diligências ao longo das últimas quatro semanas para encontrar um emprego. (Fonte: INE)

População activa - conjunto de indivíduos com idade igual ou superior à permitida por lei para exercer actividade profissional que no período de referência constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (Fonte: INE)

Desempregado de longa duração - trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição nos Centros de Emprego. (Fonte: INE)

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | EQUIPAMENTOS CULTURAIS E DESPORTIVOS

Tema | CULTURA

Objectivo da ENDS 2015

1º

Unidade de Medida

Nº de equipamentos culturais e desportivos

Fontes

Autarquia

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Número de equipamentos destinados à prática de actividades culturais e desportivas, existentes ou previstos para o concelho.

METODOLOGIA

Contabilização dos equipamentos culturais e desportivos existentes ou previstos para o concelho.



Nome | INFRA-ESTRUTURAS DE COMUNICAÇÃO

Tema | COMUNICAÇÃO
INFORMAÇÃO

Objectivo da ENDS 2015

1º

Unidade de Medida

N.º de estruturas de
comunicação/ habitante

Fontes

Autarquia, INE

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Número de infra-estruturas de comunicação (postos telefónicos, acessos à internet, postos de correio) por habitante.

METODOLOGIA

Razão entre o número de infra-estruturas de comunicação, nomeadamente, postos telefónicos, acessos à internet e postos de correio, e população residente total.

Entidade Promotora:

Entidade Executora:

Co-Financiamento:



Nome | ASSOCIAÇÕES POR SECTOR

Tema | ASSOCIATIVISMO

Objectivo da ENDS 2015

4º

Unidade de Medida

N.º de associações;
Percentagem

Fontes

INE; Autarquia;
Juntas de Freguesia

Periodicidade

Anual

DESCRIÇÃO

Determinação do número de associações existentes no concelho por sector de actividade.

METODOLOGIA

Determinação do número de associações que existem no concelho, consoante o sector em que desenvolvem actividade. Os sectores de actividade podem incluir o sector da solidariedade social, da cultura e desporto, do ambiente, do desenvolvimento local, entre outros.